INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE:
Embalxador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1984, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promoser e fazer execular, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fiza diretivas, estabelece normas fécnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente fusorável às iniciativas necessárias, reclamando, em beneficio dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

|-- SISTEMA DOS SERVICOS ESTATÍSTICOS

- O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo
- A CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, consta de:
- $1~{\rm Um}$ "Órgão Administrativo", que é a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.
- 2. "Órgãos Deliberativos", que são: Assembléia Geral, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); a Junta Executiva Central, composta do Presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatistica, representando os respectivos Ministérios, e de representantos designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena delibera ad referendum da Assembléia Geral); as Juntas Executivas Regionais, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J E C (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena)
- 3. "Órgãos Opinativos", subdivididos em Comissões Técnicas, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e Corpo de Consultores Técnicos, compostos de 32 membros eleitos pela Assembléia Geral
- B QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):
- 1. "Organização Federal", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.
- 2. "Organização Regional", isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados Departamentos Estadusis de Estatística, no Distrito Federal e no Território do Acre Departamentos de Geografia e Estatística, e os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais
- 3 "Organização Local", isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

- O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.
- A CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto nº 1 527, de 24 de Março de 1937, consta de:
- 1. Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria Geral do Conselho.
- 2 "Órgãos Deliberativos", ou sejam a Assembléia Geral, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); o Diretório Central, composto do Presidente do Instituto, do Secretário

- Geral do C N G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições de cisino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C N E (reúne-se ordinariamente no terceiro dia til de cada, quinzena); os Diretários Regionais, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).
- 3 "Órgãos Opinativos", isto é, Comissões Técnicas, tantas entas necessárias, e Corpo de Consultores Técnicos, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D C, e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D R.
- 3 QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):
- "Organização Federal", com um órgão executivo central
 — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério
 da Viação e órgãos cooperadores serviços especializados dos
 Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda,
 Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)
- 2 "Organização Regional", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados
- 3. "Organização Local",— os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

III - SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos, cujo conjunto é denominado Serviço Nacional de Recenseamento

A — comissões censitárias:

- 1 A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, veriticando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo.
- 2 As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística
- 3. As Comissões Ceositárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores

B --- SERVICO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

- 1 A "Direção Central", composta de uma Secretar a, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica
- 2. As "Delegacias Regionais", uma em cada Unidade da Federação
- 3 As "Delegacias Seccionais", em número de 117, abrangendo grupos de Municípios
 - 4 As "Delegacias Municipais".
 - 5 O "Corpo de Recenseadores".

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — José Carlos de Macedo Soares, Presidente do I.B. G.E. e de seus dois Conselhos; Heitor Bracet, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Luiz Camilo de Oliveira Neto, representante do Ministério das Relações Exteriores; Iraci Ferreira de Castro, representante do Ministério da Guerra; Manuel Pinto Ribeiro Espíndola, representante do Ministério da Fazenda; A R. de Cerqueira Lima, representante do Ministério da Agricultura; Joaquim Licínio de Sousa Almeida, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Osvaldo Gomes da Costa Miranda, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Lísias Augusto Rodrigues, representante do Ministério da Aeronáutica; M.A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do I.B.G.E. e do Conselho representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS - ACRE: Raimundo Nobre Passos, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: Júlio Benevides Uchoa, di retor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: Adelino de Vasconcelos, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: Djalma Fortuna, diretor do Departamento Esta dual de Estatística; PIAUÍ: João Bastos, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: J Martins Rodrigues, Secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: Anfilóquio Câmarav diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: Sisenando Costa, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: Manuel Rodrigues, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: Manuel Diégues Júnior, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SER-GIPE: João Carlos de Almeida, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAÍA: Afrânio de Carvalho, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: Nélson Goulart Monteiro, secretário do Govêrno; RIO DE JANEIRO: Heitor Gurgel, secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: Sérgio Nunes Magalhães Júnior, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: Djalma Forjaz, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: Lauro Schleder, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: Viigilio Gualberto, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: Mem de Sá, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO; J Ponce de Arruda, Secretário Geral do Estado; GOIAZ: Balduíno Santa Cruz, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: Hildebrando Clark, diretor do Departamento Estadual de Estatística

CONSULTORES TÉCNICOS — A) Secções: I — Estatística metodológica: Milton da Silva Rodrigues; II — Estatística matemática: Jorge Kafuri; III — Estatística cosmográfica: Lélio Gama; IV — Estatística geológica: Aniba! Alves Bastos; V — Estatística climatológica: Sampaio Ferraz; VI — Estatística territo i.al: Everardo Backeuser; VII — Estatística biológica: Almeida Júnior; VIII — Estatística antropológica: Roquete Pinto; IX — Estatística domográfica: Sérgio Milliet; X — Estatística agrícola: Artur Torres Filho; XI — Estatística industrial: Roberto Simonsen; XII — Estatística dos trans-

portes: Aimoré Drumond: XIII - Estatistica das comunicações: Eugenio Gudin; XIV - Estatística comercial: Valentim Bouças; XV - Estatística do consumo: L Nogueira de Paula: XVI - Estatística dos serviços urbanos: José Otacilio de Sabóia Medeiros; XVII - Estatística do serviço social: Fernando Magalhães; XVIII - Estatística do trabalho: Plínio Cantanhede; XIX - Estatística atuarial: Lino de Sa Pereira; XX - Estatística educacional: Lourenço Filho; XXI -- Estatística cultural: Fernando Azevedo: XXII -- Estatística moral: Alceu de Amoroso Lima; XXIII — Estatística dos cultos: padre Helder Câmara; XXIV - Estatística policial: José Gabriel Lemos Brito; XXV—Estatística judiciária: Filadelfo Azevedo; XXVI—Estatística da defesa nacional: general Sousa Docca: XXVII -Estatística da organização administrativa: Francisco Sales de Oliveira; XXVIII - Estatística financelia: Romero Estelita; XXIX - Estatística política: Azevedo Amaral B) Representações: I - Agricultura: Fernando Costa; II - Indústria: A J Rener: III - Comércio: Lafaicte Belfort Garcia; IV - Trabalho: João Carlos Vital: V - Impressa: Paulo Filho; VI - Ensino: Raul Leitão da Cunha; VII - Religião: padre Leonel Franca

COMISSÕES TÉCNICAS - 1 Comissão de Estatísticas Fisiográficas: organização federal - Pedro Grande e Mário Celso Suarez; organização regional - Francisco Lôbo (Pará), Mardônio de Andrade Lima Coelho (Pernambuco) e Aroldo Culdeira (Santa Catarina) II Comissão de Estatisticas Demográficas: organização federal - Maria de Castro Fornandes e Artur Batista; organização regional - Benedito Bezerra (Amazonas), Raul de Figueiredo Rocha (Ceará) e Emílio Sounis (Paraní) III Comissão de Estatísticas da Produção: organização federal - Eduardo Gonçalves e Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão; organização regional - José Cruz (Sergipe), Tulo Hostilio Montenegro (Baía) e Lourival Ferreira Carneiro (Minas Gerais) IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo: organização federal - João Jochmann e Gláusia Weinberger; organização regional - Said Farhat (Acre), J M Lamenha Lins (Alagons) e Jaci Figueiredo (Mato Glosso) V Comissão de Estatistica do Bem-Estar Social: organização federal - Valdemar Cavalcanti e Alice Liliana de Araújo Lima; organização regional -Joaquim Ribeiro Costa (Minas Gerais), Fábio Crisciúma (Distrito Federal) e Helena Recha Penteado (São Paulo) VI Comissão de Estatística da Assistência Social: organização federal - Manuel Diéques Júnior e Mário Ritter Nunes; organização regional - Adolfo Ramires (Rio G do Norte), Olga de Freitas (Baía) e Antenor Schmitd (Rio Grande do Sul) VII Comissão de Estatísticas Educacionais: organização federal - Antônio Teixeira de Freitas e Ariosto Pacheco de Assiz; organização regional - João da Cunha Vinagre (Paraíba), Amancita Matos (Maranhão) e Heitor Rossi Be-Liche (Espírito Santo) VIII Comissão de Estatísticas Cul turais: organização federal - Wilson Soares e Rubem Gueiros; organização regional - Isnar Bento Gonçalves (Piauí), Césio Riqueira Costa (Pernambuco) e Mário Lago (Rio de Janeiro) 1X Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas: organização federal - Sílvio Vieira Braga e Valdir de Abreu; organização regional - Carlos Alberto Vanzolini (São Paulo), Albano Gaspar de Oliveira (Rio G do Sul) e José de Campos Meireles (Goiaz)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATISTICA

Ano III

OUTUBRO - DEZEMBRO, 1942

N.º 12

JOSÉ GONZÁLEZ GALÉ
(Ex-Diretor do Instituto de Biometria da Faculdade de Ciências Econômicas
da Universidade de Buenos Aires)

O SEXO, DO PONTO DE VISTA ESTATÍSTICO *

CAPÍTULO I

Determinação do sexo. — Teorias pre-científicas e pseudo-científicas.

Ι

AO sabemos quando, como, nem de onde se originou a vida. Nunca, provavelmente, o saberemos. O que reconhecemos, porém, indubitavelmente, é que ela se defende com ardor, não estando disposta a se deixar extinguir sem resistência.

Não falamos aquí — está subentendido — de nenhuma vida em particular, mas da Vida — com maiúscula — una e indivisível.

Uma novela do primeiro Rosny, A Guerra do Fogo, conta como os homens de eras remotas conseguiram capturar o fogo — numa das muitas vezes em que êle espontaneamente apareceu ante seus olhos assombrados. Os homens ainda não sabiam como produzí-lo, mas já conheciam algumas de suas propriedades, — umas benéficas, outras prejudiciais. Dava calor, afugentava as feras, produzia dor e, às vezes, também a morte... Em pequeninas caixas fabricadas com a casca de grandes árvores, onde pudesse receber ar, mas não em demasia, e onde ardesse lentamente, transportavam-no de um lado para outro, conservando-o com o máximo cuidado. De uma caixinha fazia-se outra e mais outra... As tribus inimigas procuravam roubá-lo umas às outras; possuí-lo era uma arma poderosa; precindir dele era uma fraqueza.

^{*} Os dois últimos capítulos do presente estudo serão publicados no próximo número da REVISTA.

Assim deve ter sido a vida em seu início, frágil e quebradiça. Engendrada por um conjunto de circunstâncias — como seria sensacional conhecê-las! — propaga-se pouco a pouco, quando é propícia a ocasião. Por fim — tal um incêndio abrasador — cobre tôda a Terra e já nada importa, senão ela, pois que tudo, neste planeta, lhe será submetido

11

É extraordinário o número de recursos engenhosos de que lança mão a vida para perdurar.

Quanto mais perseguida e acossada é uma espécie, tanto mais prolífera se torna, se é muito grande o número de ovos que se perdem antes de serem fecundados, em compensação as fêmeas os põem aos milhões; se o pólen e o ovário de uma espécie vegetal se encontram em plantas distintas, sabe aquele achar a maneira de se fazer levar, pelo vento, para cumprir seu destino

E já mencionámos, implicitamente, o sexo, o maravilhoso mecanismo pelo qual a vida não só se perpetua — há organismos unissexuais ou, melhor ainda, assexuais, que também se perpetuam — mas ainda adquire infinita variedade Éste fenômeno ocorre em admiráveis condições econômicas, sem o menor desperdício, sem excesso nem falta de produção, isto é, conservando um perfeito equilíbrio numérico.

É êste o tema de que vamos tratar, levando em consideração, sobretudo, o *homem*, mas isso não quer dizer que, em determinados momentos, não nos refiramos também, de passagem, a outras espécies.

III

Dos dois sexos existe um que, desde o princípio, se investiu de esmagadora superioridade sôbre o outro. Se, de modo geral, o homem é galante para com a mulher, quando em caráter particular, já não o é tanto em se tratando de conjuntos numerosos.

Não vamos perder tempo em discutir supremacias. Interessa-nos muito mais deixar estabelecido que os dois sexos são, simplesmente, distintos, ou, se preferível, que se completam E o surpreendente equilíbrio numérico a que vimos de fazer alusão vem comprová-lo

Não obstante, desde os tempos imemoriais, os pais teem recebido com satisfação especial o nascimento de um filho de um varão Em quase todos os idiomas há um dito vulgar que corresponde a esta idéia Em castelhano temos a frase, pouco feliz, "mala noche y nacer hija", para indicar um resultado pobre, que não recompensa suficientemente o esfôrço feito.

Estabeleceu-se, na Argentina, o costume do *apadrinhamento presidencial*, para o sétimo filho varão de uma família.

A que se deve tal preferência? São, possivelmente, resíduos de tempos passados, quando as condições de vida então dominantes requeriam maior esfôrço físico. Mais tarde, predominaram os motivos religiosos, depois os nobres e os reis quiseram assegurar a descendência masculina, para continuação de sua obra e perpetuação de seu nome. E, posteriormente, a ambição desenfreada de alguns governantes, que precisam de soldados e mais soldados para impor ao mundo a sua vontade.

Explica-se, dêsse modo, o interêsse que, em todos os tempos, tem inspirado a determinação dos sexos, e o grande número de hipóteses elaboradas a êsse respeito. Hipóteses essas das quais surgiram não poucas *receitas* para determinar à vontade o sexo do filho esperado.

IV

René Worms, em um interessantíssimo livro, *A sexualidade nos nascimentos franceses*, París, 1912, classifica, seguindo os autores de seu tempo, em três grupos as hipóteses acêrca da determinação do sexo, cada um dêsses três grupos correspondendo a uma teoria básica: a teoria epigâmica ou metagâmica; a progâmica, e a singâmica ou paragâmica. Vejamos em que consistem essas teorias.

De acôrdo com a primeira, o sexo não estaria definitivamente determinado desde o momento da fecundação E durante certo espaço de tempo — distinto para cada espécie — poder-se-ía influir sôbre êle.

É uma hipótese que responde ao desejo — tão natural no homem — de moldar a seu prazer os acontecimentos futuros, e sôbre ela se baseiam muitas das *receitas* a que há pouco aludimos.

Poder-se-ia alegar em seu favor — antigamente, quando a ciência ainda não havia esclarecido certos princípios que hoje parecem indiscutíveis — o fato de as manifestações exteriores do sexo não aparecerem senão durante o segundo mês de vida do embrião. Isto não significa, naturalmente — e já veremos que assim é — que o sexo real já não esteja perfeitamente determinado.

A teoria progâmica e a singâmica negam a possibilidade de o sexo ser modificado depois da fecundação. A teoria progâmica vincula a produção do sexo à composição química do óvulo Há óvulos masculinos e femininos e são estes, e apenas estes, os que, de antemão, impõem o sexo ao ser que vai nascer. Como se vê, o pai — segundo esta teoria — não exerce influência alguma sôbre o sexo de seus filhos. E o amor próprio varonil — acaso mais do que qualquer consideração de caráter científico — rebelou-se contra essa hipótese.

Por isso, gozou de maior crédito a terceira teoria: a singâmica, segundo a qual o sexo se determina irrevogavelmente no ato da fecundação.

Quando Worms escreveu o seu livro — uma tese de doutorado — a questão do determinismo do sexo (cito suas próprias palavras) "estava longe de ter sido resolvida, no que diz respeito ao reino animal". Hoje, já não acontece o mesmo; parece haver-se escrarecido qual é o mecanismo regulador. Todavia, é interessante investigar-se um pouco o passado, para ver como foi encarada a questão, quando a ciência estava ainda em seus albores, ou quando a abordavam pessoas alheias a tôda preocupação científica.

v

A *Bíblia* constitue uma fonte inesgotável de informações. Não há problema que, desde os tempos mais remotos, tenha preocupado a humanidade, sem que nela se encontre uma referência oportuna, ou uma tentativa de solução.

No "Gênesis" — capítulo XXIX a XXXI — conta-se a história de Jacó, e nela se vê como Lia, pelo simples fato de amar o marido mais do que êle a amava, via encher-se de varões o seu lar.

Iguais indicações fornece o $Talmud\ Caldeu$; aquele dos dois pais cuja paixão for maior, é o que determina o sexo do filho. Não impõe, porém, o seu próprio sexo, mas sim o oposto.

Por esta razão, o rei Luiz Filipe da França dizia uma vez, confidencialmente, a Meyerbeer, o grande compositor convidado à sua mesa: "Se já leu o *Talmud*, sabe porque posso anunciar a meus parentes e amigos o sexo do filho que espero".

E, segundo se assegura, em outra ocasião foi ainda mais explícito. "Quando desejo uma menina, ofereço-a à rainha; se quero um varão, espero que seja S M. quem m'o ofereça".

$\mathbf{v}\mathbf{I}$

Apesar da segurança que tinha o rei de França na infabilidade de seu método, não se baseava êste em nenhum fundamento sério, se bem que, de certo modo, se apoiasse em textos sagrados.

Maiores pretensões teem outras teorias de caráter pre-científico — digamo-lo assim.

HIPÓCRATES quis explicar a formação dos sexos, atribuindo-a à qualidade do líquido seminal.

Para os médicos chineses existem dois elementos: o elemento forte, ou "yang", e o fraco, ou "yi". Se o elemento "yang" prevalece no homem e o "yi" na mulher, nascerá um varão; em caso contrário, nascerá uma menina.

Segundo Aristóteles, a determinação do sexo depende da gonadia que funcione no momento da fecundação. Uma delas — a direita —

dá origem aos varões; a outra, às meninas. É fácil, pois, prendendo a que deva permanecer inativa, obter, à vontade, filhos de um ou de outro sexo.

Muitos autores antigos — Demócrito, Galeno, Columela e Plínio, entre outros, — adotaram esta hipótese, aparentemente simples e lógica. Ressuscitou-a o famoso médico árabe Avicena, nos primeiros anos do século XI, em seu famoso tratado de medicina, Canon. Posteriormente, D. Juan de Huarte, autor do conhecidíssimo Exame de Talentos, reproduziu-a em pleno século XVI. E não foi êle o último. Durante o século passado, publicaram-se livros em que o método aristotélico era calorosamente recomendado. É bem verdade que o século XIX foi, talvez, o mais fecundo em receitas e sistemas de tôda a sorte. Compreende-se isto facilmente. Havia uma multidão de leitores, ávidos de saber, porém com escasso preparo básico, aos quais era fácil fazer-se passar por ouro o ouropel.

Por êste motivo, juntamente com as teorias dotadas de relativo fundamento científico e base experimental, pulularam os produtos do mais desenfreado charlatanismo.

VII

Alguns autores, não contentes em fornecer os meios para determinação prévia do sexo dos filhos, chegam a ensinar como se pode, também, dotá-los de inteligência.

Robert le Jeune fez publicar, em 1802, um livro intitulado La Megalanthropogénésie — a arte de produzir homens de talento —, do qual só nos restam um chistoso comentário do Dr. Jules Renault, e uma quadra que o mesmo Dr. Renault transcreve em seu recente livro Menina ou menino?; diz-nos esta quadra, em tradução mais ou menos livre:

"Pelo autor incompreendido, devemos todos lamentar seu papá não ter sabido êsse sistema praticar."

Não foi êle, contudo, o único a se arrojar a tais emprêsas. Nos fins do século passado, ainda encontraríamos nas livrarias de Buenos Aires um volume, impresso em Barcelona, ostentando um título sugestivo: Os segredos da geração, ou seja a arte de gerar filhos ou filhas, à vontade, e de produzir homens de talento. Seu autor, Marcelo de Rubempré, havia publicado a primeira edição em Bruxelas, em 1837. E justamente por se tratar de uma obra de caráter essencialmente popular, conseguiu sobreviver a seu autor, rendendo lucros consideráveis aos editores. Hoje não se encontram mais exemplares à venda. Nossos esforços, pelo menos, para conseguir um, foram infrutíferos. E é pena, pois teria sido um curioso documento histórico.

VIII

Em pleno século XX, entretanto, podem-se encontrar documentos históricos dêsse tipo.

Em Junho de 1921, uma revista científica, *Le Monde Médical*, publicou, a título de curiosidade ou, se se preferir, de *documento*, uma extraordinária estatística.

No ano de 1907, de 1 942 mulheres japonesas que queriam ter um filho varão, 1 908 viram realizado o seu desejo. Como? Apenas pronunciando uma vez ou outra, durante o dia, e como que inconcientemente "Trago em mim um varão" É a isso que chamamos "a prece do inconciente" e que, no fundo, não é mais do que uma forma especial do método conhecido como ideoplastia, ou seja a influência da imaginação sôbre o sexo do filho esperado. Método velhíssimo — nada há de novo sob o sol — pois, de certo modo, segundo o "Gênesis"— capítulo XXX — é o mesmo que já empregava Jacó para aumentar seus rebanhos às expensas de Labão.

E, a propósito, o próprio Renault, já citado, conta uma deliciosa anedota. O mais provável é que ela seja apócrifa, pois, neste caso, seria oportuno dizermos: Si non e vero...

Uma senhora grávida desejava um varão e o médico — partidário, sem dúvida, da ideoplastia — recomendou-lhe as leituras em que figurassem herois do tipo masculino

No devido tempo, a senhora viu atingidos e até cumulados os seus desejos. E não há exagêro em dizermos "cumulados", pois teve três esplêndidos exemplares do sexo forte.

E ao pobre pai, ante aquela tríplice graça, só ocorreu exclamar. "Ainda bem que ela leu *Os três mosqueteiros* Que teria acontecido se ela se tivesse lembrado de ler *Alí Babá e os quarenta ladrões* .?"

IX

Durante muito tempo a influência da alimentação foi julgada decisiva.

Velhos manuscritos dos séculos passados conteem indicações precisas acêrca de um conveniente regime alimentar. E a tradição transmitiu até nossos dias alguns deles.

Às vezes a receita é simples. Napoleão recomendou, certa ocasião, a uma futura mãe, que bebesse todos os dias um pouco de vinho puro "Certamente" — acrescentou — "não me acreditará". Não sabemos se o acreditou, porém seguiu o conselho e, como era de esperar, em lugar do desejado varão nasceu uma menina

No comêço dêste século, um famoso médico vienense, o professor Schenk, lançou uma teoria que lhe valeu abundante e proveitosa clientela. As mulheres atacadas de glicosúria davam à luz meninas, isto na maior parte dos casos. A conclusão era, portanto, óbvia. No caso de se quererem meninas, não havia mais do que submeter a mãe a um regime de alimentação muito rico em açúcar: bombons, doces, pastéis... Em compensação, para se conseguir um varão, haveria de ser seguido, ao contrário, um regime análogo ao que se prescreve aos diabéticos: carne em abundância, nada de açúcar ou de frutas. O sistema falhava pela base. Quando, porém, o acaso queria que o resultado concordasse com a teoria, o seu criador registrava o fato como um triunfo. Nos casos adversos nunca faltava uma circunstância que explicasse com clareza o porquê do fracasso.

A moda, porém, passou, e o sistema morreu. É verdade que seu autor já estava rico.

 \mathbf{x}

Um médico de Genebra, o professor Thury, emitiu em 1863 uma curiosa teoria. O sexo dependia — segundo êle — do grau de madureza do óvulo no momento da fecundação. Um óvulo recente — fresco, digamos — dava origem a uma menina; de um óvulo já maduro — adulto — nascia um varão.

Thury apoiava sua teoria em observações realizadas com vacas leiteiras. Quando, porém, outros estudiosos buscaram nos fatos uma confirmação ela desmoronou.

A teoria do Dr. Thury seguiu-se outra não menos original: a do Dr. Mestivier, que pretendia que a ovulação, na mulher, era alternada quanto aos sexos. Por conseguinte, para o primeiro filho, o sexo ficava forçosamente entregue ao acaso Para o seguinte, contudo, um cálculo simplicíssimo permitiria obterem-se varões ou meninas, conforme a vontade.

Cumpre dizer que esta teoria — como as que a precederam e como as que haveriam de seguí-la — foi apenas flor de um dia.

 \mathbf{x}

A constituição física dos pais também foi invocada como causa do sexo.

Um autor francês — Giro de Bouzareingues — dividiu a sociedade francesa em três grupos, correspondentes a três classes de ocupações. as que favorecem o desenvolvimento físico; as que, de maneira mais sensível, tendem a contrariá-lo — profissões sedentárias —, e as que não exercem maior influência sôbre êle. E achou que, na primeira categoria, predominam os filhos varões, enquanto que, na segunda, ocorre

justamente o oposto, não havendo, na terceira, predomínio sensível de um sexo sôbre o outro.

Seguindo a mesma orientação, o professor A. Cleisz realizou minuciosas observações e chegou, entre outras, às seguintes conclusões:

- a) o excesso de varões é, geralmente, um sinal de fraqueza;
- b) os matrimônios entre consanguíneos biologicamente maus dão excesso de varões;
 - c) a ilegitimidade diminue consideravelmente o número de varões;
- d) quando é muito grande a desproporção entre as idades dos esposos, nasce maior número de varões;
- e) quanto mais robusto for o homem, maior probabilidade haverá em que predominem, em sua prole, os exemplares do sexo oposto. A mesma tendência demonstra a mulher. Quer isto dizer que, num matrimônio, tende a predominar, nos filhos, o sexo daquele que é constitucionalmente mais fraco.

XII

Não é possível continuar apreciando — nem haveria nisso verdadeiro interêsse — o acúmulo de teorias mais ou menos absurdas elaboradas em profusão pelos doutos e semi-doutos

A praga dos semi-doutos é uma das maiores que afligem a humanidade. E, sobretudo, em matéria de medicina É o caso de recordarmos aquí a conhecida anedota do bobo da côrte de Francisco I, Chuquet, o qual, tendo apostado com o rei que lhe provaria como a profissão mais propagada era a do médico, apresentou-se um dia diante dele, com o rosto coberto e queixando-se de horrível dor de dentes O rei aconselhou-o, então, a fazer diversas coisas. E o bobo, arrancando o lenço, replicou: "Não é preciso, Senhor; só queria ganhar minha aposta. V. M. é o vigésimo quinto médico improvisado que encontro esta manhã em meu caminho".

Nos fins do século XVIII, Drelincourt contou 262 hipóteses relativas à determinação do sexo e, "tôdas elas, carecentes de fundamento" Ao que Blumenbach replicou, espirituosamente, que Drelincourt se estava esquecendo de sua própria teoria, com a qual o número se elevava a 263

Blumenbach, entretanto, também tinha a sua — a 264.ª! — a "Bildungstrieb", de "Bildung", formação, e "Trieb", propensão, impulso.

Desde então tem aumentado o número de teorias e de hipóteses, que talvez aumente mais ainda, apesar de existirem motivos fundados para acreditarmos que, afinal, já se encontre traçado o caminho da verdadeira investigação científica.

XIII

O problema, na realidade — tal como se delineou desde o seu princípio — não pode ter solução. Já em 1812, no Congresso de Naturalistas de Munster, dizia o eminente diretor do Instituto de Biologia de Dahlem, Dr. Correns: "A determinação prévia do sexo, ao livre alvitre dos pais, praticamente se torna tão impossível quanto, em outro campo, a quadratura do círculo e o moto-contínuo".

E o lógico é que assim seja; como poderia ficar ao capricho variável dos mortais uma questão de tal transcendência? Onde acabaríamos se o homem pudesse transformar, a seu bel prazer, uma lei tão fundamental para a perpetuação da espécie?

O verdadeiro problema é outro: consiste em descobrir qual o engenhoso mecanismo que mantém, através do tempo e do espaço, o equilíbrio numérico dos sexos. Equilíbrio mais favorecido do que perturbado por certos desvios que se observam e que teem chamado extraordinariamente a nossa atenção.

Este problema delineou-se em terreno firme, desde o dia em que um homem observador — o inglês John Graunt — ao examinar uma publicação considerada pouco importante e puramente informativa — os boletins de mortalidade — verificou nos fenômenos de caráter biológico e social uma surpreendente regularidade.

E ficou virtualmente resolvido quando outro homem modesto e observador, o monge austríaco Gregório Mendel, descobriu, mediante curiosas experiências com ervilhas, as leis da hereditariedade.

Os trabalhos de John Graunt foram aproveitados, posteriormente, por homens de muito maior cabedal científico e posição social. Chegouse mesmo a atribuí-los a um contemporâneo seu, Sir William Petty. Já se pôde provar, entretanto, de forma irrefutável, que o verdadeiro criador do corpo de doutrina hoje conhecido pelo nome de estatística vital, e do qual foram surgindo, com o tempo, ramificações distintas, foi Graunt.

Quanto a Mendel, seus trabalhos, durante longos anos, ficaram sepultados entre as páginas de uma modesta revista provinciana; anos depois, porém, quando autorizados cientistas reencontraram sua teoria, não vacilaram em batizá-la com o nome do humilde monge que, na solidão de seu retiro, cruzava pacientemente diversas espécies de ervilhas.

Aqueles trabalhos de Graunt permitiram a utilização da estatística para comprovar a verossimilhança de uma ou outra hipótese.

As experiências de Mendel, levadas avante com meios de investigação mais precisos e mais amplos recursos, encerraram a solução do problema do determinismo do sexo e de sua distribuição numérica dentro de limites cada vez mais estreitos. E hoje podemos, sem jactância, afirmar que, em seus pontos fundamentais, êsse problema se acha resolvido.

CAPÍTULO II

Os albores da estatística vital. — Os boletins de mortalidade ingleses. — John Graunt. — Relações numéricas entre os sexos, em diversas épocas da vida. — A maior vitalidade da mulher.

T

Costuma-se dizer — e não sem razão — que não há nada, por pior que seja, que não possa produzir algum bem. As epidemias e pestes que afligiram a Europa durante a Idade Média e parte da idade moderna, deixaram, como pegadas de sua passagem, um cortejo de dores Contudo — fraco consôlo, sem dúvida — valeram-nos algumas das mais brilhantes páginas de Os Noivos a obra prima de Manzoni

Além disso, deram origem a uma prática que teve como primeira consequência a criação da estatística vital Apavorado o rei Enrique viii com os progressos da epidemia — a "praga", como então se dizia — determinou, para acompanhar de perto os seus progressos, a publicação dos Bills of Mortality — boletins de mortalidade — que surgiram pela primeira vez, segundo o indicam tôdas as probabilidades, em 1517 E, dêsses boletins, encontram-se ainda alguns no Museu Britânico, os quais, provavelmente, correspondem aos anos de 1532 e 1537 Ao declinar a epidemia, entre os anos de 1550 e 1563, foi suspensa a publicação dos boletins, quando, porém, novamente recrudesceu, voltaram êles a ser publicados. E assim chegaram até nós notícias dos publicados durante os anos de 1563 a 66, 1574, 1578 a 83, 1592 a 95, 1597 a 1600

Parece fora de qualquer dúvida que a publicação dos boletins continuou — depois de 1563 — já em anos livres da epidemia, pois, em muitos dos que foram conservados, não se vêem indicações referentes à "praga".

A partir de 1625, a Sociedade dos Funcionários Paroquiais obteve um privilégio oficial para imprimir, por sua conta, os boletins semanais Instalada a oficina impressora, determinou-se fôsse indicado na publicação o número de enterros correspondentes a cada paróquia.

Antes disso, porém, já alguns boletins haviam sido impressos. Temos notícias, pelo menos, de que, durante o ano de 1603, foram impressos por John Windet, "impressor da Hon cidade de Londres" Além disso, parece fato averiguado que, desde 1610, existia um formulário impresso que era preenchido a mão

Não está completamente esclarecida, entretanto, a maneira pela qual eram levados ao conhecimento público êsses boletins

Para isso contribuiu, sem dúvida, o grande incêndio de Londres, verificado na madrugada de 2 de Setembro de 1666 e que, iniciado em pequena padaria, nas proximidades da ponte de Londres, se alastrou

pela cidade durante quatro dias, semeando por tôda a parte ruínas e desolação. 400 ruas, 13 000 casas, 89 igrejas — entre elas a catedral de São Paulo — ficaram destruídas.

Segundo a opinião de alguns contemporâneos, o fogo "purificou" a cidade, varrendo os últimos vestígios da grande epidemia — ou "praga" — de 1665. Devorou, porém, entre outras coisas de inestimável valor, algumas pilhas de papéis velhos; os londrinos, contudo, preocupados com perdas muito mais lastimáveis, não deram, seguramente, a êste fato o menor valor. Perderam-se assim as coleções dos boletins de mortalidade que, hoje, tanto interêsse teriam para nós.

 \mathbf{II}

Como se recolhiam os dados fornecidos pelos boletins? Ouçamos uma testemunha presencial, ou antes, a um dos membros da já citada Sociedade de Funcionários Paroquiais

"As coletoras de dados são, em geral, mulheres idosas, a quem julgo altamente qualificadas para a função Além do mais, são escolhidas por alguns dos homens mais eminentes da paróquia, com os quais elas manteem certo contacto. E se algum dos eleitores puser em dúvida a sua competência, sentir-se-ão prejudicadas, pois as suas opiniões perdem o crédito. Depois da eleição, teem ainda de provar a sua capacidade e de prestar juramento perante o Deão de Arches, ou perante um encarregado da Justiça de Paz, conforme o caso."

Por outro lado, John Graunt — a quem já nos referimos e de cujos trabalhos nos haveremos de ocupar mais detidamente — disse, a êsse respeito. "Quando morre alguém, o dobrar dos sinos ou o aviso do sacristão com quem se tratou sôbre a sepultura, informa as "coletoras" E estas — matronas que, para exercer o cargo, tiveram de prestar juramento — transportam-se para o local onde se encontra o cadáver e, inspecionando-o, ou por qualquer outro meio ao seu alcance, concluem sôbre a enfermidade ou acidente ocasionador da morte Em seguida, apresentam sua informação ao funcionário paroquial. Este, por sua vez, entrega, ao funcionário do Hall, tôdas as têrças-feiras à noite, um resumo dos enterros e batizados registrados durante a semana." O resumo geral era feito às quartas-feiras e distribuído às quintas, entre os assinantes que, para receber estas informações, pagavam a quantia de quatro xelins.

III

Eis aí o que são os *Boletins de Mortalidade*: forma rudimentar da estatística vital, que tanta importância alcançou em nossos dias e que requer, para atingir devidamente os seus fins, cada vez maiores aperfeiçoamentos.

Esses boletins, porém, criados para atender a uma finalidade ocasional — a verificação do progresso ou declínio da epidemia — a praga — precisavam apenas cair nas mãos de uma pessoa de visão clara e de aguda inteligência para prestar serviços muito mais relevantes.

Essa pessoa foi o capitão John Graunt, comerciante londrino, a quem coube ocupar-se ocasionalmente dos boletins de mortalidade, segundo êle próprio manifesta ao dedicar ao "Right Honorable John Lord Roberts", Lorde do Sêlo Privado, o livro que resultou dêsses estudos, e cujo título era Natural and political observations made upon the bills of mortality — "Observações naturais e políticas sôbre os boletins de mortalidade".

Na dedicatória mencionada, Graunt, depois de acentuar que pretender oferecer a um homem tão erudito uma obra de erudição seria — segundo o provérbio inglês — "levar carvão a Newcastle" — levar laranjas ao Paraguai, dizemos nós —, declara que teve a sorte de reduzir vários vultosos volumes a uns tantos quadros numéricos, e a certo número de observações que fluíam deles, naturalmente.

O livro em questão foi publicado em Janeiro de 1662, contando seu autor, nesta ocasião, 41 anos. Filho de um negociante em fazendas, continuou os negócios do pai, depois de haver feito sua aprendizagem numa camisaria. Isto, porém, não o impediu de alcançar certa cultura literária, para o que empregou, durante sua mocidade, as primeiras horas da manhã, antes que se abrisse a loja.

Era homem de certo bom gôsto e de fino trato pessoal. Um contemporâneo seu, Samuel Pepys, homem mundano e de alguma importância social, que nos deixou nas páginas de seu *Diário íntimo* — escrito para não ser publicado — uma pintura fiel daquela época, narra, em certo ponto, uma visita que fez a Graunt, cuja coleção de estampas mereceu a sua maior admiração: "The best collection of anything almost that ever I saw".

Pelo seu caráter conciliador e sua lucidez, era Graunt, muitas vezes, chamado a decidir em não poucas controvérsias, sendo a sua palavra acatada com respeito.

O grande incêndio a que já nos referimos, e que se verificou anos depois de publicada a primeira edição de seu livro, veio encontrá-lo rico e gozando da consideração de seus concidadãos; as perdas que sofreu naquela ocasião, entretanto, levaram-no à falência e à ruína. Ainda bem que sua boa fama em nada se prejudicou.

IV

O livro de Graunt, se bem que de reduzido número de páginas, era, na realidade, uma obra extraordinária. Seu principal mérito consistia

em ter sabido vincular, entre si, fatos que pareciam desconexos, e em ter descoberto uma regularidade admirável em regiões onde só parecia reinar o azar.

Por isso, não é de estranhar que lhe valesse a alta honra de ser admitido na Royal Society — a famosa instituição científica ainda existente que sempre selecionou seus membros entre os mais notáveis da intelectualidade inglesa.

No entanto, como ocorre com frequência sempre que surge um autor genial num meio aparentemente pouco apropriado para êle, não faltou quem negasse a Graunt a paternidade do livro que o fizera famoso.

Entre os seus amigos figurava Sir William Petty, médico e economista e que, embora de origem humilde, chegou a alcançar em sua pátria elevadas posições, fundando uma família cujo descendente direto atual é o marquês de Landsdowne. E a Petty, alguns de cujos trabalhos teem visível semelhança com o livro de Graunt, atribue-se a paternidade das famosas *Observações*

Não é oportuno, agora, discutir o caso, mas é de estrita justiça declarar que a maior parte das razões que se fazem valer em favor de Petty são artificiosas. Algumas semelhanças no estilo, certo desembaraço no manejo da nomenclatura médica, na qual Petty, por sua profissão, devia ser especialmente versado, não pesam tanto — nem muito menos — como a observação fundamental do professor Greenwood, de que a principal característica do livro de Graunt é o método crítico empregado, graças ao qual consegue deduzir, de simples fatos singulares, consequências de caráter geral. E dêsse método não se encontra o menor vestígio em nenhum dos trabalhos de Petty.

O mais que se pode pensar é que Graunt submeteu a seu amigo Petty o manuscrito de sua obra e que êste — mais versado em trabalhos literários — lhe deu alguns toques finais.

V

Voltemos ao nosso livro. O capítulo VIII trata do ponto que nos interessa.

Existem, afirma o autor de forma resoluta, mais homens do que mulheres. De 1628 a 1641, foram inumados em Londres 209 436 homens e 190 474 mulheres. Poder-se-ia argumentar que em Londres, centro de negócios, há motivos para que o número de homens exceda o de mulheres, mas o autor antecipa-se à observação fazendo notar que — durante êsse mesmo espaço de tempo — foram batizados 139 782 meninos e 130 866 meninas. Além do que as observações feitas no campo concordam com as de Londres.

"Não nos deteremos" — diz Graunt — "em conjeturar quais podem ser as causas. Gostaríamos, todavia, que os viajantes investigassem se o mesmo ocorre nos demais países".

Daí, toma pé para fazer as seguintes e agudas observações:

- a) A religião cristã, que proíbe a poligamia, conforma-se melhor à lei natural isto é, à lei de Deus do que o maometismo. Pois que, para que um homem pudesse ter várias mulheres, seria preciso que, na natureza, houvesse também várias mulheres para cada homem.
- b) E não se vá argumentar que, em certas espécies de animais domésticos, basta manter-se um pai para determinado número de mães, pois isto implicaria em que se recorresse a um processo intolerável, em tôda a linha, para os homens
- c) Esta é, talvez, a razão pela qual os lobos, as raposas e outros animais daninhos que vivem em liberdade, não se multiplicam com maior rapidez do que as ovelhas, apesar do grande número destas que diariamente é sacrificado.

Existem mais homens do que mulheres — prossegue Por isso, se bem que os homens estejam muito mais expostos a morrer de morte violenta — guerras, assassinatos, naufrágios —, e se bem que sejam êles que emigram, em maioria, para as colônias, e os que constituem a maior parte da população dos cárceres e a clientela dos carrascos, sempre sobra número suficiente para que tôda mulher encontre marido, sem recorrer à poligamia

Além do mais, o fato de a idade do homem, na ocasião do casamento, ser maior do que a da mulher, tende a manter o equilíbrio numérico

Ao que parece, há 14 homens para cada 13 mulheres. Os médicos dizem que, entre seus clientes, são elas as que prevalecem, tratando-se geralmente, porém, de enfermidades leves e facilmente curáveis Em compensação, os homens morrem em maior número, talvez por causa de seus vícios ou de sua intemperança

E, depois de muitas outras considerações de ordem moral, tendentes a condenar a poligamia e a exaltar as vantagens da monogamia, conclue.

"Este excesso de homens é uma bênção para a humanidade, é um empecilho natural para a poligamia. Existindo esta, não poderia a mulher, como agora, viver em pé de igualdade e paridade com o marido. E isto, não porque o homem não pudesse, em certos casos, manter tôdas com inteiro decôro e comodidade, mas sim porque poderia, desta forma, conservá-las submissas e privadas de tôda veleidade de independência. Por isso reduziria ao máximo possível o seu nível de vida, enquanto fôsse isto compatível com a sua própria comodidade. Os súditos mais pobres — e êste seria o caso das espôsas — são os mais facilmente governáveis"

VI

São essas — no que concerne ao tema que nos interessa — as conclusões do livro de Graunt.

Precindindo das considerações de ordem moral — cujo interêsse nem por isso negaremos — retenhamos os resultados numéricos: nascem mais homens que mulheres, um excesso não muito grande, aproximadamente cinco por cento, segundo Graunt. Como, porém, a mortalidade masculina é também superior, restabelece-se de pronto o equilíbrio.

Estas conclusões são absolutamente exatas. Observações posteriores, repetidas em países diferentes e em épocas diversas, confirmaram-nas sem deixar lugar a dúvidas.

Um século depois de Graunt — em 1766, para sermos mais precisos — o astrônomo Pedro Guillermo Wargentin, secretário da Academia de Ciências de Estocolmo, publicou, na Suécia, suas tábuas de mortalidade.

Foi a Suécia o país que primeiro organizou estatísticas demográficas; sua Repartição Central de Estatística, fundada em 1749, ainda hoje constitue um modêlo.

As tábuas de Wargentin, elaboradas por um método perfeito, refletem claramente as condições demográficas de sua época e confirmam as conclusões a que chegou Graunt ao examinar os deficientes boletins londrinos de mortalidade.

Com os dados contidos nas referidas tábuas, elaborámos o seguinte quadro:

MORTALIDADE POR MIL PARTOS, À HORA DO NASCIMENTO E DURANTE O PRIMEIRO ANO DE VIDA

*****	NAS		NASCID	OS VIVOS
ANOS	Home	Homens Mülheres		Mulheres
•	REINO	DA SUÉCIA		÷
1755 a 1757 1758 a 1760 1761 a 1763 1755 a 1763	28,2 26,0 28,0 27,4	08 20,12 04 22,01	235,34 209,15 243,44 229,36	217,40 184,00 224,35 208,77
	CIDADE	DE ESTOCOLMO		i
1755 a 1757 1758 a 1760 1761 a 1763 1755 a 1763 .	26,0 29,7 38,4 31,4	77 17,94 11 32,09	427,64 423,29 419,38 423,73	410,25 376,49 377,02 387,60

Observar-se-á sempre, tanto na capital como em todo o reino, que a mortalidade dos varões é muito superior à das meninas. Nos nascidos mortos, a mortalidade dos varões é — para os nove anos de observação — de 129,16 % sôbre a das meninas, em todo o reino. E de 136,46 % na cidade de Estocolmo. Para os que nasceram com vida, a mortalidade dos varões — durante o primeiro ano de existência — é de 109,86 % sôbre as meninas, em todo o país, e de 109,32 % na capital.

Observe-se que o excesso de mortalidade masculina é muito maior entre os nascidos sem vida do que entre os que chegaram a viver. É um fato que se vem observando repetidamente, e que tem dado lugar a não poucas conjeturas.

Se compararmos agora o número de meninos e de meninas nascidos durante êsses nove anos, em tôda a Suécia e na capital, encontraremos as percentagens que damos a seguir:

Proporção de meninos nascidos para cada cem meninas:

	Em tôda a Suécia	Em Esto- colmo
Levando em consideração os que nasceram mortos	105,02	103,53
Descontando os que nasceram sem vida	104,35	102,72

VII

Esses resultados levaram Wargentin à conclusão de que o chamado sexo fraco é o mais forte em poder vital e é o que maior resistência oferece à morte. "Quase todo o mundo" — diz êle — "atribue a maior longevidade das mulheres ao fato de sua vida ser mais metódica e retraída, e menos pesado o seu trabalho. Além da influência que poderiam ter essas circunstâncias, há causas naturais mais íntimas e indubitavelmente comprovadas pelo simples fato de a diferença ser facilmente observável desde a hora do nascimento e durante os primeiros anos de existência, quando o regime de vida é idêntico para ambos os sexos".

E; baseado nas taxas de mortalidade por idades que, com os dados de todo o reino e a média das observações nos nove anos, êle havia calculado, determina o que chamou de "poder vital" da mulher. Se supusermos que êste é sempre igual a um, para o homem, o da mulher — segundo os cálculos de Wargentin — é:

ao nascer	1,292
durante o primeiro ano	1,099
dos 5 aos 10 anos	1,074
dos 15 aos 20 anos	1,097
dos 25 aos 30 anos	1,161
dos 40 aos 45 anos	1,115
dos 55 aos 60 anos	1,292
dos 80 aos 90 anos	1,046
E, em média, durante tôda a vida,	1,075

Apenas numa ocasião, entre os trinta e os trinta e cinco anos, acha êle que o poder vital da mulher é inferior ao do homem: 0,993. E isto por motivos fáceis de explicar, levando-se em consideração a idade.

$\mathbf{VIII}_{-\epsilon}$

Poucos anos antes de Wargentin publicar suas tábuas — em 1746 — Antônio Deparcieux, da Academia de Ciências de Montpellier, publicou, em París, um volume intitulado Essai sur les probabilités de la durée de la vie humaine do qual só nos interessa recordar, no momento, as observações relativas à mortalidade dos religiosos e religiosas, comprovando, claramente, a maior vitalidade destas últimas.

As comparações de Deparcieux baseiam-se no que se chama de "vida média". Este conceito de "vida média" acha-se, hoje, muito vulgarizado. Não obstante, tentaremos definí-lo o mais breve e claramente possível.

Se tivermos um número suficientemente grande de pessoas — tôdas de igual idade — e se o acompanharmos, ano por ano, até que o grupo se ache totalmente extinto, verificaremos que algumas dessas pessoas terão morrido no primeiro ano, outras no segundo, outras no terceiro.

Supondo que as que morreram durante o primeiro ano tenham vivido, cada uma, em média, meio ano, as que morreram no segundo um ano e meio, as que morreram no terceiro dois e meio... e assim sucessivamente, admitindo — como compensação — que tôdas as mortes se verifiquem na metade do ano, encontraremos, procedendo à soma dos anos vividos em conjunto, um número que se denomina "quantidade de existência": número total de anos *vividos* por todos.

Pois bem, se fôsse possível repartir êsse número de anos, por partes iguais, entre todos os componentes do grupo inicial, a cada um deles tocaria certo número de anos de vida: é a êsse número de anos de vida que chamamos "vida média".

Como medida de precisão, deixa bastante a desejar, sendo útil, porém, para rápidas comparações, sobretudo do gênero da que vamos fazer agora.

DEPARCIEUX calculou a vida média de monges e freiras, a partir de idades diferentes, e encontrou em todos os casos — prova irrefutável da maior vitalidade da mulher — maior vida média para as freiras. E o gênero de vida de uns e de outros é muito semelhante, tudo o que comprova a afirmação de Wargentin. Existem causas íntimas, evidentemente vinculadas ao sexo, que dão à mulher maior resistência vital.

VIDA MÉDIA DOS RELIGIOSOS E RELIGIOSAS SEGUNDO DEPARCIEUX

IDADES	Religiosos	Religiosas		
5	35 anos, 9 meses	36 anos, 8 meses		
5 5.	28 » 6 » 21 » 5 »	29 » 8 » 22 » 11 »		
5.	15 » 0 »	16 » 3 »		
5	9 » 6 »	10 » 10 »		
i .	5 » 3 »	6 > 3 >		
5.	2 » 9 »	3 » 11 »		
),	1 > 10 >	3 » 3 »		
5		2 > 0 >		

Vê-se — e êste é o primeiro resultado positivo da aplicação do método estatístico ao estudo dêste problema — que o excesso de nascimentos masculinos é necessário, afim de compensar a maior mortalidade do suposto sexo forte.

A causa desta mortalidade e como e por que processo se produzem aqueles excessos, são questões difíceis que, durante longos anos, teem posto em xeque muitos cientistas, e das quais começamos hoje a entrever um princípio — apenas um princípio — de solução.

ALGUNS ASPECTOS DA REALIDADE BRASILEIRA

FEDERAÇÃO do Comércio de Minas

destinos de sua civilização moral

UIS a vossa generosidade, novamente, brindar-me com o galardão do vosso acolhimento. Ontem, e cinco anos são passados, eu vos concitava ao debate que tangesse para o acêrto dos julgamentos objetivos, fora das ortodoxias teóricas, acima das injunções gregárias, o problema da mecanização do mundo moderno

A lembrança da provação recente,

quando se aprestava para a marcha das posições uma juventude que nascera sob o signo da desolação, ouvindo a lamúria dos vencidos, estremecendo no fragor das derrotas, curtindo as privações da miséria, vergando ao sôpro das contradições, parecia fortalecer a convicção singela de que os surdos rumores que prenunciavam a tormenta, prestes a desabar, não tur-

bariam a doce placidez em que se repetia o giro das horas. É certo que, alguém, penetrando no crespo cipoal da interdependência dos povos para deter--se no conflito rude em que se defrontam o ímpeto renovador da infraestrutura econômica e a resistência conservadora da superestrutura política, voltava à liça, armado em cavaleiro, pronto a preliar pela idéia magnânima de que se faz mister "fundar a ciência da paz", assim como "existe a ciência da

guerra" E prevenia que somente "a ruína converteria" a quem "a razão não pudesse convencer". Prevenia, lamentando: — "Mas, as perdas serão grandes".

Quase a essa época, outro sociólogo, partindo do pressuposto de que "o poder é o conceito básico da ciência social, exatamente como a energia é o conceito básico da física", advertia que, se "ainda não teve ocasião de se desenvol-

> ver inteiramente a mentalidade de um potentado cujo poder seja dependente

A Gerais, entidade sindical de grau superior, realizou, a 22 de Setembro, a sua primeira reunião pública, da qual baseado no poder participaram elementos representativos das mecânico", nem classes comerciais mineiras e altas autoridades do Estado A convite daquela institiuição, profesiu o Sr O G da Costa por isso deixa de ser "perfeitamen-MIRANDA, nessa oportunidade, a conferência te concebivel em que ora aqui vai reproduzida Com a dupla autoridade de diretor do Serviço de Estanossos dias uma tistica da Previdência e Trabalho e membro oligarquia de do Conselho Nacional de Estatística, o orador fixou, em largos traços, alguns as-pectos básicos da presente conjuntura, técnicos, estabeleapresentando em têrmos de síntese sugescendo pelo contivas informações numéricas sôbre imtrôle dos aviões, portantes setores da economia brasileira das esquadras, da Trata-se, pois, de um trabalho de evidente atualidade, no curso do qual emerge, redistribuição forçada muitas vezes pela oportuna refede energia, dos rência a conceitos de autorizados economistas e sociólogos, uma ampla caractetransportes, etc., rização da hora dramática que o mundo uma ditadura está vivendo, nesta fase decisiva para os praticamente inconsenso dos ci-

dadãos". Advertia e acrescentava que "os homens do govêrno, com sua mentalidade formada no domínio das máquinas, olhariam o material humano como se estivessem habituados a olhar os seus aparelhos, isto é, como coisas insensíveis, regidas por leis que êles poderiam manipular à sua vontade", acrescendo que "um tal regime seria caracterizado por uma fria deshumanidade, sem igual em nenhuma das tiranias conhecidas".

Eis porque vos dizia, permití a recordação, que as "realizações do saber. projetando-se em cheio no torvelinho dos episódios quotidianos para submetê-los ao toque penetrante das modificações extensas, seja nas linhas da fisionomia, seja nos graus de proporção, aguçaram, reflexamente, impelindo-nos para o macaréu das generalizações, o desejo latente que escandece e arfa na eterna contemplação do fogo celestial". Dizia para arrematar que, se "não argamassamos as lajes da tôrre bíblica ou ensaiamos os lances da proeza mitológica, quedamos no entanto perante a máquina e, qual artífices de Sannaar ou descendentes de Japeto, esquecemos que o invento é nosso e nossa é a execução para ingenuamente aceitarmos o recolhimento embaidor que a diviniza, porém, que nos golpeia porque avassala, e avassala porque se dedica a reduzir-nos ao pobre artificio de meros peões, que evoluem no espêlho dos tabuleiros lisos ao sinal do comando rígido que atua pelo jôgo de sutilezas e minúcias técnicas que ligam e desdobram num seguimento frio a seriação dos tempos esquematizados" Todavia, arrematar. excetuando: — "Não o engenho bendito na honestidade do gasto, mas a bárbara caricatura na adulteração do emprêgo".

Cinco anos são passados A confiança sucedeu ao temor Hoje, côncio da responsabilidade que assumo com a honra da vossa atenção, venho participar convosco da crença que nos inspira e culto que nos afervora, patrimônio dos nossos avós, legado dos nossos filhos Pouco importa que o turbilhão prossiga na rota fatal da servidão que o junge à parabólica trágica em que se contorce e lastima, fere e aniquila, largando como rastro da trajetória maldita o luto das ruínas e a solidão dos escombros, pungente evocação do negro fadário que lhe vaticina a missão nefasta Pouco importa que aparente calma o núcleo central, ela não sobrevive à rotação da periferia Antes, rompe-se, de súbito, esvaindo-se na desgraça da própria origem

A hora em que vos falo o fuzil pipoqueia, a metralha uiva, o canhão ribomba, a mina explode, a bomba estilhaça, enquanto resfolega o carro de assalto, trepida o convés da belonave, sulca as ondas o torpedo, corta os ares o avião Não há quadrantes; a humanidade é a prêsa do flagelo que a vergasta. Tingem-se de sangue as planuras européias, embebem-se de lágrimas os areais africanos, enchem-se de rumores os desvãos asiáticos, povoam-se de duendes as selvas polinésicas e, se o solo americano não treme com a bota do invasor, tacão amaldiçoado que sempre repeliu, desde Guararapes até Queretaro, os mares que o banham, fronteira que tombou com a queda da distância, sepultam os despojos das vítimas que a traição e a covardia imolam no lazer pacífico e cumprimento do dever Também pouco importa Sustai a repulsa à crueza da frase

Acode-me citação oportuna Um historiador, consignando a resposta que daria se lhe perguntassem de que procedeu o esplendor do século XVI, resposta que vale mencionar — "A Renascença foi o resultado do triunfo do comércio baseado na moeda e no crédito sôbre o antigo sistema individual do tráfico por permuta" — declina as razões em que se sustém e, atribuindo à cédula fiduciária, "mais eficiente do que os ducados", influência ponderável no surto de prosperidade, anota que, anteriormente, se "lavrava um desejo veemente de emancipação" e "a liberdade adejava no ar", contrastando, "em parte alguma inflava o peito humano, com um sentimento de altivez e de independência, como atrás das muralhas protetoras duma cidade solidamente fortificada" Sustai a repulsa e atendei à correlação dos têrmos O entrelaçamento de interêsses, transpondo "as muralhas protetoras", cinta "duma cidade solidamente fortificada", alarga a área da comunidade, estendendo a segurança que satisfaz a "um desejo veemente de emancipação", corporifica "a liberdade" que "adejava no ar", en-

fim, provoca e alimenta "uma época particularmente digna de atenção", porqué assinala "o momento em que se generalizam as tendências e aspirações, que, política, religiosa e artisticamente, se manifestavam intermitentes e esporádicas nos séculos que o precederam". Objetar-se-á que sacrificou a antiga "noção de universo" e derrubou a "organização política e social da Idade Média". Mas, interpondo o burguês no choque do servo que trabalha com o clérigo que reza e o nobre que administra, franqueia à plebe, "povo comum", o caminho franco para o campo viçoso em que exercitará fôrças que despenderá em proveito da renovação cíclica que zela pela vitalidade do conjunto.

Não é um episódio; é uma cadeia de exemplos. Bate o elo o advento do sedentarismo; todavia, o clan, transformando-se na tribu, é que a inaugura. Se o marco inicial é a família, não a "família específica", circunscrita a pais e filhos, porém, a "grande família", desdobrada pelo escalão das gerações no entrançamento dos vínculos consanguíneos, positivamente, a mudança somente ocorre à hora em que "um grupo de pessoas unidas por uma origem comum", trocando o patriarca pelo chefe e saindo da "economia individual" para o limiar da "economia coletiva" varada a modalidade comunal, ascende a um "grupo de indivíduos que habitam o mesmo país, falam a mesma linguagem e obedecem a uma direção comum", denunciando, segundo um investigador, a presença de "uma unidade local, cultural e política", portanto, "o germe de tôdas as estruturas estatais, já que uma Nação não é essencialmente outra coisa que não uma grande tribu e o Estado, por sua vez, é a organização política de um povo ou nação". Entretanto, notai: — a transição não se opera no automatismo das reações e contra-reações a que procurou constrangê-la a simplificação materialista da doutrina de Marx.

"As fôrças materiais", pondera Leon Say, "não são as únicas a concorrer para a produção", porque "há uma outra fôrça que se chama a fôrça humana", confundindo-se "com a alma e a inteligência do homem". Logo, embora concordemos com James Robinson, admitindo que "a nossa vida psíquica inconciente sobrepuja de muito a nossa vida psíquica conciente", dado que "muitos filósofos?" estabeleceram o "espírito como qualquer coisa à parte, a ser estudado em si mesmo", enquanto a realidade insiste em que "um tal espírito, independente das funções do corpo, dos impulsos instintivos, das tradições de selvageria ancestral, das impressões infantis, das reações convencionais e do conhecimento transmitido pela tradição, foi coisa que nunca existiu", não ladearemos a circunstância de que "devemos considerar a mentalidade sobretudo como inteligência e conhecimento conciente; como o que sabemos e como a nossa atitude a propósito do que sabemos, isto é, a nossa disposição para aumentar a nossa informação, classificá-la, criticá-la e aplicá-la", nem escaparemos à condição de que, "aceito que seja com êsse sentido, o espírito já não aparece como coisa fixa, algo completo e pronto para o uso, com belas possibilidades preordenadas", poréminia contrário, torna-se uma coisa em formação — que se vem acumulando desde que o homem deu o primeiro passo no rumo do progresso", alentando-nos com o vigoroso impulso que deriva da ilação de que, "se honestamente o deseja, o homem pode aspirar indefinidamente a mais espírito pondo-se no estado de receptividade necessária e recorrendo a elementos que tem à mão" Assim, a história, e "se torna hoje mais útil do que antes, não só porque está mais ampliada, como porque leva em conta as descobertas relativas à natureza humana", apresenta, ensina e documenta: — a luta pela emancipação do homem, irmanando bárbaros e cidadãos; a peleja pela liberdade de conciência, congregando crentes e herejes; a arrancada pela igualdade política, nivelando nobres e plebeus. Ora, diferirá na campanha pela redenção econômica? A hediondez do espectro que bamboleia no horizonte, mobilizando-nos para a defesa do torrão sagrado, opina pela negativa, opina se não nos contentarmos com a palavra oracular do Santo Padre: — "A ninguém é lícito", proferia Leão XIII, "violar impunemente a dignidade do homem do qual Deus mesmo dispõe com grande reverência, nem lhe pôr impedimentos, para que êle siga o caminho daquele aperfeiçoamento que é crdenado para conseguir a vida eterna; pois nem ainda por eleição livre, o homem pode renunciar a ser tratado segundo a sua natureza e aceitar a escravidão do espírito; porque não se trata de direitos, cujo exercício seja livre, mas sim de deveres para com Deus que são absolutamente invioláveis".

Aquiescestes ao meu apêlo, sustando a repulsa à crueza da frase Creio que o vosso gesto não redundou em vão Atendestes à correlação dos têrmos em que finda a derrocada medieval Agora, atentai em que as divisões inimigas que assolam as campinas russas e revolvem os ondeados saarianos, de vez que o Extremo Oriente é a região em que se trava a batalha do "arroz contra a carne", movem-se com o pensamento que as conduziu na arrancada com que martirizaram a Polônia, invadiram a Dinamarca, assaltaram a Noruega, aviltaram a Holanda, macularam a Bélgica, injuriaram a França, fenderam a Iugoslávia e atingiram a Grécia; contudo, as legiões que morderam o chão no estertor do infortúnio heróico não mais pensam como pensavam na capitulação de Varsóvia, abandono de Narvique, recuo de Amsterdam, tropêço de Liege, retirada de Dunquerque, evacuação de Belgrado e cessão das Termópilas "Pouca luz temos, e esta facilmente no-la rouba a negligência" Começaram a aprender nos veneráveis destroços que a fúria dos bombardeios espalhava pela área martirizada dos quarteirões londrinos, epopéia que não cintila ao clarão dos petardos, mas, esplende no fulgor dos rasgos de altivez em que a vitória clangora, que a solidariedade, vocábulo que perfilharam os lexicólogos contemporâneos, não era uma palavra banal, vazia, frívola que apenas servisse para a arenga dos comícios ou para o empoado das cláusulas balofas "Sofre os outros se queres que te sofram a ti." Frente ao perigo, ela não se restringia ao agrupamento efêmero e tumultuoso para o evento fugaz de ajuda instintiva, reciprocamente encarecida; continha algo mais, algo mais de elevação e durabilidade, pois, entreabria, pura e simples, a fórmula capaz de propiciar, sem a falsidade em que pompeia a intolerância dos caprichos partidários, nem a crueldade em que se compraz a prepotência das doutrinas facciosas, resguardando a franquia da iniciativa, mantendo a propriedade privada, enobrecendo o estímulo da concorrência, premiando o grau do merecimento, e, sobretudo, firmando, sob a égide da lei e a anuência da maioria, que o interêsse de todos, ditado pela soberania do Estado, predomina sôbre o interêsse de cada um, atiçado pelo egoísmo do indivíduo, a solução que pusesse têrmo ao conflito em que a dignidade da criatura humana se diluía no esvaimento da sociabilidade, perseguida e maltratada pelo tropel dos batedores, açulados pelos proventos da caça ao lucro Invoquemos Guizot: o progresso social é "o progresso do homem como ser" e "o progresso da sociedade como norma de vida em comum".

Alegar-se-á, e Wells não o esquece, que, durante o Artois, Champagne, Verdun e Somme, "percorreu, também, todos os Estados beligerantes, um sentimento largamente difundido de fraternidade e de serviço no interêsse comum", não rareando contingentes que se sacrificassem "pelo que acreditavam ser o bem comum do Estado", para aspirar em troca à certeza de que "seriam menores, depois da guerra, as injustiças sociais e mais universal o devotamento ao bem estar coletivo" Adiantar-se-á que "a palavra "reconstrução" alegrou as vidas e alimentou as esperanças, por tôda a parte, das multidões aflitas", porém, que, cedo, "pelo meado de 1919, as massas trabalhistas de todo o mundo estavam manifestamente desapontadas e em estado de grave irritação", porque o "homem comum", o anônimo das trincheiras, o "soldado desconhecido" da legenda, "sentia

ter sido logrado e vendido", uma vez que "não haveria reconstrução alguma, mas tão somente a restauração da velha ordem — sob a forma mais áspera, imposta pela pobreza dos novos tempos". Enfim, lembrar-se-á que, presenciando, fustigadas pela ascensão dos preços, de um lado, "o empregador a resistir a seus pedidos de aumento de salários" e "do outro, a alimentação, a casa, a roupa, sendo monopolizadas e açambarcadas", o binômio de exhaustão moral, usura e fome, "começaram a perder tôda a esperança, que até então haviam alimentado, de que a paciência e boa vontade por elas reveladas pudessem jamais aliviar realmente as dificuldades, privações e misérias que as afligiam".

Não as contestemos, embora o publicista britânico, focalizando "a situação italiana", isso há três quinquênios, avise que ela "continua a ser profundamente interessante para todo o mundo, porque demonstra, nas suas formas mais duras e cruas, a qualidade da extrema-esquerda e da extrema-direita nos negócios humanos contemporâneos, a impraticabilidade e incapacidade da primeira e a prontidão e facilidade com que a propriedade e iniciativa privadas, quando postas na defensiva, podem degenerar em violência e banditismo". Aviso que se prolonga no bimbalhar do rebate — "A Itália, como a Rússia, transformou-se numa prisão para tôda pessoa do espírito livre" Não as contestemos; escudados na lição das eras, fortaleçamo-nos com o ensinamento de que "o nosso presente", escreve o biógrafo de Erasmo, "nada mais é senão um degrau para o aperfeiçoamento mais completo, uma preparação para um estado mais perfeito", apesar de que "as multidões sempre serão mais accessíveis ao compreensível, ao concreto do que ao abstrato e, por isto, na política, sempre granjeará mais facilmente adeptos o programa que, em vez dum ideal, proclamar o antagonismo, uma oposição cômoda, instintiva e maleável a outra classe, a outra raça ou a outra religião", tendência que é vício e virtude, pois suporta a correção de quem inculque "a fé no progresso moral da espécie humana pela influência de um novo ideal", porquanto é patente que "todos os problemas econômicos e políticos, morais e sociais", glosa um jesuita ilustre, "resumem-se, em última análise, em problemas humanos que pedem soluções humanas, inspiradas num conceito da natureza e dos destinos do homem". Não sentenciara o pensador chinês que "não é a verdade que torna grande o homem, porém, o homem é que torna grande a verdade"?

"As multidões sempre serão mais accessíveis ao compreensível, ao concreto do que ao abstrato." Ao abstrato da concepção wilsoniana, capitulando "lugares comuns do pensamento americano" ou "secretos desejos de todos os homens sãos" para o desastre de que emergiriam "lamentavelmente rotos e destroçados", amarfanhando "a pequena crença choramingante de uma Liga das Nações que poderia morrer ou poderia viver e crescer", segue-se, "e de todos os mamíferos, foi o homem o único que se tornou um animal econômico", porque é "o ser que se encontra na posse do fogo", o concreto dos debates que atualizam o estudo das questões post-guerra, sintetizados na enunciação que, segundo o Institute of Pacific Relations, a fundação de Nova Iorque, agrupa e seleciona:

- "1.º Reparação dos prejuízos materiais causados pela guerra
- 2.º Restabelecimento da vida econômica internacional em um mundo fragmentado e deprimido.
- 3.º Organização da vida política internacional e salvaguarda da paz futura.
- 4.º Reconciliação da política nacional com a internacionalização cultural e política.
- 5.º Restauração da fé e tolerância em um mundo incompatível com o ódio e o medo.

- 6º Organização eficiente do aparêlho governamental pela generalização da técnica, refletindo no texto da lei e influindo nos quadros da administração
- 7.º Reajustamento da frente econômica para o equilíbrio da paz econômica a ponto de evitar a grande e perigosa depressão, provocada pelas oscilações da massa dos sem trabalho
- 8º Atenuação da intranquilidade social e psíquica
- 9.º Educação integral dos povos para a política, economia e litetura sociais "

Polis ou Cosmópolis, o "Estado ou a Humanidade"? E a interrogação ressurge na alternativa milenária Desta feita, porém, não transluz a sedução dos extremos. O fascínio engana, pior, atraiçoa. A multidão aprendeu nas surprêsas da abominação que o sombreado oculta horrores que a luz não desfaz Se jorra, não os dissipa; sôlta, qual arremêsso selvagem, abate no rodeio da síncope quem a arrosta no relance do jato que estonteia Não reina a quietação, não impera a segurança, pauta o ferro das grilhetas o cantochão das máguas É o arbitrio tripudiando no abastardamento Ao utopismo de Platão, "tomemos o govêrno da vida e remodelemo-lo", as populações, escarmentadas pela ambição, optam pelo pragmatismo de Aristóteles, "conheçamos primeiramente um pouco mais da vida e, durante isso, usemos e sirvamos o rei"

Bem, narram que Voltaire, estreando Orestes, recebeu quatro longas páginas de reflexões críticas Apunha-lhes assinatura mão fidalga O mago de Cirey, conciso e malicioso, quiçá, áspero, mas ferino, respondeu no laconismo de uma linha: — "Senhora Marechala, Orestes não se escreve com H" A propósito Cumpria-me pelo vosso convite repassar a conjuntura pátria, estimando-lhe o potencial, medindo-lhe a progressão, pressentindo-lhe o rumo Concordemos Apanhar as tabelas da indústria, 2 988 estabelecimentos em 1907, 13 336 em 1920 e 64 007 em 1940, incluídas as oficinas subsidiárias, e, computando o operariado, 136 420 em 1907, 275 512 em 1920 e 825 425 em 1940, enquanto a produção alçava de Cr\$ 668 843 372,00 em 1907 a Cr\$ 11 064 233 300,00 em 1938, através de Cr\$ 3 238 572 799,00 em 1920, incorporado o sal, especialidades farmacêuticas, jóias e obras de ourivesaria, emoldurar a pujança manufatora Extrair-lhes os números índices 100,00 em 1907, 446,32 em 1920, 2 142,12 em 1940 ou 100,00 em 1907, 201,95 em 1920 e 605,04 em 1940, consoante nomeemos estabelecimentos ou operários Ajustá-los à carta e, discriminando locais de trabalho e trabalhadores, 1907 a 1940, destacar que o Norte, Território do Acre, Amazonas e Pará, avançou percentualmente de 4,87 a 37,88 ou 2,72 a 10,38, o Nordeste Ocidental, Maranhão e Piauí, 0,57 a 21,92 ou 3,01 a 5,20, o Nordeste Oriental, Ceará e Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, 5,86 a 139,89 ou 9,44 a 64,31, o Leste Setentrional, Sergipe e Baía, 3,71 a 94,98 com 7,70 a 39,16,0 Leste Meridional, Minas Gerais, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, 43,84 a 606,93 ou 41,34 a 180,21, o Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 36,68 a 1 226,26 ou 32,67 a 304,04, alfim o Centro-Oeste, Goiaz e Mato Grosso, 4,45 a 14,26 ou 3,12 a 1,74 Paralelamente, compulsar as estatísticas agrícolas, 118 899 toneladas de algodão em rama na safra 1922/23 para 428 523 em 1939; 332 338 de caroço de algodão em 1920 e 999 882 em 1939, 145 985 de batatas em 1920 e 503 475 em 1939; 13 985 999 de cana de açúcar em 1920 e 19 869 247 em 1939; 87 180 de trigo em 1920 e 101 107 em 1939, 13 858 252 sacos de arroz em 1920 e 24 687 731 em 1939, 13 141 468 de café em 1920 e 22 030 274 em 1939, 83 328 295 de milho em 1920 e 90 985 605 em 1939; 20 000 000 caixas de laranja em 1931 e 34 255 810 em 1939 e, deslocada a revista para o setor agro-pastoril, 30 705 400 bovinos em 1912. 34 271 324 em 1920 e 40 076 114 em 1938, 10 048 570 caprinos em 1912, 5 086 655 em 1920 e 5 747 851 em 1938, 17 400 530 suínos em 1912, 16 168 549 em 1920 e 22 495 966 em 1938, 7 289 690 de equinos em 1912, 5 254 699 em 1920 e 6 190 110

em 1938; 3 207 940 asininos e muares em 1912, 1 855 259 em 1920 e 3 848 073 em 1938, alertar que se "a principal afirmação prática dos fisiocratas, a de que a agricultura merece um lugar proeminente, porque somente ela faculta um rendimento nítido e, por conseguinte, pode resguardar a riqueza de um povo, era uma afirmação tão unilateral quão a dos mercantilistas, quando exaltavam de forma particular as excelências do comércio", a evolução norte-americana, confirmando "a lei geo-econômica da reciprocidade dos fenômenos demográficos, estatísticos e econômicos", ilustra que "a agricultura se desenvolve, porém, subordinada a ela, cresce a indústria em geral, notadamente, a siderúrgica e a mecânica, ostentando uma proporção duas vezes superior, enquanto se manifesta um alargamento progressivo entre o local da extração da matéria prima e o centro fabril manufator, acentuando cada vez mais a preponderância dos meios de transporte" e robustecendo a proposição de Adam Smith de que a riqueza das nações "é o trabalho anual que cada uma realiza para a formação do monte que originariamente atenda a tôdas as necessidades e comodidades da vida e anualmente seja consumido pela utilização imediata dos bens que produz ou pelas aquisições que êles permitam efetuar em outros povos", riqueza que não se estriba nos arrancos do exclusivismo, mas repousa na "associação harmônica da agricultura e indústria com extenso tráfico de mercadorias pela rede diversificadora em que se processa a divisão do trabalho", entrosando o funcionamento rítmico das engrenagens de mútua dependência que estadeiam o poderio da "economia mundial" que castiga os arreganhos e zurze as veleidades das autarquias que deliram com a pretensão de bastar-se a si mesmas". Não é tudo, mencionar a capitalização e, aferindo-a pela receita das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, Cr\$ 60 448 271,00 em 1931, Cr\$ 149 465 997,30 em 1935, Cr\$ 556 632 466,40 em 1938 e Cr\$ 863 519 915,20 em 1941, sublinhar que o capital, e as disponibilidades aceleram o giro dos negócios, é "o conjunto de bens econômicos ou valores monetários que uma entidade econômica pode dispor a um momento dado sem desenvolver nova atividade" ou "a 1eserva que possue depois de satisfeitas as necessidades do período econômico em que a acumulou". Não se suspeite que o comprometam as despesas de administração e os compromissos a pagar, porque é clara e eloquente a curva patrimonial: - Cr\$ 1 361 193 698,90 em 1938, Cr\$ 1 838 018 560,00 em 1939 e Cr\$ 2 348 650 619,10 em 1940 particularizando-se um triênio Não se suspeite; coincidentemente os fundos de poupança amealham Cr\$ 10 339 243 000,00 em 1941 para Cr\$ 8 928 243 000,00 em 1940 e Cr\$ 7 643 450 000,00 em 1933 É concludente. Mais, a usina de Volta Redonda, a colonização do Rio Doce, o ressurgimento da Amazônia, aço, ferro e borracha, triologia maravilhosa, o fumo enovelado das chaminés e a corrida dos altos fornos, a posse do vale encantado e a dominação das alturas sidéricas, a sangra das seringueiras agigantadas e a devassa da floresta misteriosa. Finalmente, concluir que não regredimos e não estancamos; prosseguimos e, avantajando-nos, recuperamos no espaço a fé em nosso destino.

Convenhamos que o H excede na gráfica de Orestes Mas "Muitas vezes nos engañão nossa opinião e nosso conceito, e pouco alcanção "Saudando os obreiros do Brasil, a 1º de Maio de 1939, "um dia do povo", o Presidente Vargas declarava que "elaboramos e executamos com a cooperação ativa das classes produtoras a nossa adiantada legislação social, que, a um tempo, garante os direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento econômico do país". Declarava, pormenorizando: — "Para atingirmos tais resultados, não dividimos os brasileiros, não criamos castas, não cultivamos ódios, não abrimos lutas, não tentamos nivelamentos destruidores do valor individual, oriundos de desvairadas utopias. Fizemos apenas o que o bom senso indica: aproximar os homens e de todos exigir compreensão, colaboração, entendimento, respeito aos deveres sociais". Meditemos "Muita coisa suporta a boa conciência e alegre atravessa as adversidades."

ŧ,

į

Bainville, prefaciando *Histoire de France*, indaga "por que julgar a vida de um povo de modo diferente por que se julga a de uma família?" Indaga e discorre: — "O que se vê ao fim desta análise é que não é fácil conduzir os povos, nem fácil fundar e conservar um Estado como o Estado francês, razão por que se deve, sobretudo, guardar indulgência para com os seus governantes", pois, se "compararmos a nossa condição com a dos nossos antepassados, somos levados a dizer que o povo francês deve considerar-se feliz quando vive em paz e ordem, não é invadido, nem assolado, escapa às guerras da destruição e guerras civis não menos terríveis que, ao correr dos séculos, não o tem poupado" Ao perdão da indulgência gaulesa, a conciência da admiração brasileira. "Fizemos apenas o que o bom senso indica: aproximar os homens e de todos exigir compreensão, colaboração, entendimento, respeito aos deveres sociais." Sim, materializando o lema auri-verde da Ordere e Progresso, iluminado pela flama do anseio crucial: — "Liberdade ainda que tardia"!

14

GIORGIO MORTARA (Consultor Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento)

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS INFLUÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO SÔBRE A TAXA DA NATALIDADE

SUMÁRIO — 1. Considerações introdutórias — 2. Imigração e natalidade. — 3. Decomposição da taxa de natalidade nos dois fatores: quota das mulheres em idade fecunda e taxa de fecundidade destas mulheres. — 4. A quota das mulheres em idade fecunda. — 5. Discriminação dessa quota nas partes correspondentes, respectivamente, às mulheres casadas e às não casadas; influência das proporções comparativas das duas partes sôbre a natalidade. — 6. Discriminação das partes da referida quota correspondentes aos diferentes grupos de idade; influência das proporções comparativas dessas partes sôbre a natalidade. — 7. Conclusões acêrca do primeiro fator da natalidade. — 8. Verificação da impossibilidade de conclusões gerais acêrca do segundo fator.

Para um país, como o Brasil, cuja constituição étnica sofreu notáveis modificações pelas imigrações dos últimos cem anos, torna-se sobremodo importante a análise científica das contribuições trazidas pela afluência de elementos estrangeiros ao desenvolvimento demográfico, econômico, social e cultural da nação.

Nos domínios das atividades sociais e culturais, a quantidade dos imigrantes constitue um fator secundário em relação à qualidade. Duma pequena corrente imigratória saem homens destinados a realizar ações e obras de imenso alcance nacional; enquanto outra corrente, vastíssima, só fornece modestos colaboradores à vida diária do país. Mesmo no domínio econômico, a contribuição dos vários grupos estrangeiros está longe de ser proporcional ao tamanho deles.

Mas no domínio demográfico a importância das contribuições oferecidas pelas correntes que convergem para o país de imigração só pode ser medida pelo número, embora certos aspectos qualitativos não devam ser desprezados.

Limitando, como cultores da estatística, o nosso estudo a êsse último domínio, em que êste método pode ser aplicado com maior proveito, procurámos em precedentes trabalhos medir as contribuições diretas e indiretas trazidas pela imigração ao desenvolvimento demográfico da América em geral e do Brasil em particular, no curso do último século.

O próprio assunto dêsses estudos tornava-os aptos a suscitar certos problemas de método e de determinação e interpretação dos fenômenos, que não discutimos, e às vezes nem enunciámos, para não interromper a continuidade da exposição. Alguns dêstes problemas, entretanto, merecem ser resolvidos, para que possa ficar confirmado o fundamento de algumas conclusões dos referidos estudos; tais, em primeiro lugar,

os atinentes às influências da imigração sôbre o crescimento natural da população.

2. Um dos mais complexos entre os problemas que se encontram no estudo dos efeitos demográficos das imigrações é o das influências que estas exercem sôbre o nível da taxa de natalidade, e por consequência sôbre o nível da taxa de crescimento natural, dos países a que afluem.

Este não é problema que possa ser traduzido em uma fórmula algébrica e resolvido por um processo analítico, pois apresenta aspectos biológicos e psicológicos, individuais e sociais, que em parte se subtraem a qualquer representação quantitativa; nem é problema que tenha uma única solução, pois antes — em correspondência com as inúmeras e diferentes possíveis combinações de circunstâncias — deixa aberto o caminho para inúmeras diferentes soluções.

A composição por sexo, idade, condições de família e ocupações dos imigrantes; os costumes de seus países de procedência no que diz respeito às relações sexuais, ao casamento, à limitação voluntária da prole, a variável facilidade de assimilação dos imigrados com as populações naturais dos países que os acolhem, a sua localização profissional e territorial nestes países; as proporções entre os recursos naturais, os capitais e os indivíduos aptos ao trabalho neles disponíveis; o maior ou menor espírito de iniciativa e o grau de progresso técnico e de capacidade organizadora da atividade econômica; a estabilidade ou instabilidade da situação política interior e internacional: eis aquí, em enumeração arbitrária mas significativa, alguns dos fatores que mais influem na solução de nosso problema.

Outro fator, que pela sua importância queremos pôr em relêvo particular, é o nível da mortalidade. Onde ocorrem mais vagas nas fileiras da sociedade, torna-se maior, via de regra, o impulso para preenchê-las, isto é, torna-se mais elevada a taxa de natalidade.

Aliás, a própria taxa de mortalidade está diretamente sujeita às influências da imigração, que modifica a composição da população por sexo, idade, condição social, etc.; de modo que a taxa de crescimento natural, correspondendo à diferença entre a taxa de natalidade e a de mortalidade, sofre essas influências através de ambos os têrmos que a determinam.

3. Na presente nota queremos apenas examinar um aspecto particular do grande problema geral que frisámos, a saber: queremos verificar se a enorme imigração que afluiu para as Américas nos últimos cem anos modificou a composição das populações dêste continente de maneira e em medida aptas a afetar fortemente as respectivas taxas de natalidade. Os nascimentos derivam diretamente de uma parte da população: a constituída por mulheres em idade fecunda. Logo, podemos decompor a taxa de natalidade em dois fatores, que são a quota das mulheres em idade fecunda na população e a taxa de fecundidade, isto é, a razão entre o número dos nascimentos e o das mulheres em idade fecunda:

N ascimentos	Mulheres em idade fecunda	Nascimentos
População total	População total	Mulheres em idade fecunda
Lopdingae total	τοραιαζαο τοται	Manueles cili idade icodalda

Adotando como limites normais do período fecundo da existência feminina os 15.º e 50.º aniversários, consideraremos em idade fecunda as mulheres de 15 a 49 anos completos.

Examinemos, agora, a influência da imigração sôbre os dois fatores acima discriminados.

4. Em tôrno de 1900, os quatro principais países americanos de imigração — Canadá, Estados Unidos, Brasil e Argentina ¹ — com uma população total de 101 948 000, tinham 25 504 000 mulheres de 15 a 49 anos de idade.

Na mesma época, os quatro principais países europeus de emigração — Reino Unido, Alemanha, Austria-Hungria e Itália ² —, com uma população total de 175 706 000, tinham 44 470 000 mulheres de 15 a 49 anos de idade.

A população das mulheres em idade fecunda, por 1 000 habitantes, era de 250,2 nos países de imigração, de 253,1 nos de emigração.

Sessenta anos de intensas emigrações da Europa para a América não elevaram a quota americana das mulheres em idade fecunda, na população total, acima da européia, antes a deixaram ficar um pouco abaixo dela.

Tomando, como outro têrmo de comparação, uma população ainda pouco alterada por movimentos migratórios, qual era a da Rússia Européia em 1896, encontramos, em 102 845 000 habitantes, 25 159 000 mulheres de 15 a 49 anos de idade, isto é, 244,6 por 1 000 habitantes.

Os dados acima resumidos, que na tabela I estão discriminados por países, mostram que a quota das mulheres em idade fecunda nas populações americanas difere pouco da que se verifica nas populações européias. Reunindo a Rússia aos demais países europeus considerados, obtemos para o conjunto dessa quota um valor de 250,0, que praticamente coincide com o valor de 250,2 calculado para os países americanos.

Os quatro países tiveram nos últimos cem anos um excedente de imigrações de cêrca de 33 milhões, correspondente a mais de nove décimos do total da América

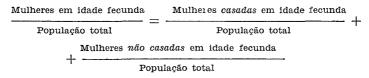
² Os quatro países tiveram nos últimos cem anos um excedente de emigrações de cêrca de 26 milhões, correspondente a mais de oito décimos do total da Europa

TABELA I

Mulheres em idade fecunda nos países de imigração e nos de emigração ¹

PAÍSES	Data		ERES DE 1 Os de Id <i>i</i>		População total	PROPORÇÃO, PO HABITANTES, C LHERES DE 15 A		DAS MU-	
INISES	Data	Casadas Milhares	Não casadas Milhares	Total Milhares	Milhares	Casadas	Não casadas	No total	
(a)	(b)	(t)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(I)	
1. Canadá 2 Estados Unidos 3 Brasil . 4 Argentina	1901 1900 1900 1895	(2) 736 11 110 1 983 442	(2) 580 8 222 1 942 489	1 316 19 332 3 925 931	5 371 75 995 16 627 3 955	137,0 146,2 119,3 111,8	108,0 108,2 116,8 123,6	245,0 254,4 236,1 235,4	
Total dos países 1 a 4	_	14 271	11 233	25 504	101 948	140,0	110,2	250,2	
5 Rússia Européia	1896	16 532	8 627	25 159	102 845	160,7	83,9	244,6	
6 Reino Unido 7 Alemanha 8 Áustria-Hungria 9. Itália	1901 1900 1900 1901	5 333 7 447 6 490 4 371	5 956 6 664 4 795 3 414	11 289 14 111 11 285 7 785	41 459 56 367 45 405 32 475	128,6 132,1 142,9 134,6	143,7 118,2 105,6 105,1	272,3 250,3 248,5 239,7	
Total dos países 6 a 9	_	23 641	20 829	44 470	175 706	134,6	118,5	253,1	

5. Cumpre lembrar que a fecundidade efetiva é muito diferente na classe das mulheres casadas e na das não casadas, sendo, via de regra, muito maior entre as primeiras. Querendo-se sondar sob êsse ponto de vista a influência das imigrações sôbre a composição daquela parte da população que diretamente contribue para a procriação, pode-se decompor a quota das mulheres em idade fecunda em dois têrmos, da maneira seguinte:



Os números absolutos e as quotas das mulheres casadas e das não casadas, que se encontram nos diferentes países, estão indicados na referida tabela I.

No conjunto dos quatro países europeus de emigração, as casadas em idade fecunda constituem 134,6 por 1 000 da população; na Rússia Européia, 160,7 por 1 000; nos cinco países reunidos, 144,2 por 1 000.

Os dados biutos que aparecem na presente tabela e nas seguintes II e IV foram deduzidos do Annuaire International de Statistique compilado e publicado pelo Institut International de Statistique (Partes I e III, La Haye, 1916 e 1919)

 $^{^2}$ O censo canadense de 1901 não contém uma classificação combinada das mulheres por idade e estado civil Supusemos que as percentagens das casadas e das não casadas entre as mulheres de 15 a 49 anos fôssem as mesmas verificadas no censo seguinte, em 1911, isto é, respectivamente 55,9 % e 44,1 %

No conjunto dos quatro países americanos de imigração as casadas em idade fecunda constituem 140,0 por 1 000 da população, quota um pouco maior do que a dos quatro países europeus inicialmente considerados, mas muito menor do que a da Rússia.

Nem sob êste aspecto a composição das populações se mostra substancialmente alterada pela imigração

Pode-se objetar que nos países de emigração muitas mulheres casadas ficam separadas, de fato, dos maridos que se acham no Exterior. Mas o exame dos censos permite afirmar que esta circunstância exerce fraca influência. Com efeito, o número dos homens casados fica inferior ao das mulheres casadas apenas de 1,3 % no conjunto dos quatro países de emigração e de 1,6 % na Rússia Européia. Os países de imigração, pelo contrário, apresentam um excedente de homens casados de 1,3 % Os dados para os diferentes países estão expostos na tabela II.

TABELA II

Homens casados e mulheres casadas, de tôdas as idades, nos países de imigração e nos de emigração

1901 1900 1900	929 13 956	904 13 813	1 027
1895	525 2 247	501 2 210	1 010 1 048 1 017
_	17 657	17 429	1 013
1901 1900 1900 1901	6 867 9 798 8 316 5 749	6 999 9 795 8 398 5 939	984 981 1 000 990 968 987
	1900 1900	1896 19 927 1901 6 867 1900 9 798 1900 8 316	— 17 657 17 429 1896 19 927 20 245 1901 6 867 6 999 1900 9 798 9 795 1900 8 316 8 398 1901 5 749 5 939

6. Considerando a população feminina em idade fecunda, sem discriminação por estado civil, os demógrafos acharam que, em todos os países, a fecundidade nesta população varia em função da idade. Essa variação depende de muitas circunstâncias, em parte de caráter biológico, em parte de caráter social. Entre as primeiras salienta-se a natural atenuação progressiva da atividade sexual e reprodutora que se manifesta com o crescer da idade além de certo limite; entre as segundas, as variáveis proporções entre mulheres casadas e não casadas e a variável intensidade da limitação voluntária da prole nas diferentes idades.

Oferece um exemplo das influências dessas circunstâncias a tabela III, que resume alguns dados das execlentes estatísticas suecas, consi-

deradas como modelos neste domínio Além da fecundidade das mulheres, sem discriminação de estado civil, a tabela indica separadamente a das casadas e a das não casadas. Com o crescer da idade, a fecundidade vai diminuindo entre as mulheres casadas, quer por efeito de fatores fisiológicos e patológicos, quer em consequência da restrição voluntária Entre as não casadas também se manifesta nitidamente a tendência à diminuição desde os 30 anos de idade. A fecundidade efetiva das não casadas equivale apenas a um décimo daquela das casadas, exclusivamente ou quase — por efeito de óbvios fatores sociais.

TABELA III

Fecundidade das mulheres, segundo a idade e o estado civil, na Suécia (1891 - 1900) *

	NÚMERO MÉDIO ANUAL DOS PARTOS POR 1 000 MULHERES				
IDADES (a)	Casadas (b)	Não casadas (c)	Com discri- minação de estado civil (d)		
15 a 19 20 » 24 25 » 29 30 » 34 35 » 39 40 » 44 45 » 49	548 432 345 311 241 130	7 35 39 36 28 13	13 110 184 211 178 98 13		
15 a 49	225	22	113		

Se considerarmos o conjunto da população feminina em cada idade, como foi feito na última coluna da tabela, veremos que, apesar da alta fecundidade virtual, característica biológica das idades juvenís, a fecundidade efetiva torna-se baixa nestas idades pela alta proporção de mulheres ainda não casadas, enquanto nas idades mais maduras a alta proporção de mulheres casadas eleva a fecundidade efetiva. Por exemplo, a fecundidade média é igualmente de 13 por 1 000 nos dois grupos de idade de 15 a 19 e de 45 a 49 anos, embora no primeiro dêstes grupos a fecundidade virtual seja muito alta e no segundo muito baixa, como indicam os dados referentes às mulheres casadas, isoladamente consideradas, cuja fecundidade atinge 548 por 1 000 no primenro grupo, caindo para 18 por 1 000 no segundo

As precedentes observações mostram como pode tornar-se interessante, para os fins de nosso estudo, o exame das influências da imigração sôbre a composição por idade da população feminina em idade fecunda. E as cifras da tabela IV, indicando esta subdivisão para os mesmos países a que nos referimos nas precedentes análises, torna possível êsse exame.

^{*} Cálculos realizados pela Statistique Générale de la France, na Statistique Internationale du Mouvement de la Population (París, 1907)

TABELA IV

Subdivisão, por grupos de idade, das mulheres em idade fecunda, nos países de imigração e nos de emigração ¹

	nejara		M	ULHERES	EM A	NOS DE	IDADE	;	
	PAÍSES	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	15 a 49
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)_	(h)	(1)
		Nú	meros e	absoluto	s (Milh	ares)			f
1.	Canadá	272	252	207	175	159	138	113	1 516
2	Estados Unidos.	3 805	3 710	3 206	2 655	2 348	1 991	1 617	19 332
3,		925	754	703	433	508	289	315	3 925
4	Argentina	202	173	159	129	115	90	63	931
	Total dos países 1 a 4	5 202	4 889	4 275	3 392	3 130	2 508	2 108	25 304
5.	Rússia Européla	5 414	4 597	3 800	3 514	3 000	2 634	2 200	25 159
6	Reino Unido	2 103	2 098	1 882	1 586	1 379	1 206	1 035	11 289
7	Alemanha	2 653	2 560	2 244	1 990	1 741	1 578	1 345	14 111
8	Áustria-Hungria	2 263	1 945	1 674	1 566	1 403	1 342	1 092	11 285
9	Itália	1 488	1 373	1 134	1 054	983	926	827	7 785
	Total dos países 6 a 9*	8 507	7 976	6 934	6 196	5 506	5 052	4 299	44 470
		Pro	porções	por 1 0	00 habit	antes			
1	Canadá	50,7	46,9	38,5	32,6	29,6	25,7	21,0	245,0
2 .	Estados Unidos	50,1	48,8	42,2	34,9	30,9	26,2	21,3	254,4
3	BRASIL	55,5	45,4	42,3	26,0	30,6	17,4	18,9	236,1
4	Argentina	51,1	43,7	40,2	32,6	29,1	22,8	15,9	235,4
	Total dos países 1 a 4	51,0	48,0	41,9	33,3	30,7	24,6	20,7	250,2
5	Rússia Européia	52,6	44,7	36,9	34,2	29,2	25,6	21,4	244,6
6	Reino Unido	50,7	50,6	45,4	38,2	33,3	29,1	25,0	272,3
7	Alemanha	47,1	45,4	39,8	35,3	30,9	28,0	23,8	250,3
3	Austria-Hungria	49,8	42,8	36,9	34,51	30,9	29,6	24,0	248,5
9.	Itália .	45,8	42,3	34,9	32,4	30,3	28,5	25,5	239,7
	Total dos países 6 a 9	48.4	45,4	39,5	35,3	31,3	28,7	24,5	253.1

No conjunto dos quatro países americanos de imigração as mulheres em idade de 15 a 29 anos constituem 140,9 por 1 000 da população total; no conjunto dos quatro países europeus de emigração, 133,3 por 1 000.

As mulheres de 30 a 49 anos constituem 193,3 por 1 000 da população nos países de imigração e 119,8 por 1 000 nos de emigração.

Sob o ponto de vista, puramente biológico, da fecundidade virtual, a proporção um pouco maior das mulheres mais moças representa uma vantagem para os países de imigração. Mas a ação dos fatores sociais, que atrás frisamos, tende a neutralizar esta vantagem, na determinação da fecundidade efetiva, favorecendo, pelo contrário, os países de emigração, que teem maior proporção de mulheres mais velhas ainda em idade fecunda.

Pode-se obter uma idéia desta singular trama de circunstâncias calculando quais seriam as taxas de natalidade nos dois conjuntos de países, dadas as proporções efetivamente verificadas dos diferentes

¹ As datas a que se referem os dados dos diferentes países são indicadas nas tabelas I e II

grupos de mulheres na população total, e suposta a fecundidade de cada grupo igual a um determinado padrão. Na tabela V realizamos o cálculo adotando como padrão a fecundidade sueca de 1891-1900, conforme as indicações da tabela III, e chegamos às taxas de natalidade seguintes:

28,82 por 1 000 habitantes, para os países de imigração;

29,04 por 1 000 habitantes, para os países de emigração.

Na tabela VI, adotando como padrão a fecundidade búlgara de 1901-05, chegamos às taxas de natalidade de:

48,86 por 1 000 habitantes, para os países de imigração,

48,74 por 1 000 habitantes, para os países de emigração.

TABELA V

Cálculo da taxa de natalidade nos países de imigração e nos de emigração, conforme o padrão da fecundidade sueca de 1891-1900

IDADES	Número médio anual dos partos por 1 000 mulheres das idades	PROPORÇÃO DAS MULHERES DAS IDADES INDICADAS POR 1 000 HABITANTES		DAS IDADES	
(a)	indicadas	4 países de	4 países de	4 países de	4 países de
	(Suécia)	imigração	emigração	imigração	emigração
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
15 a 19	13	51,0	48,4	0,66	0,63
20 » 24	110	48,0	45,4	5,28	4,99
25 » 29	184	41,9	39,5	7,71	7,27
30 » 34	211	33,3	35,3	7,03	7,45
35 » 39	178	30,7	31,3	5,46	5,57
40 » 44	98	24,6	28,7	2,41	2,81
45 » 49	13	20,7	24,5	0,27	0,32
15 a 49	_	250,2	253,1	28,82	29,04

TABELA VI

Cálculo da taxa de natalidade nos países de imigração e nos de emigração, conforme o padrão da fecundidade búlgara de 1901-05 1

IDADES	Número médio anual dos nascidos vivos por 1 000 mulheres das	PROPORÇÃO D DAS IDADES POR 1 000 H	INDICADAS	NASCIDOS VIVOS DE MULHERES DAS IDADE INDICADAS, POR 1 000 HABITANTES, CONFORM FECUNDIDADE BÚLGA		
(a)	idades indicadas	4 países de	4 países de	4 países de	4 países de	
	(Bulgária)	imigração	emigração	Imigração	emigração	
	(b)	(c)	(d)	(e)	(1)	
15 a 19	24	51,0	48,4	1,23	1,16	
20 » 24	289	48,0	45,4	13,87	13,12	
25 » 29	312	41,9	39,5	13,07	12,32	
30 » 34	309	33,3	35,3	10,29	10,91	
35 » 39	204	30,7	31,3	6,26	6,39	
40 » 44	121	24,6	28,7	2,98	3,47	
45 » 49	56	20,7	24,5	1,16	1,37	
15 a 49	_	250,2	253,1	48,86	48,74	

 $^{^4}$ As taxas de fecundidade 1
ussas, calculadas poi Kuczynski (opcit), são as seguintes, na oldem dos 7 grupos de idade: 30, 309, 334, 331, 219, 130, 60 nascidos vivos por 1 000 mulhe
ies

Os resultados obtidos pelo método da "fecundidade padrão", que aplicamos, variam segundo o padrão adotado: escolhendo o sueco, afetado pela frequência de casamentos tardios e pela limitação voluntária da prole, obtemos uma taxa de natalidade moderada; escolhendo o búlgaro, influenciado pela frequência de casamentos precoces e pela quase completa ausência de limitações artificiais da procriação, obtemos uma taxa de natalidade elevada. Mas o objetivo da aplicação dêsse método não é determinar o nível da fecundidade (fim para que, aliás, seria impróprio), e sim verificar como influem as quotas dos vários grupos de idade femininos na população total, sôbre êste nível. Logo, a quase coincidência das taxas calculadas para os países de imigração com as dos países de emigração nos mostra que as diferenças existentes entre êsses dois conjuntos de países na representação relativa dos diferentes grupos de idade femininos não exercem influências notáveis na determinação da taxa de natalidade.

Além dos dois padrões acima citados, experimentamos a aplicação de muitos outros, europeus e americanos, chegando em todos os casos a taxas de natalidade pouco diferentes para os países de imigração e os de emigração. Por exemplo, ao padrão norueguês de 1889-92 ³ correspondem taxas de 31,56 por 1 000 habitantes para os países de imigração e de 32,01 para os de emigração; ao padrão russo de 1896-97, ⁴ taxas respectivamente de 52,54 e de 52,41. Variam fortemente os níveis, variando o padrão; mas se mantém constantemente pequena a diferença entre as taxas calculadas para os dois conjuntos de países.

7. As análises efetuadas nos parágrafos precedentes mostraramnos que os países de imigração considerados não apresentam como
característica geral, nem uma quota de mulheres em idade fecunda
excepcionalmente elevada, nem uma composição por estado civil e por
idade desta parte da população feminina que seja particularmente favorável a uma alta fecundidade.

Estamos, portanto, autorizados a concluir que as modificações determinadas pela imigração na composição das populações examinadas não são aptas a exercer notáveis influências sôbre o nível da taxa de natalidade.

Esta conclusão não quer significar — o que seria absurdo — que a imigração não influe sôbre o número dos nascimentos nos países onde ela se verifica.

 $^{^{1}}$ Os dados sõbre a fecundidade búlga
la foram calculados por R. R Kuczynski (The Balance of Birth and Death, vol II; Washington, Brookings Institution, 1931)

³ As taxas de fecundidade norueguesas, calculadas pela Statistique Generale de la France (op ctt.), são as seguintes, na ordem dos 7 grupos de idade: 7, 100, 204, 230, 210, 129, 28 nascidos por 1 000 mulheres.

Só quer significar que, sendo:

Número anual dos nascimentos = População \times Taxa de natalidade, a influência da imigração se exerce principalmente sôbre o primeiro fator, população, e afeta apenas em medida desprezível o segundo, taxa de natalidade.

Embora as nossas tabelas reúnam dados para os diferentes países de imigração e de emigração, de propósito limitámos a análise aos totais por conjuntos de países. O exame dos dados por países isolados torna-se muito interessante, mas desvia a atenção do assunto fundamental, visto que em cada país circunstâncias peculiares concorrem, muito mais do que a imigração ou a emigração, para alterar a quota das mulheres em idade fecunda ou a respectiva taxa de fecundidade.

8. A imigração afeta, sem dúvida, a taxa de fecundidade, segundo fator da taxa de natalidade discriminado no parágrafo 3, não somente pelas modificações que determina na composição, por estado civil e por idade, da população feminina em idade fecunda, senão também pelas influências que exerce sôbre a taxa específica de fecundidade de cada grupo segundo a idade e o estado civil Mas estas influências não podem ser reconduzidas a um único tipo, pois operam segundo os mais diversos modos e rumos.

A imigração proveniente dum país de irrestrita proliferação tende a elevar as taxas específicas de fecundidade; a proveniente dum país de proliferação artificialmente limitada tende a baixá-las. A imigração que ajuda a expansão econômica estimula a fecundidade; a que agrava a depressão a refreia. Seria fácil multiplicar os exemplos de modificações em sentidos opostos determinadas pelo mesmo fenômeno da imigração nas taxas de fecundidade. Entretanto, aquí queremos apenas ilustrar a impossibilidade de chegar a generalizações neste assunto, e para êsse fim bastam os exemplos acima.

A única conclusão de caráter relativamente geral a que se pode chegar na complexa matéria parece-nos ser a exposta no parágrafo precedente. Procuraremos pô-la em relação, num próximo estudo, com os resultados da análise dos efeitos da imigração sôbre a taxa de mortalidade.

JOÃO LYRA MADEIRA

(Da Comissão Censitária Nacional)

A INFLUÊNCIA INDIRETA DAS CORRENTES MIGRATÓRIAS SÔBRE O DESENVOLVIMENTO DEMOGRÁFICO

Hartigo intitulado "Los fatores demográficos del crescimiento de las poblaciones americanas en los últimos cien años", publicado na Revista de Economia y Estadística, * da Argentina, o Professor Mortara faz um interessante estudo da contribuição indireta trazida pela imigração ao crescimento demográfico da América Essa contribuição provém do acréscimo que a reprodução dos imigrados provoca nos contingentes dos nascidos no país onde êles se localizam. Resulta que, no fim de certo período de tempo, a população compreende, além dos próprios nativos e do excedente de imigrados sôbre emi grados, certo grupo populacional, descendente dos imigrantes entrados no país durante aquele período

Quando as etnias dos imigrantes e dos nativos são afins, essa contribuição representa o que de melhor pode dar a corrente imigratória, porque constitue talvez o mais importante elemento de fixação e de assimilação do estrangeiro no país

É claro que o problema mais importante a ser estudado, com relação à imigração, é o que se refere à influência exercida pela corrente imigratória na formação étnica e no desenvolvimento econômico dos povos

No entanto, mesmo para um estudo dessa ordem, é altamente interessante o conhecimento das proporções com que os elementos nativos e alienígenas concorreram para o crescimento da população.

No que se refere à contribuição da corrente imigratória, o Professor Mortara a decompõe em duas. uma, direta, constituída pelo excedente de imigrados sôbre os emigrados, outra, indireta, proveniente do acréscimo trazido pela mesma corrente ao número anual de nascimentos do país.

A contribuição direta é de fácil determinação, quanto à contribuição indireta o seu cálculo seria impraticável se quisessemos determiná-la com absoluto rigor, dado o número de variáveis de que depende Mas, se nos contentarmos em obter um valor aproximado, torna-se

^{*} Aug IV - Ns. 1 e 2 - 1942.

então viável a decomposição do crescimento natural, de modo a isolar a parcela dêsse crescimento pela qual é responsável a corrente emigratória.

Assim, conclue o Professor Mortara que o crescimento total de 230 milhões de habitantes, verificado nos países americanos durante o período de 1840-1940, pode ser decomposto da seguinte forma:

70.87%, aumento natural independente da imigração;

13.48%, aumento natural dependente da imigração;

15.65%, aumento imigratório.

Resulta que a corrente imigratória concorreu com 29.13% do crescimento total verificado, dos quais 13.48% representam a contribuição indireta.

O cálculo feito com a divisão do período total em dois períodos de 50 anos, altera ligeiramente os resultados anteriores para 70.00%, 14.35% e 15.65%, respectivamente.

Para o Brasil as proporções são as seguintes:

81.02%, aumento natural independente da imigração;

9.63%, aumento natural dependente da imigração;

9.35%, aumento imigratório

No caso da Argentina as percentagens seriam respectivamente de 41.94%, 29.03% e 29.03%; para os Estados Unidos: 59.13%, 19,04% e 21.83%; para o Canadá. 78.43%, 11.77% e 9.80%

Assim a contribuição total da imigração (direta e indireta) para o crescimento demográfico da América, durante o século examinado teria sido aproximadamente de 30%; na Argentina, de cêrca de 58% do crescimento total da sua população; nos Estados Unidos, de 41%; no Canadá, de pouco mais de 21% e no Brasil, de pouco menos de 20%.

2) Os resultados numéricos indicados no parágrafo anterior foram obtidos pelo Professor Mortara, mediante a hipótese de que as taxas anuais de crescimento natural e de crescimento imigratório mantivessem, entre si, a mesma relação existente entre o excedente de imigrados sôbre emigrados durante o período examinado, e o excedente de nascimentos sôbre os óbitos. Representando êsses excedentes respectivamente por I e V, e as taxas médias anuais correspondentes por r_i e r_i a hipótese acima pode ser expressa pela igualdade.

$$\frac{r_i}{r_v} = \frac{I}{V} \tag{1}$$

Sendo r a taxa de crescimento total, vem:

$$r = r_i + \iota_v \tag{2}$$

Representando por P_o e P_t as populações no início e no fim do período examinado, tem-se:

$$P_t - P_0 = I + V$$

e da igualdade (1), resulta:

$$r_v = r \left(1 - \frac{I}{P_t - P_0} \right) \tag{3}$$

Sendo conhecidos todos os elementos do segundo membro de (3), determina-se facilmente r_v .

Ora, a hipótese feita, conforme demonstra o próprio Professor Mortara, só é verdadeira se durante todo o período examinado forem satisfeitas as duas seguintes condições:

- a) a taxa anual r de crescimento da população tenha-se mantido constante.
- b) a taxa anual r_i de crescimento imigratório tenha permanecido igualmente invariável.

Se essas condições se verificarem, o cálculo será rigoroso; de outra forma os resultados se afastarão tanto mais da realidade quanto mais distantes da realidade estiverem as condições a) e b).

Todavia, a influência não parece muito grande nos casos estudados, tanto que, subdividido o intervalo total em dois períodos de 50 anos, utilizadas as taxas médias relativas a cada um dêsses períodos, os valores encontrados não divergem muito dos obtidos com as taxas médias para todo o século.

Aliás, no caso dos Estados Unidos, que possuem censos regulares, o Professor Mortara fez um cálculo direto, por intervalos decenais. Os resultados assim obtidos, embora diferindo sensivelmente dos do primeiro cálculo, não são, todavia, de molde a torná-los inaceitáveis, visto que a ordem de grandeza não fica alterada.

Note-se que o caráter aproximativo das fórmulas empregadas pelo Professor Mortara é salientado por êle próprio, mais de uma vez, em seu estudo, onde ainda se demonstram as condições em que aquelas fórmulas seriam rigorosas (condições a e b)

Apesar dêsse caráter aproximativo, os resultados finais obtidos devem estar muito próximos da verdade e são perfeitamente aceitáveis para os fins práticos.

Determinado, como acima ficou dito, o valor de r_v , o crescimento natural independente da imigração resultará da expressão:

$$N_t - P_o = P_o \left[\left(t + r_v \right)^t - 1 \right] \tag{4}$$

A contribuição total da imigração será igual a $P_t - N_t$, na qual a parcela $P_t - N_t - I$ representa a contribuição indireta.

3) Apesar de serem perfeitamente aceitáveis as hipóteses de cálculo do Professor Mortara, pelo menos nos casos por êle estudados, o problema da determinação do crescimento natural dependente da imigração, como veremos, é suscetível de uma solução geral, onde não intervenham aquelas hipóteses. Julgamos por isso interessante um novo exame da questão, sob o ponto de vista estritamente teórico, com o fim de estabelecer uma equação ligando a população total ao grupo formado independentemente da corrente imigratória.

Consideremos para isso uma certa região R, perfeitamente definida, cuja população, além do crescimento natural, sofre o acréscimo resultante do excedente de imigrados sôbre os emigrados. Pode acontecer que a corrente emigratória supere a outra, neste caso convencionaremos que o excedente seja negativo.

Representemos por μ (t) a taxa instantânea de variação imigratória:

$$\mu(t) = i(t) - \epsilon(t)$$

onde i(t) e $\epsilon(t)$ indicam, respectivamente, as taxas instantâneas de imigração e emigração.

Tratando-se do estudo do crescimento natural dependente da imigração, durante um período determinado, consideraremos como origem dos tempos o início dêsse período. Seja $P\left(t\right)$ a população de R na época t.

O acréscimo de população durante o intervalo (o, t) será:

$$P(t) - P(o)$$

Representemos por

$$N(t) - N(0)$$
, onde $N(0) = P(0)$,

o acréscimo natural independente da imigração durante o mesmo período

 $N\left(t\right)$ será pois o contingente da população de R, para cuja formação não contribuiu a corrente migratória, no intervalo (o,t) e, $M\left(t\right)=P\left(t\right)$ — $N\left(t\right)$ o grupo formado como consequência direta ou indireta daquela corrente

Convém notar que N(t) não representa a população que teria a região R, na época t, se durante o intervalo o, t não tivesse havido imigração, mas tão somente aquela que se formou, independentemente da imigração, dentro das condições de vida existentes naquela região,

condicionada a uma série de contingências, para as quais influiu certamente a corrente imigratória. A população de R na época t, no caso de não ter havido imigração, seria provavelmente superior a $N\left(t\right)$ e inferior a $P\left(t\right)$ embora nada de positivo se possa afirmar nesse particular. Todavia, em consequência da corrente imigratória estabelecemse novas condições de luta pela vida, mais rigorosas certamente, e em face dessas novas condições, é que se processa o desenvolvimento demográfico dos contingentes $N\left(t\right)$ e $M\left(t\right)$.

Consideremos, pois, a variação total dP da população de R durante o intervalo de tempo (t,t+dt). Essa variação é igual à soma das duas parcelas seguintes:

I) O excedente de imigrados sôbre emigrados durante aquele intervalo, cuja expressão é:

$$\mu$$
 (t) P (t) dt

II) O excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, que pode ser expresso por:

$$C_P P(t) dt$$

onde C_P representa o coeficiente de crescimento natural de P, no instante t, o qual supomos determinado de modo que o têrmo acima inclúa os óbitos e nascimentos resultantes dos próprios imigrados durante o período (t,t+dt).

Os contingentes M (t) e N (t), anteriormente definidos, e que constituem a população de R no instante t, não são rigorosamente homogêneos do ponto de vista demográfico. Se determinássemos os coeficientes de crescimento natural de cada um dêsses grupos separadamente — sejam C_M e C_N — encontraríamos por certo, valores diferentes:

$$C_M \neq C_N$$
 (6)

Muito embora com o decorrer do tempo haja uma tendência de aproximação dêsses dois valores, em virtude de uma assimilação mútua de hábitos, princípios e tradições que constituem a base étnica dos dois contingentes acima referidos, é claro que poderemos sempre supor a existência da desigualdade (5).

De fato, apesar de sujeitos às mesmas condições de luta pela vida, os grupos M e N poderão apresentar não só mortalidade e fecundidade diversas como também reações diferentes às condições de vida que se estabelecem na região. Por outro lado a composição por idade dos imigrantes influe não só sôbre a natalidade como sôbre a mortalidade geral.

É claro que C_M já representa a resultante de uma série de coeficientes, correspondentes às várias etnias que compoem o conjunto M.

Admitida a desigualdade (5), teremos em consequência.

$$C_N \neq C_P$$
 (6)

Poderemos escrever:

$$C_P = \varphi(N) C_N$$

Representando N (t) e $\frac{dN}{dt}$, respectivamente, por N e N', teremos.

$$CP = \varphi (N) \frac{N'}{N}$$
 (7)

visto que:

$$C_N = \begin{array}{ccc} t & dN \\ \vdots & \frac{dN}{dt} \end{array}$$

A variação total da população P, durante o intervalo (t,t+dt), será então.

$$dP = \varphi (N) \frac{N'}{N} Pdt + \mu (t) Pdt$$

donde:

$$\frac{dP}{P} = \varphi(N) \frac{dN}{N} + \psi(N) dt$$
 (9)

Tal é a equação diferencial que liga o desenvolvimento da população total de $\it R$ ao do contingente formado independentemente da imigração.

Afim de obtermos uma relação em têrmos finitos vamos examinar apenas o caso em que φ (N) é constante

$$\varphi(N) = k$$

Sendo P_o e P as populações totais de R no início e no fim de um intervalo finito (o,ξ) e N_o e N os contingentes nativos, integrando a equação (8) entre os limites acima indicados:

$$\frac{P}{P_o} = \left(\frac{\Lambda}{N_o}\right)^k e^{\int_0^{\xi} p(t) dt}$$

donde:

$$N = N_o \left(\frac{P}{P_o}\right) \frac{1}{k e} - \frac{1}{k} \int_0^{\xi} \psi(t) dt$$
(9)

 $com N_o = P_o$.

Na hipótese de k = 1 vem:

$$N = Pe^{-\int_{0}^{\xi} \mu(t) dt}$$
(10)

Um caso particular interessante é aquele em que se tem:

$$\mu(t) = \mu$$
 (constante)

A equação (9) se transforma em:

$$N = N_0 \left(\frac{P}{-P_0} \right)^{-1} - \frac{\mathfrak{p} \, \xi}{k} \qquad (11)$$

Essa, por sua vez, para k = l se reduz a:

$$\begin{array}{c|c}
 & -\mu \xi \\
N &= Pe
\end{array} \tag{12}$$

Observação 1: Podemos supor que a população de R apresente uma taxa de crescimento constante durante o período examinado. Diz-se então que a população é maltusiana

Sendo ϱ a taxa instantânea de crescimento, teremos, como é sabido, a seguinte expressão de P

$$P \equiv P_o \ e \ \mathrm{Qt}$$

Substituindo esta expressão em (11) e (12) resulta, no primeiro caso

$$N = N_0 e \qquad (\rho - \mu) - \frac{\xi}{k}$$
(13)

no segundo:

$$N = N_0 e^{(\rho - \mu) \xi}$$
(14)

Essas equações mostram que sendo ϱ exponencial e μ constante, o crescimento do contingente N também será exponencial, sendo a sua taxa instantânea de acréscimo igual a $\frac{\varrho - \mu}{l}$.

O estudo do Professor Mortara, a que nos referimos anteriormente, foi baseado exatamente nestas conclusões, tendo sido por êle adotado o valor

$$k = 1$$
 (formula (14)

Observação 2 O Professor Mortara efetuou para o total da América dois cálculos da contribuição indireta da imigração no período de 1840-1940, adotando no primeiro uma taxa média única de crescimento durante aquele século, e depois subdividindo-o em dois períodos de 50 anos e operando com as taxas médias de crescimento referentes a cada um dos dois intervalos. Ampliando êsse critério poderemos supor uma maior divisão do intervalo total; resulta assim em lugar da fórmula (12) a seguinte

$$N = P e \qquad 1 \qquad (16)$$

onde μ_i indica a taxa instantânea média de crescimento migratório durante o sub-intervalo $\triangle t_i$. Se o intervalo $o - \xi$ for subdividido em partes iguais todos os $\triangle t_i$ são iguais e teremos

$$N = P e^{- \sum_{i} \frac{\xi}{\Sigma} \mu_{i}}$$
(16)

Para $\triangle t = 1$

$$N = P e^{-\sum \mu_i}$$
 (17)

Note-se que a fórmula (15) se transformará na de n.º (10) se por um conhecido método de passagem do descontínuo ao contínuo supusermos que com o número de intervalos $\triangle t_i$ tendendo para ∞ , o índice i de μ_i , indicador do tempo, passe a variar de um modo contínuo, representando-se então μi por uma certa função μ (t), e o somatório por uma integral.

Para os fins práticos podem ser utilizadas as fórmulas (16) ou (17) em lugar da fórmula (10), o que dispensa o ajustamento das taxas instantâneas de variação imigratória, com base em uma dada forma

#1 F 1

da função μ (t). Essa substituição equivale a supor que durante cada intervalo $\triangle t$ a taxa instantânea de variação migratória μ_i permanece constante. Na realidade, o que resulta da observação não é a taxa instantânea, mas a taxa relativa a um certo período de tempo. A taxa instantânea equivalente pode, no entanto, ser deduzida da relação:

$$\mu_i = 1g_e (1 + r_i) = r_i \left(1 - \frac{r_i}{2}\right)$$
 (18)

Observação 3: Tôdas as fórmulas anteriores se aplicam ao caso de $\mu < 0$, isto é, quando a emigração supera a imigração.

Os valores assim encontrados para N serão superiores à população total P. Conhecido o excedente E — I de emigrados sôbre os imigrados, a diferença N — P — (E — I) representará a parte do crescimento vegetativo, que se perdeu pelo fato de que os descendentes dos emigrados passaram a constituir população de outras regiões. Por analogia daremos a essa parcela a denominação de "perda indireta da emigração".

Observação 4. Convém notar que a taxa μ que comparece nas fórmulas anteriores representa a intensidade de variação migratória, isto é, da diferença entre imigração e emigração.

Poderemos, no entanto, separar as duas correntes por meio da separação das duas taxas que a compõem:

$$\mu$$
 (t) = i (t) - ϵ (t)

Colocando-nos no caso da fôrmula (6), seja:

$$N_1 - P e^{-\int_0^{\xi} i(t) dt}$$

Resulta então:

$$N = N_1 e^{\int_0^{\xi} s(t) dt}$$

Sendo I - E o excedente de imigrados sôbre emigrados durante o período $0 - f\xi$ a diferença $D_I = P - N_I - (I - E)$ indica a contribuição indireta que resultaria para a população P, se durante o período em exame não tivesse havido emigração. A diferença $D_2 = N - N_I$ representa a perda resultante dessa emigração. Será $D_1 - D_2$ a contribuição indireta efetiva em virtude das duas correntes.

Observação 5: Nos cálculos feitos pelo Professor Mortara são utilizadas as taxas anuais r de crescimento total e r_i de variação mi-

gratória, ambas supostas constantes Resulta neste caso, para uma população maltusiana e para k=1:

$$N = P_0 (1 + 1 - 1i)^{t} = P_0 (1 + r_0)^{t}$$

No presente estudo, porém, utilizamos sempre, em lugar das taxas anuais, as *taxas instantâneas*; sendo aplicável, para as mesmas hipóteses, a fórmula (10), teremos:

$$N = P_0 e^{-(\rho - \mu)t}$$

Para haver identidade é necessário que:

$$\mathbf{e} \qquad = 1 + r - r_i \qquad (18-a)$$

ou:

$$\rho - \mu = lg_e \left(l + i - i \right) \cong \left(i - i \right) \left(1 - \frac{i - r_i}{2} \right) = r_v \left(1 - \frac{r_v}{2} \right) \quad (19)$$

isto é, ϱ — μ deverá ser a taxa instantânea de crescimento natural equivalente à taxa anual r — $r_i = r_v$.

Deveríamos ter igualmente:

$$\rho = lg_e (1 + r) \cong r \left(1 - \frac{r}{2}\right) \tag{20}$$

Comparando-se as equações (18), 19 e (20) verificamos entre elas certa incompatibilidade. De fato, seja μ_t a taxa instantânea de variação imigratória deduzida da equação (18) e μ_2 a obtida pela combinação das equações (19 e (20). Esses dois valores não são identicamente iguais. Entre êles há uma diferença que é dada aproximadamente pelo produto $r_i r_v$:

$$\mu_1 - \mu_8 \cong r_i r_v$$

Essa diferença provém do seguinte fato. Seja:

$$e \rho = (1 + r)$$

е

$$e^{\triangle P} = (1 + \wedge 1)$$

Resulta, por divisão:

$$e^{\rho - \triangle \rho} = \frac{1+r}{1+\triangle r} = 1+r-\triangle r - r \triangle r + \frac{\triangle r^{2}(1+r)}{1+\triangle r} \neq (1+r-\triangle r) \quad (21)$$

Ora, a equação (18a) define a taxa instantânea de crescimento natural ϱ — μ de uma forma que não corresponde à composição dessa taxa através das definições de ϱ e μ pelas igualdades

$$e^{p} = (1 + r)$$
 $e^{p} = (1 + ri)$.

A diferença resultante da definição (18a), dados os valores normais de r e r_i não traz nenhum êrro sensível, podendo por isso ser utilizada na prática, mas do ponto de vista teórico devemos definir ϱ — μ pela equação

$$e^{\rho} - \mu = \frac{1+r}{1+r_i} \tag{22}$$

em lugar de utilizarmos a igualdade (18a). Devemos observar ainda que o êrro cometido com a aplicação da fórmula (18a) é inferior aos resultantes das imprecisões normais na determinação estatística das taxas r er_i , pelo que em última análise, — sempre que se trate de um cálculo efetivo, e não de deduções teóricas, — não vemos nenhuma forte razão que aconselhe uma preferência indiscutível da fórmula (22) sôbre a (18a).

Observação 6: No presente estudo examinamos apenas o caso em que a relação entre as taxas de crescimento natural dos grupos N e P é suposta constante

$$\frac{CP}{CN} = k.$$

De modo geral, esta relação poderia ser considerada como uma certa função de N, φ (N). A solução se complicaria ainda mais se supuséssemos ser aquela relação uma função da população total P, ou do tempo, ou ainda de P e de N.

É fácil verificar que existe por outro lado um elemento característico das populações, que influe sôbre o valor de φ ; trata-se da composição relativa por idade. Para comprovar essa afirmativa basta a observação de que, se todos os imigrantes tivessem idades superiores à idade limite de fecundação, não haveria nenhuma contribuição indireta da emigração.

*

O presente estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas tão somente indicar uma via segundo a qual êle pode ser desenvolvido Outros caminhos poderiam ser tentados, além da possibilidade, por nós deixada em aberto, de se formularem outras hipóteses sôbre a função ϕ

e até mesmo sôbre a taxa instantânea de variação migratória. É sabido que no caso de uma população logística "aberta", essa taxa é representada por um polinômio em P

$$\mu = \alpha_0 + \alpha_1 P + \alpha_2 P^2 +$$

Como a população P é uma certa função do tempo, em última análise também μ dependerá exclusivamente de t Todavia a função assim obtida seria extremamente complicada, e por isso atribuimos a μ (t) — que figura nas fórmulas anteriores — o mero caráter de função ajustadora das taxas instantâneas de variação migratória, suscetível de ser representada por uma forma simples e integrável.

Devemos salientar por fim o caráter puramente ideal dos contingentes N(t) e M(t). De fato, por mais perfeita e completa que possa vir a ser uma operação censitária, será extremamente difícil, senão impossível, a determinação dêsses contingentes, o que exigiria o conhecimento da árvore genealógica de tôda a população durante um período igual ao que serviu de base ao estudo da contribuição indireta da imigração. Experiências de laboratório, realizadas entre animais, poderiam talvez facilitar a determinação dos grupos M(t) e N(t), e comprovar assim a veracidade das fórmulas.

Na realidade o cruzamento de imigrantes e nativos redunda em uma extrema difusão das raças em contacto, de modo a dificultar consideravelmente a verificação direta dos descendentes de imigrados durante o período examinado.

Assim, os contingentes M (t) e N (t) devem ser considerados como verdadeiras "grandezas indiretas", cuja medida só é possível por intermédio de uma relação que os ligue a outras grandezas diretamente mensuráveis. Essas grandezas diretamente mensuráveis são, no caso em aprêço: a população total, o excedente de imigrados sôbre emigrados, e o coeficiente de variação migratória.

O ALEXANDER DE MORAIS (Do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento)

DOUTRINA DA ORGANIZAÇÃO ESTATÍSTICA *

E IS-NOS reunidos, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Estatística, para, de um lado, comemorar o transcurso do sexto aniversário de instalação do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e, de outro, realizar a primeira celebração do "Dia do Estatístico", instituído pela Resolução n.º 190, da última Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Participando da dupla solenidade, que ora nos congrega, tenhamos presente que somos apenas um dos elos da cadeia imensa em que, nesta data, com os mesmos propósitos, confraternizam pelo Brasil em fora, nas respectivas sedes, quantos, em nossa terra, tenham a sua atividade ligada, por qualquer forma, às pesquisas atinentes aos fatos coletivos.

Nas horas que correm, entretanto, impõe-se em todos os atos da nossa vida quotidiana, dos mais banais aos mais graves, já não apenas a eliminação do supérfluo, senão também a poupança até no necessário, com o fim de aproveitar ao extremo cada instante do tempo que foge, como cada partícula da matéria que se consome. Ao regime de racionamento, portanto, não é possivel escapar nem mesmo nesta oportunidade, a não ser quanto à eclosão dos naturais movimentos de júbilo ou dos fortes sentimentos de solidariedade que, neste momento, nos devem dominar Estes, sim, estes não se medem, nem se regulam, e, quando eventualmente comprimidos, apenas armazenam maior impeto para a distensão próxima ou remota, que a elasticidade ambiente lhes venha tornar possível. Entreguemo-nos, pois, a êles, mas entreguemo-nos com os recursos inexhauríveis do coração, sem desperdícios de palavras e de frases, procurando antes, para estas, a aplicação útil de que não ficarla bem alhear-nos nas contingências de uma atualidade mundial, em que o predomínio da ação destrutiva sôbre a atividade criadora leva a manter, no pensamento, a preocupação permanente das reservas e das decisões efetivas destinadas a assegurá-las

Assim, não nos ateremos ao simples restrospecto das realizações conseguidas nos seis anos decorridos após a implantação do princípio de cooperação interadministrativa na estatística brasileira, por fôrça do Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934 Vamos, de preferência, apreciar os fatos do ponto de vista do que pediríamos vênia para chamar a "doutrina da organização estatística", buscando esclarecer, à sua luz, a natureza do sistema desde então adotado Procuraremos, dêsse modo, firmar distinções e fixar conceitos, de todo imprecindíveis à boa compreensão dos diferentes aspectos sob os quais se podem estruturar os serviços oficiais de estatística, prevenindo dificuldades de entendimentos, oriundas, muitas vezes, exclusivamente, da falta de uma terminologia precisa e de um consequente acôrdo de opiniões, consoante parece haver sucedido, na última Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que, embora de longe, acompanhei com todo o interêsse e atenção Não celebraremos, também, o "Dia do Estatístico" pensando apenas em nós, no narcisismo ilusório dos que perdem o senso da coletividade, no egocentrismo acanhado que nos leva a imaginar-nos os únicos criadores das estatísticas que elaboramos, divorciados da

^{*} Discurso proferido na sessão piomovida pela Sociedade Brasileira de Estatística, a 29 de Maio de 1942, em comemoração do "Dia do Estatístico"

realidade do nosso trabalho, que não existiria sem o informante perdido na multidão, sem o declarante ignorado que lhe proporciona a matéria prima a transformar em séries estatísticas. Procedendo dessa forma, corresponderemos, de perto, ao alto pensamento inspirador da Resolução que instituiu o "Dia do Estatístico", como data consagrada simultaneamente à confraternização de corações e à agitação de idéias, com um objetivo simbólico e um destino prático perfeitamente definidos. Nas questões doutrinárias que, em tal ensêjo, venham a ser focalizadas, nenhuma preocupação deve, porém, haver, de pronunciamento ex-cathedra por parte dos respectivos expositores, mas apenas o propósito sincero de contribuir para a orientação das opiniões num sentido comum, que represente a resultante da livre discussão em tôrno da matéria E por assim julgar, é que ora aquí me tendes, meus pacientes colegas, numa posição de relêvo de que já me ia deshabituando, para submeter à vossa apreciação amiga alguns pontos de vista que, ligados à criação do nosso Instituto e ao exercício de nossa atividade profissional, se me afiguraram à altura de constituir objeto de cogitação na dupla solenidade em que ora nos congregamos.

* * *

Procurando sistematizar os princípios atinentes à doutrina da organização estatística, parece possível reduzí-la a dois tipos fundamentais de estruturação:

- organização diversificada ou distribuida, em que se podem distinguir vários setores de trabalho isoladamente responsáveis pela sequência de operações, em parte ou no todo;
- *organização unificada* ou *centralizada*, em que um órgão único assume a responsabilidade integral dos resultados divulgados, concentrando em sua sede todo o material do registro originário.

Cada modalidade admissível em matéria de organização estatística pode incluir-se num dêsses dois tipos, a que, em sentido lato, mas impreciso, correspondem de per si as idéias correntes de descentralização e de centralização. Assim, quando diferentes órgãos oficiais de estatística coexistem sem qualquer ajustamento das respectivas funções, no mesmo plano ou em planos distintos do ponto de vista político-administrativo, temos uma organização — se é que o vocábulo convém no caso — diversificada, de tipo desarticulado ou desordenado, a que proporíamos denominar descentralização absoluta Quando, ao contrário, tais órgãos obedeçam a um regime de trabalho conjugado, podem considerar-se como constituindo uma organização diversificada ou distribuída, de tipo articulado ou ordenado, a que genericamente parece aceitável chamar descentralização relativa

A descentralização relativa, isto é, a organização estatística diversificada ou distribuída, de tipo articulado ou ordenado, oferece, então, as duas modalidades a seguir:

- descentralização horizontal, quando os diversos órgãos, mantendo-se em regime administrativo próprio, agem de perfeito acôrdo com uma entidade coordenadora, por aplicação do chamado princípio de cooperação interadministrativa;
- descentralização vertical, quando os diversos órgãos, escalonando-se num regime administrativo comum, em que isoladamente procedem a coletas e a elaborações parciais, agem na dependência funcional de um órgão subordinante, por aplicação do chamado princípio de hierarquização administrativa.

No que concerne à organização estatística unificada ou centralizada, dever--se-á distinguir a centralização de princípio, ou absoluta, da centralização par-

cial, ou relativa. Na primeira, tôdas as estatísticas se acham a cargo de uma entidade única, enquanto que na segunda se reunem numa repartição apenas as estatísticas de maior interêsse para a ação governamental, em geral, ou as de vinculação menos estreita a determinado setor, cuja atuação especializada delas carece de modo particular, coexistindo, ao lado do órgão unificador, outros centros autônomos de trabalhos estatísticos de utilização menos imediata por parte do poder público

Embora procurando manter a terminologia adotada pelo Instituto Internacional de Estatística em seus estudos sôbre o assunto, as peculiaridades inerentes à atual organização brasileira tornam indispensável desdobrar o conceito da "descentralização horizontal", definida por A Molinari nos seguintes têrmos: "há uma descentralização horizontal quando cada serviço estatístico central depende de um Ministério: a natureza das estatísticas que os serviços referidos elaboram é determinada pela natureza da atividade do Ministério de que dependem".

Para atender ao caso brasileiro, é preciso transportar a descentralização horizontal do plano puramente ministerial para o plano das demais órbitas da pública administração, — o Estado e o Município, — e considerá-la não só isoladamente em cada um dêsses planos, como simples aspecto particular da definição de Molinari, mas ainda acompanhá-la na forma por que deve conduzir, através dos vários âmbitos administrativos, a uma estatística geral do país, coerente, oportuna e sistematizada. No sentido de assegurar tais objetivos, cumpre, então, impedir que a organização diversificada degenere no tipo desordenado, que chamámos de descentralização absoluta, mediante a conveniente articulação das iniciativas promovidas em cada um dos setores pelos quais se distribue o trabalho estatístico.

Dai, a extensão que sugeriríamos à terminologia de Molinari, passando a admitir uma dupla modalidade de descentralização horizontal:

- a restrita, em que os diferentes órgãos, situando-se no mesmo plano político-administrativo, se articulam por fôrça da orientação uniforme que naturalmente lhes imprime a autoridade governamental única a que diretamente servem;
- a ampla, em que os diferentes órgãos, coexistindo em planos político--administrativos distintos, se articulam por fôrça de compromissos convencionais, livremente assumidos pelos respectivos dirigentes através de uma entidade de natureza federativa, que funcione como órgão coordenador geral

Examinando, em largos traços, os inconvenientes ou vantagens de cada modalidade, podemos, de início, reconhecer na forma de pseudo-organização, que denominámos diversificada desordenada, ou de descentralização absoluta, as seguintes precariedades:

- a) dispersão de esforços;
- b) excesso de dispêndios;
- c) divulgações contraditórias ou incoerentes;
- d) comparabilidade comprometida

São inconvenientes atribuíveis à organização centralizada, tanto mais sensiveis quanto mais extenso o território abrangido e menos fáceis os meios de comunicação no respectivo âmbito:

a) observação à distância, exigindo cuidados especiais de contrôle, fiscalização e retificação dos dados primários recolhidos;

- b) extrema concentração da manipulação dos registros, exigindo instalações de vastas proporções e dificultando muitas vezes o aproveitamento do material disponível em tôda sua profundidade e minuciosidade;
- c) atualidade dificilmente conseguida, sobretudo se considerada do ponto de vista das necessidades mais imediatas das administrações locais.

As vantagens inerentes à organização distribuída; ordenada, podem resumir-se nas particularidades apontadas por Guinchard, relativamente às estatísticas locais:

- a) atualidade máxima, pela ligação mais direta e imediata com o meio a que se referem;
- b) profundidade extrema, pela limitação dos campos de pesquisa;
- c) minuciosidade ampla, pelo contato mais íntimo com os objetos de observação.

As vantagens proporcionadas pela organização centralizada decorrem sobretudo da uniformidade de critérios e de métodos que ela torna possível aplicar ao trabalho estatístico em tôdas as suas fases, da coleta à exposição, prevenindo, assim, de modo absoluto, a divulgação de dados numericamente discordantes sôbre tatos idênticos e assegurando-lhes, ainda, o máximo de requisitos exigíveis do ponto de vista da homogeneidade Daí ser a forma de organização mais apropriada à execução das operações estatísticas periódicas, de larga envergadura, que constituem os recenseamentos, cuja responsabilidade, por tradição e mesmo por princípio de direito, vem sendo atribuída ao govêrno central do país

Entretanto o êxito da organização centralizada, no atinente à estatística permanente, se acha largamente condicionado à extensão territorial, às facilidades de comunicação e à forma de govêrno, não parecendo a mais adequada às estruturas políticas de natureza federativa

Considerando a situação do Brasil do ponto de vista dos princípios gerais de organização expostos, podemos assinalar na estatística nacional, no decorrer dos últimos dez anos, os quatro sistemas seguintes:

- a) descentralização absoluta, não só em relação às três ordens governamentais municipal, estadual e federal como no plano de cada uma dessas ordens consideradas de per si Era a situação vigente ao fim do ano de 1930
- b) centralização parcial, na órbita federal, representada pela criação do Departamento Nacional de Estatística, em 1931 (decreto nº 19 667, de 4 de Fevereiro), coexistindo, inicialmente, ao seu lado a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação, pouco antes organizada (decreto nº 19 560 de 5 de Janeiro do mesmo ano de 1931) e, posteriormente, a Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura (decreto nº 22 984, de 25 de Julho de 1933);
- c) descentralização horizontal ampla, após a extinção do Departamento Nacional de Estatística, em 6 de Julho de 1934 (decreto nº 24 600) e instalação, a 29 de Maio de 1936, do Instituto Nacional de Estatística, como órgão coordenador supremo (decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934) dos serviços oficiais de estatística nas três ordens administrativas da federação;
- d) centralização de princípio, na organização do Serviço Nacional de Recenseamento, ao qual ficou afeta a realização dos Censos Nacionais de 1940 (decreto-lei 969, de 21 de Dezembro de 1938)

Os progressos da estatística oficial brasileira, após o advento do Instituto Nacional de Estatística, hoje denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fornecem a prova cabal da adequabilidade do sistema de cooperação interadministrativa introduzido nos serviços estatísticos nacionais, e, pois, da perfeita correspondência da descentralização horizontal ampla, que êle realiza, às condições de nossa evolução político-social

A êste propósito convém salientar que, na modalidade de organização diversificada ou distribuída em que hoje se estrutura a Estatística Oficial Brasileira, na tríplice ordem do Município, do Estado e da União, mantêm-se os seus órgãos componentes individualmente autônomos, no que concerne às necessidades dos respectivos governos em matéria de estatística regional ou local, ao mesmo tempo que livremente solidários em tudo quanto envolva os altos interêsses da estatística geral Dessa forma fica assegurada a coerência geral entre os dados divulgados, sem prejuizo da utilização imediata, pelas administrações neles interessadas, dos algarismos que lhes digam respeito, uma vez que coerência não implica uniformidade numérica absoluta, mas apenas compatibilidade entre dados relativos a um mesmo fato, apurados em situações diversas no tempo e no espaço

* * *

Considerados de per si, quanto às atribuições que especificamente lhes competem na órbita administrativa em que se inserem, os nossos órgãos regionais e locais de estatística podem apresentar características estruturais e funcionais diversas das que adquirem quando considerados como parte do vasto e harmonioso sistema de cooperação interadministrativa, integrado no I B G E.. Assim é que, nos respectivos planos governamentais, o Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais concretiza hoje, entre nós, a centralização de princípio, enquanto que, em outras Unidades Federadas, o órgão regional obedece à centralização parcial, localizando-se, geralmente, em repartições dele distintas, certas estatísticas mais especializadas como as educacionais e as policiais. Ainda assim, a descentralização horizontal se pode considerar assegurada pelas Juntas Executivas Regionais, como órgãos auxiliares de coordenação, indispensáveis ao funcionamento articulado do todo E não é só a descentralização horizontal persistirá, com todos os benefícios peculiares à sua natureza, mesmo que a execução do decreto-lei nº 4 181, de 16 de Março último, nos permita em breve citar, a seu lado, como exemplo de aplicação do princípio de descentralização vertical, a organização em que as Repartições de Estatística dos Municípios, conservando, nos têrmos do aludido decreto-lei, seu caráter de órgãos de administração comunal, passem a ser mantidas e dirigidas, em regime especial, pelo I B G E por fôrça de uma delegação que a êste assegurará a função administrativa concernente ao levantamento da estatística geral, na parte afeta às Municipalidades.

Em resumo, pois, a instituição sui-generis, cujo aniversário de instalação hoje comemoramos, constitue, à luz da doutrina exposta, o órgão coordenador supremo que permitiu introduzir, na estatística oficial brasileira, o princípio da descentralização horizontal, substituindo o cáos do regime desarticulado ou desordenado, então extinto, pela organização diversificada ou distribuída, de tipo articulado ou ordenado, mais compatível com a natureza federativa do govêrno do país E essa transição se operou sem colapsos, sem choques, sem resistências sensíveis, graças à forma despersonalizada atribuída à entidade nuclear do sistema, que, no fundo, não existe fora dos órgãos centrais nela vinculados, por fôrça do instrumento convencional de 11 de Agôsto de 1936, para engrandecimento e brilho da estatística nacional O I B G E é apenas cada um de nós e, ao mesmo tempo, somos todos nós que, disseminados pelo vasto território pá-

trio, labutamos, como profissionais da especialidade, quer nos serviços federais da metrópole do país, quer nos departamentos regionais da capital de cada unidade federada, como na modesta agência de seus municípios, sem intuitos de projeção pessoal, sem ambições de glórias individuais, com dedicação habitualmente, com sacrifício às vezes e sempre com patriotismo.

Mas, desde que a estatística não se faz sem registros, o I.B.G.E é, também, o informante, que, como fonte originária, lhe fornece a seiva, destinada a circular entre o instrumento de coleta e o quadro ou gráfico expositivo, a vivificar-lhe diariamente os órgãos integrantes, à medida que se desindividualiza e aniquila, pela transformação das suas notas específicas em características genéricas de grupos.

A excelência de tal seiva, entretanto, depende de uma condição fundamental que ao estatístico cabe criar e manter no espírito do informante: é a confiança Sem ela, a adulteração da verdade virá, por certo, infiltrar-se nos registros, conduzindo as realidades perqueridas a representações deturpadas.

Cumpre, pois, ao estatístico tudo fazer por evitá-lo e isso não lhe será difícil, se puser em jôgo a qualidade mestra de sua ética profissional: a lealdade A lealdade é o sigilo assegurado às informações recolhidas; é a exclusiva utilização dos informes prestados para os fins estatísticos a que se destinaram, é a dedicação com que se procura remover todos os óbices contrários ao êxito de um programa de levantamento; é o espírito de sacrifício com que se concorre para facilitar ajustamentos nas diretrizes administrativas e nos processos de trabalho, é o esfôrço de permanente aperfeiçoamento nas realizações do cargo ocupado; é a coragem em divulgar resultados de comprovada exatidão, por menos que êles pareçam corresponder à espectativa do público ou dos legítimos interessados na matéria; é a sinceridade de proclamar o grau de aproximação dos dados apurados, sem pretendê-los acima do que realmente exprimem; é a cooperação frança e solícita nas iniciativas em que nos possamos sentir úteis; é a preocupação de esclarecer honestamente os informantes acêrca das finalidades dos inquéritos a que devem responder, como dos limites em que efetivamente possam atender aos seus casos particulares, é não pedir mais do que o necessário à execução do plano de levantamento traçado; é, em suma, a identificação ampla, completa e visceral com uma causa que é grande, com uma causa que é bela, com um ideal que é o próprio bem público.

Agindo dentro de tais princípios de lealdade profissional, podemos estar certos de que nos não faltará, da parte daqueles sôbre cujas declarações se vai desenvolver todo o nosso trabalho, não apenas a confiança indispensável ao êxito de qualquer indagação estatística, senão também, ainda, a solidariedade que anima e até mesmo a paciência de que somos, por vezes, tão propensos a abusar.

E a consolidação dessa reciprocidade de atitudes entre estatísticos e informantes é, sem dúvida, a grande obra que se nos antolha, quando vemos a Instituição, de que somos corpo e alma, ser elevada, pelo decreto-lei n.º 4 181, citado, às altas funções de colaboradora do Conselho de Segurança Nacional e das Fôrças Armadas Brasileiras, em virtude do prestígio adquirido no decurso dos seis anos, de existência fecunda e profícua, que hoje completou

Na situação, portanto, em que tal circunstância nos coloca, um compromisso solene deve marcar indelevelmente a celebração do primeiro "Dia do Estatístico", constituindo-nos, perante os nossos concidadãos, pregoeiros quotidianos, pela ação e pela palavra, de um indeclinável dever cívico a todos imposto pelo momento presente: o dever de bem servir à Estatística para melhor servir ao Brasil!

CESAR CATANHEDE (Diretor Técnico dos Serviços Hollerith)

ESTATÍSTICAS FERROVIÁRIAS*

ARACTERIZA-SE cada vez mais nitidamente a tendência das administrações dos serviços de utilidade pública para introdução de métodos de trabalho mais eficientes e racionais e para a substituição da "opinião" na solução pessoal de determinados problemas pelo "conhecimento" da solução real.

Não se compreende, hoje em dia, um administrador, merecedor de tal denominação, que não tenha a todo momento informações precisas e oportunas a respeito dos principais elementos representativos das atividades da indústria cuja sorte lhe foi confiada e cujo sucesso depende das diretrizes e providências administrativas que forem fixadas como consequência da análise dessas observações.

E quando a indústria é uma indústria de transportes, em que os mais variados fatores externos interferem na formação de problemas que demandam a atenção imediata e a deliberação pronta dos administradores, o conhecimento o mais rápido e exato possível dos índices representativos de suas atividades, se torna uma necessidade imperiosa.

Essas informações só lhe podem ser dadas por um serviço de estatística bem organizado e bem dirigido, isto é, com uma boa estrutura e mantido num grau eficiente de funcionamento.

A organização de um sistema estatístico para uma emprêsa de transporte ferroviário supõe uma articulação perfeita com todos os serviços que devem fornecer os elementos básicos a serem apurados bem como a sua subordinação, quase direta, à administração superior, da qual será, a rigor, um órgão visual e à qual deverá fornecer, em qualquer instante, as informações necessárias classificadas, medidas e comparadas a respeito de como se está comportando a indústria, de modo que a administração possa fixar as normas tendentes a obter um comportamento melhor, mais eficaz e de maior rendimento técnico e econômico.

Os trabalhos estatísticos devem ser considerados como um processo próprio que permita não só analisar os resultados das explorações mas, sobretudo, julgar os efeitos decorrentes de mudança de diretrizes gerais, permitindo portanto acrescer o rendimento dos variados serviços de uma Estrada de Ferro afim de reduzir o custo de transporte, tornando êste o mais rendoso possível.

As estatísticas de conjunto dão apenas os resultados gerais; para resolver um problema determinado é imprecindível recorrer às estatísticas especiais.

^{*} Comunicação feita à Sociedade Brasileira de Estatística, em sessão pública realizada no dia 22 de Dezembro.

No exame de uma questão a estatística determina a posição do problema; orienta as pesquisas mostrando claramente os fatores que estão progredindo e os que, ao contrário, estão regredindo; dá também a dimensão do progresso realizado ou da regressão verificada.

Embora dispensável, o serviço estatístico tem por objeto dar à administração elementos informativos reais indispensáveis à obtenção de uma eficiência máxima na finalidade da indústria, que é o transporte.

Tanto mais perfeito e útil será o sistema estatístico quanto mais simples for a sua estrutura e tanto mais eficiente será o seu funcionamento quanto mais exatas e oportunas forem as suas apurações.

Esses dois atributos capitais das apurações estatísticas, a exatidão e a oportunidade, só teem valor, entretanto, quando se apresentam conjuntamente.

Pouca utilidade terá uma estatística *exata* e *precisa* se só for dada a conhecer com grande atraso; de nada valem informações *oportunas* e *rápidas* se não forem, de mesmo passo, corretas.

Para se obter conjuntamente precisão e oportunidade, são necessários os seguintes fatores em qualquer sistema de apurações:

- a) documentos básicos exatos, racionais, em bom estado, legíveis e claros;
- b) remessa rápida dêsses documentos aos órgãos apuradores e contrôle de seu recebimento,
- c) rotina de trabalho bem simplificada e sempre obedecida;
- d) pesseal capaz e selecionado;
- e) aparelhamento mecânico adequado ao volume, condições e custo do trabalho.

Não basta, entretanto, criar o sistema e pô-lo a funcionar se as apurações que êle pode fornecer à administração, ainda que exatas, em relação aos valores numéricos, e oportunas, quanto à rapidez com que foram obtidas, não traduzem de fato a realidade, e não representam *indices*, por si sós suficientes para servirem de base a providências administrativas ou técnicas que tenham por fim encorajar, reduzir ou anular, corrigindo-as, as circunstâncias que deram causa às tendências apontadas pela análise dessas apurações

Ocorre aqui uma observação

Em relação às apurações estatísticas referentes aos transportes, deparamos nos nossos meios com grandes dificuldades decorrentes da falta de uniformidade e homogeneidade nas diversas acepções ou conceitos com que se apresentam as unidades estatísticas de várias espécies.

Assim é que as diversas unidades de tráfego, de percurso, de tração, etc são consideradas diversamente e calculadas pelos modos os mais variados, em nossas estradas de ferro, tornando assim difíceis, senão impossíveis, comparações entre os elementos fornecidos pelos respectivos serviços de estatística, por serem êles heterogêneos.

O mesmo acontece, em relação aos transportes hidroviários, e, em maior escala, em relação aos transportes rodoviários.

Já com relação aos transportes aeroviários, pelo fato de se terem subordidinado desde a instalação das primeiras linhas a uma única entidade oficial, encontra-se uma melhor sistematização na coleta dos elementos, havendo, apenas, necessidade de atualizar as apurações e fixar-lhes as exigências mínimas em face dos convênios internacionais a que o Brasil aderiu

Necessário se torna, pois, com relação às estatísticas ferroviárias, a fixação, quanto antes, de uma única definição para cada unidade, estabelecendo o modo de apurá-la e calculá-la, e fixando exigências mínimas a serem feitas a cada emprêsa de transporte, no campo das apurações estatísticas, de modo a se poder, coligindo e analisando os dados fornecidos pelas mesmas, estabelecer as apurações resumo, referentes a cada unidade, e estudar comparativamente o desenvolvimento de nossos sistemas de transportes e comunicações

E essa dificuldade que se apresenta ao administrador ainda é maior para quem queira estudar o desenvolvimento comparado de nossas ferrovias, estabelecendo confronto entre os dados a elas referentes, devido não só às divergências de significação das unidades estatísticas das diversas ferrovias, como também ao atraso com que são publicadas as estatísticas oficiais, o que pode ser imputado, além de outros motivos, à excessiva quantidade de informações pedidas às ferrovias

Em 1927, o Dr. Alcides Lins, em artigo publicado na Revista Brasileira de Engenharia, em seu número de Novembro, mostrava a extraordinária dificuldade para o estudo comparativo dos dados estatísticos de várias ferrovias devido à diversidade e heterogeneidade das unidades apresentadas nas respectivas publicações estatísticas

Todos sabem, e, principalmente, os ferroviários, que as Estradas de Ferro Americanas são hoje das mais eficientes do mundo e essa eficiência só pôde ser obtida porque, no dizer do diretor do Bureau of Railway Economics da American Railroad Association, "não existe no mundo nenhuma indústria cujas atividades sejam registradas ou cadastradas, de um modo tão completo ou com maior abundância de detalhes, como as das ferrovias norteamericanas"

Também, lá, no início, as dificuldades foram grandes, mas foram vencidas

Por ato de Fevereiro de 1887, foi criada a Interstate Commerce Commission que, não somente tinha atribuições para prescrever regras para contabilidade ferroviária, como também para exigir de tôdas as estradas que mantivessem e fornecessem estatísticas referentes às respectivas explorações.

No primeiro relatório anual, relativo ao ano de 1888, o primeiro estatístico da I C C, o Professor Henry Adams, da Universidade de Michigan, escrevia as seguintes palavras. "Railway accounting officers do not seem to appreciate the fact that uniformity of statement is essential to the usefulness of statistics".

No relatório seguinte, que já abrangia $93\,\%$ das redes existentes, acrescentava ·

"Os quesitos devem ser respondidos por tôdas as ferrovias da mesma forma e a compilação dos dados necessários às respostas deve obedecer às mesmas

regras para que se não diga que a diversidade de resultados mede a diversidade de condições".

E lá, entretanto, as dificuldades foram vencidas, pois que se uniformizaram os conceitos das diversas unidades e a I C C. publica hoje, anualmente, com uma defasagem de apenas 2 anos, um relatório estatístico completo de tôdas as atividades essenciais ou secundárias da indústria de transporte, contendo não só quadros e diagramas como também uma análise realmente interessante dos dados apresentados.

Por que não venceremos também aquí?

A antiga Inspetoria de Estradas, parte integrante hoje do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, elaborava anualmente a estatística geral de acôrdo com as informações coletadas mediante formulários que distribuía a tôdas as estradas de ferro Continha 557 apurações finais, das quais 347 deviam ser fornecidas pelas estradas.

Ocorre, entretanto, que muitas estradas não procediam e nem procedem, ainda, à apuração de diversos elementos solicitados pela I F F, conforme confessam os seus órgãos especializados; e, no entanto, preenchem os formulários de inquérito com informações não controladas.

A Associação Brasileira de Engenharia Ferroviária realizou um inquérito preliminar ao II Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviárias que se la reunir em Belo Horizonte em Novembro de 1940, indagando, entre outras coisas, de tôdas as ferrovias, o seguinte:

"Que acha essa Emprêsa dos formulários e instruções em vigor para a organização das estatísticas oficiais, tendo em vista sua uniformização?

Que tem a sugerir sôbre uma definição e processo de determinação uniforme das unidades fundamentais constantes dos dados estatísticos?"

As respostas enviadas, em sua quase unanimidade, aconselhavam ou sugeriam uma simplificação nas apurações e nos formulários e concordavam plenamente com a fixação de definições e processos padronizados de apuração das unidades fundamentais.

Dois conceitos fundamentais devem, portanto, nortear a política geral de padronização das estatísticas ferroviárias.

Um se refere à *definição* de cada elemento estatístico, outro diz respeito à *simplificação* máxima do conjunto dêsses elementos.

Como corolário do primeiro conceito há de ser considerado, como disse PARMELEE, que nenhuma unidade estatística deve ser usada sem que se tenha concepção clara de sua significação.

Devemos assim caracterizar, com precisão, as diferentes *unidades estatísticas*, definindo-as e classificando-as, para que o administrador não se veja hesitante diante de uma série de quadros e diagramas apresentados pelos serviços estatísticos de sua ferrovia, sem poder concluir, pela comparação com as estatísticas de outras ferrovias, do bom ou mau resultado de sua estrada em face do das outras redes ferroviárias.

Respondendo ao questionário da A.B.E.F., uma das estradas de ferro chamava a atenção para dois exemplos pelos quais se evidencia essa necessidade:

"No quadro n.º 16 — Transporte de passageiros — pede-se o número médio de lugares por trem — Km e por carro — Km em serviço de passageiros e a fórmula existente manda que se divida o número total de lugares oferecidos aos passageiros e mixtos e, respectivamente, pelos carros de passageiros somente remunerados.

Outro elemento básico na vida das estradas, pois dele decorre, entre outras coisas, a fixação das tarifas, é o custo de transporte da unidade de tráfego, (n.º 15, do quadro 24-Despesas médias), que cada estrada calcula por um processo diferente, jogando com unidades fundamentais diversas."

No que diz respeito à simplificação focalizaremos para exemplo apenas dois casos: as apurações que teem por base o *pêso do passageiro* e as que se referem ao *percurso quilométrico de eixos*. Ambas são elimináveis pois não oferecem finalidade para o estabelecimento dos resultados financeiros referidos à unidade do tráfego.

De fato, o aproveitamento dos veículos e trens de passageiros é medido, com justeza, pela relação entre o percurso quilométrico dos lugares oferecidos e dos utilizados, o que constitue critério racional, por isso que a receita e a despesa são apreciadas através da venda e do custeio da unidade do tráfego — passageiro-quilômetro.

Sendo assim, ficam sem finalidade estatística elementos expressos em toneladas-quilômetro no tráfego de passageiros, aos quais se é levado a atribuir um *pêso* simplesmente convencional, matéria que desperta tanta controvérsia.

Realmente, há técnicos que consideram excessivo o pêso de 70 Kg, propondo que seja fixada a base de 60 quilos para passageiro. Outras autoridades estabelecem bases que variam de 100 a 1 000 quilos, para a unidade física.

Aliás, a I.C.C. não realiza apurações estatísticas em função do pêso do passageiro e Parmelee, comentando o assunto, diz que tal critério suporia erroneamente que as tarifas variassem com o pêso do viajante.

Outro elemento igualmente eliminável é o que se refere a percurso quilométrico de eixos. A apuração estatística dêste elemento é por alguns técnicos aconselhada para o fim de ser apreciado um dos fatores das despesas de exploração e especialmente das que se referem à conservação da via permanente.

Entretanto, o critério da adoção dêsse elemento exclue o efeito da carga individual sôbre os eixos, do que resulta não ser considerada a fadiga causada à linha por essa carga, pois que no cálculo dos eixos-quilômetros é computada como um dos fatores tão somente a quantidade de eixos e não a carga suportada por unidade eixo.

Esses exemplos justificam a necessidade de simplificar as estatísticas e de definir as unidades estatísticas, o que já se tornou compreendido nos meios fer-

roviários, quer oficiais quer particulares, porque já há, felizmente, um movimento forte no sentido de serem atingidos êsses dois objetivos.

No interêsse, pois, da clareza e da universalidade de nossas estatísticas ferroviárias, urge que sejam focalizados estudos e debatidos os seguintes pontos referentes ao transporte de passageiros e mercadorias, à utilização do material rodante e aos resultados financeiros e econômicos da exploração:

1) Seleção dos elementos estritamente necessários à organização da estatística geral;

.....

- 2) Definição clara dêsses elementos básicos;
- 3) Fixação do modo de constituição e cálculos dêsses elementos;
- 4) Fixação da forma de coleta dos dados regionais.



110

FRANCISCO BERNARDINO RODRIGUES SILVA

RANCISCO BERNARDINO RODRIGUES SILVA — cujo nome se inscreve entre os mais altos valores a serviço da Estatística Brasileira — nasceu em Piranga, Minas Gerais, a 16 de Outubro de 1853. Iniciou as humanidades na terra natal, completando-as na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se diplomou em 1873 Filho de Firmino Rodrigues Silva, advogado, jornalista, magistrado, poeta e parlamentar, teve a sua formação moral e política num ambiente de auxideridade e nobreza patriótica, recelhendo no exemplo paterno a inspiração para uma vida rública das mais diúnas

tando-as na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se diplomou em 18/3 Filho de Firmino Rodrigues Silva, advogado, jornalista, magistrado, poeta e parlamentar, teve a sua formação moral e política num ambiente de austeridade e nobreza patriótica, recolhendo no exemplo paterno a inspiração para uma vida pública das mais dignas Iniciando-se na advocacia em Rio Novo, Ouro Preto e Juíz de Fora, veio a fixar-se definitivamente nesta última cidade, onde ingressou na carreira política, tendo sido deputado provincial em três biênios sucessivos (1874-1879) Na Assembléia Provincial, foi leader do Partido Conservador Nomeado em 1870 presidente da então Província do Piauí, assinalou a sua passagem por aquele cargo com uma série de realizações e iniciativas que muito recomendaram o seu descortino administrativo. Regressando a Minas Gerais, continuou a militar na política, sendo eleito vereador à Câmara Municipal de Juíz de Fora em 1882-1885 Convidado pelo Govêrno Imperial, em 1886, para governador da Província do Rio Grande do Sul, não aceitou o convite, afim de que pudesse permanecer em seu Estado

desse permanecer em seu Estado

Em 1889, foi eleito depútado geral pelo Partido Conservador. Candidato à sucessão do conselheiro Afonso Pena no governo de Minas Gerais, foi vencido no pleito, após renhida luta eleitoral, das mais memoráveis registradas no Estado, por uma diferença de pouco mais de 1 000 votos em relação ao seu contendor Eleito vice-presidente do Estado, na primeira lase republicana, deixou, entretanto, de tomar posse do cargo. Exerceu em Juíz de Fora a presidência da Câmara Municipal, tendo sido ainda prestigioso chefe político do Município Dissolvida a Câmara, em 1891, e criado em seu lugar o Conselho de Intendência, dêste fez parte durante todo o período de seu funcionamento Constituída a nova Câmara Municipal, para o período de 1892 a 1895, foi para ela de novo eleito o Dr Francisco Bernardino Rodrigues Silva, que ocupou a sua presidência Deve-se, aliás, ao ilustre mineiro a primeira legislação republicana da Câmara Municipal de Juíz de Fora e bem assim o debate de assuntos da maior relevância para o progresso do importante município mineiro, cujos principais problemas foram então

Deve-se, aliás, ao ilustre mineiro a primeira legislação republicana da Câmara Municipal de Juíz de Fora e bem assim o debate de assuntos da maior relevância para o progresso do importante município mineiro, cujos principais problemas foram então encaminhados com segurança e acêrto Duas Resoluções municipais dessa época meceem aquí especial menção: a de 19 de Dezembro de 1892, autorizando o levantamento da estatística administrativa, judiciária, policial, comercial, industrial, operária e rural de Juíz de Fora, e a de 22 de Março de 1893, mandando que por ocasião do lançamento do imposto predial se procedesse ao recenseamento da população do Município

mento do imposto predial se procedesse ao recenseamento da população do Município Duas vezes se elegeu, fora da chapa oficial, deputado federal No Govérno Rodrigues Alves, teve o seu nome indicado para a presidência da Câmara, pôsto que não aceitou A Câmara sempre teve no Dr Francisco Bernardino um ótimo servidor, completo parlamentar e jurista notável que êle foi. Merece referência, igualmente, a sua intensa atuação jornalística, como diretor, de 1897 a 1901, de O Pharol, que figurou durante muitos anos entre os principais órgãos da imprensa mineira Posteriormente, foi êle redator-chefe do diário católico A União Data de 1909 o seu ensaio Reconstituição Política, que Ihe firmou ainda mais o nome de escritor e jurista Ésse trabalho constitue um documento dos mais expressivos sôbre a vida política do país; escrito com grande vibração e sinceridade, nele o autor analisa os efeitos reais da Constituição de 24 de Fevereiro, após vinte anos de experiência, fixando os erros em que ia incidindo o regime e sugerindo diretrizes para o fortalecimento de nossa conciência democrática Em 1910, escreveu um trabalho sôbre o crédito agrícola Foi presidente da Comissão Revisora de Tarifas

Afastando-se da atividade política, o Dr Francisco Bernardino foi nomeado, a 15 de Dezembro de 1909, diretor da Diretoria de Estatística, cargo êsse que ocupou até 14 de Janeiro de 1915 Já em Janeiro de 1910 entregava-se aos trabalhos de planificação do Censo previsto para 31 de Dezembro daquele ano a ser executado pela Diretoria "sem prejuízo do expediente ordinário" Um dos seus primeiros atos nesse sentido submetia ao estudo das Secções — a cuja frente se encontravam, então, profissionais do mais alto mérito — a questão de saber se conviria aproveitar a oportunidade do censo demográfico, no qual tantos recursos em material e pessoal seriam empregados, "afim de promover em concomitância um inquérito econômico, ensaiado agora para repetir-se em outras épocas, periodicamente Ao mesmo tempo em que intensificava os trabalhos do Recenseamento previsto — baixando instruções aos seus colaboradores imediatos, fixando-lhes encargos, projetando o regulamento para a organização do serviço censitário — cuidava, ainda, o Dr Francisco Bernardino de melhor aparelhar a Diretoria de Estatística para a perfeita execução dos seus levantamentos normais São das mais expressivas as ordens por éle baixadas nesse sentido, como é o caso, por exemplo, das instruções dadas em ofício a dois operosos chefes de secções — José Marques de Oliveira e Oxiel Bordeaux Rêgo — afim de que prosseguissem nos seus estudos, visando à mais alta eficiência dos serviços, que o govêrno federal já reorganizara, aliás, por decreto de Outubro de 1910 A essa constante preocupação sua de provocar sugestões dos seus colaboradores imediatos deve-se êsse notável documento da bibliografia estatística brasileira que é o Parecer sôbre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro de pessoal da Diretoria Geral de Estatística, apresentado em Setembro de 1910 por Oxiel Bordeaux Rêgo Igual referência merece o exhaustivo estudo devido aos funcionários Francisco Leão Alves Barbosa e Joaquim da Silva Rocha, acêica dos inconvenientes verificados na execução do R

"O ferceiro censo decenal da República"—refere Bulhões Carvalho no Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil, volume I da série relativa ao Recenseamento Geral de 1920—"devia realizar-se em 31 de Dezembro de 1910, mas por motivos ocasionais, cuja crítica minuciosa consta do relatório apresentado pelo diretor geral de estatística ao Ministro da Agricultura, em Fevereiro de 1915, deixou de ser levado a efeito na época prefixada e foi transferido para 30 de Junho do ano seguinte, sendo afinal definitivamente suspensos os respectivos trabalhos preliminares, após o dispêndio de avultadas verbas, que chegaram a atingir uma importância superior a

A. IV. then, continued the second section of the second

seis mil e quinhentos contos de réis. Não bastou que estivesse naquela época à frente da Diretoria um cidadão respeitável e de comprovada cultura para assegurar o êxito do recenseamento, condenado ao malógro desde os seus primórdios, por circunstâncias independentes da agão pessoal do Dr Francisco Bernardino Rodrigues Silva e do corpo de habilitados profissionais que tinha à sua disposição Assumindo a responsabilidade de um cometimento de tão grande vulto, a Diretoria de Estatística aceitou êsse pesado encargo, cerceada em sua autonomia, por fórça das condições especiais em que se encontrava o país, então profundamente agitado por perturbações de ordem política, as quais se refletiam na alta administração pública, concorrendo para que relevantes problemas de interêsse geral deixassem de ser solucionados com o emprêgo das medidas mais adequadas,— as que teem por exclusiva finalidade atingir real e sinceramente os objetivos sociais,— a que se destinam?

Suspensos os trabalhos preliminares do Recenseamento de 1910, fixaram-se as atenções do Dr Francisco Bernardino unicamente nos encargos normais da importante repartição que dirigia e a cujos serviços procurava imprimir, por todos os meios ao seu alcance, feição prática e eliciente Já em 6 de Junho de 1911 baixava uma circular aos chefes das secções, encarecendo-lhes que recomendassem aos funcionários tôda a assiduidade e aplicação e especial empenho na conclusão dos Amúnios cujos elementos estivessem coligidos "A conclusão e publicação dêsses trabalhos"— acentuava—"sabemos que muito importa para que se mantenham os créditos da repartição e se convençam os poderes públicos da necessidade de lhe desenvolver e ampliar os meios de ação, quanto convenha à extensão das pesquisas, ao exato preenchimento dos fins, como indispensável colaboradora da administração"

Apesar das sucessivas reformas por que passou a Diretoria Geral de Estatística durante a administração do Dr. Francisco Bernardino, e que, segundo o testemunho do seis mil e quinhentos contos de réis. Não bastou que estivesse naquela época à frente

dos Ins, como indispensavel colaboradora da administração". Apesar das sucessivas reformas por que passou a Diretoria Geral de Estatística durante a administração do Dr. Francisco Bernardino, e que, segundo o testemunho do próprio Ministro da Agricultura, tolheram, quase de modo formal, a atividade de seu diretor, foi essa uma das fases mais fecundas da Estatística Brasileira, nos períodos anteriores ao de sua atual organização. Se nem sempre terá sido possível a execução do so de sua atual organização.

diretor, toi essa uma das fases mais fecundas da Estafística Brasileira, nos períodos anteriores ao de sua atual organização. Se nem sempre terá sido possível a execução dos planos elaborados, valeram ésses, entretanto, por uma ampla caracterização das necessidades mais imediatas em que então se encontrava o país, quanto a pesquisas estafísticas, e reuniram sugestões posteriormente aproveitadas com os melhores resultados para os altos objetivos que se tinham em vista. E' o caso, por exemplo, da ordenação de assuntos preconizada no Parecer de Oziel Bordeaux Régo e que constitue—com ligeiras modificações—o esquema fundamental adotado, atualmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografía e Estafística.

O regulamento da Diretoria de Estafística criou Delegacias nos Estados, com o intuito de facilitar e assegurar a perfeita execução dos importantes serviços a cargo da repartição Não obstante as dificuldades apresentadas, essas Delegacias foram instaladas e funcionaram regularmente na maioria dos Estados

Entre os numerosos trabalhos estafísticos organizados, e dos quais nos dá conta o Relatório da Diretoria relativo a 1913, merecem particular destaque os que se referem à divisão administrativa, posição astronómica e superfície do Brasil, em 1910; à receita arrecadada nos exercícios de 1823 a 1908; à despesa efetuada pelos Ministérios no mesmo períocio; às finanças do Distrito Federal, compreendendo a receita orçada e a arrecadada e da despesa fixada e efetuada, de 1830 a 1910; à representação política e eleitoral em 1910; às finanças municipais nos anos de 1906 a 1910; à tórça policial nos Estados, abrangendo o pessoal, composição e material, em 1911 e 1912; e à divisão administrativa em 1911, com o resumo histórico dos municípios e a deta da criação de cada distrito, além de trabalhos relativadas e a directivitos de marga directiva extensivativas da directivitas de a directivitas de descada da caracta da cada da caracta da cada distrito, além de trabalhos estados, abrangendo o pescumo histórico dos municípios e a de

soal, composição e material, em 1911 e 1912; e à divisão administrativa em 1911, com o resumo histórico dos municípios e a data da criação de cada distrito, além de trabalhos relacionados com a estatística demográfica, sob os aspectos estático e dinâmico. Além de outros levantamentos — tais como o das inscrições hipotecárias e transcrições de transmissões de imóveis; o do comércio exterior, compreendendo a importação e a exportação; o das vias e meios de comunicações, abrangendo a viação férrea, navegação, correios, telégrafos e telefones; o das usinas, engenhos centrais e fábricas de tecidos; o da alimentação; o dos impostos; o do patrimônio municipal, o das cooperativas e sindicatos agrícolas, etc.,—foram iniciadas, ainda, as estatísticas das emprêsas de eletricidade, servindo para o fornecimento de luz e fórça; a dos preços correntes dos energias de referente de luz e forças das capitais dos diversos senerados retablistas das capitais dos diversos gêneros de orimeira necessidade nos mercados retalhistas das capitais dos diversos Estados, a da avaliação do gado em pé existente no país e, por fim, a dos estabeleci-mentos industriais sujeitos ao imposto de consumo

Outras pesquisas abrangeram os cultos religiosos; hospitais, hospícios e estabele-cimentos congêneres; recolhimentos e asilos; associações de auxílios mútuos e de bene-ficência; instrução pública e particular; bibliotecas; teatros; associações literárias,

científicas e artísticas; criminalidade; justica civil e comercial; movimento peniten-ciário; divisão policial; e suicídios e tentativas. Foi também bastante expressiva a atividade publicitária da Diretoria, durante a Foi também bastante expressiva a atividade publicitária da Diretoria, durante a administração do Dr Francisco Bernardino Basta se tenha em vista o número e importância das oublicações editadas: Indústria açucareira (Usinas e engenhos centrais); Registro civil (Estudos subsidiários para a reforma); Divisão administrativa em 1911; Estudo estatístico do movimento do registro geral da propriedade imóvel no Distrito Federal; Movimento do registro geral da propriedade imóvel na Capital Federal no período de 1890 a 1909 e inscrições hipotecárias e transcrições de transmissões de imóveis nas Capitais de alguns Estados em 1907; Estatística das inscrições hipotecárias efetuadas em 1909 (Vol I Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Alagoas, Espírito Santo e Sergipe); Sinopse do censo pecuário da República pelo processo indireto das avaliações em 1912-1913; Fôrça policial militar; Climatologia do Brasil; Finanças da União e dos Estados (Período de 1822 a 1913. I Volume); Administração: Estatística eleitoral

1913. I Volume); Administração; Estatística eleitoral

Ésses trabalhos traziam, todos éles, os nomes dos seus autores—o que constituía inte-

Esses trabalhos traziam, todos êles, os nomes dos seus autores — o que constituía interessante inovação administrativa — limitando-se o diretor da repartição a firmar as introduções que escrevia e nas quais rendia homenagem ao esfórço dos funcionários incumbivados da execução das tarefas e comentava, com segurança e brilho, os resultados obtidos O Dr Francisco Bernardino Rodrigues Silva foi casado com a sra. Maria Perpétua Vidal Lage e Silva, contando-se entre os seus filhos o Dr. Cipriano Lage, um dos atuais diretores de A Noite, e Jaime Lage e Silva (já falecido), ambos altos funcionários da antiga Diretoria Geral de Estatística, à qual prestaram também inestináveis serviços Ao falecer, a 17 de Abril de 1920, na Fazenda Ribeirão das Rosas, em Juíz de Fora, ocupava o Dr. Francisco Bernardino o cargo de Diretor Geral da Agricultura, funções que viera a exercer denois de se haver exonerado da Diretoria de Estatística Na grande

que viera a exercer depois de se haver exonerado da Diretoria de Estatística folha de serviços prestados ao país pelo ilustre brasileiro não são, decerto, dos menos significativos os que lhe ficou a dever a Estatística, em cujos anais o seu nome figura com o merecido relévo.

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — REPRESENTAÇÃO TABULAR E GRÁFICA

(Continuação do número anterior)

- 33. Preceitos especiais de tabulação Como preceitos especiais de tabulação, achamse resumidas, a seguir, algumas particularidades oficialmente recomendadas para organização dos quadros do Anuário Estatístico do Brasil:
- 1.º As sucessivas discriminações integrantes da titulação de uma sequência de quadros, de conteúdos conexos e logicamente ordenados, poderão ser caracterizadas, segundo a ordem de generalidade decrescente das respectivas indicações, pela seguinte forma:

em primeiro lugar, com algarismos romanos, seguidos de um traço,

I — II — etc.

em segundo lugar, com algarismos arábicos, seguidos de um ponto,

1. 2. etc.

em terceiro lugar, com letras minúsculas, seguidas da notação de fechamento de parênteses,

a)
b) etc.
(AEB — V, págs. 390 a 393),

podendo-se adotar, ainda, no caso de quatro discriminações, em segundo lugar, letras latinas maiúsculas,

A)
B) etc.
(AEB — V, págs. 767 a 771)

e, na hipótese de cinco discriminações, em último lugar, minúsculas do alfabeto grego,

> α) β) etc

como já se encontra, embora sem razão, na eventualidade, pois não foi aí utilizada a série das maiúsculas latinas, no AEB — V, pág. 196.

2.º — As discriminações a que correspondam dados agrupados sem distinção de espécie devem ser constituídas, de preferência, por

um dos modos a seguir considerados, que proscrevem as fórmulas usuais "diversos" e "não declarados":

- a) com o têrmo "outro", isolado ou anteposto ao competente substantivo ("outro", "outras", "outros produtos", "outros países", etc.), tratando-se de têrmos numéricos, de especificação conhecida, mas englobados em um único dado pelo seu pequeno valor ou falta de significação no caso;
- b) com a expressão "não especificados", tratando-se de agrupamento de unidades de espécies efetivamente desconhecidas no caso.
- 3º As especificações da coluna matriz devem suceder-se em ordem alfabética, com as discriminações "outros" e "não especificados" em último lugar:
- a) de um modo geral, sempre que houver mais de quinze dados;
- b) quando outra ordem de apresentação se não impuser, no caso dos municípios brasileiros, de países e de nacionalidades
- 4.º Não ocorrendo indicação em contrário (regionalização oficialmente estabelecida), os Estados do Brasil, o Território do Acre e o Distrito Federal, sob o título "Unidades Federadas", serão dispostos em ordem geográfica do seguinte modo:

Acre — Amazonas — Pará — Maranhão — Piauí — Ceará — Rio Grande do Norte — Paraíba — Pernambuco — Alagoas — Sergipe — Baía — Espírito Santo — Rio de Janeiro — Distrito Federal — São Paulo — Paraná — Santa Catarina — Rio Grande do Sul — Mato Grosso — Goiaz — Minas Gerais (AEB — V, pág 200).

5.º — Substituindo a adotada no Anuário Estatístico do Brasil (até o AEB — V, págs. 82 e outras), deve vigorar a divisão regional, esquematizada a seguir, nos têrmos da Circular nº 1/42, da Secretaria da Presidência da República, datada de 31 de Janeiro e publicada a 4 de Fevereiro de 1942, no Diário Oficial (pág 1767), a qual textualmente a recomenda "para os trabalhos e estudos procedidos por todos os Ministérios, nos quais não se imponha uma peculiar divisão do território nacional".



- 6º Como discriminação de resultados correspondentes à adição de dados parciais fornecidos, pode-se adotar:
- a) de um modo geral, o têrmo "Total",
 e não o têrmo "Soma" (AEB V, págs 202
 e 203);

- b) conforme o âmbito territorial, o nome do país, "Brasil", ou o da "Unidade Federada" a que se refira o resultado considerado (AEB V, pág 125);
- c) por analogia, a designação "mês", "trimestre", "semestre", "ano", "quinquênio", etc, conforme o período abrangido
- 7.º Não sendo utilizado traço de separação entre as parcelas de uma coluna e o respectivo total, deve êste figurar destacadamente e ser impresso em negrito
- 8º Devem ser evitados os quadros distribuídos em páginas confrontantes, e os dispostos de tal forma que tornem necessário deslocar a folha de sua posição normal para a respectiva observação.
- 9.º Todos os símbolos usados em quadros de uma publicação devem ser precedidos de um resumo explicativo do seu sentido
- 10 ° Tratando-se de dados provenientes de diversas fontes, devem estas ser indicadas, no rodapé dos respectivos quadros, por iniciais também explicadas em indicações preliminares

O ALEXANDER DE MORAIS

UM PLANO DE REFORMA DA DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA EM 1928

A emenda ao projeto de orçamento, consignando verba destinada a custear em 1929 os trabalhos preliminares do censo de 1930, veio pôr em foco o velho problema da estatística brasileira, para cuja solução temos a experiência do recenseamento do centenário e das operações realizadas não só pelas repartições de estatística federal, como pelos serviços de estatística mantidos pelos Estados e pelos muni-

fixe a atenção sôbre a matéria que não conclua pela necessidade de remodelar-se a Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, dotando-a de meios e de um programa de ação que assegurem à sua atividade tôda a eficiência que pode e deve ter, como estão a exigir os

Não há quem

cípios.

O dever constitucional em que está o Brasil, de rever decenalmente o seu recenseamento, fornece-nos ensejo para promover uma transformação radical em

gravissimos interês-

ses nacionais que lhe

foram confiados.

nosso aparêlho estatístico, na sua organização e nos seus processos, habilitando-o à realização integral dos seus objetivos.

Brasil

Acompanhando de perto a evolução da estatística brasileira nestes últimos tempos, posso afirmar, sem receio de contestação, que não tem ela produzido (e nem poderia ser de outra forma, com a organização vigente) senão uma parte mínima do que cumpre ao país fazer em matéria de estatística.

Esta verdade iniludível tem sido proclamada pelos competentes, entre os quais se insere, em primeira linha, o acatado mestre Dr. BULHÕES CARVALHO, a quem devemos o Recenseamento de 1920 e outras realizações da estatística brasileira.

O próprio recenseamento de 1920 teve êxito muito relativo e, a repetir-se com o

mesmo alcance no próximo censo, não compensará de modo algum o sacrifício pedido à Nação.

Realmente, sedoloroso que, numa época de severa economia e de implacáveis cortes orçamentários, viéssemos a gastar cêrca de quarenta mil contos (custo provável do recenseamento) numa operação precarissima, tanto pelo desconhecimento e insuficiente preparação do meio, quanto pelas condições desfavoráveis do vastíssimo e complexo

A obrigação constitucional precisa ser encarada sob um

aparêlho que se im-

provisará para levá-

-la a efeito.

critério lúcido e prático. É mister evitar que em cumprimento do preceito da Constituição se realize um censo de resultados insuficientes ou de consequências prejudiciais, já pelos erros a que poderia induzir, já pelo enfraquecimento do prestígio da administração pública e especialmente da repartição de estatística, e exatamente quando esta mais precisa da confiança dos cidadãos.

Ora, esta confiança tem sido abalada pelos seguintes motivos, entre outros:

PELA Resolução nº 119, de 14 de Julho de 1939, a Assembléia Geral do Con-selho Nacional de Estatística man-dou incluir nos anais do Instituto os principais documentos referentes às primeiras iniciativas em prol da criação efe-tiva do sistema estatístico brasileiro Entre os mesmos figura, encabeçando uma relacão de cinco, o projeto nº 152, apresentado ao Congresso Nacional, em 1928, pelo então deputado mineiro DANIEL DE CARVALHO e destinado a regular a execução dos serviços de estatística no Brasil E êsse projeto, baseado, antes de tudo, no principio da cooperação entre as três órbitas de govêrno, que ora recolhemos nestas páginas, juntamente com a exposição justificativa que o precedeu, um e outra a evidenciar, ainda uma vez, como em tôdas as fases de nossa evolução política e social espíritos houve aos quais não passou despercebida a ne-cessidade de dotar o país de serviços esta-tísticos que bem correspondessem às suas finalidades Presta a REVISTA, dêsse modo, merecida homenagem a um homem público a quem deve a Estatistica Brasi-leira assinalados serviços Com efeito. terra assiriadados serviços Come ejetto, quando o Sr Daniel de Carvalho era se-cretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado de Minas, é que se organizou a estatística mineira, sob a direção do atual secretário geral do I B.G E Graças, sobretudo, à prestigiosa assistência por êle dispensada aos serviços técnicos então subordinados à sua Secretaria, tor-nou-se possível levar a efeito, nas melhores condições de êxito, as notáveis realizações devidas ao órgão central da estatística de Minas, — muitas das quais constituiram significativas experiências, posteriormente preconizadas pelo Instituto para todo o

- a) pelo atraso das publicações que aparecem quando os anos decorridos trouxeram chocantes modificações nos algarismos apurados;
- b) pela imperfeição dos resultados, não raro desmentidos pela realidade notória ou pelo confronto com outros elementos de contrôle;
- c) pela variedade dos aparelhos estatísticos;
- d) pela disparidade das cifras constantes das estatísticas federais, estaduais e municipais

Estes inconvenientes podem ser removidos, uma vez que:

I — se organize a Diretoria Geral de Estatística como órgão central da estatística brasileira, com a necessária amplitude e autoridade, de atribuição e de recursos, de modo que, mesmo sem unificação dos órgãos administrativos, possa a estatística revestir-se dos imprecindíveis característicos de minuciosidade, exatidão, generalidade, uniformidade, sistematização e atualidade;

II — se estabeleça uma estreita colaboração entre o órgão da estatística federal e os aparelhos estatísticos dos Estados e das municipalidades, por meio de uma sábia conjugação de esforços e de recursos técnicos e financeiros, simplificando-se o serviço e evitando a divergência de resultados;

III — reorganizada com os elementos de ação direta nos Estados e nos municípios, a Diretoria Geral de Estatística execute imediatamente todos os trabalhos de investigação, arrolamento e coordenação de dados de que resultem o necessário conhecimento do meio e os elementos de previsão e de contrôle; desenvolva multiforme e tenaz propaganda e faça a montagem do aparêlho de direção e coleta verdadeiramente eficiente.

Reputo tôdas estas condições indispensáveis para a execução cabal dos inquéritos censitários.

O recenseamento propriamente dito exige um aparelhamento muito mais vasto e complexo, largamente dispendioso, e que só terá eficiência satisfatória quando as outras condições gerais já forem bem conhecidas, de sorte a tornar possível a ação dos órgãos censitários sob normas e contrôle seguros e a levar-se à massa dos cidadãos a prova provada da utilidade das pesquisas que entendam com a intimidade doméstica e econômica de cada um

Que se deveria então fazer? Simplesmente o seguinte:

I — prescrever que os serviços censitários de 1930, como medida transitória e de preparação indispensável ao êxito perfeito dos futuros censos, se limitassem ao levantamento de um quadro geral, o mais amplo possível, daquelas condições que, sôbre serem as mais características da situação física, demográfica, econômica, social, administrativa e política do país, fôssem observáveis sem necessidade de arrolamento e caracterização minuciosa das unidades elementares da nossa comunhão social;

II - determinar-se que a metade da despesa provável de 40 000 contos com o próximo recenseamento fôsse dividida em quotas anuais de 2 000 contos, a constituir um orçamento censitário da Diretoria Geral de Estatística no decênio 1929 a 1939, com o qual esta se habilitasse - mediante acordos com os Estados e os municípios, que reforçassem quanto possível aqueles fundos e estabelecessem a colaboração sinérgica das três esferas administrativas na solução do problema a fazer resultar da sua atividade, nestas novas condições, o quadro geral a que se refere o item precedente, quadro êsse que seria o ponto de partida e o têrmo de referência para o levantamento ânuo de uma verdadeira estatística geral do país, donde decorreriam obviamente, findo o decênio, para o futuro aparêlho recenseador e para o meio a recensear, condições absolutamente garantidoras de êxito completo nos trabalhos censitários de 1940;

III — ser deixada ampla liberdade de movimentos ao diretor geral de Estatística na constituição e movimentação dos órgãos e sub-órgãos necessários à grande tarefa em vista, afim de que se pudesse processar fácil e racionalmente a obra de experimentação, seleção e adaptação capaz de conseguir os resultados imediatos almejados e assegurar também seu imediato consectário, a saber, o preparo eficiente e progressivo dos elementos a pôr em ação no próximo censo;

IV — finalmente, estatuir-se de logo que ao fim dêsse período, de verdadeira e eficiente preparação para o futuro censo, se desse nova regulamentação à Diretoria Geral de Estatística, no intuito de consolidar e incorporar à organização normal daquele departamento todo o aparêlho experimentalmente constituído e pôsto em obra para a real e completa consecução dos seus objetivos, lançando-se então também as bases dos serviços censitários de 1940, os quais seriam movimentados e quase totalmente executados pelo próprio aparelhamento efetivo de que então já dispusesse a re-

partição no Distrito Federal, no Acre, em cada capital de Estado e em cada município.

Adotada a orientação sugerida, poderá a Diretoria de Estatística realizar em 1930, com o concurso das municipalidades interessadas, um recenseamento completo, não só demográfico e econômico, mas também social, das capitais da República, dos Estados e do Território do Acre, o que importará em empreendimento de grande alcance pelo conhecimento perfeito e oportuno, que assim se proporcionará ao país, do desenvolvimento dos nossos núcleos urbanos de maior importância política.

Poderá ainda, por meio de arrolamentos especiais e de inquéritos censitários restritos, utilizando também os processos indiretos que a ciência e a prática dos países cultos autorizam, suprir da melhor maneira possível a falta do censo direto Assim procede a Argentina, cujo último recenseamento é de 1914

Complementarmente, obtido o concurso dos governos estaduais e municipais, poderá a estatística federal coligir e sistematizar elementos para o conhecimento, tão completo quanto as circunstâncias possam permitir, do território nacional e do seu parcelamento circunscricional Será mais um fim de grande alcance a atingir, pois corresponde a uma sensível necessidade para o público e para o govêrno e ainda não constitue incumbência efetiva de nenhuma repartição federal — o encargo de elaborar e divulgar em edições sucessivamente mais perfeitas, cartas geográficas, físicas e políticas, gerais e especiais, do território nacional

O projeto consubstancia estas idéias e ajunta uma providência destinada a atenuar as dificuldades trazidas à estatística pela recente supressão da franquia postal, que muito facilitava o serviço.

A idéia central do projeto consiste na cooperação dos Estados e dos municípios nos serviços de estatística federal com economia de tempo e de dinheiro e com evidentes vantagens para o país.

A cooperação dos municípios com o Estado, nesta matéria, vai sendo feita em larga escala no Rio Grande do Sul e começa a ser ensaiada no Estado de Minas com pleno êxito.

O serviço de estatística de Minas, que mereceu o desvelado carinho do saudoso estadista republicano Dr RAUL SOARES, foi regu-

lamentado no govêrno do Dr. MELO VIANA, a cuja clarividência não podia escapar êste meio imprecindível de orientar o progresso do Estado nas suas várias manifestações. Nessa regulamentação está prevista a hipótese do acôrdo com o govêrno federal. O serviço mineiro de estatística está sob a inspiração superior do lúcido espírito e da larga experiência do presidente Dr. ANTONIO CARLOS e sob a direção de um técnico de competência provada qual o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS; está publicando regularmente o Anuário Estatístico, o Boletim Estatístico-Corográfico, bem como prontuários, indicadores e boletins que fornecem às classes produtoras os dados de interêsse geral, precisos, atuais e minuciosos, que requer o manejo inteligente dos negócios.

O programa justificado nas considerações precedentes é, pois, eminentemente prático e corresponde a veementes reclamos da opinião pública, justapondo-se mesmo às conclusões unanimemente votadas pelos representantes das classes conservadoras de Minas Gerais, reunidas no Congresso Comercial, Industrial e Agrícola que se realizou há pouco em Belo-Horizonte.

Sala das Sessões, 2 de Agôsto de 1928 —

(a) DANIEL SERAPIÃO DE CARVALHO.

PROJETO Nº 152 - 1928

O Congresso Nacional resolve:

Art 1º — Fica o govêrno autorizado a reformar a Diretoria Geral de Estatística de acôrdo com as bases ora estabelecidas e os créditos votados para o mesmo fim

Art 2.º — À Diretoria Geral de Estatística incumbe:

I — Promover acordos com os governos dos Estados e dos municípios para a realização da estatística geral do país

II — Estabelecer um aparêlho nacional de estatística em que se coordenem com o auxílio do Conselho Superior de Estatística, para êsse fim especialmente convocado, os esforços e os recursos financeiros das três esferas da administração pública — a federal, a estadual e a municipal.

III — Levantar a sistematização de todos os dados sôbre as condições físicas, demográficas, econômicas, sociais, administrativas e políticas que puderem ser coligidos com segurança e de modo uniforme para todo o país, segundo os preceitos e os recursos determinados na lei

IV — Proceder ao Recenseamento Geral da República, o qual será revisto decenalmente

V — Organizar e divulgar regularmente o Anuário Estatístico do Brasil

VI — Elaborar e publicar um boletim estatístico-corográfico, em que se descreva, segundo um plano sistemático, minucioso e uniforme, a situação e a vida de cada unidade municipal brasileira, devendo ser tal trabalho ilustrado com um mapa do território do município e uma planta de sua sede e com fotografias de aspectos locais, e editado em tantos volumes quantas as unidades políticas da Federação, cada um deles precedido de uma parte introdutiva para a generalização e análise dos respectivos dados parciais

VII — Executar todos os trabalhos de investigação, arrolamento e coordenação de dados, cadastros, indicadores, prontuários, índicas, sinopses, esquemas, gráficos, que preparem e facilitem convenientemente os futuros recenseamentos ou sejam requeridos para orientar o normal exercício e desenvolvimento das atividades nacionais

VIII — Coordenar, com os trabalhos complementares que se fizerem necessários, e para fins do preparo de cartas gerais e parciais do Brasil, progressivamente mais minuciosas e perfeitas, todos os numerosos elementos já disponíveis em nosas cartografia tanto geral como estadual e municipal, ou que vierem a ser obtidos, concernentes à representação gráfica dos característicos físicos e políticos do território brasileiro.

Art 3 º — Para o recenseamento demográfico, econômico e social das capitais da República, dos Estados e do Território do Acre, a Diretoria de Estatística procurará obter previamente o concurso especial das municipalidades interessadas, de modo que, cabendo ao referido departamento o preparo do plano, a direção, a apuração e a divulgação dos resultados do inquérito censitário a efetuar, caiba aos municípios, além de tôdas as medidas tacilitadoras da operação, o onus do serviço de coleta propriamente dito

Art 4° — Para execução do programa fixado nesta lei, o Ministro da Agricultura baixará as competentes "instruções gerais", cabendo ao diretor geral da Estatística regular por "instruções especiais" todos os detalhes da organização a pôr em prática

Art 5 º — A execução desta lei não criará lugares nem fixará gratificações com caráter definitivo, sendo considerados em comissão ou contratados todos os funcionários que nela colaborarem Poderão, porém, ser estipuladas, sem incompatibilidade, gratificações a funcionários federais, estaduais e municipais que, pela natureza das suas funções e sem prejuizo destas, convenha serem chamados a prestar seu concurso à Diretoria Geral de Estatística

Art 6º — Para atender aos objetivos que lhe são fixados nesta lei, fica atribuida anualmente à Diretoria de Estatística, a título de orçamento, a importância de dois mil contos

Art. 7º — A correspondência que fôr dirigida à Diretoria Geral de Estatística, bem como aos demais orgãos estatísticos — municipais ou estaduais — que com ela colaborarem, poderá ser postada com a taxa a pagar, ficando o respectivo pagamento para ser efetuado, independentemente de multa e na forma que a Diretoria Geral dos Correios fixar, pela repartição destinatária

4

Art 8º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação

Paragráfo único — As medidas mandadas executar nesta lei, que importarem em despesas, só poderão ser postas em prática depois de zotados os créditos necessários ou estabelecidas as verbas nas leis orçamentárias

Art 9 º — Revogam-se as disposições em contrário

Sala das sessões, 2 de Agôsto de 1928

(aa) DANIEL DE CARVALHO — J J BERNARDES SOBRINHO — FIDELIS REIS — SANDOVAL AZEVEDO — LAURO JAQUES

RESUMO DAS ATIVIDADES ESTATÍSTICAS NA ARGENTINA

ARGENTINA

Area, em milhas quadradas: 1 079 965

População (estimativa oficial, 1939):

Economia: A agricultura predomina na

economia da Argentina, não obstante ter

havido rápido desenvolvimento das indús-

PREPARAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESTATISTICOS

Nas Universidades de Buenos Aires, Córdoba e Litoral (e possivelmente dentro em pouco nas Universidades de Tucuman e Cuyo) a estatística é ensi-nada como parte do curso de preparação para o doutorado em ciências econômicas As Faculdades de Ciências Econômicas nestas Universidades ministram instrução especial de teoria, metodologia e prática estatística Em Córdoba essa preparação inclue cursos especiais de informações sôbre estatistica aplicada

13 129 723

Idioma: Espanhol

Durante longos anos, simultaneamente com as suas atribuicões ordinárias, a Diretoria Geral de Estatística dedicou muita atenção ao aperfeicoamento estatistico de seus funcionários

A nomeação de pessoal estatistico superior para algumas repartições do govêrno. após a realização de concursos em que foram levados em conta os estudos feitos pelos candidatos no campo da estatística econômica, representa um

grande passo para a seleção de elementos de acôrdo com um critério científico. A continuar essa política, poder-se-á esperar um aumento considerável na eficiência dos serviços estatísticos.

RECURSOS DE BIBLIOTECA

Os trabalhos estatísticos mais importantes podem ser consultados na biblioteca da Escola de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, que conta um total de 45 000 volumes e 363 revistas técnicas e publicações periódicas; na biblioteca da Diretoria Geral de Estatística da Nação, que possue uma coleção de mais de 10 000 volumes exclusivamente sôbre

assuntos estatísticos, recebendo também grande número de publicações periódicas; na biblioteca do Banco Central da Argentina; e na biblioteca recentemente organizada na Diretoria de Estatística da Província de Santa Fé. Com estes efetivos bibliográficos à sua disposição, o estatístico argentino toma conhecimento dos mais importantes trabalhos nacionais e internacionais de estatística, tanto teóricos como práticos.

SOCIEDADES OU ASSOCIAÇÕES DE ESTATÍSTICA

A Sociedade Argentina de Estatís-

tica é uma entidade profissional de caráter nacional organizada em 1938 por estatísticos argentinos como um ramo do Museu Social Argentino Foi o seu primeiro presidente LOS E DIEULEFAIT, sucedendo--1he Emílio Re-BUELTO em 1939 OTÁVIO PRUD'-HOMME é o secretário atual (1940) Os fins da Sociedade são: a) promover o estudo da estatística como ciência teórica e prática; b) cooperar na organização e coordenação

trias nas cidades mais importantes A produção de cereais (trigo, milho, linhaça, aveia, cevada, centeio) é a principal atividade nacional, vindo em segundo lugar a pecuária São também produtos importantes as lãs, algodão, frutas, vinhos, mate e extratos de quebracho A indústria frigorifica (carnes) e outras a ela vinculadas exercem grande influência sôbre a economia nacional, especialmente quanto à exportação Entre as principais indústrias manufatureiras podem ser citadas as de tecidos, adubos, farinhas e açúcar dos servicos esta-

tísticos, oficiais e particulares, c) manter relações nacionais e internacionais, com entidades afins ou com pessoas especializadas na matéria A Sociedade realiza reuniões periódicas. Não possue nenhuma publicação regular

A Sociedade é mantida pelas quotas dos sócios e com auxílio do Museu Social Argentino. Apesar de não ser entidade governamental, funciona sob uma administração especial e como secção do Museu Social Argentino, que é entidade semi-oficial e para cuja manutenção contribue o Govêrno. O Museu Social publica uma revista com periodicidade regular.

Importante manifestação de interêsse pelo progresso da estatística foi a Primeira Conferência Nacional de Estatística, realizada em Córdoba, em Outubro de 1925. As recomendações da aludida Conferência chamavam a atenção para a necessidade urgente de realizar-se um quarto censo nacional e para a importância da uniformidade e coordenação na coleta e publicação de dados estatísticos provinciais e municipais, assim como para a coordenação das atribuições e publicações dos serviços estatísticos nacionais.

PRINCIPAIS AGÊNCIAS EXTRA--OFICIAIS OU SEMI-OFICIAIS DE ESTATÍSTICA E SUAS PUBLI-CAÇÕES PERIÓDICAS

Na Argentina não existem organizações particulares de caráter exclusivamente estatístico Todavia, as publicações de várias entidades não oficiais ou semi-oficiais apresentam artigos com séries estatísticas referentes a aspectos da economia nacional. Mencionamos a seguir algumas das mais importantes publicações.

Anuário Estatístico Interamericano, Buenos Aires, 1940 Anuário estatístico publicado em espanhol, francês, inglês e português. A primeira edição saiu nos fins de 1940. Apareceu como publicação não oficial, sob a direção de RAUL C Mignone e os auspícios da Comissão Argentina de Altos Estudos Internacionais Recompila informações já publicadas anteriormente As secções principais são: população; produção; indústria: comércio: problemas sociais; transporte e comunicações; inversões e bancos; finanças públicas; instrução pública; exército, armada e aviação; saúde pública; cooperação internacional.

Banco Central da República Argentina. Suplemento Estatístico da Revista Econômica. Buenos Aires Vem sendo publicado mensalmente desde 1937. Contém séries estatísticas mensais e anuais, além de dados sôbre moeda e bancos, produção, comércio e um levan-

tamento geral das condições econômicas da Argentina.

Confederação Argentina do Comércio, Indústria e Produção. Confederacion Argentina. Buenos Aires, Boletim mensal.

Ernesto Tornquist & Co., Limitada. Business Coditions in Argentina. Buenos Aires Boletim trimestral (anteriormente mensal) editado em inglês, espanhol e francês. Apresenta um levantamento das condições comerciais contemporâneas; informes sôbre o comércio exterior, ferro-carris, companhias de seguros, bancos, finanças públicas. Divulga também quadros e gráficos estatísticos sôbre os movimentos econômicos mais importantes, inclusive estimativas dos saldos de pagamentos do país.

Revista de Economia Argentina. Buenos Aires. Revista mensal fundada por Alejandro E Bunge e editada sob a sua direção. Vem sendo publicada desde 1918 Contém artigos analíticos assim como informações estatísticas sôbre os aspectos mais importantes da economia argentina — produção agrícola e industrial, consumo dos diferentes produtos, preços e números índices, trabalho, comércio, finanças, movimento da população.

Sociedade Rural Argentina. Anales de la .. Buenos Aires Boletim mensal que já se publica há muitos anos. Órgão oficial da Sociedade Rural Argentina. Apresenta artigos analíticos e dados estatísticos sôbre indústrias agrícolas e pastorís e sôbre exportações.

ORGANIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA OFICIAL

A Diretoria Geral'de Estatística da Nação, que funciona como uma dependência do Ministério da Fazenda, tem a seu cargo, por lei, a coordenação das atividades estatísticas do país e a direção dos censos nacionais. Não há, porém, uma centralização de tôda a estatística, nem tão pouco tem sido possível reunir as distintas repartições — nacionais, provinciais ę municipais - em um sistema que funcione sob a direção de um corpo central quanto aos métodos e práticas estatísticas. Cada órgão do govêrno coleta e divulga os dados a seu modo e à medida do necessário.

Segundo a legislação em vigor (lei n.º 3 180), à Diretoria Geral de Esta-

¹ Direccion General de Estadistica de la Nacion, Recomendaciones de la Primera Conferencia Nacional de Estadistica, trabalho preparado por Alfredo Lucadano, Buenos Aires, 1925.

tística incumbe a recompilação de estatísticas sôbre: comércio exterior e embarques; demografia; imigração; comércio e indústria; agricultura, finanças; comunicações e transporte; educação; censos dos funcionários civis da Nação; e delinquência. Na prática, entretanto, o Ministério da Agricultura publica estatísticas agrícolas independentemente da Diretoria Geral; o Departamento dos Correios divulga dados sôbre transporte e comunicações; o Banco Central da Argentina e instituições bancárias particulares publicam estatísticas bancárias, etc. Entre as diversas atividades a que se dedica a Diretoria Geral, predominam as relacionadas com o comércio exterior, sôbre cujo ramo são publicadas extensas recompilações, anual, trimestral e mensalmente O pessoal do quadro permanente ascende a cêrca de 115 funcionários.

A nomenclatura internacional de Bruxelas e a lista mínima de mercadorias para a estatística do comércio internacional elaboradas pelo Comité de Técnicos Estatísticos da Liga das Nacões, não estão em uso na classificação do comércio exterior Tão pouco é usada a Lista Internacional das Causas de Morte na classificação nacional da mortalidade, embora utilizada em alguns registros do país.

O aparelhamento mecânico de que se serve a Diretoria Geral de Estatística é Hollerith e consiste em 3 tabuladoras, 2 classificadoras, 1 calculadora, 1 reprodutora e 8 perfuradoras. A Diretoria de Economia Rural e Estatística do Ministério da Agricultura possue aparelhamento idêntico.

A estatística nacional vem sendo consideravelmente ampliada pelos trabalhos que os governos locais empreendem Têm êsses governos realizado censos, mantido serviços e feito análises não compreendidas nas atividades estatísticas do Govêrno Nacional. A existência dêsses escritórios e departamentos independentes, em alguns casos acarreta duplicidade de trabalho e confusão nos resultados, mas em outros tem sido de grande valia. A lei que rege o funcionamento da Diretoria Geral de Estatística, conforme já foi explicado, tem como uma de suas finalidades a supervisão das repartições provinciais pela Diretoria Geral; na prática, todavia, tem sido mais fácil e aconselhável levar a efeito a coordenação por vias não oficiais. O Congresso Estatístico de Córdoba, já mencionado, deu um passo

notável nesse sentido, ao acentuar a necessidade de medidas para obter uniformidade na compilação de dados provinciais, estabelecendo como objetivo principal da Diretoria Geral a publicação de um "resumo anual das estatísticas nacionais, provinciais e municipais, que represente uma síntese numérica das condições econômicas e sociais do país".

CENSOS NACIONAIS DA POPULAÇÃO 2

O último censo nacional da população foi realizado em Junho de 1914.3 Constituiu, aliás, um censo geral, compreendendo também agricultura, indústria e comércio. O resultado foi publicado em 10 volumes, 3 dos quais dedicados à população 4 Foi o terceiro censo já levantado O primeiro realizou-se em 1869 (publicado em 1872, em um volume) e o segundo em 1895 (publicado em 1898, em três volumes). Houve autorização para um censo geral em 1940, o qual, porém, não chegou a ser considerado no Senado. O fato de não ter havido um critério censitário geral e harmônico decorre principalmente de motivos de ordem política.

PRINCIPAIS ÓRGÃOS OFICIAIS DE COMPILAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Os seguintes Ministérios ou Departamentos compilam, ou compilam e publicam, dados estatísticos por intermédio dos serviços indicados:

² Para mais informes sôbre censos da população e outros, e publicações sôbre a matéria, veja-se o Apêndice 1, Argentina in Statistical Activities of the American Nations Inter American Statistical Institute Washington, D G — 1941.

³ Não obstante ter sido o de 1914 o último censo da população, realizaram-se mais recentemente outros censos agrícolas e comerciais, a saber: Ministério da Agrícultura, Comissão Nacional do Censo Geral Agro-Pecuário, Censo Nacional Agro-Pecuário, ano 1937, Buenos Aires, 1940; Ministério da Fazenda, Comissão do Censo Hipotecário Nacional, Censo Hipotecário Nacional el 31 de Diciembre de 1936, Buenos Aires, 1938; Ministério da Fazenda, Comissão Nacional do Censo Industrial, Censo Industrial de 1935, Buenos Aires, 1918

^{*} Comissão Nacional do Censo, Tercer Censo Nacional, 1914, Buenos Aires, 1916-18, 10 vols; Vol. I, Antecedentes y comentários; Vols II-IV, Poblacion, Agro-pecuarias; Vol V. Explotaciones; Vol VI, Censo Ganadero; Vol VII, Censo de las Industrias; Vol. VIII, Censo del Comercio, Fortuna Nacional, Diversas Estadisticas; Vol. IX, Instrucion Publica; Bienes del Estado: Vol. X, Valores Mobiliarios y Estadisticas Diversas

Ministério da Fazenda: Diretoria Geral de Estatística; Diretoria Geral de Aduanas; Contadoria Geral.

Ministério da Agricultura: Diretoria Geral de Economia Rural e Estatística; Diretoria de Agricultura. Secção de Estatística Agrária Cartográfica; Diretoria de Comércio e Indústrias, Secção de Estatística Industrial e Comercial; Diretoria Geral de Imigração.

Ministério do Interior: Departamento Nacional do Trabalho, Divisão de Estatistica; Diretoria Geral de Correios e Telégrafos, Repartição de Estatística Geral; Departamento Nacional de Higiene, Secção de Demografia Sanitária e Geografia Médica.

Ministério da Justiça e Instrução Pública: Secção de Estatística; Registro Nacional de Reincidência e Estatística Criminal e Carcerária; Registro de Propriedades, Hipotecas e Embargos e Interdições; Conselho Nacional de Educação, Repartição de Estatística

Ministério das Obras Públicas: Diretoria Geral de Ferro-carris, Repartição de Estatística; Diretoria Geral de Navegação e Portos.

Ministério das Relações Exteriores e Culto.

Congresso Nacional: Repartição de Arquivo e Estatística.

PRINCIPAIS ORGÃOS OFICIAIS DE ESTATÍSTICA QUE SE PUBLICAM PERIODICAMENTE (Último número em 1941)

Ministério da Fazenda. Memoria del Departamento de Hacienda, 1937. Buenos Aires, 1938 Relatório anual do Ministro da Fazenda. Contém alguns dados estatísticos, especialmente sôbre a receita e a despesa do Estado e sôbre o orçamento nacional.

Diretoria Geral de Estatística. El Comercio Exterior Argentino y Estadisticas Economicas Retrospectivas, 1937 e 1938. Buenos Aires, 1939. Publica-se anualmente. Contém informações sôbre o comércio exterior, navegação, fazenda pública, bio-estatística e outras estatísticas sociais e econômicas.

Anuário del Comercio Exterior de la República Argentina, 1938 Buenos Aires, 1939. Publica-se anualmente. É a informação mais completa sôbre o comércio exterior da Argentina. Cada número contém dados comparativos de anos anteriores.

Ministério da Agricultura. Diretoria de Economia Rural e Estatística. Boletin de Estadistica Agropecuaria. Buenos Aires. Publicado mensalmente, com um resumo anual na edição de Dezembro: Números publicados até esta data, 511. Diversas informações sôbre a produção agro-pecuária, consumo de diferentes produtos, etc.

Diretoria de Propaganda e Publicações. Almanaque. Buenos Aires. Publicado anualmente. Reprodução de material informativo agrícola já anteriormente divulgado.

Ministério do Interior. Diretoria Geral de Correios e Telégrafos. Memòria. Buenos Aires. Relatório anual do Ministro do Interior. Contém estatisticas sôbre as atividades dos correios e telégrafos.

Departamento Nacional do Trabalho. Boletin Informativo. Buenos Aires. Publicação mensal, contendo estatísticas sôbre acidentes do trabalho, emprêgo, custo de vida, etc.

Ministério da Justiça e Instrução Pública. *Memória*. Buenos Aires. Relatório anual do Ministro da Justiça e Educação Pública. Contém estatísticas sôbre a educação primária e secundária.

Ministério de Obras Públicas. Memória Buenos Aires. Relatório anual do Ministro de Obras Públicas. Apresenta estatísticas sôbre a exploração dos ferro-carrís e secções sôbre navegação e portos e outros meios de transporte.

Comissão Nacional de Trigo e Elevadores. *Boletin Informativo*. Buenos Aires. Publicado mensalmente. Contém dados sôbre todos os aspectos da produção e movimento de cereais na Argentina e em outros países, especialmente aqueles que importam do mercado argentino.

Junta Nacional de Algodão. *Memó-ria*. Buenos Aires. Relatório anual. Contém estatísticas sôbre a produção do algodão, vendas e consumo, incluindo os resultados de experiências realizadas.

Diversos. Alguns outros Ministérios e Departamentos do Govêrno Nacional publicam memórias, relatórios ou boletins anualmente ou com periodicidade mais frequente, contendo dados estatísticos.

Diretorias Provinciais de Estatística. Algumas das Províncias da Argentina, inclusive Buenos Aires, Córdoba, Corrientes, Entre Rios, Santa Fé e Tucuman, publicam um Anuário Estatístico que contém informações sobre demografia, finanças, educação, produção agrícola, indústrias, ferro-carrís, etc.

(Tradução de Germano Jardim)

ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA

IVULGA-SE aqui, desta vez, um ca-

pítulo de interessante trabalho, ainda inédito, em que o A examina numerosas questões de Estatistica Aplicada, fixando normas de maior utilidade, para a perfeita organização dos serviços estatisticos municipais Sendo um dos mais jovens técnicos de nossos quadros profissionais, o Sr Mesquita Lara possue, todavia, a experiência que lhe ficou do desempenho de várias comissões do Instituto — exercidas sempre com a maior eficiência — inclusive como diretor dos orgãos estatisticos centrais do Acre. Servipe

órgãos estatísticos centrais do Acre, Sergipe

órgãos estatisticos centrais do Acre, Sergipe e Alagoas O seu trabalho reveste-se, por isso mesmo, de um caráter essencialmente prático e destina-se a oferecer aos responsáveis pelos serviços estatísticos dos municípios uma orientação clara e objetiva, que facilite o perfeito desempenho das tarefas a seu cargo e concorna para que disponha cada agência, mediante registros em fichas adequadas, de uma completa documentação sôbre os resultados dos

pleta documentação sôbre os resultados dos

pleta documentação sobre os resultados dos levantamentos a que procede Trata-se, pois, de uma obra despretenciosa e inspirada nos melhores propósitos de cooperação, com a qual o A deseja, antes de tudo, contribuir para que os órgãos coletores da matéria prima estatística, no país, adquiram em tóda a plenitude os necessários requisitos de eficiência, exigidos pelos interesses mesmos da estatística peral brasileira.

tica geral brasileira.

pitulo de interessante trabalho, ainda

O meio físico exerce, como se sabe, acentuada influência sôbre a evolução dos aglomerados humanos. A terconsiderada elemento primacial da produção, constitue, inquestionavelmente, campo de atuação de inúmeros elementos de natureza física que contribuem para facilitar ou dificultar essa mesma produção Como se encontram as relações humanas, em seus aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, etc., intimamente ligadas à produção e, destarte, à terra, facilmente se evidencia a importância

de que se reveste o estudo do método estatístico nas suas aplicações à fisiografia de determinada região.

A estatística fisiográfica compete, por conseguinte, o estudo do meio natural em suas relações próximas ou remotas — com a atividade humana Segundo o esquema de assuntos para uso da estatística brasileira, aprovado pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística em sua Resolução n.º 7, a situação física de um território deve merecer as investigações indicadas na página seguinte.

Essa discriminação será seguida, tanto quanto possível, na presente exposição, em relação a qual devem ser feitas, de início, algumas observações

Os modelos sugeridos neste trabalho, desde que a natureza do assunto o permita, procurarão sempre registrar os elementos estatísticos em series, que se referirão, pelo menos, a um quinquênio. A organização do fichário, como foi salientado anteriormente, pouco significará para a Agência se não forem metodicamente arquivados os documentos consultados para o preenchimento das fichas ou que se relacionem com os assuntos nas mesmas referidos Os processos para o estabelecimento dêsse acêrvo de documentação já foram convenientemente explanados ao se tratar da organização dos arquivos e fichários necessários ao bom funcionamento de uma repartição municipal de estatistica. Deve ser lembrada, no entanto, a conveniência da instituição do arquivo fotográfico ao lado do de documentação e como complemento ao fichário. A Agência ficará de posse, com essa medida, de um material de valor inestimável, que muito contribuirá para o normal desenvolvimento das tarefas

que lhe são cometidas. O fichário e os dois arquivos conterão, como é óbvio, indicações remissivas que permitam as referências de uns em relação aos

ridas na primeira parte dêste trabalho permitem reconhecer que a limitação no esco da questão – ou fixados — o simples fato do

homem viver em determinada região exigiria que em relação à mesma fôsse levada a efeito uma série de pesquisas, pois sem estas não poderia ser estabelecido o grau de influência dos fatores físicos sôbre as atividades humanas exercidas dentro dos seus limites.

As pesquisas necessárias ao conhecimento do território municipal deverão, por isso mesmo, ser empreendidas pelo Agente de Estatística, que anotará nos modelos apropriados todos os resultados que conseguir obter. Os elementos estatísticos indispensáveis a êsse objetivo serão coletados, quer em livros, publicações periódicas ou do-

outros. Nocões adqui-

paço é uma necessidade em pesquisas de natureza estatística. Mesmo sem considerar êsse aspecto metodológisegundo o qual os limites de um território objeto de inquérito teriam de ser previamente conhecidos

Ordenação geral dos assuntos da estatística brasileira

SITUAÇÃO FÍSICA

A — Âmbito geográfico	 {	1.	Posição, limites e extensão do território
B - Ambiente geomórfico	 {	2. 3.	Geologia e orografia Hidrografia
C — Ambiente climatérico	 {	4.	Meteorologia e climatologia
$\mathbf{D}-\mathbf{R}$ iquezas naturais .	 $\left\{ \right.$	5. 6 7.	Prospecção mineralógica . Revestimento florístico Fauna

cumentos, quer mediante a realização, segundo as normas já referidas, de inquéritos especiais.

I — Posição, limites e extensão vidências do Agente devem ser no sentido de localizar o Município no âmbito territorial

sentido de localizar o Município no âmbito territorial do Estado e do País. O mod 1 * corresponde a uma ficha que contém elementos bastantes significativos em relação a essa primeira parte do trabalho. No canto superior esquerdo (ou em outro qualquer, se ocorrerem dificuldades para o desenho) será traçado o mapa do Estado, devidamente reduzido, com a divisao municipal em fundo branco A superfície do Município a que se refere a ficha será coberta de preto e a do Município da Capital se distinguirá por meio de tracejado (hachures). Os demais informes da ficha serão obtidos nos órgãos do Conselho Nacional de Geografia, aos quais o Agente se dirigirá por intermédio da repartição central do sistema estatístico regional, ou em livros de viagens, relatórios, monografias, etc. Em qualquer hipótese a procedência das informações deverá ser mencionada sempre no verso da ficha e o Agente, com a experiência que certamente possue e ouvindo pessoas competentes de suas relações, julgará previamente o valor das fontes a que houver de recorrer

Os períodos a que se referirão os dados da ficha devem incluir, sempre

que possível, os anos em que foram efetuados recenseamentos gerais e, ainda, aqueles em que a divisão municipal sofreu quaisquer modificações A escrituração será feita a lapis afim de permitir a alteração de qualquer dado sem inutilização da ficha A disposição, no modêlo, dos elementos cuja coleta é recomendada, parece dispensar maiores esclarecimentos sôbre o preenchimento da ficha Deve-se observar, todavia, ainda o seguinte

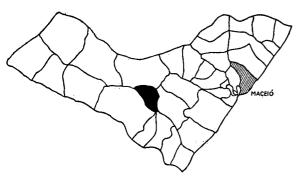
- a) na parte concernente às coordenadas já determinadas no Município, serão incluídos não só o ponto de referência e o distrito em que o mesmo se localiza, como também o nome do observador e quaisquer outros informes complementares;
- b) as condições gerais do revestimento florístico, isto é, se a superfície do Município é coberta de matas, campos, caatinga, prados, etc. serão sumariamente descritas na parte especial da ficha;
- c) na hipótese de preponderar no Município um revestimento florístico diverso daquele indicado na especificação do último quadro (matas e campos), caberá ao Agente fazer a substituição, incluindo no cabeçalho das colunas as espécies mais comumente observadas;
- d) os informes concernentes às diversas espécies de revestimento do solo poderão ser conseguidos, na falta de levantamentos regulares, mediante inquérito junto aos grandes proprietários existentes no Município;

^{*} Todos os modelos sugeridos nesta parte do tiabalho deverão sei traçados em fichas de 36,5 x 24,5 centímetros Os algarismos em *itálico* constantes de cada coluna das fichas indicam as dimensões apioximadas que as mesmas devem ter.

SITUAÇÃO FÍSICA Divisão territorial

MUNICÍPIO DE____

I-LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NO MAPA ESTADUAL



I - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO II - POSIÇÃO E EXTENSÃO DO MUNICÍPIO

	POSIÇÃ	O DOS PO	NTOS EXT	DISTÂNCI OS PO EXTREM	PERIME-		
ANOS	Lati	tude	Longi	tude	Direção	Direção	TRO
<u> </u>	Norte	Sul	Este	Oeste	Oeste N—S		(Km)
1	2	3	4	5	6	7	8
1920, .							
1930							
1935		· °					
1936	- -						
1937							
1938	22 62			1-i			
1939				1		:	
1940	-			-			
1944.	-				:		
1949				-	-		
1950							
1,5	2	2	2	2	1,5	1,5	1,5

III - POSIÇÃO DA SEDE MUNICIPAL

Coordenadas	Latitude .		
Em relação à capital do Estado	Rumo		
	Distância em linha reta (km)	
Altitude (m)	; ;, ;		

IV - COORDENADAS LEVANTADAS NO MUNICÍPIO

COORD	ENADAS	Ponto actermi-	Distrito	Observador	Referências
Latitude	Longitude	nado		Observador	Referencias
1	2	3 "	4	5	6
					A
•		· ····			

				**-*	
		,			
••	نئېتې ت			************	***************************************
	, <u>;</u> .				
2	2	3	3	3	

V - CONDIÇÕES GERAIS DO REVESTI-MENTO FLORÍSTICO

:	

VI - SUPERFÍCIE DO MUNICÍPIO, SEGUNDO O REVESTIMENTO FLORÍSTICO

	SUPERFICIE (km2)				SUPE	RFICIE	(km2)	'	SUPE	RFICI	E (km2)
ANOS		Dos	quais	ANOS		Dos	quais	ANOS		Dos	quais
	Total	Em matas	Em campos	Total		Total Em Em			Total	Em matas	Em campos
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1920				1941.		: .		1946			
1930				1942				1947			
1938				1943				1948		 -	
1939				1944.				1949			
1940				1945.				1950,		ļ	
ì,	1,5	1,5	1,5	1	1,5	1,5	1,5	1	1,5	1,5	1,5

e) os dados relativos à sede municipal, presumindo-se a manutenção da situação que a mesma presentemente desfruta na organização da comuna, referem-se apenas a um ano Na hipótese de ser transferida, a ficha, como é evidente, terá de ser substituída

A linha divisória do Município será convenientemente descrita em outra ficha, cujo traçado poderá seguir o do modêlo 2. A descrição, como é claro, terá de obedecer às disposições da lei regional que deu execução ao decreto--lei federal n.º 311. Em "circunscrições confrontantes" serão lançadas as denominações dos Municípios que, em cada trecho — Norte, Leste, Sul e Oeste —, se limitam com a unidade administrativa em estudo A extensão da linha divisória descrita será mencionada nas colunas 4 e 8, na hipótese de serem obtidas sôbre a mesma informações dignas de crédito No verso de cada ficha, ou em uma das partes do anverso, poderá ser efetuada a reprodução cartográfica, mesmo sumária, do trecho compreendido na descrição. Adotando êsse mesmo modêlo não será dificil ao Agente organizar uma preciosa documentação sôbre os antigos limites do Município

A descrição das divisas interdistritais convém seja efetuada em uma única ficha Neste caso, conforme se vê no Mod 3, será considerada a situação de cada distrito em relação aos demais, iniciando-se a descrição com o da sede Do verso da ficha, se possível, constará a reprodução cartográfica das divisas

Os registros concernentes à divisão administrativa e judiciária do território do Município exigirão a adoção de três modelos de fichas O primeiro (Mod. 4) constituirá o prontuário histórico da unidade territorial, estudando-a sob o ponto de vista quer da sua constituição administrativa, quer da organização judiciária No espaço em branco do título será lançado, por conseguinte, administrativa ou judiciária, segundo se refira a ficha, respectivamente, aos distritos e ao próprio Município, ou ao têrmo e às comarcas a que o mesmo pertenceu durante a sua evolução

Parece desnecessário salientar que o preenchimento da ficha exige um sério trabalho de pesquisas junto aos arquivos da Prefeitura, nos quais serão consultados e confrontados os livros de atas das antigas câmaras, as coleções de leis, os livros de registros diversos. etc. Em jornais antigos e em publicacões merecedoras de fé, também poderão ser encontradas informações valiosas para o fim que se tem em vista. Afim de facilitar a consulta da ficha, a indicação sôbre a natureza do fato criação, supressão, anexação, instalação, elevação, etc, da unidade administrativa ou judiciária em estudo - acha-se incluída em primeiro lugar Na 3 a coluna será lançado, sucintamente, o histórico do fato e mencionadas as fontes onde foi colhida a informação.

Com o preenchimento do Mod. 5 o segundo relativo à divisão territorial - procura-se ter uma visão rápida da organização administrativa e judiciária do Município em vários anos obtenção dos elementos necessários. salvo na parte referente às áreas dos distritos, não oferecerá dificuldades ao Agente Os elementos relativos à superfície distrital, quando não constarem de publicações oficiais, poderão ser obtidos junto aos órgãos centrais regionais de geografia e de estatística Os anos em que se realizaram operações censitárias e aqueles nos quais a divisão municipal sofreu alterações, deverão constar da ficha, conforme foi já explicado

A finalidade principal da terceira ficha, que se refere ao prontuário da cidade e das vilas do Município, é a de permitir ao consultante a formação de uma idéia, embora rápida e sucinta, sôbre a situação e as condições urbanísticas gerais dos mencionados núcleos O preenchimento do demográficos modêlo sugerido (nº 6), por isso mesmo que consiste apenas na escrituração dos claros existentes, não oferecerá dificuldades, desde que o Agente possa recorrer a fontes seguras de informação ou já possua, em virtude de inquéritos anteriormente efetuados, os elementos de que necessitará O cabecalho será completado, como é evidente, com a inclusão, depois de "prontuário", da expressão "cidade de" ou "vila de", conforme for o caso mesmo será efetuado em relação aos claros existentes em alguns itens A resposta ao item 5 estará prejudicada na hipótese de não ter sido levantada ainda a planta da sede municipal ou distrital. Ligeira descrição da situação topográfica da sede constará do item 7, enquanto que as altitudes já determinadas dentro do quadro urba-

SITUAÇÃO FÍSICA Divisão territorial

Divisao territoriai					
	LIMITES	DO MUNICÍPIO	DE	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
_		Ar	10 de		

LADOS	Circunscrições confrontantes	Descrição da linha divisória	Extensão (km)	LADOS	Circunscrições confrontantes	Descrição da linha divisória	Extensão (km)
1	2	3	4	5	6	7	8
1,5	6	8	1,5 MOI	1,5	6	8	1,5

SITUAÇÃO FÍSICA Divisão territorial

DIVISAS	INTERDISTRITAIS	DO	MUNICÍPIO	DE -	
DI TANIEN	TY T TITLE TO THE TATIO	w.	MICHICALIO	W	

SITUAÇÃO FÍSICA Divisão territorial

PRONTUÁRIO HISTÓRICO DA DIVISÃO ______ DO MUNICÍPIO DE _____

Ano de

NATUREZA DO FATO	Data	Histórico
1	2	3
,		
4	3	27

MOD. 4

SITUAÇÃO FÍSICA Divisão territorial

RESUMO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO-

	MUNICÍPIO DE
	Designação do Município
10	Pertence ao têrmo deque, com os têrmos de
19	constitue a Comarca de
	Acha-se dividido em distritos que apresentam a seguinte área:
	Designação do Municípioque, com os têrmos de
19	
	constitue a Comarca de
	Designação de Municípia
	Designação do Município Pertence ao têrmo de que, com os têrmos de
19	J
	constitue a Comarca de Acha-se dividido em distritos que apresentam a seguinte área:
	MOD. 5
	ÇÃO FÍSICA o judiciária-administrativa
	PRONTUÁRIO DA
سيناسب يسمون	Ano de
relação process	egoria administrativa e judiciária 2 Suboro judiciária 3 Data da investidura na atual categoria administrativa 1 Posição geográfica: — latitude 1 longitude 1 rumo em à à sede municipal 5 A planta foi levantada no ano de 1, mediante so 2 curvas de níveis e no seu traçado foi
adotad	(rigoroso ou expedito) (registra ou não) a a escala de6 Segundo a área
urbana	(cálculo sobre planta, estimativa ou avaliação) é de m2 e a suburbana de m2. 7 Situação topográfica—(em encosta, dorso de montanha, co, vale, várzea, etc):
	o, vale, valzea, etc):
8 Alt	imetria— (pontos cuja altitude foi determinada e respectivas cotas):
9 Me	Ihoramentos urbanos: a dispõe de serviços organizados de abastecimento
dágua i	(cidade ou vila) ? esgotos ? ilumínação pública ? iluminação domiciliária ? limpeza
	radouros?e limpeza domiciliar?10 Vias de comunicação: a(cidade ou vila)
e teleg rodovi 12 Qu e a car escolas	serviço telefônico urbano? ligado à rede regional? Possue agência postal? Por la Meios de transporte: existem ligações com os municípios limítrofes? Por a? Ou por via marítima? Informações diversas: número de ferro? de automôvel? Is Informações diversas: número de habitantes; número de prédios existentes ; igrejas e capelas ; hotéis ; casas comerciais ; casas comerciais ; igrejas e capelas ; hotéis ; casas comerciais ; casas ; casas comerciais ;

no e suburbano, e os respectivos pontos de referência, serão mencionados no n.º 8 As respostas aos demais quesitos, exceto o de n.º 13, implicam apenas na anotação de "sim" ou "não" diante da pergunta. Já no último item as respostas tôdas serão de natureza numérica. As pautas em branço permitirão ao Agente acrescentar quaisquer outras informações sôbre a cidade ou a vila em questão.

II — Geologia São ainda bastante e orografia precárias as informações de que o estudioso pode dispor relativamente à constituição do solo brasileiro. Não obstante os esforços das repartições especializadas da administração pública, não se encontra ainda satisfatoriamente estudada a natureza da maior parte do território nacional

Nem todos os Agentes, por isso mesmo, conseguirão obter informações precisas sobre o solo do Município onde exercem suas atividades. Se isto acontecer, entretanto, providen-ciará o Agente para o imediato registro dos informes na sua repartição, adotando, se não houver inconveniente, o Mod. 7, no qual poderá mencionar, ainda, alguns dados altimétricos relativos à comuna. Deve-se esclarecer que não há relação direta entre os dois assuntos e que essa anotação conjunta é recomendada apenas para efeito de aproveitamento da capacidade da ficha. Quanto à segunda parte do modêlo, nele serão inscritos não só todos os pontos do Município cuja altitude foi já determinada, como também a sua localização distrital, operadores, data do levantamento e fonte informativa.

Algumas unidades federadas vêem dedicando, ultimamente, especial interêsse ao estudo do solo sob o ponto de vista da sua composição estrutural. Ao Agente caberá, na hipótese de ter sido o Município objeto dêsses estudos, empregar todos os seus esforços junto ao órgão da Secretaria da Agricultura, ou repartição congênere, para conseguir cópia dos resultados obtidos nas observações efetuadas. Os informes assim conseguidos, que apresentam grande interêsse para o desenvolvimento agrícola da região, deverão ser fichados convenientemente e, com base nos mesmos, poderá o Agente traçar ainda interessante cartograma, que apresente a distribuição da área municipal segundo a composição do solo.

De não menor interêsse e relevância é o estudo da conformação física do território municipal. Além de constituir, como será visto oportunamente, um dos fatores modificadores do clima, a altitude contribue sobremaneira para dificultar o normal desenvolvimento das atividades humanas. É evidente que uma região serrana, na qual as elevações e os vales se sucedam com intermitências, somente com o dispêndio de muitas energias e recursos poderá dispor de uma satisfatória rede de estradas. Os núcleos demográficos que aí se constituirem, por conseguinte, ficarão praticamente desprovidos do salutar contacto com os meios civilizados. Tal conformação, por outro lado, prejudicará o trabalho do homem, que dificilmente terá ensejo de substituir, com proveito, os processos rudimentares que adota na sua lavoura pelos métodos mecanizados hodiernamente em uso.

Estes fatos, embora sumariamente expostos, permitirao ao Agente avaliar a importância do registro sistemático de informações sôbre o sistema orográfico municipal. Os dados assim coligidos — é uma advertência que nao deve ser esquecida durante a leitura do presente trabalho e que se aplica à maioria dos levantamentos que à repartição cumpre efetuar — nao se destinam apeñas ao uso de particulares e da administração local; reunidos aos elementos de outras comunas, coletados de maneira idêntica, irão integrar as séries estatísticas relativas ao país no seu conjunto. Não importa, por conseguinte, que sob o ponto de vista da administração municipal não apresentem os registros da Agência significado imediato: êles devem ser organizados sistematicamente porque constituem outras tantas fontes de inestimável valia para a estatística geral brasileira.

Em relação à orografia três fichas podem ser traçadas, compreendendo informações sôbre as serras, os morros e picos e as grutas e cavernas do Município.

Os elementos coletados sôbre as serras devem permitir o registro dos dados contidos no Mod. 8. A denominação do acidente nos Municípios que atravessa, na hipótese de ser diversa

SITUAÇ.	ÃC) FÍSICA
Geologia		

1	INFORMAÇÕI	ES SÕBRE	A CONSTIT	Município (UIÇÃO GEOI	de LóGICA DO		
	ALTITU	DES DET	ERMINADAS	NO TERRIT	ORIO MUNI	CIPAL	
Pontos determinados	Localização	Altitude (m)	Observações	Pontos determinados	Localização	Altitude (m)	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8
						~~~~	
		<b>**</b> -*					
5	5	2	5 <b>MO</b>	[ <u>5</u> -5	5	2	5
			MO	U. 1			

## SITUAÇÃO FÍSICA Orografia

## SERRAS DO MUNICÍPIO DE

DENOM	INAÇÃO	Sistema orográfico a que	PON EXTR		Extensão aproxi- mada	predo-	ALTII APROXI (m	MADA	Observações	
Geral	Local	pertence	Início Término		(km)	minante	Máxima	Média	,	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
	D							,	-4	
	1									
				<b></b>						
5	5	5	3	3	1,5	1,5	1,5	1,5	7	

daquela por que é conhecida na comuna, será inscrita na primeira coluna, anotando-se ainda, a seguir, a designação do sistema orográfico de que o mesmo faz parte Os pontos extremos da serra serão indicados mediante a anotação das designações das localidades — municípios ou distritos em que a mesma se inicia e termina. Na falta de elementos precisos sôbre a extensão e a altitude do acidente, poderão ser incluídos na ficha informes aproximados Sôbre a direção predominante nada há a esclarecer, senão que deverá a mesma referir-se à serra, como acontece aliás em relação à altitude e à extensão, dentro dos limites municipais. Caberá ao Agente completar êsses informes anotando nas observações, além das indicações das fontes, quaisquer outros dados, como por exemplo: localidades existentes; cursos dágua formados nas suas encostas; culturas mais comuns; condições do revestimento florístico; situação das matas; denominação dos pontos culminantes; etc

A ficha nº 9 como que completa a anterior: nela serão incluídos informes sôbre os morros, picos e outros acidentes de idêntica natureza, isolados ou não Em "característicos" — o preenchimento das demais colunas não oferece dificuldades — o Agente mencionará, entre outros informes, a formação geológica do acidente, o seu aspecto, a natureza do revestimento florístico, o tipo em que pode ser classificado (morro, pico, "meia-laranja", "pão de açúcar", etc.), as condições de habitabilidade, etc

Há ainda outros acidentes ligados ao relêvo do solo em referência aos quais cumpre ao Agente colhêr e registrar informações Acham-se nesse caso as grutas e cavernas, que apresentam interêsse não só de natureza científica como também turístico Na hipótese de ser reconhecida a existência dêsses acidentes no Município, as suas principais características serão inscritas na ficha apropriada (Mod Na segunda coluna dêste registro será esclarecida a natureza da unidade anotada, isto é, se se trata de uma gruta, caverna, antro, lapa, furna, etc A localização será feita em relação não só ao morro ou serra em que a gruta é observada, como também ao distrito. As distâncias às sedes municipal e distrital não deixarão de ser referidas, o mesmo acontecendo em relação às dimensões máximas do acidente (se conhecidas).

Os três últimos modelos, como facilmente se compreenderá, poderiam ser substituídos por outros nos quais se preenchesse, em relação a cada unidade estatística, uma ficha individual É fácil observar, porém, que as vantagens da adoção dessa providência talvez não compensassem a despesa com material que seria indispensável efetuar. Foi a economia, por conseguinte, que recomendou o tracado adotado no modêlo Duas medidas podem ser aconselhadas para o aproveitamento do verso das fichas: a continuação, no mesmo, das informações lançadas na primeira parte - o que se faz com a reprodução dos respectivos traçados ou a anotação, aí, de outros informes complementares, principalmente de natureza histórica, sôbre os acidentes mencionados no anverso

III - Hidrografia É perfeitamente dispensável ressaltar aquí a importância das pesquisas estatístico-geográficas sôbre a hidrografia de determinada região Quer como agente físico, influindo, por conseguinte, nas condições climatéricas e na constituição dos terrenos das regiões em que existe, quer como fator de produção, irrigando, destarte, os territórios marginais, produzindo fôrça motriz ou ainda servindo de via natural de transporte, — a água exerce uma assinalável influência sôbre as relações humanas, consideradas sob todos os seus aspectos A Agência de Estatística, que é a repartição mais em contacto com os fenômenos objeto de inquérito por parte dos órgãos regionais e federais de estatística, não poderá deixar de possuir em seus arquivos, sistematicamente registrados, informes sôbre os cursos dágua, lagoas e lagos porventura existentes no território municipal. Os modelos 11 e 12 encerram sugestões sôbre o assunto

O preenchimento regular dos aludidos modelos exige alguns esclarecimentos No item 2 da ficha nº 11 será mencionada a categoria do curso dágua cuja denominação consta do item 1, vale dizer, se é rio, ribeirão, córrego, arroio, riacho, etc Seguir-se-ão as indicações sôbre a bacia em que o mesmo se encontra compreendido e as suas cabeceiras Quanto a êste ponto o Agente não apenas fará referências à localização municipal — ou distrital, se for o caso, — como ainda incluirá

### SITUAÇÃO FÍSICA Orografia

## MORROS E PICOS DO MUNICÍPIO DE

Denominação	LOCALI	ZAÇÃO	Altitude	Extensão máxima	Característicos	Observações
	Serra	Distrito	(m)	na base (m)		
1	. 2	3	4	5	6	7
	~~~~~~					
	~					
5	5	5	1,5 MOI	1,5	10	6

SITUAÇÃO FÍSICA Orografia

GRUTAS E CAVERNAS DO MUNICÍPIO DE

Denominação	Natureza	LOCALI	ZAÇÃO		ância km sede		Dimensõ iximas ((m)	Número de com- parti-		Observa- ções
		Serra ou morro	Distrito	Muni- cipal		Ex- tensão	Lar- gura	Altura	mentos	bouço	ÇOES
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
									-~		
						-					
		~									
*	~										 ;
										~	
										~	
										- }	
5	2	5	5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	3	5
				MO	D. 10						

SITUAÇÃO FÍSICA Hidrografia

PRINCIPAIS CURSOS D'AGUA DO MUNICÍPIO DE
1. Designação 2. Categoria hidrográfica 3. Bacia
primária 5 Direção geral 5
6 Extensão totalkm. 7 Extensão no Municípiokm. 8. Principais afluentes da margem
direita
9 Principais afluentes da margem esquerda
10. Municípios que atravessa
11. Principais localidades banhadas (no Município):
12. Vasões máximas e mínimas (aproximadas)
13. Largura média no Município m 14 Profundidade normal m. 15 Cachoeiras e
corredeiras (indicar o potencial hidráulico e esclarecer se estão aproveitadas)
16 The
16. Ilhas
17 Condições de navegabilidade
18. Foz
19. Observações:

SITUAÇÃO FÍSICA Hidrografia

PRINCIPAIS LAGOAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ...

Designação	T - 1	Distân km, d	cias, em la sede	Dime	nsões má (m)	aximas	Perí- metro	Super-	CURSO	S DÁGUA	Observaçõe
·	Localização	Muni- cipal	Dis- trital	Compri- mento	Largura	Profun- didade		fície (m2)	Abaste- cedores	Escoadores	1 -
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
										-	
6	5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	4	4	4,5
	1	l	l		MOD, 1	↓ 2	I	l	I	1	Į.

MOD. 11

ligeira descrição das cabeceiras respostas ao item 12 talvez não possam ser obtidas em relação a todos os cursos dágua fichados; mas o Agente deverá envidar esforços para conseguí--las pelo menos em referência aos rios de maior importância. No nº 17 serão incluídas referências às condições apresentadas pelo curso dágua sob o ponto de vista da navegação Os informes aí consignados deverão esclarecer, por exemplo, quais os tipos de embarcações que podem transitar pelo rio sem perigo; as épocas nas quais a navegação é dificultada ou totalmente possível; quais os obstáculos que se apresentam à franca navegação; extensão dos trechos navegáveis; etc.

A ficha nº 12 decerto não será utilizada pela maioria dos Agentes, em virtude de não ser comumente observado o acidente geográfico a que ela se refere Em todo caso, serão prestadas aleumas informações complementares sôbre o seu preenchimento Na segunda coluna serão inscritas as denominações das localidades e dos distritos em que existem lagoas ou lagos naturais, e as suas dimensões, indicadas sempre pelos resultados máximos, deverão ser registradas mesmo na hipótese de serem aproximados os dados de que dispõe o Agente. Neste caso, como é óbvio, incluir-se-á na última coluna um esclarecimento sôbre o fato A décima e a décima primeira coluna destinam-se a recolher a designação dos cursos que, desaguando na lagoa, contribuem para a sua formação e, ainda dos que servem de escoadores

Será necessário, ainda, para completar a série de informações sôbre o sistema hidrográfico municipal, que a Agência disponha de dados sôbre dois outros acidentes: as ilhas e os açudes Quanto a estes, se existirem no município, o Agente procurará obter informações sôbre denominação; localização; entidade proprietária; data do início e do término da construção e da inauguração oficial, capacidade (em metros cúbicos); nível total e atual; tipo; meios por que é abastecido; vasão; dimensões (comprimento e largura máximas; perímetro e superfície); extensão da área alagada e da que será provavelmente beneficiada com a irrigação, etc. Em referência a ilhas, é sugerida a ficha n.º 13, cujo preenchimento parece não oferecer quaisquer dificuldades.

IV — Meteorologia Como e Climatologia mado

Como foi já afirmado no presente trabalho, os

aglomerados humanos acham-se permanentemente sujeitos à influência do clima. Animais, vegetais e até mesmo minerais, sofrem, constante e ininterruptamente, a ação dos fatores climatéricos, e evoluem, plasmam-se, desenvolvem-se dependentemente da sua ação Estes fenômenos, como é claro, em virtude da interdependência entre as relações humanas e o meio ambiente, teem forçosamente de influir sôbre a formação, a evolução e os destinos das sociedades. Tal influência -exagerada por alguns, atenuada por outros, mas reconhecida por todos — é responsável por uma afirmativa formulada há algum tempo e segundo a qual o Brasil, em vista das condições climatéricas decorrentes da sua localização geográfica, jamais poderia constituir uma nacão civilizada. O desmentido a tão apressada assertiva, observado no vertiginoso progresso material a que chegou o País e nas conquistas espirituais e morais do seu povo, não diminue, em nada, a necessidade do estudo dos fatores que constituem o clima

Nesse sentido, e como primeira providência, deverá o Agente verificar a existência, no seu Município, de repartições ou de quaisquer outras entidades que efetuem observações meteorológicas

A essa verificação seguirá uma consulta aos aludidos órgãos sôbre quais os elementos que são por êles observados Tal medida é indispensável, pois a rede de postos de observação espalhada por todo o País é constituída por órgãos de diferentes categorias De posse dêsses informes tracará o Agente a competente ficha, adotando um dos modelos sugeridos a seguir O n.º 14, mais simples, destina-se às observações sôbre a chuva Nos espaços em branco dos cabecalhos de cada coluna será inscrita a designação do mês, e o resumo das observações mensais constará da última coluna Cada lado da ficha, como é fácil observar, permite a inscrição de dados coletados durante um semestre ·O Mod 15, que será adotado apenas para os postos de observação de categoria mais elevada, permite a inscrição, em cada face, das informações relativas a um ano. Quanto ao preenchimento dessas fichas nada mais deverá ser dito, pois os dados estatísticos indispensáveis a êsse

SITUAÇÃO FÍSICA Hidrografia

PRINCIPAIS ILHAS DO MUNICÍPIO DE -

	Acidente			DIME	NSÕES			
Designação	geográfico formador	Localização	Compri- mento (m)	Largura (m)	Perí- metro (m)	Super- fície (m2)	Outros característicos	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8	9
6	5	6	1,5	1,5	1,5	1,5	6	5
) Mre	 DD. 13	l	!	ŀ	J

SITUAÇÃO	FISICA
Meteorologia	e climatologi

(Designação da repartição observadora)	(Localização)
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	(""

OBSERVAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS EFETUADAS DURANTE O ANO DE

DIAS DO MÊS	Altura da chuva (mm)	Dura (hor	as)	Altura da chuva (mm)	Início	as)	Altura da chuva (mm)		as)	Altura da chuva (mm)		as)	Altura da chuva (mm)	(1101	as)	Altura da chuva (mm)		as)	RESUMÓ
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
							*	device with a fairne when a same of the sa			100								(Mês) No. de dias de chuva Soma (mm) Média Máxima
												The state of the s			And the second s				(Mês) No. de dias de chuva Soma (mm) Média Máxima
						The state of the s													(Mês) No de dias de chuva Soma (mm), Média Máxima

(Esta ficha deve conter 31 pautas horizontais. A coluna 20 deve comportar o resumo de seis meses As colunas terão 1,5 cms de largura)

SITUAÇÃO FÍSICA Meteorologia e climatologia

	WAY
(Designação da repartição observadora)	(Localização)

OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS EFEȚUADAS DURANTE O ANO DE ...

	ACDECTETO VOXO					RESU	LTADO	os Nu	JMÉRI	cos	<u></u>	·····		_
r	especificação	Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun	Jul	Agô	Set	Out	Nov.	Dez.	ANO
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Pressão at	mosférica (mb)								<u> </u>					
	Média { Das máximas Das mínimas													
Tempera- tura do	Máxima Grau absoluta Data													
ar (°C)	Minima Grau absoluta Data													
	Média compensada Temperatura sensível													
Umidade do ar	Tensão do vapor (mm) Umidade relativa (%)												,	
Nebulosi-	Segundo a escala (0-10)													-
uaue	Número Claros de dias Encobertos		·											
Precipi-	Altura total (mm) Número de dias de chuva													
tação	Máxima Altura (mm) e m 24 horas Data													:
Vento <	Direção 1.ª predo- minante 2.ª												:	
	(Velocidade (m p s)					#_								
	o total (mm)													
	Orvalho													
Número de dias em que ocor- reu	Nevoeiro Borrasca													
,	Trovoada													

fim serão fornecidos pelas estações observadoras em mapas que reproduzem todos os seus itens.

V — Riquezas Do esquema aprovanaturais do pelo Conselho Nacional de Estatística restam ser estudadas, tão somente, as fontes naturais daqueles elementos de que o homem necessariamente se utiliza para desenvolver as suas atividades. Esses elementos, compreendidos nos três reinos da natureza, ora constituem matérias primas (os minerais, a borracha, as madeiras, os couros e as peles, etc.), ora se apresentam sob a forma de produtores de energia (as quedas dágua), ora, enfim são utilizados na alimentação humana (os frutos silvestres, os produtos da pesca e da caça, etc.), e a necessidade do seu estudo estatístico dispensa quaisquer comentários A importância da existência de recursos naturais é, em verdade, reconhecida por todos, bastando, por exemplo, uma descoberta ou um invento, a construção de uma rodovia, uma providência governamental ou um fenômeno imprevisível, como a guerra, para que determinado mineral, um vegetal de certa natureza, ou uma espécie qualquer de peixe, se valorizem inesperadamente e passem a constituir fator de desenvolvimento econômico Necessário se torna, por conseguinte, o arrolamento sistemático e minucioso dos recursos naturais observados no Município Os cinco modelos a seguir mencionados permitirão ao Agente dotar a sua repartição de informações precisas sôbre o assunto

Na ficha organizada segundo o Mod. 16 serão arroladas as principais ocorrências de minerais no Município, isto é, ferro manganês, ouro, níquel, sal, águas minerais, cal, areias, pedras para construção, argila para cerâmica, malacacheta, etc. A especificação do mineral seguir-se-á a localização da ocorrência e a indicação do proprietário do terreno ou do concessionário da jazida na hipótese de se encontrar a mesma em exploração. As informações da coluna quinta devem permitir a formação de um juízo sôbre a maneira por que se apresenta o mineral na jazida ou na fonte, isto é, se em aluvião, depósito, veeiro, estado natural, combinado a outro minério, etc. Na última coluna, com a inscrição de "sim" ou "não", será esclarecido se a ocorrência está sendo ou não objeto de exploração. Outros esclarecimentos poderão ser prestados no verso da ficha.

As principais quedas dágua do Município serão cadastradas na ficha 17 A natureza da queda — cachoeira, cascata, corredeira, etc. — será mencionada depois da sua designação. Quanto à caracterização geral são pedidos a altura da queda ou o desnível observado; a extensão, na hipótese de ser corredeira; o volume dágua mínimo, expresso em metros cúbicos por minuto; e a potência total em H.P. Como última informação deve ser esclarecido se a queda em estudo está sendo explorada para uso particular ou público e qual o potencial aproveitado. Salvo as informações sôbre o volume dágua e o potencial total da queda, assim mesmo na hipótese de não estar ela em exploração, todos os outros dados serão facilmente obtidos pelo Agente.

Para efeito de preenchimento do Mod. 18, devem ser consideradas reservas vegetais, as matas, capoeiras. capões, campos naturais, e outras formações vegetais semelhantes que existam no território do município. Na primeira coluna serão mencionadas apenas as unidades que pela sua natureza e constituição possam ser classificadas como "reservas naturais", isto é, não cultivadas pelo homem, nativas. A superfície total das reservas, na hipótese de não terem sido efetuados levantamentos topográficos, poderá ser estimada pelo seu proprietário. Na sétima coluna serão mencionadas as principais espécies notadas na formação vegetal em estudo, esclarecendo-se na observação se a mesma está sendo explorada e em que condições. Os informes do Mod. 19 completarão os da ficha ora examinada Nele serão indicadas, individualmente, as espécies vegetais que constituem as reservas naturais do Município, os locais onde são observadas mais comumente, além das respectivas denominações populares e científicas. Será ainda esclarecida convenientemente a situação em que se encontra a exploração do mencionado vegetal ou quais as possibilidades do seu aproveitamento econômico.

SITUAÇÃO FÍSICA Riquezas naturais

PRINCIPAIS OCURRÊNCIAS DE MINERAIS NO MUNICÍPIO DE

	SITUA	ÇÃO			DISTÂNCIA (km)					
Especificação				do solo ou se manifesta À		À sede À se		À esta ferroviá mais pró	iria	Está em explo-
	Local	Distrito	da jazida	a ocurrência	cipal	trital	Designação da estação	Qui-	ração?	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
									4	
		:								
			+ - -							
						~				
5	5			7		1.5	3	1 5		
3	5	3	5	,	1,5	1,5	3	1,5	1,5	

MOD 16

SITUAÇÃO FÍSICA Riquezas naturais

PRINCIPAIS QUEDAS DAGUA DO MUNICÍPIO DE

			SITUAÇÃO		DISTÂNCIA ÀS SEDES		CARACTERIZAÇÃO GERAL				ESTÁ SENDO APROVEI- TADA?	
Especificação	Natureza	Curso dágua formador	Local	Distrito	Muni- cipal (km)	Distrital	Altura ou des- nível (m)	Evton	Volume dágua mínimo (m3)	Potën- cia total (HP)	Para uso pú- blico, ou par- ticular?	Fôrça aprovei- tada (HP)
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	~											
		-			1.5		1.5	1 5	1.5	1.5		1.5
6	3	5	5	3	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5

SITUAÇÃO FÍSICA Riquezas naturais

RESERVAS VEGETAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ...

			AÇÃO		Superfície	Principais	
Especificação	Natureza	Local	Distrito	Proprietário	total (m2)	espécies	Observações
1	2	3	4	5	6	7	8
	:						
, <u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>		*					
		*****					~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~
6	2	5	5	5	2	5	4
	1 1	Į.	MOD.		1	. i	l

SITUAÇÃO FÍSICA Riquezas naturais

PRINCIPAIS ESPÉCIES VEGETAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ...

Design	nação	LOCAL OBSER		Esclarecimentos sôbre a exploração	Observações	
Popular	Científica	Designação	Distrito			
1	2	3	4	5	6	
				;		
	·					
				_		
5	5	5	5	10	4	

MOD. 19

Para anotação das riquezas naturais pertencentes ao reino animal podese recomendar a adoção de uma ficha perfeitamente idêntica à de n.º 19. Nela serão mencionadas, como é óbvio, apenas as espécies observadas em tal quantidade que o seu aproveitamento econômico, atual ou futuro, seja ou possa constituir uma fonte de riqueza para o Município. Os couros de veado,

por exemplo, são aproveitados industrialmente, mas o simples fato de terem sido extraídos, durante o ano, uns dez ou vinte couros, não deverá levar o Agente a incluir êsses animais entre as espécies arroladas. Torna-se mister, por conseguinte, a verificação da existência de uma quantidade — real ou presumível — economicamente apreciável, para que a ocorrência seja anotada.

João de Mesquita Lara (Da Secretaria Geral do IBGE)

BRASIL

A fecundidade da mulher brasileira

As apurações realizadas até agora pelo Serviço Nacional de Recen-

seamento constituem apenas uma amostra parcial do que será a vasta pesquisa censitária acêrca da fecundidade da mulher brasileira. Entretanto, em vista da absoluta falta de inquéritos anteriores sôbre o assunto, estes primeiros

resultados tornam-se extremamente interessantes e merecem
u m a sumária
análise, à espera
da elaboração completa.

O Gabinete Técnico do S. N limitou esta análise aos Municípios de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, com u m a população recenseada de 80 591 habitantes, e Maragogipe, na Baía, com uma população de 35 195, visto serem êsses os primeiros Municípios cujos levantamentos foram apurados.

A tabela I resume — por grupos q u i n q u e nais de idade das mulheres entre o 15° e o 50° aniversários, e num único grupo as idades além dêste limite — os dados que foram apurados por anos de idade acêrca dos

números das mulheres existentes e dos respectivos filhos nascidos vivos.

Para cada grupo de idade, a tabela indica também a proporção dos filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres. Esta proporção, que é muito baixa nas idades iniciais, sobe gradualmente nas idades sucessivas; mas a rapidez da subida tende a diminuir com o aumentar da idade, até ficar quase nula pouco depois do 50° aniversário.

Entre as mulheres que atingiram o fim do período fecundo da existência (isto é, mulheres de 50 anos e mais), a proporção média dos filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres é de 694 em Ribeirão Preto e de 584 em Maragogipe. Embora elevadas, estas proporções não podem ser consideradas excepcionais; em outro Município apurado, o de Altinópolis (no Estado de São Paulo), com uma população

r e c e n s e a d a de 10 331 habitantes, encontra-se a proporção de 765 filhos nascidos vivos por 100 mulheres de 50 anos e mais, notavelmente superior às acima referidas.

Conforme OS cálculos do Professor Mortara sôbre a fecundidade da mulher brasileira no período 1890 - 1920 (publicados na REVISTA BRA-SILEIRA DE ES-TATÍSTICA, 1942, n. 9), a proporção dos filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres de 50 anos ou mais, seria de 653. No conjunto dos três Municípios acima especificados, a proporção é de 663 por 100 (sendo em número de 40 381 os filhos tidos pelas 6 094 mulheres de

50 anos e mais). A quase coincidência dos resultados é casual, mas não surpreende encontrar dados atuais próximos aos calculados para o período 1890-1920, porque o número dos filhos tidos pelas mulheres que em 1940 contavam 50 anos e mais reflete, sobretudo, a fecundidade de épocas bastante afastadas da data do censo: as épocas em que aquelas mulheres estavam entre 20 e 40 anos de idade.

S primeiros resultados das apurações definitivas do Recenseamento Geral de 1940, na parte referente à população, começaram logo a permitir a realização de estudos cuja profunda importância decorre não apenas do conhecimento de interessantissimos aspectos da vida de determinados Municípios ou Estados, mas das conclusões, que já possibilitam, sôbre o complexus demográfico do país.

Esses estudos, realizados sob a alta orientação científica do Professor Giorgio Mortara, Consultor Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, oferecem, assim, verdadeiras antecipações da grande soma de conhecimentos assegurada pela nossa última operação censitária.

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA publicará, nesta secção, a partir dêste número, os resultados das proficientes análises que vêm sendo realizadas pelo Gabinete Técnico do S. N. R., — trabalhos êsses nos quais os leitores encontrarão sugestivas revelações e, ao mesmo tempo, lições práticas de metodologia estatística, no campo da demografia

TABELA I

FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS, SEGUNDO
A IDADE DAS MULHERES

	RIBEI	RÃO P	RETO	MA	RAGOG	IPE
IDADES ANOS COM- PLETOS	Mu- iheres recen- seadas	Filhos tidos nascidos vivos	por 100	Mu- lheres recen- seadas	Filhos tidos nascidos vivos	por 100
(a)	(b)	(e)	mulheres (d)	(e)	(f)	mulheres (g)
15 a 19 20 a 24 25 a 29 30 a 34 35 a 39 40 a 44 45 a 49. 50 e mais	4 765 4 070 3 529 2 709 2 499 1 925 1 423 3 831	334 3 117 6 837 9 063 11 232 10 714 9 468 26 581	77 77 194 335 449 557 665 694	1 974 1 609 1 474 1 137 1 054 853 581 1 939	325 1 733 4 055 4 495 5 416 4 677 3 365 11 322	16 108 275 395 514 548 579 584
15 e mais	24 751	77 346	312	10 621	35 388	333

Os resultados da apuração realizada permitem tentar um cálculo sintético da capacidade de reprodução da mulher brasileira, baseado na tábua de sobrevivência geral para o periodo 1890-1920 e sôbre as taxas de prolificidade verificadas nas populações de Ribeirão Pieto e Maragogipe. Naturalmente êsse cálculo é apenas provisorio, o cálculo definitivo deverá ser feito na base das taxas de prolificidade verificadas no conjunto do Brasil. Entretanto, o cálculo provisório já fornece uma idéia do que poderá ser o resultado definitivo

A tábua de sobrevivência indica que, duma geração de 100 000 nascidos vivos de ambos os sexos, sobrevivem no 15º aniversário 35 514 mulheres e que, entre estas, 19 913 ainda sobrevivem no 53º aniversário, enquanto as demais 15 601 falecem em idade compreendida entre êsses dois aniversários, que limitam o período fecundo da existência feminina. A tábua indica, também, como se distribuem essas 15 601 falecidas, segundo a idade na época do óbito

Logo, atribuindo às mulheres sobreviventes no fim do período fecundo da existência uma prolificidade igual à verificada na apuração atual, e supondo que as mulheres falecidas no curso dêste período tenham deixado um número médio de filhos igual ao que tinham as mulheres da mesma idade conforme essa apuração, pode-se calcular o número total de filhos tidos pela parte feminina da geração de 100 000 a que se refere a tábua de sobrevivência.

O cálculo é realizado na tabela II, com um grupamento por idades diferente do adotado na tabela I; razões técnicas sugeriram esta mudança de grupamento

TABELA II

CÁLCULO DA CAPACIDADE DE REPRODUÇÃO

DA POPULAÇÃO DO BRASIL

Marine Colombia de					
IDADES		IRÃO P Marago	BRASIL Tábua de sobrevivência 1890—1920		
ANOS COMPLETOS	Mulheres recen- seadas	Filhes tidos nascidos vivos	nascidos vivos por 100		tidos nascidos vivos
(a)	(b)	(c)	mulheres (d)	indicadas (e)	(f)
			7/		
15 a 17 18 a 22 23 a 27 28 a 32 33 a 37 34 a 42 43 a 47 48 a 52 53 e mais	4 164 6 070 5 392 4 315 3 536 3 314 2 133 1 928 4 523	128 2 117 9 528 13 021 15 207 17 310 12 766 12 658 30 022	3 35 177 302 430 522 599 657 664	521 1 645 1 911 1 993 2 113 2 270 2 463 2 685 19 913	16 576 3 382 6 019 9 086 11 849 14 753 17 640 132 023
15 e mais	35 375	112 757	_	35 514	195 344

As colunas (b) e (c) da tabela II indicam, respectivamente, o número das mulheres e o dos filhos tidos, nascidos vivos, no conjunto dos Municípios de Ribeirão Preto e de Maragogipe, por grupos de idade das mulheres; a coluna (d) dá a proporção dos filhos tidos por 100 mulheres.

Esta proporção, aplicada ao número das mulheres falecidas no respectivo grupo de idade, conforme a tábua de sobrevivência (número indicado na coluna (e), permite determinar o número total dos filhos tidos pelas mulheres do grupo (coluna (f)

A soma dêstes totais, 195 344, representa o número inicial dos componentes da geração reproduzida. Como o número inicial dos componentes da geração reprodutora era de 100 000, a razão entre 195 344 e 100 000, isto é, 1,95, mostra que a geração reproduzida seria quase o dôbro da reprodutora.

O cálculo do Professor Mortara, cit., baseado na fecundidade do período 1890-1920, dera uma proporção de 1,99, com que aproximadamente coincide o resultado agora obtido pela elaboração duma amostra dos resultados do censo Fica confirmada, por conseguinte, a muito elevada capacidade de reprodução da população do Brasil.

Não se deve esquecer, entretanto, que a pesquisa censitária sôbre a fecundidade reflete a frequência dos nascimentos ocorridos durante os últimos 50 a 60 anos Somente depois da apuração completa do censo demográfico será possivel tentar a determinação da frequência atual dos nascimentos. Mas a marcha das proporções dos filhos tidos em função da idade parece atestar que até agora a frequência dos nascimentos no Brasil não sofreu reduções radicais, comparáveis com as verificadas na Europa e na América do Norte A Capital Federal e, em menor grau, a Capital de São Paulo constituem os dois focos principais da redução da frequência dos nascimentos no Brasil Mas no resto do país a redução, até agora, deve ter sido moderada

O orçamento geral da União para 1943 Por decreto-lei n. 5 120, de 19 de Dezembro, o Govêrno Federal aprovou o Orçamento Geral da República para 1943, o qual estima a receita em Cr\$ 4 777 673 000,00 e fixa a despesa em Cr\$ 5 270 160 879,00.

A receita será realizada mediante a arrecadação segundo a especificação em anexo ao referido decreto-lei e pelas rubricas assim agrupadas:

Dandag tributá

rias	Cr\$	3	638	135	000,00
Rendas patrimo- niais	Cr\$				00,00
Rendas indus- triais	Cr\$		7.7		00,000
Diversas rendas.	Cr\$				000,00
Renda ordi- nária	Cr\$	4	208	924	000,00
Renda extra- ordinária ,	Cr\$		568	749	000,00

Total da receita Cr\$ 4 777 673 000,00

A despesa será realizada com a satisfação dos encargos da União Federal e com o custeio e manutenção dos serviços públicos, conforme discriminação em 19 anexos, correspondentes à Presidência da República, aos órgãos subordinados à Presidência e, finalmente, a çada um dos Ministérios.

 que se verificar na execução do orçamento.

As maiores fontes das rendas tributárias são as seguintes:

ESPECIFICAÇÃO	Estimativas (em milhares de cruzeiros)
Importação, entrada, saída e estadia de navios e aeronaves, e adicionais Imposto de consumo Imposto de renda e proventos de qualquer natureza Imposto de sêlo e afins Nos Territórios	658 740 1 356 350 1 190 000 432 800 245
Total .	3 638 135

Não consta da receita a previsão do produto da venda das obrigações de guerra, nem da despesa as verbas para os gastos decorrentes da mobilização militar Os créditos consignados aos Ministérios da Aeronáutica, Guerra e Marinha, respectivamente Cr\$ 375 269 175,00, 1 008 394 266,00 e 417 204 795,00, cobrem as necessidades normais do programa de aparelhamento da segurança nacional e manutenção dos efetivos de tempo de paz

Dos Ministérios civís, o que recebeu mais alta dotação foi, como é óbvio, o da Fazenda, ao qual foram atribuídos Cr\$ 1 297 639 200,00, dos quais Cr\$... 734 848 270,00 destinados à Dívida Pública Vêm em seguida o Ministério da Viação e Obras Públicas, com Cr\$ 901 620 977,00, e o da Educação e Saúde, com Cr\$ 414 408 738,00.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi fixada a dotação abaixo discriminada:

Ao Conselho Nacio-				
nal de Estatística,				
Secretaria Geral				
do Instituto e res-				
pectivo Servi-				
ço Gráfico	Cr\$	5	000	000,00
Ao Conselho Nacio- nal de Geografia e Serviço de Geo-				
grafia e Estatís- tica Fisiográfica.	Cr\$	2	600	000,00
Para o Recensea-				
mento Geral da República	Cr\$	13	868	600,00
Total	Cr\$	21	468	600,00

O deficit previsto no orçamento geral da República para o exercício de 1943, no montante de Cr\$ 492 487 879,00, é justificado pelos encargos decorrentes das obras que a União projeta e que representam produção de capital fixo.

Núcleo agro-industrial Pelo Sr. do São Francisco Presidente da República foi

criado, há pouco tempo, o primeiro núcleo agro-industrial na região do rio São Francisco, localizado em Itaparica, Estado de Pernambuco.

Segundo revela o Serviço de Informação Agrícola, ao núcleo nada deverá faltar para o seu completo desenvolvimento. A associação da indústria à agricultura, no mesmo local, será realmente vantajosa As quedas do São Francisco fornecerão a energia elétrica para movimentar as fábricas, recebendo-a os industriais gratuitamente durante os primeiros seis anos Essa medida assegurará êxito integral às iniciativas que alí se empreenderem.

A futura cidade terá um aspecto diferenciado do comum dos nossos centros urbanos, dado o seu caráter especializado e ao fato de ser para tal fim projetada e construída Disporá de uma parte constituída por cêrca de 100 granjas avícolas, assistidas pelos técnicos do Ministério, entregues aos colonos e trabalhadores e ligadas cooperativamente às instituições industriais da A outra parte, propriaavicultura mente residencial, será planejada segundo as diretrizes do moderno urbanismo, atentas às condições locais, climáticas e materiais, em perfeita correspondência com os hábitos, tendências e aspirações do nosso homem do campo

Além das instalações do campo da engenharia sanitária e das de utilidade pública, não faltarão os elementos necessários a uma perfeita assistência no que respeita aos problemas da educação, saúde, recreação e religião Haverá um grande centro cívico, onde estarão agrupados os edifícios públicos e os que servirão diretamente à comunidade, dispondo de ampla praça ajardinada para recreio e para reuniões. As reservas de bosques e jardins serão de tal forma profusas e distribuídas que o aspecto de cidade-jardim lhe será integralmente assegurado.

Afora os estabelecimentos industriais especializados no campo avícola, uma área será reservada para outras

indústrias necessárias à vida do Núcleo, ou que a economia da zona recomende. O desenvolvimento da cidade está assegurado por essas múltiplas atividades, prevendo seus traçados e distribuição a possibilidade dêsse crescimento harmonicamente, segundo um regime pré-estabelecido

Todos os problemas técnicos estão sendo encarados de modo que mantenham entre si um perfeito equilíbrio de justa e equitativa distribuição, sob o ponto de vista econômico, social, estético e de utilidade Escolas, hospitais, creche, usina hidroelétrica, aprendizado profissional, patronato agrícola, igreja, teatro, cinema, justiça, polícia, comunicação, transportes, correios e telégrafos, laboratórios de ensaio e experimentação, campo de pouso para aviões, casas comerciais, mercado, play-ground, tudo isso possuirá o Núcleo Agro-Industrial "São Francisco", servindo de modêlo como centro de organização e aproveitamento das grandes áreas livres do nosso hinterland.

O futuro núcleo de civilização das margens do grande rio brasileiro é mais um passo decisivo na "Marcha para o Oeste", ora em franca execução em vários setores. Algodão de Exigindo condições ecofibra longa lógicas especiais para uma produção econômica, as espécies e variedades de algodão de fibras longas só podem ser cultivadas em limitado número de países.

E' assim que da produção mundial da malvácea, estimada em 28 400 000 fardos, somente 3 milhões são de fibras longas. O algodão de fibras curtas serve apenas para fiação e tecelagem de artigos grosseiros e baratos, enquanto o de fibras longas é empregado na fabricação de tecidos finos ou de grande resistência.

Sendo os maiores produtores de algodão do mundo, os Estados Unidos da América do Norte importam ainda do Egito e Perú cêrca de 300 000 fardos, pois que a sua própria produção de Sea Island e Egípcio-americano (Pima) não passa atualmente de 1 200 e 101 000 fardos, respectivamente.

O Brasil, quinto produtor dessa matéria prima, precisou ainda importar, em 1941, 343 534 kg de fios de algodão, no valor de Cr\$ 28 419 033,00. Entretanto, depois do Egito, Sudão e algumas áreas irrigadas dos Estados Unidos, é o Nordeste do país a região mais apropriada ao cultivo do algodão de fibras longas.

De há muito, o "Seridó" vem sendo procurado pelos industriais, nacionais e estrangeiros.

De 1 247 652 fardos, classificados em 1941 pelo Serviço de Economia Rural e suas dependências nos Estados, 83 066 fardos eram de fibra longa e provenientes dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, na proporção de 48 271, 31 068 e 3 607 fardos, respectivamente.

Recentemente, o S E.R. teve oportunidade de classificar uma amostra de algodão de fibra longa, procedente do Nordeste, que alcançou 42/44 mm, contendo 66,73% de fibras de comprimento superior a 34 mm, comparável aos melhores tipos de Pima, Sakelarides ou Sea Island, de 41 mm.

As melhores amostras de "Seridó", classificadas na Secção de Padronização do antigo Serviço de Plantas Téxteis, raramente continham mais de 35% de fibras de comprimento superior a 34 mm, enquanto que no "Seridó" comum, geralmente classificado como 34/36 mm, essa proporção nem sempre ultrapassava a 15%. Isso vem demonstrar as possibilidades da produção de algodão de fibra longa no Nordeste.

Atualidade cearense dual de Estatística do Ceará está divulgando uma nova série de comunicados, em edição mimeográfica, trabalhos êsses lançados por sua Comissão de Publicidade, e nos quais são postos em relêvo interessantes aspectos da realidade cearense.

Informa-se, por exemplo, que o órgão central da estatística regional, procurando conhecer a situação do Estado quanto às possibilidades de produção do ferro, assinalou 18 ocorrências dêsse minério, das quais apenas uma não localizada exatamente, no município de Granja Apesar de algumas dessas reservas se acharem otimamente situadas, nenhuma delas está sendo explorada Recorda-se que, com a continuação dos grandes serviços de açudagem realizados no Ceará pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Sêcas, bem poderá ser utilizada a água represada, antes de irrigar os campos para a agricultura, na movimentação das turbinas geradoras de energia elétrica necessária à mineração.

Outro fato auspicioso para a economia cearense é o desenvolvimento do cooperativismo no Estado. Em 30 de Junho dêste ano existiam no Ceará, devidamente registradas, 22 cooperativas, com um total de 5 810 sócios. Do valor global do capital subscrito, Cr\$....... 5 066 707,00 já haviam sido realizados Cr\$ 2 409 538,50. O fundo de reserva das cooperativas ascendia a mais de Cr\$ 400 000,00 e a soma de empréstimos realizados subia a Cr\$ 4 135 284,00. O movimento global dos balanços expressava-se em Cr\$ 48 121 921,33.

Ao findar-se o primeiro semestre do corrente ano, o total de depósitos à vista nos nove principais bancos de Fortaleza era de Cr\$ 45 212 000,00 e o de depósitos a prazo importava em Cr\$ 28 213 000,00. Nesses totais não estão incluídas as cifras correspondentes à filial do Banco do Brasil na referida praça e às suas agências nos municípios de Iguatú e Aracatí. Nesses três estabelecimentos as somas dos mesmos depósitos eram, respectivamente, Cr\$ 76 568 000,00 e Cr\$ 1 466 000,00.

Estatística religiosa no O Departa-Rio Grande do Norte mento Estadual de Estatística do Rio Grande no Norte divulgou, em comunicado de sua 1.ª Secção, informes precisos sôbre a divisão eclesiástica e o movimento religioso nas três dioceses em que se divide território norte-riograndense. São aspectos compreendidos na parte de "situação cultural" do esquema fundamental da estatística brasileira e cujo conhecimento se reveste sempre de vivo interêsse

Existem no Rio Grande do Norte três dioceses, tôdas sufragâneas da Arquidiocese da Paraíba, compreendendo 48 paróquias, que por sua vez possuem 334 igrejas e capelas A maior das três dioceses é a de Natal, que compreende o município da capital e mais vinte outros municípios, numa extensão total de 24 643 km² e com uma população de 448 589 habitantes; a diocese de 13 municípios Mossoró compreende com 18 344 km² e 198 349 habitantes; finalmente a de Caicó é formada por 8 municípios com 9 424 km² habitados por 127 526 almas.

O movimento de atos religiosos no Estado, em 1941, expressou-se em ci-

fras elevadas, como adiante se vê: 1 062 991 comunhões; 579 746 confis-20 539 missas; 2 553 viáticos; 2 413 extremas-unções; 171 conversões. De propósito deixamos de incluir na relação os batizados e matrimônios, para fazê-lo agora pondo os números que lhes dizem respeito em confronto com os de nascimentos e casamentos conse melhor tantes do registro civil, acentuar a desproporção existente. Ocorreram no Rio Grande do Norte, no ano passado, 41 163 batizados e 5 950 casamentos religiosos . Só no município da capital, o DE.E. verificou que de 2 022 crianças nascidas no ano passado, 1 894 foram batizadas e apenas 708 foram'leyadas aos assentamentos do registro civil Quanto aos casamentos, a disparidade é também considerável, mesmo em Natal: enquanto foram realizados perante a lei 287 casamentos, perante a Igreja tiveram lugar 338.

No interior do Estado a diferença, como é natural, ainda mais relevante se apresenta, como se vê no pequeno quadro a seguir:

Casamentos religiosos
5 251
5 324
5 296
5 552

Os dados acima põem em relêvo o problema, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem enfrentado, referente ao levantamento regular de nossas estatísticas demográficas, e, mais do que isso, a velha questão social de inúmeros lares efetivamente constituídos e aos quais ainda falta o reconhecimento legal

ESTRANGEIRO

Movimentos demográficos trias e de massas demográficos práficas nos Estados nos EE. UU. Unidos, em consequência do vasto programa governamental de produção de guerra, estão originando vários problemas urbanísticos e sociais.

Em geral, o transporte dos operários entre as fábricas e suas residências, e as acomodações, são os que maiores dificuldades apresentam, embora o saneamento e outros serviços públicos sejam de importância capital em muitas localidades

A construção do Forte Leonard Wood, em Missouri, correspondendo à fundação de uma cidade de 50 000 habitantes num ambiente estritamente rural, forçou a retirada de muitos dos antigos habitantes da região, onde as habitações, as instalações sanitárias, escolas e outras facilidades são agora insuficientes.

Um milhão de pessoas emigraram para a Califórnia, Oregon e Washington nos dois primeiros meses dêste ano, segundo estatística do Conselho de Desenvolvimento dos Estados do Oeste, criando tôda uma série de problemas para a população local.

A população de San Diego teve, em quatro meses, um aumento de 276 000 para 310 000 almas, exclusive cêrca de 60 000 elementos militares e navais O comércio a varejo elevou-se 40% do índice de igual período no ano anterior, e quase todos os outros índices comerciais subiram O govêrno federal construiu perto de 10 000 casas, recebeu um pedido de mais 5 000 e terá de despender grandes somas para aumentar o abastecimento de água, construir novas escolas e estradas, abrir e ampliar hospitais e aumentar a rede de esgotos.

As indústrias manufatureiras da região da Baía de São Francisco empregaram em Março de 1942 51 000 pessoas a mais do que em Março de 1941, prevendo-se que dentro de 7 a 12 meses três quartas partes dos automóveis particulares nos quais se transporta a grande maioria dos trabalhadores das indústrias de guerra estarão sem pneumáticos

Em Detroit, em vez dos 498 000 operários que trabalhavam na produção automobilística, no ano passado, 550 000 trabalham atualmente na produção de armas.

Depois de mencionar êsses e vários outros fatos referentes à migração de habitantes e de indústrias nos Estados.

o Boletim da União Panamericana informa que, em geral, os relatórios referentes aos problemas de transportes, acomodações, escolas, hospitalização, abastecimento de água, serviço de esgotos, policiamento e corpo de bombeiros nas localidades onde se verifica êsse fluxo migratório, são mais ou menos idênticos por todo o país Poucas são as municipalidades que teem os recursos financeiros exigidos para atender às necessidades decorrentes do surto da população, e além disso elas sentem que essa situação pode não se consolidar. Resulta disso uma tendência a recorrer aos paliativos e improvisações, como os acampamentos de carros trailers (carros-reboques de automóveis, com acomodações para moradia) que se instalam perto de muitos dos centros de produção onde há grande falta de casa, alguns dos quais com populações equivalentes à de uma vila ou aldeia.

O esfôrço de guerra da grande nação americana tem, assim aspectos singulares e tonalidades próprias, que a firme decisão do povo em luta pela sua liberdade vai dominando admiravelmente.

Mortes causadas por veículos a motor 1906 que comecaram a figurar nas estatísticas das causas de óbitos nos Estados Unidos os acidentes com veículos a motor.

Naquele ano, 149 pessoas morreram em desastres automobilísticos, correspondendo êsse número a apenas 0,4 por 100 000 habitantes. Desde então a progressão do número de vítimas foi contínua e regular até 1931, quando se registraram 32 020 óbitos devidos àquela causa, número que representava um coeficiente de 27,1 por 100 000 habitantes.

A partir de 1932, verifica-se considerável oscilação, cujas razões seria interessante estudar O número de mortos por acidentes de veículos a motor, em 1940, foi de 34 501, depois de ter descido a 31 363 em 1933 e subido a 39 643 em 1937, por exemplo, sem que, como é sabido, tenham decrescido nem a população nem o número de veículos.

O maior número de vítimas encontra-se ordinariamente entre as pessoas de 15 a 34 anos. Nas cidades de 2 500 a 10 000 habitantes, a percentagem de vítimas, em 1940, foi de 33,9 por 100 000 habitantes Tal coeficiente desceu a 27,4 nas cidades de 10 000 a 100 000 habitantes, a 25,7 nas zonas rurais e a 23,8 nas cidades de mais de 100 000 habitantes.

Em números absolutos, o Estado que mais contribuiu, naquele ano, para essa parte do obituário, foi o de Califórnia, com 3 018 casos; emesseguida Nova Iorque, com 2 466, Illinois com 2 321, Pensilvânia, com 2 185, etc.

De modo geral, as 34 501 mortes aconteceram: 15 805 nas zonas urbanas do país; e 18 695 nas zonas rurais, incluídas nestas as áreas de menos de 10 000 habitantes. Tais números equivalem, respectivamente, a 25,2 e 27,1 por 100 000 habitantes

E' interessante observar que apesar de apresentar-se o coeficiente de mortalidade mais alto nas zonas rurais do que nas urbanas, isso não representa, como já ficou visto, que as regiões rurais populosas sejam aquelas onde ocorre, em relação ao efetivo demográfico, maior número de óbitos devidos a veículos a motor E' assim, por exemplo, que os 3 018 mortos da Califórnia eram apenas 43,7 de cada 100 000 habitantes, enquanto que os escassos 86 de Nevada representavam 78.0 por 100 000 habitantes Mais ainda: para Nova Iorque, 2 466 mortos eram tão somente 18,3 por 100 000 habitantes, ao passo que os 136 falecidos em Wyoming representavam 54,2 por 100 000 Entretanto, seria absurdo concluir daí que tanto mais alto é o coeficiente quanto menor o número de acidentes As 87 vítimas do Estado de Vermont não eram mais do que 24,2 em 100 000 habitantes e as 91 de Rhode Island corresponderam ao mais baixo coeficiente registrado na estatística dos óbitos causados por veículos a motor em 1940, isto é, apenas 12,8 por 100 000 habitantes.

As vítimas falecidas em 1940, em todo o país, eram 26 616 do sexo masculino e 7 885 do sexo feminino.

Mortalidade infantil A Sociedade das na Europa Nações publicou, no seu Boletim Mensal de Estatística, dados recentes sôbre a mortalidade infantil em vários países europeus.

Segundos êsses elementos, a cifra de óbitos de crianças de menos de um ano na Alemanha — inclusive os territórios ocupados da Austria, região dos sudetos, Dantzig e Memel — foi de 64 por 1 000 nascidos vivos, no ano passado.

Na Bélgica, a taxa foi de 85 por 1 000, na Boêmia-Morávia 99 e na Bulgária 123.

Em 1 000 nascidos vivos, na Hungria, morreram 117, ao passo que na Dinamarca apenas 55.

E' elevadíssima também a taxa de mortalidade innantil em Portugal — 151 por 1 000, quase o duplo da registrada na Escóssia — 83 Já na Inglaterra e País de Gales o coeficiente é de 58 por 1 000, mais baixo ainda nos Países Baixos — 43 — e provavelmente mínimo na Suiça, onde chega apenas a 41.

Todos êsses dados, fornecidos sob a reserva de que se trata de cifras preliminares, não se afastam consideravelmente dos definitivos, correspondentes ao ano anterior, podendo, portanto, ser confrontados com os relativos a 1938 E do confronto resulta a verificação de que a taxa de mortalidade infantil, no período indicado, acusou um aumento em certos países e sofreu redução noutros. Estão no primeiro caso a Alemanha, a Bélgica, a Boêmia-Moravia, os Países Baixos, Portugal, o Reino Unido (Inglaterra e Gales); e, no segundo caso, a Bulgária, Dinamarca, Hungria e Suiça

Custo da vida Informa a publicação na França especializada da Sociedade das Nações que os índices de preços da Statistique Générale de la France não são calculados desde Setembro de 1939, mês do início da atual guerra mundial Baseando-se em cálculos constantes de um estudo de M. J. Dessirier, La Conjoncture économique et financière, levantaramse os seguintes números índices:

ANOS	Meses	Números indices
1939	Agôsto	100
•	Dezembro	128
1940	Junho	137
>	Dezembro	162
1941	Junho	173
>	Dezembro	196
1942	Marco	199
•	Maio	200

Segundo êsses dados, portanto, o custo da vida na França duplicou no período compreendido entre o último mês da paz e o do segundo aniversário da derrota.

Numerosissimas reservas - adverte-se — devem ser feitas ao estabelecimento de índices dos preços, nas condições atuais Essas reservas referemse, antes de tudo, à imperfeição das cotações que representam às vezes precos fixos teóricos, ou nominais, não correspondendo aos preços realmente vigorantes Acresce que o racionamento, ou certas circunstâncias do momento, veem modificar, muitas vezes, e profundamente, a importância real de tal ou qual produto Numerosas mercadorias, ou produtos agrícolas importantes, em tempos normais, na alimentação, desapareceram praticamente dos mercados autorizados, passando a ser objeto dos chamados "mercados negros".

As quantidades fixadas para o racionamento, na França, correspondem a 1 200 a 1 300 calorias por dia para cada pessoa, beneficiando-se com uma ração suplementar os trabalhadores braçais A quota fixada, aliás, equivale a metade, apenas, do mínimo de calorias consideradas necessárias a um adulto

A estatística e os homens de letras Luís Vidales no cargo de Diretor Geral de Estatística da Colômbia, no segundo semestre do corrente ano, deu motivo a que o Sr Alfonso Romero Aguirre fizesse, em artigo estampado nos Anales de Economia y Estadística, interessantes observações sôbre pretensa incompatibilidade entre a obra intelectual e a técnica dos números

Faz o articulista a observação — certamente generalizável a outros países — de que tem existido a idéia de que os homens dedicados aos labores intelectuais são incapazes de realizar trabalhos graves e de transcendência. servicos dependentes de esfôrco contínuo Adianta que em diversas oportunidades da vida nacional se tem lancado aos poetas e intelectuais o conceito de incapacidade para realizar obra construtiva e despender esforcos metódicos e sérios na administração

Mostra o comentador que o caso do Sr. Luís Vidales, cuja ascenção ao mais alto pôsto da estatística colombiana decorre de uma brilhante carreira funcional, é um desmentido ao preconceito.

Salienta o Sr. Alfonso Romero Aguirre que o novo Diretor Geral da Diretoria Nacional de Estatística não é um matemático frio, e sim um intérprete da estatística no sentido mais humano, considerando que ela deve ser a prestação de um trabalho fecundo no serviço público e não cuidadosamente escondida em volumes fastidiosos. "O novo Diretor da Estatística pensa que os produtos dela devem invadir a zona da aplicação e da agitação, para que o povo e seus dirigentes saibam por onde rumar nos serviços edificantes da Pátria."

O comentador de Anales de Economia y Estadistica faz ver que o Sr. Luís Vidales, que já procurara servir ao povo colombiano através de uma intensa atuação política, terá oportunidade de observar mais de perto os fatos da vida popular numa visão de conjunto, científica e precisa como a que não podem oferecer os intérpretes das massas, preconizadores de soluções políticas de extrema esquerda.

A nota termina assinalando que a nomeação do ilustre intelectual constitue uma homenagem implícita mas vigorosa aos homens de letras "que servem mais do que teem podido fazer crer à Nação colombiana políticos interessados em excluí-los das altas posições".

Cultura e comércio de bananas na Colômbia de bananas ocupa o segundo lugar em importância, logo depois do café, no quadro das exportações da Colômbia, representando cêrca de 6% do total dessas exportações.

O distrito de Santa Marta há alguns anos figurava em segundo lugar, depois de Honduras, como produtor de bananas para o mercado mundial. Nos últimos dois ou três anos, entretanto, as exportações mexicanas tomaram o primeiro lugar nessa lista e a Colômbia passou para o quarto lugar. Ainda assim, as exportações colombianas representam até agora 7,5% do total das exportações mundiais.

As terras da região das plantações, na rica planície ao pé da Sierra Nevada de Santa Marta, são muito férteis, e a boa drenagem torna a planície especialmente favorável ao cultivo das bananas. A temperatura mantém-se sempre elevada, mostrando pequena variação de mês a mês Durante a estação chuvosa não é necessária a irrigação, mas na estação sêca os campos são irrigados de 30 em 30 dias.

Os dados de exportação indicam que de 43 200 000 kg exportados em 1906 a Colômbia passou a 110 400 000 kg em 1919 e a 252 000 000 kg em 1926, que foi o ano de maior exportação.

Até bem pouco tempo, as bananas da Colômbia iam principalmente para os mercados europeus, e a Colômbia, juntamente com a Jamaica, forneciam a maior parte das importações daqueles mercados. Com a guerra, entretanto, os países do velho continente foram eliminados do comércio, e hoie os Estados Unidos e o Reino Unido são os principais compradores.

No tocante aos preços, tanto os que são pagos aos pequenos produtores quanto o valor declarado das exportacões de bananas, são fixados pela Fruit Company, detentora de grande parte da área coberta de bananeiras. O preço recebido pelo cultivador é sempre inferior ao valor declarado de exportação.

O trabalho na lavoura de bananas é todo feito por braços alugados, sendo empregados mais de cinco mil homens, especialmente durante as colheitas.

O Panamá e o A Secção de Estatística da Contadoria Geral da seu Canal República do Panamá divulgou, em boletim, dados numéricos da população economicamente ativa das cidades de Panamá e de Colón. Como na primeira está incluída a zona do Canal, êsses dados assumem maior importância e interêsse. Sob a rubrica de "população economicamente ativa" foram computadas tôdas as pessoas de 10 anos ou mais que teem ocupações lucrativas. Incluiram-se, assim, os proprietários, arrendatários empregados, operários e os que trabalham por conta própria e excluiram-se os estudantes, os desocupados, os presos, as pessoas ocupadas em trabalhos domésticos, aposentados ou indivíduos que vivem de suas rendas.

Assim considerada, essa parte da população da cidade do Panamá é de 48 856 habitantes, ou sejam 54,3% das 90 003 pessoas que contam 10 anos ou mais de idade O grupo de idade que oferece maior contingente é o de 20 a 24 anos, o qual figura com 9 412 indivíduos Percentagens também elevadas resultam dos habitantes de 25 a 29 anos, de 40 a 49 anos, e de 30 a 34 anos

Os habitantes que desempenham atividades econômicas são — do sexo masculino, 35 578, e do sexo feminino, 13 278

A maior parte do grupo masculino, isto é, 13 738 homens, são empregados na zona do Canal, cujos trabalhos ocupam também 1 538 mulheres. Resulta daí que 38,6% e 11,6% da população ativa na cidade do Panamá são empregados na Zona do Canal.

Outro detalhe referente ao famoso Canal nas estatísticas da vida panamenha está no quadro das rendas da República no primeiro semestre do corrente ano O total geral das rendas públicas ascendeu a 9 978 751 balboas, dos quais 594 540 balboas resultaram da rubrica "Rendas Patrimoniais do Estado". Nessa rubrica figura a cifra de 430 000 balboas provenientes de anuidades do Canal.

BIBLIOGRAFIA

STATISTICAL ABSTRACT OF THE UNITED STATES, 1941 — Bureau of the Census, Washington, 1942.

O Bureau of the Census do Department of Commerce dos Estados Unidos da América deu à publicidade o 63.º número do Statistical Abstract of the United States, correspondente ao ano de 1941.

Precisamente 952 tabelas se distribuem pelas 1 017 páginas dêsse excelente anuário, informando, ordinariamente através de largo período, sôbre múltiplos aspectos da vida norte-americana, compreendidos nas seguintes secções: área e população; anormais delinquentes; estatísticas vitais; imigração e naturalização; educação; terras públicas; clima; serviços militar e civil, eleições e representação política; finanças nacionais do govêrno; finanças estaduais e locais do govêrno e emprêgo; banco e finanças; receita, des-pesas e débito; preços; salários, horas de trabalho, ocupação; seguro social; serviço postal; sistemas de comunicações; fôrça; estradas públicas e veículos a motor; transportes aéreos e terrestres; navegação; comércio externo dos Estados Unidos e comércio dos territórios; irrigação e drenagem; fazendas; produção agrícola; animais e produção animal; gêneros alimentícios vegetais; florestas e produtos florestais; peixes; produtos minerais; manufatudistribuição, serviços e hotéis; construção e habitação; sistema nacio-nal de parques e áreas de recreio.

Os títulos das 35 diferentes secções indicam, embora superficialmente, a amplitude e profundidade dos elementos reunidos nesse novo número de Statistical Abstract of the United States, elementos êsses que fornecem uma perfeita visão de conjunto da evolução e da atualidade da grande Nação do norte do continente.

THE RURAL URBAN FRINGE — University of Oregon — Eugene, U. S. A., 1942.

Há vinte anos realizam-se na Universidade do Estado de Oregon, dos Estados Unidos da América, reuniões destinadas ao debate de problemas vitais da comunidade. Na reunião dêste ano, realizada nos dias 16 e 17 de Abril, as discussões versaram sôbre a faixa urbano-rural, espécie de zona de transição que se caracteriza pela invasão de característicos urbanos nas zonas rurais.

Lamentavelmente, como assinala, na introdução, o Sr. Elon H. Moore, não foram registrados os debates, o que resulta numa séria omissão na publicação dos resultados da conferência Entretanto, a só divulgação dos trabalhos apresentados por ilustres economistas, educadores e sociólogos e outros técnicos, nesse volume sob o título de The Rural-Urban Fringe, fornece uma idéia do elevado interêsse do tema.

Os problemas financeiros, educacionais, jurídicos, sanitários, administrativos, territoriais da faixa rural-urbana, e aspectos peculiares a essa região no Oregon, são objeto de autorizados estudos.

Numa tese do Sr OVAL ETTER, assistente da Universidade daquele Estado da Federação norte-americana, sôbre "Legal Approaches to Problems of the Rural-Urban Fringe", encontram-se sugestões referentes à prática da cooperação inter-municipal que o Instituto vem de há muito preconizando no Brasil.

THE NEW ZEALAND OFFICIAL YEAR-BOOK, 1942 — Wellington, N. Z 1942.

Expressiva demonstração de continuidade nos serviços estatísticos do importante país membro da Comunidade Britânica é essa nova edição — a quinquagésima — do anuário da Nova Zelândia.

The New Zealand Official Year-Book, 1942, como os anteriores, foi compilado pelo Census and Statistics Department neo-zelandês, e é, no gênero, uma das melhores publicações habitualmente editadas pelos órgãos estatisticos estrangeiros.

Apesar de haver reduzido o número de páginas, em virtude de dificuldades no suprimento de papel, reune amplas informações sôbre todos os aspectos principais da situação e da vida do Domínio, à base de elementos estatísticos atuais.

Em relação a alguns aspectos do país, quando não foi possível a reprodução de amplos estudos já divulgados em edições anteriores, foram feitas as necessárias referências a êsses estudos.

Várias tabelas apresentadas no fim do volume abrangem o período dos últimos cinquenta anos, oferecendo, assim, seguros índices do desenvolvimento da Nova Zelândia desde o início do século XX.

SEGUNDO CENSO EJIDAL DE LOS ES-TADOS UNIDOS MEXICANOS — México, 1942.

Com a publicação dos volumes referentes ao Distrito Federal e aos Territórios Norte e Sul da Baixa Califórnia, iniciou a repartição central da estatística mexicana a série, que será de 31 volumes, dos resultados do Segundo Censo Ejidal daquele país, realizado no período de 20 de Fevereiro a 15 de Março de 1940

A expressão "censo ejidal" não pode encontrar uma tradução satisfatória em nossa língua, dado o conceito que, para fins censitários, foi emprestado à palavra "ejido" Considerou-se como tal todo terreno concedido provisória ou definitivamente a um núcleo de população mediante a aplicação das leis agrárias vigentes no período 1915-1940, explorado total ou parcialmente ou não explorado na data do inquérito

Geralmente um "ejido" corresponde a uma localidade ou núcleo de população (povoado, congregação, rancho, etc), mas em alguns casos pode corresponder a dois ou mais núcleos de população e dois ou mais "ejidos" podem corresponder a uma localidade apenas

As indagações a que se procedeu alcançam os "ejidos", os seus habitantes, as suas terras, a sua produção, as condições de trabalho neles adotadas, etc., sob variados aspectos Tiveram como finalidades: a) observar os caracteres fundamentais da economia "ejidal", como uma parte importante da economia agrícola nacional; b) observar o desenvolvimento da Reforma Agrária Mexicana nos seus aspectos distributivos de organização e de produção; c) integrar, com a informação numérica proveniente do censo, o material estatistico resultante do Censo Agrícola-Pecuário e as estatísticas permanentes "ejidales" em particular e agrícolas em geral.

Dá a Dirección General de Estadistica, da Secretaria de la Economia Nacional dos Estados Unidos Mexicanos, com o seu novo trabalho, uma demonstração a mais da eficiência e continuidade dos seus levantamentos censitários e das suas atividades publicitárias, com proveitosa repercussão quanto ao melhor conhecimento da terra e da gente mexicanas e crescente aperfeiçoamento dos processos técnicos e administrativos, no país.

ANUARIO DEL COMERCIO EXTERIOR DEL PERU, 1941 — Departamento de Estadistica General de Aduanas —Callao, 1942.

Reunindo copiosa e importante documentação numérica sôbre as relações comerciais do Perú com os demais países durante o ano de 1941, o Departamento de Estadistica General de Aduanas publicou um anuário de real utilidade para o conhecimento da economia peruviana, em virtude não apenas da amplitude daqueles dados, que se estendem por 350 páginas, senão também dos elementos retrospectivos que fornece, em tabelas e gráficos, comentados, em síntese, pelo Sr. Enrique L. Marquina P, chefe do referido Departamento.

Alguns dêsses gráficos referem-se ao quinquênio 1937-1941 e um deles apresenta as curvas ascencionais do valor do comércio exterior, e, em particular, da importação, da exportação e dos saldos no período que se inicia com o primeiro ano dêste século.

É interessante notar que, no que concerne às estatísticas da exportação, o *Anuário* especifica as mercadorias nacionais e as nacionalizadas, distinção cuja importância nos cômputos dessa natureza é evidente, pois permite deduzir do movimento das vendas para o exterior as cifras do que o próprio órgão estatístico chama de "reexportación de las mercadorías internadas para el consumo".

Além disso, constam também, como estatísticas de trânsito internacional, os dados informativos referentes ao tráfego, por território peruano, das mercadorias procedentes dos países vizinhos ou a êles destinadas.

Os totais da importação, em 1941, foram de 431 951 toneladas métricas e 357 827 953 sóis ouro, os da exportação geral, 1 977 103 toneladas métricas e 494 095 283 sóis ouro; os do excesso da importação sôbre a exportação, portanto, 1 545 152 toneladas métricas e . . 136 267 330 sóis ouro Em relação ao ano anterior, êsse excesso apresenta uma diferença, para mais, de 249 091 toneladas métricas, no valor de 49 185 649 sóis ouro.

LES MÉTHODES MODERNES D'ENSEI-GNEMENT DE LA GEOGRAPHIE — Francis Ruellan — Rio de Janeiro, 1942.

Ao ensejo da reunião, em Goiânia, do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, o professor Francis Ruellan, diretor de estudos adjunto à Escola de Altos Estudos do Instituto de Geografia da Universidade de París, e, atualmente, professor de geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, realizou uma conferência sôbre os métodos modernos do ensino da referida matéria.

Nessa importante lição, agora impressa, o notável especialista, depois de fixar os princípios em que lhe parece conveniente fundar os métodos modernos do ensino da geografia, sugere, com a autoridade que lhe confere um longo tirocínio de investigações científicas, uma nova metodologia para o ensino da Geografia nos cursos primários, secundários, técnicos e superiores.

As interessantíssimas sugestões do professor Francis Ruellan estão a merecer a melhor atenção dos responsáveis pelo assunto, de modo a permitir uma renovação dos processos de ensino da geografia, tornando-o atraente e aumentando-lhe o rendimento.

Ao concluir sua conferência, o reputado geógrafo frisou a importância de uma sólida formação científica para todos os mestres, de forma que estes possam contribuir para a pesquisa geográfica, não somente com trabalhos próprios como também por meio de inquéritos levantados com a colaboração de seus alunos. Para êsses inquéritos aponta como a melhor base os questionários estabelecidos pelo Conselho Nacional de Geografia, do I.B G.E.

RELATÓRIO — Departamento Administrativo do Serviço Público, 1941 — Rio de Janeiro, 1942.

Num volume de mais de 550 páginas, a que não falta perfeito índice alfabético e remissivo, o Departamento Administrativo do Serviço Público divulgou o Relatório que seu presidente, Sr Luiz Simões Lopes, apresentou no dia 30 de Junho último ao Sr. Presidente da República, sôbre as atividades daquele importante órgão da administração no ano próximo passado. Aliás, não somente acêrca daquelas atividades no período indicado, mas igualmente sôbre a situação atual do serviço público federal, os seus sistemas, a sua organização, os princípios que a informam e as alterações propostas.

O volume está dividido nas seguintes grandes secções: Organização, Coordenação e Legislação em Geral, Padronização do Meio Circulante, Orçamento, Pessoal, Material, Obras, Serviços Internos, Comissão de Ambiente de Trabalho, Reorganização Administrativa dos Estados, Conclusão. Vários gráficos e numerosas tabelas estatis-

ticas ilustram e completam o texto. Essas indicações, entretanto, não podem dar idéia, mesmo deficiente, da multiplicidade das questões técnicas, dos problemas de interêsse nacional, que se estudam nessas páginas, nem das experiências e realizações de que elas dão conta, de tal modo que seu valor é também o de um largo e autorizado estudo de alguns dos mais importantes aspectos da nossa vida púbica, como o administrativo, o econômico, o financeiro.

Tão ampla e variada foi a atuação do D A.S.P. no último ano que não foi fácil ao seu digno presidente — como acentua nas linhas finais do Relatório selecionar um único fato ou uma só ordem de atividades para caracterizar as inovações propostas ou introduzidas no servico público em 1941 Seria bem o "ano dos cursos" ou o "ano do aperfeiçoamento" ou o "ano da assistência social", se com tais designações não se cometesse a injustiça de relegar a segundo plano as notáveis realizações no setor da organização, ou no do sistema financeiro, propondo a adoção da neva unidade monetária denominada Cruzeiro, ou no da estrutura e amplitude do sistema de pessoal através da extensão das normas fundamentais do Estatuto dos Funcionários Públicos Civís da União aos servidores dos Estados e Municípios, para focalizar de modo especial apenas a instituição dos cursos de aperfeicoamento ou a extensão do benefício da aposentadoria aos extranumerários, a reforma do regime de contribuições do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado e outras medidas. Ante aquela dificuldade, o ilustre Sr Luiz Simões Lopes preferiu encerrar o seu relatório dizendo, "em síntese, que 1941 foi um ano fecundo de estudos e realizações e que nele se lançaram sementes que nos permitem esperar, em futuro próximo, maior precisão no movimento da máquina administrativa e maior eficiência do elemento humano nela utilizado".

BOLETIM ESTATÍSTICO DO INSTITUTO NACIONAL DO SAL — N.º 42/1 — Rio de Janeiro, Setembro de 1942.

O Instituto Nacional do Sal iniciou a publicação de um *Boletim Estatístico*, destinado a divulgar os dados compilados pela secção especializada daquele órgão autárquico, para orientação dos interessados e do público em geral.

Registramos a iniciativa com tanto maior satisfação quanto é patente o escrúpulo com que a repartição responsável procede às elaborações numéricas referentes aos assuntos de seu peculiar interêsse. Demonstração disso está na explicação, prestada pelo presidente do I N.S., Sr Fernando Falcão, dos motivos que ocasionaram o retardamento da publicação do Boletim, destacando entre estes a necessidade "de submeter a uma revisão prévia e cuidadosa os dados numéricos de que se dispunha, coletados por órgãos diversos e sob critérios igualmente diferentes".

"No estudo das variações dos fenômenos relacionados com a indústria salineira" — continua o Sr Fernando Falcão — "a revisão das séries cronológicas impunha-se de modo a permitir o confronto justo, em têrmos equiparáveis, com as cifras coligidas pelo próprio Instituto. Em relação aos dados antigos, principalmente, não se poderia prescindir, como ainda sob outros aspectos, da colaboração dos órgãos regionais de estatística, a que recorremos Apelamos, igualmente, para os registros dos serviços de estatística da órbita federal, nomeadamente o da Produção do Ministério da Agricultura, o da Economia e Finanças e o das Rendas Internas do Ministério da Fazenda. E, assim, com a contribuição de todos os elementos idôneos, temos procedido, como há sido possível, ao exame das cifras relativas às atividades da indústria e do comércio do sal entre nós "

O Boletim Estatístico do Instituto Nacional do Sal dá-nos, neste seu primeiro número, tabelas estatísticas sôbre o parque salineiro do Brasil, produção, consumo e comércio de sal no país.

É lícito prever o melhor êxito para a nova publicação, tanto mais quanto — como ainda o presidente do I N S salienta — pouco se tem divulgado a respeito da indústria e do comércio de sal entre nós, em virtude das condições rudimentares do trabalho salineiro, executado por métodos primitivos e cujo precário sistema de contrôle é responsável pelas informações confusas, deficientes, imprecisas e mesmo inexatas ordinariamente prestadas.

O VALE TOCANTINS-ARAGUAIA — Américo Leônidas Barbosa de Oliveira — Rio de Janeiro, 1941.

O relatório que o engenheiro civil Américo Leônidas Barbosa de Oliveira apresentou ao Sr Ministro da Viação e Obras Públicas sôbre as possibilidades econômicas do vale Tocantins-Araguaia e a navegação naqueles dois grandes rios, destaca-se do nível comum de trabalhos da sua natureza para colocar-se com destaque na bibliografia nacional no campo da geografia física, da geografia econômica. da geografia de

transportes do nosso tão mal conhecido hinterland.

Não se encontra aquí uma descrição técnica da inclusa região onde se entesouram vastas riquezas inexploradas em consequência da falta de transportes. Tem-se uma análise percuciente, à base de autorizada documentação, nas observações pessoais in loco e sobretudo mediante uma lúcida compreensão dos problemas, uma visão larga dos fenômenos investigados e das necessidades reais a satisfazer

Um dos nossos males mais antigos, responsável pelo desajustamento demográfico que se verifica no país, isto é, a ausência de qualquer articulação no escasso sistema de transportes com o conveniente aproveitamento das vias naturais de comunicação, êsse mal, em tôda a sua agudeza, está nitidamente exposto no relatório do engenheiro Américo Barbosa de Oliveira

Em cinquenta e poucas páginas, apenas, da primeira parte do trabalho, destinada a considerações gerais, o A. nos dá breves informes sôbre a geologia, a florística, a hidrografia, a navegação, a população civilizada e indígena, as condições primitivas da economia sertaneja, a extração de babaçú e castanha, o trabalho nos garimpos e nos depósitos niquelíferos e as possibilidades agrícolas e pastorís da região.

Na segunda parte, também de forma sintética, mas igualmente clara e precisa, são examinados os aspectos mais interessantes da questão, isto é, a preferência, a concorrência e a coordenação nos sistemas de transportes, vindo logo em seguida o estudo do caso particular do planalto central, os interesses econômicos em jôgo, o problema da navegação do Tocantins nos seus detalhes

Termina o relatório com as sugestões do A para a organização dos trabalhos de melhoramento dos rios Tocantins e Araguaia, mediante providências exequíveis, de sentido prático.

CULTURA POLÍTICA — Ano II — N.º 21 — Edição especial — Rio de Janeiro, Novembro de 1942.

O nº 21, correspondente ao mês de Novembro, do importante mensário de estudos brasileiros — Cultura Política — saiu como edição especial comemorativa do 5º Aniversário do Estado Nacional, constituindo um apreciável resumo da atualidade administrativa do Brasil, nos mais diversos setores.

No artigo de abertura, o Sr. Almir DE Andrade, diretor da revista, dá um

balanço na transformação política operada no Brasil a partir de 1937, salientando especialmente os esforços do regime criado pelo Sr. GETÚLIO VARGAS no sentido da efetivação da unidade nacional.

Sob o título geral de "Cinco anos de Administração Pública no Estado Nacional", encontra-se ampla reportagem das realizações do atual govêrno através de cada um dos Ministrios, do Departamento Administrativo do Serviço Público e do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Nas secções habituais, aparecem ensaios e artigos diversos sôbre o pensamento político do Presidente da República, a Constituição de 1937 e aspectos da atividade econômica e social do Estado.

A êsse conjunto de estudos objetivos não faltou um documentário de atividades estatísticas, proporcionado num artigo do Sr. Valdemar Cavalcanti sôbre a última reunião de Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e intitulado "Um Congresso de Estatística em Goiânia".

A POLÍTICA DO ÁLCOOL-MOTOR NO BRASIL — Instituto do Açúcar e do Álcool — Rio de Janeiro, 1942.

A solução do problema do álcool carburante, dos pontos de vista técnico, econômico, comercial e financeiro, foi atingida com tal êxito, em prazo relativamente tão curto, no Brasil ma o Instituto do Açúcar e do Alcool -que o fato ainda é objeto de surpresas, de dúvidas ou de confusões. "Pelo menos, está longe de ser compreendido por duas ordens de espíritos: os que ainda não reconhecem os resultados obtidos e os que já querem resultados maiores Uns e outros, aparentemente contraditórios, sofrem do mesmo mal: a falta de dados, informações e esclarecimentos completos, de caráter prático, em linguagem accessível, sôbre o que se tem feito e o que se pode fazer no Brasil em matéria de álcool combustível."

Foi, pois, com o objetivo de exprimir, em síntese, as realizações e o roteiro das possibilidades referentes ao assunto que o órgão controlador do produto editou êsse trabalho, de autoria do Sr Joaquim de Melo, redator principal do Brasil Açucareiro, escrito para o Anuário Açucareiro de 1941, ilustrando-o com fotografias das distilarias existentes no país e documentando-o com abundantes quadros estatísticos

A Política do Alcool-Motor no Brasil informa proficientemente sôbre os antecedentes e tentativas relativos à indústria, a fase que se inaugurou com a criação do I.A A., a expansão da produção do álcool anidro e da mistura carburante, a montagem das distilarias centrais, a ação financeira do Instituto em favor do álcool carburante; os resultados práticos da indústria alcooleira e, finalmente, esclarece "como é possível o aumento da produção alcooleira".

Foi, sem dúvida, uma feliz providência a do Sr Barbosa Lima Sobrinho, colocando ao alcance de todos os interessados o que de mais importante se refere a um dos principais setores da economia nacional, de significação vital sobretudo desde o momento em que a importação de combustíveis derivados do petróleo passou a sofrer os grandes entraves resultantes da guerra.

RONDON — Clovis de Gusmão — Livraria José Olímpio Editora — Rio de Janeiro, 1942.

A vida e a obra do general Cândido Mariano Rondon — vida e obra devotadas ao progresso do Brasil — vem dando motivo a uma bibliografia que avulta já pela quantidade e pela qualidade

Junta-se agora a êsse acêrvo de estudos biográficos, geográficos, etnográficos, etc., que tanto tem contribuído para o melhor conhecimento do país, o livro do Sr. Clovis de Gusmão, intitulado simplesmente Rondon

Logo no prefácio, dá o A em rápidas pinceladas, a magnitude da ação civilizadora do eminente brasileiro, quando adverte que há sessenta anos, quando o aluno Cândido Mariano Rondon iniciava o seu curso na Escola de Cadetes da Praia Vermelha, não havia em todo o Noroeste um palmo de trilho e as linhas telegráficas não haviam sequer atingido Cuiabá

"Lá estava" — diz o Sr. Clovis de Gusmão — "entre Cuiabá e Santo Antônio do Madeira, entre o Guaporé e o Tapajós, sem uma estação telegráfica, sem uma autoridade policial, povoada por tribus indomáveis, virgem do passo humano em muitos pontos, tôda uma enorme e riquíssima região".

Ligar os pontos extremos dessa "esfinge geográfica", para isso transpondo mil e quinhentos quilômetros sem pontos de apoio, foi a obra que o general Rondon realizou, conquistando para o seu país meio milhão de quilômetros quadrados — conquistando-os não no sentido "dessas correrias militares de fronteiras de que sempre resulta a espoliação dos povos fracos", mas no sentido da integração prática

daquela enorme área na comunhão brasileira, "através de um longo e rude progresso civilizador".

Em pouco mais de duzentas páginas, apenas, no estilo leve e claro de reporter, o Sr. Clovis de Gusmão põe o leitor a par da marcha épica de Rondon pelos sertões matogrossenses e por tôda a vasta faixa do território nacional depois chamada Rondônia.

A luta contra o deserto, a pacificação de tribus selvagens, a viagem de Teodoro Roosevelt, outros grandes episódios da memoravel campanha são relatados com informações interessantes sôbre a terra conquistada pelo progresso e o homem integrado na vida nacional pela obra de solidariedade empreendida sob condições tão adversas.

O livro do Sr. Chovis de Gusmão está ilustrado com reprodução de mapas e farto documentário fotográfico.

RELATÓRIO — 1941 — Interventoria Federal no Rio Grande do Norte — Natal, 1941.

Num volume de cento e muitas páginas, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Rio Grande do Norte enfeixou o *Relatório*, com diversos anexos, apresentado pelo Sr. Rafaet Fernandes Gurjão, operoso Interventor Federal naquele Estado, ao Sr. Presidente da República, sôbre as atividades e realizações de sua administração durante o ano de 1941.

É um documentário minucioso e sugestivo da obra que o ilustre governante daquela Unidade da Federação vem executando, apesar da modéstia dos recursos de que dispõe, podendo-se sentir, em tôda a exposição, a consideração da generalidade dos problemas regionais e o empenho constante de solucioná-los.

Enriquecem o relato profusos quadros estatísticos, balanços financeiros e outros elementos elucidativos apresentados com obediência a inteligente esquematização

Com a sua capital situada em posição do máximo valor estratégico, o Rio Grande do Norte está justamente vivendo uma fase excepcional, importantíssima de sua vida, com problemas novos e de grande monta a enfrentar, circunstâncias que maior relêvo conferem à atuação do Sr. RAFAEL FER-NANDES.

Muito nos apraz destacar, neste rápido registro, as referências feitas no *Relatório* do govêrno norte-riograndense à atuação do Departamento Estadual de Estatística, cujos serviços declara o Sr. Interventor -"'teem transcorrido normal e eficientemente. Através de inquéritos e estudos acurados sôbre a nossa vida econômica e social, hão sido recolhidos elementos de divulgação utilíssimos ao conhecimento do Rio Grande do Norte, em todos os seus aspectos, proporcionando a repartições outras e fontes interessadas de outros pontos do país, dados relativos à produção, densidade demográfica, instrução, riquezas do sub-solo, exportação, valores culturais, finanças, enfim, um resumo tanto quanto possível fiel das atividades que aquí se desenvolvem, com esfôrço e tenacidade, e sempre prestigiadas pelo poder público estadual.

Depois de aludir à reorganização dos serviços estatísticos, à colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — considerada "do maior proveito na orientação de um trabalho estatístico sistematizado sob moldes racionais e científicos" - e a outros aspectos, declara o chefe do govêrno do Rio Grande do Norte: "Concluindo, é-me grato salientar que o Departamento Estadual de Estatística tem correspondido à confiança do govêrno do Estado, e nesse êxito quero associar a contribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exaltando o admirável trabalho de orientação dos seus ilustres presidente e secretário geral, Srs José Carlos de Macedo Soa-RES E MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREI-TAS, nomes que declino com sinceras e merecidas homenagens."

RELATÓRIO — 1941 — Interventoria Federal em Santa Catarina — Florianópolis, 1942.

O relatório apresentado pelo Sr Nereu Ramos, ilustre Interventor Federal em Santa Catarina, ao Sr. Presidente da República, relativo à administração daquele Estado no exercício de 1941, é um amplo e substancioso documento em que se espelha o panorama sugestivo da vida daquela importante Unidade Federada.

Organização, esfôrço patriótico, ação estimuladora junto aos governados veem produzindo em Santa Catarina um ritmo significativo de progresso, que o chefe do govêrno regional documenta fartamente na sua última prestação de contas anual.

Assinalando ter sido o ano de 1941 "o mais próspero de quantos já viveu a economia catarinense" — comprovada a higidez das finanças públicas com a existência de um *superavit* orçamentário de quase seis milhões de cruzeiros — o Relatório mostra, igualmente, a aplicação das rendas na realização de obras públicas, no fomento da produção, na educação popular, na assistência social, na segurança pública, na manutenção, enfim, das múltiplas atividades do Estado.

Na parte referente à atuação do Departamento Estadual de Estatística, o interventor Nereu Ramos, que tem sido um dos mais prontos colaboradores da estatística brasileira, transcreve uma síntese dos serviços daquele órgão regional do I.B.G.E.; cuja eficiência é largamente comprovada.

Característico, digno de nota, do Relatório cuja publicação tanto nos apraz registrar, é que, acentua a sua própria "Conclusão", tem êle "menos palavras que algarismos e quadros sintéticos". "É que êles" — acrescenta o ilustre governante — "configuram melhor o crescimento do Estado e dizem mais incisivamente do desenvolvimento dos serviços públicos. Os resultados do esfôrço bem intencionado da administração, através deles melhor e mais nitidamente se patenteiam, porque lhes é clareza e limpidez a própria objetividade".

MENSARIO ESTATISTICO — Prefeitura do Distrito Federal — Rio de Janeiro, Julho, 1942.

Com o n.º 43, referente ao mês de Julho dêste ano, aparecido em Setembro último, interrompeu sua publicação, iniciada em Março de 1939, o Mensário Estatístico editado pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal.

Em nota anexa ao fascículo, declara-se: "Essa providência decorre da atual situação, que obriga a administração pública a reunir todos os esforços e dedicar tôdas as atenções às transformações, que se fazem necessárias, da economia nacional."

A suspensão do *Mensário* antecipou-se, dessarte, sob a inspiração de patrióticos objetivos, às restrições estabelecidas pela Junta Executiva Central do
Conselho Nacional de Estatística em
recomendações a todos os serviços estatísticos do país, posteriormente aprovadas pelo Senhor Presidente da República.

LOCALIDADES PAULISTAS — Departamento Estadual de Estatística — São Paulo, 1942.

Interessante e utilissima iniciativa, essa do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo, de proceder ao levantamento das localidades de todos os municípios paulistas e divulgá-lo com a conveniente esquematização.

A 3.ª Divisão Técnica do D.E.E., que executou o trabalho, expliça, em nota preliminar, que a apuração dêsse cadastro já estava iniciada quando o Conselho Nacional de Geografia, por sua Resolução n.º 99, estabeleceu a classificação de povoados, fazendas, estações, bairros e patrimônio, mas faz ver que o critério adotado não apresentava nenhuma incompatibilidade formal e foi mantido.

Esse critério consiste na seguinte discriminação:

"Povoados — Agrupamento de vinte ou mais propriedades pertencentes a diversas pessoas e que se juntem a um ou mais estabelecimentos comerciais, capela, etc., que dêem ao bloco uma vida, até certo ponto, independente da sede municipal;

Bairros — Pequenos povoados, mas sempre caracterizados pelo agrupamento de residências, não menos de dez, pertencentes a diferentes donos e afastado do centro da cidade;

Fazendas — Grandes propriedades agrícolas, que, pela extensão territorial, pelo número de casas (acima de cem) e por outros característicos (tais como estação ou desvio de estrada de ferro, escola, estabelecimento industrial ou comercial, etc.), constituam núcleos de população que independam, de certo modo, da vida comercial da sede do município".

A lista das 3 643 localidades, por ordem alfabética, contém a classificação (cidade, vila, povoado, bairro, fazenda, estação, estância), as circunscrições (municipal e distrial) a que pertencem a distância em relação à sede municipal, denominação da estação mais próxima e as vias de comunicação com a sede do município.

Depois dessa lista, encontra-se o quadro dos municípios, também por ordem alfabética, com as localidades principais, distribuídas dentro de cada distrito de paz.

Finalmente, na terceira parte do volume, estão dispostos por ordem alfabética, com os principais característicos, os povoados existentes nos diversos municípios, os quais são em número de 116.

Com Localidades Paulistas, o órgão central do I.B.G.E. em São Paulo completa uma proveitosa obra de divulgação, devidamente sistematizada, da toponímia paulistana e dos detalhes da divisão territorial do Estado.

TÁBUAS ITINERARIAS — Departamento Estadual de Estatística do Paraná — Curitiba, 1942.

Mais um dos órgãos centrais regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — o D.E.E do Paraná — deu cumprimento às recomendações da Resolução n° 32, do C N.E., concluindo o preparo das *Tá*buas Itineiárias do Estado.

Ultimadas as tabelas quando, em face da situação internacional, deixava de ser aconselhável franca divulgação dos elementos cuja coleta demandou tantos esforços, a repartição central da estatística paranaense preparou, contudo, uma primorosa édição mimeográfica, de apenas sessenta exemplares, cartonados, e cuja distribuição, como de documento reservado, obedeceu às cautelas especiais recomendadas pela direção superior do Instituto

As *Tábuas Itinerárias* do Paraná conteem os itinerários, as vias de comunicação (automóvel, avião, carroça, cavalo, ferrovia, navegação fluvial e marítima) e a distância em quilômetros entre as sedes municipais e distritais e a capital do Estado.

Em anexo, o volume traz um mapa daquela importante Unidade Federada, na escala de 1 1 000 000, com úteis indicações sôbre linhas de comunicação projetadas

Na apresentação, o Sr. Lauro Schleder, diretor do D E E , observa: "Não pretendemos que os elementos compreendidos nas aludidas *Tábuas* sejam todos rigorosamente exatos Seja-nos lícito afirmar, porém, que a sua elaboração teve a presidí-la os cuidados requeridos para que pudéssemos apresentar um trabalho tanto quanto possível perfeito, capaz de inspirar confiança aos que tiverem o ensejo de compulsá-la."

Nesse escrúpulo, que ninguém deixa de reconhecer nos dignos servidores da estatística no Paraná, estará a qualidade primacial dessa valiosa realização.

ESTATÍSTICAS CULTURAIS DE 1940 — Diretoria de Estatística Educacional do Rio Grande do Sul — Pôrto Alegre, 1942.

A Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul oferece, no 4º volume do seu boletim de estatísticas culturais, mais uma resenha anual dos levantamentos que lhe incumbem naquele Estado, na conformidade do convênio de 1931. Na introdução, o diretor da repartição, Sr. Ernesto Pelanda, diz que a coleta de tão vasto repositório de informações é obtida graças ao prestimoso auxílio das altas autoridades religiosas e à perfeita articulação da rede de Agências mantidas em todos os municipios pelo Departamento Estadual de Estatística.

Apesar de não ter sido possível à Diretoria publicar na íntegra os quadros elaborados, ou mesmo informações mais minuciosas da vida cultural dos municípios, e sim apenas os resumos finais de cada assunto, o volume é um repositório valioso sôbre os seguintes aspectos da vida sulriograndense: imprensa e bibliografia; bibliotecas, arquivos e museus; igrejas e cultos; exposições culturais; propriedade intelectual; institutos técnico-científicos; rádio, diversões públicas; organizações musicais; monumentos públicos do Estado, profissões liberais; legislação estadual, assistência educacional e cultural, assistência médico-sanitária

Os dados, em geral referentes ao ano de 1940, compreendem também, em vários casos, um a três anos anteriores.

A regularidade do lançamento das Estatísticas Culturais do Rio Grande do Sul vem constituindo um serviço, digno do maior aprêço, que a Diretoria de Estatística Educacional, integrada no sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, presta ao desenvolvimento social e cultural do Estado.

O CENSITÁRIO — órgão do Grêmio Censitário — Rio de Janiero, 1942.

O pessoal que serve na direção central do Serviço Nacional de Recenseamento, associando-se, com o estímulo e apoio dos seus superiores hierárquicos, numa instituição cultural e recreativa a que denominou Grêmio Censitário, vem realizando uma louvável obra de aproximação social de seus membros, desenvolvendo o espírito de coleguismo e incentivando as práticas desportivas e intelectuais.

Inclue-se entre as melhores iniciativas do Grêmio o lançamento de um órgão de publicidade, mensal, *O Censitário*, cujo primeiro número circulou em Outubro, trazendo suas diretrizes fixadas em artigo do próprio diretor em exercício do S N R , Sr RAFAEL XAVIER.

É diretor responsável do mensário o Sr. Jaime de Figueiredo, um dos membros da administração do Grêmio Censitário.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

RESOLUÇÃO N.º 141 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1942

Baixa as instruções gerais para execução dos inquéritos econômicos de que cogita o decreto-lei federal n.º 4 736.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando o que dispôs o decreto-lei n.º 4 736,

de 23 de Setembro último:

Considerando as conveniências técnicas dos levantamentos da produção, da circulação, dos estoques e dos preços, que a aludida lei teve em mira alargar, melhorar e regularizar;

Considerando, ao mesmo tempo, que a complexidade e a extensão do empreendimento exigem um plano cauteloso que assegure desde logo os objetivos essenciais, mas de progressisivo desenvolvimento à medida que a implantacão do serviço for conseguindo contornar ou vencer as dificuldades que lhe são inerentes;

Considerando, também, que é indispensável coordenar adequadamente as ativi-

dades dos órgãos estatísticos federais, regionais e municipais, entre si e com as dos estabelecimentos comerciais e industriais chamados a colaborar nas investigações em causa;

Considerando, por outro lado, que o contrôle dos mercados, objetivado pelo decreto-lei n.º 4 736, reclama o conhecimento completo, exato e atual das cor-

rentes comerciais que vitalizam a economia nacional, o que torna de primeira urgência a execução integral e regular do levantamento da exportação pelas vias interiores, respectivamente segundo os destinos e procedências, de cada uma das Unidades da Federação;

Considerando, ainda, os fins de política econômica e defesa nacional a que visa atender o plano a ser executado;

Resolve:

Art. 1.º — Os inquéritos especiais,

para a execução do disposto no decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro do corrente ano, serão os seguintes:

a) inquérito mensal, junto aos estabelecimentos industriais, sôbre o valor global das vendas realizadas e das encomendas recebidas (do govêrno e de particulares); sõbre o movimento de produção, de compras e de vendas, bem como sôbre as variações dos estoques ou disponibilidades existentes, em relação a determinados produtos básicos; sôbre o consumo e o estoque de matéria prima e combustível, e a energia elétrica utilizada; sôbre o pessoal empregado; e sôbre o importe dos tributos pagos;

b) inquérito, junto aos estabe-

lecimentos comerciais atacadistas, sôbre o importe global das vendas realizadas; sôbre o movimento de compras e de vendas, bem como sôbre as variações dos estoques ou disponibilidades existentes, em relação a determinados produtos básicos; sôbre o pessoal empregado; sôbre o importe dos tributos pagos;

OI divulgado nesta secção, no último número da REVISTA, o decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro, baixado pelo Govêrno Federal com o objetivo de, entre outros fins, assegurar o êxito das nossas estatísticas em geral e, especialmente, das que devem ser o fundamento da orientação da política econômica e da segurança nacional. Entre os resultados de alcance imediato a que veio dar lugar aquele decreto-lei, figura a regularização de vários inquéritos econômicos, de relevante importância para a defesa e o esfôrço de guerra do país. Como lhe cumpria, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística baixou as instruções gerais para a execução dêsses inquéritos, sôbre cuja realização é dado pormenorizado noticiário noutra parte do presente número da REVISTA. Essas instruções constam da Resolução n.º 141, de 2 de Outubro, ora aqui reproduzida com o respectivo anexo, ou seja a relação dos produtos sujeitos ao contrôle mensal dos estoques a que se refere, em seu parágrafo primeiro, o artigo 8º do decreto-lei n.º 4 736.

- c) inquérito mensal, junto aos estabelecimentos industriais e aos estabelecimentos comerciais atacadistas que as respectivas instruções excluírem dos inquéritos precedentes, sôbre o importe total das vendas efetuadas, o valor total da folha de pagamento e o importe total dos tributos pagos
- d) inquérito mensal, junto aos estabelecimentos destinados à retenção, guarda ou conservação de mercadorias, por conta de terceiros (armazéns gerais, armazéns frigoríficos, trapiches, etc.), sôbre o movimento de entradas e saidas das mesmas e as variações das quantidades em depósito,
- e) inquérito mensal, junto às firmas que operam em comissões e consignações, sôbre o movimento de entradas e saídas de mercadorias e os estoques existentes em seu poder,
- f) inquéritos ocasionais ou com a periodicidade que se fizer necessária, junto ao comércio varejista, afim de verificar as variações dos respectivos estoques,
- g) inquéritos especiais, de variável compreensão, relativamente aos produtos sôbre os quais determinadas informações devam ser prestadas aos Estados Maiores das Fôrças Armadas,
- h) inquéritos mensais, abrangendo suficiente número de informantes, sôbre os precos correntes das principais mercadorias
- Art. 2° Tendo em vista a significação e o objetivo dos inquéritos referidos nas alíneas a e b do artigo precedente, excluem-se dos respectivos levantamentos:
- a) as disponibilidades em mãos dos seus produtores, quando se tratar de produtos agrícolas não industrializados;
- b) as disponibilidades em poder dos estabelecimentos industriais ou de comércio por atacado, cujo montante de vendas no ano anterior ao do inquérito tenha sido inferior ao limite que esta Junta fixar, sempre excluídos os estabelecimentos compreendidos na ressalva do art 1° § 2° do decreto-lei n° 4 736, de 23 de Setembro do corrente ano;
- c) as mercadorias fabricadas ou adquiridas por estabelecimentos não

- excluídos em virtude do disposto na alinea b, desde que tais mercadorias ainda não tenham sido incluídas na relação dos produtos submetidos a contrôle mensal
- Art 3º O estabelecimento que ficar sujeito à declaração mensal dos seus estoques, informará, com relação a cada uma das mercadorias a que se referir a obrigatoriedade, e por êle produzida ou negociada
- a) a quantidade e o valor não só da produção como das aquisições, estas últimas, porém, somente computadas quando as partidas adquiridas (ou recebidas em consignação) se incorporarem efetivamente aos estoques do estabelecimento,
- b) a quantidade e o valor total das saídas, por entrega ou despacho, das partidas consignadas, vendidas ou alienadas a qualquer título;
- c) a quantidade e o valor dos estoques efetivamente existentes, no começo e no fim do mês, em armazéns próprios ou não, localizados no município.
- Art. 4.º Os dados sôbre quantidade e valor dos estoques propriamente ditos, nos têrmos do artigo anterior, ficarão sujeitos às seguintes regias
- a) não se admitirá divergência entre os dados fornecidos sôbre os estoques existentes no fim de um mês e os atribuídos, na subsequente informação, ao início do mês imediato;
- b) não somente os dados de quantidade mas também os de valor, exprimindo os estoques existentes no comêço e no fim do mês, devem ser rigorosamente coerentes com o movimento atribuído às entradas e às saídas,
- c) para o efeito da alínea precedente, as saídas abrangerão não apenas as quantidades entregues ou despachadas (inclusive as requisitadas pela autoridade civil ou militar), mas ainda as baixas que o estoque ou disponibilidade constante da informação anterior vier a sofrer por motivo de acidente (inundação, incêndio, etc.), de deterioração ou de donativos de beneficência;
- d) os estoques a levantar, portanto, incluirão, por um lado, as partidas

já vendidas pelo informante, enquanto não saírem estas do seu poder, e não abrangerão, por outro lado, as que, embora por êle adquiridas, se encontrarem em poder do vendedor, ou mesmo por êste já despachadas mas ainda em trânsito, não representando, assim, existências realmente armazenadas.

Art. 5.º — Os limites a que se refere a alínea b) do art. 2.º, até ulterior deliberação, serão de 400 contos, nas cidades do Rio de Janeiro e Sao Paulo, e de 100 contos, nas demais capitais.

Art. 6.º — As informações prestadas pelos estabelecimentos compreendidos no inquerito nao se referirao às filiais, sucursais ou estabelecimentos congêneres (inclusive a casa matriz, se for o caso) localizados fora do município.

Parágrafo único — Se, porém, vários estabelecimentos de uma empresa ou firma estiverem localizados na mesma capital, as informações da casa matriz (ou do estabelecimento principal, quando a casa matriz for em ouvo município) poderao ou não abranger as dos estabelecimentos dependentes, segundo ficar convencionado e registrado na respectiva inscrição.

Art. 7.º — Serão abrangidas pelo inquérito as operações e os estoques de órgaos da administração pública ou para-estatais, sempre que tais órgãos agirem para fins de contrôle ou delesa do comércio dos produtos a que se referirem suas atividades.

Parágrafo único — A coleta dos dados referentes às entidades mencionadas neste artigo poderá ficar a cargo dos Serviços de Estatística que as mesmas entidades mantiverem, se assim for julgado preferível.

Art. 8.º — A coleta regular dos dados para o levantamento estatístico mensal especificado nos arts. 2.º e 3º do decreto-lei n.º 4 736, será iniciada com as informações referentes ao nês de Outubro corrente, devendo abrangar, logo que o respectivo material atinja seu destino, não só o Distrito Federal, como também os municípios das capitais dos Estados e do Território do Acre

§ 1° — O levantamento abrangerá inicialmente os produtos referidos na relação anexa à presente Resolução, distribuídos pelos seguintes grupos:

1 — combustíveis; 2 — matérias téxtels e tecidos; 3 — materiais de construção; 4 — minerais metálicos; 5 — produtos alimentícios; 6 — produtos químicos; 7 — sementes e frutos oleaginosos, óleos e gorduras vegetais (brutos); 8 — produtos diversos.

§ 2.º — Esta Junta, porém, em Resoluções especiais, ampliará essa lista tendo em vista não só o alargamento do inquérito conforme for verificando conveniente e possivel, logo que regularizados os respectivos serviços, mas por igual o que for mais urgentemente necessario aos Ministerios ou a quaisquer órgaos onciais autonomos incumpidos de orientar ou executar o controle da produção e do comercio, ou de atender aos inveresses da defesa nacional.

§ 3.º — O inquérito irá tendo alargada a sua area geográfica a medida que se foiem normalizando os seus opjetivos nos municipios das capitais. Essa ampliação, entitetanto, fai-se-a segundo o niesino criterio proglessivo releido no palagrato precedente, podendo referir-se a tôdas as mercadorias já controladas nos mercados das capitais ou apenas àquelas cujo controle em area mais extensa o governo considere necessario.

Art. 9.º — Continuarão a cargo do Serviço de Estatistica da Produção os inqueitos de produção (bem como os dos estoques existentes nos estapelecimentos produtoles) que a referida repartição ja organizou ou esta organizando, com peliodicidade mensal, quanto aos seguintes produtos: aguas minerais, banna, carnes e derivados, carvão, cimento, doces, extratos e sucos alimenticios, farinha de trigo, ferro e aço, laticinios, madeiras, óleos e gorduras vegetais, peixes e derivados, telhas e tijolos.

§ 1.º — Os inquéritos da produção agrícola também continuarao a ser executados pelo Serviço de Estatística da Produção, com a colaboração dos órgãos estatísticos regionais e municipais, na forma que for fixada nas competentes instruções.

§ 2.º — Na técnica dêsses levantamentos, todavia, serão progressivamente introduzidas as modificações necessárias afim de que se possam êles apoiar, sistematicamente, pelo menos em duas informações prévias sôbre a extensão e o estado das culturas.

- § 3 ° Essas informações abrangerão, em comêço, o território de cada município globalmente considerado, devendo, porém, logo que possível, referir--se particularmente a cada distrito
- § 4.º Para os fins do parágrafo precedente será oportunamente utilizada a colaboração de comissões municipais ou distritais de informantes, sob a orientação imediata das Agências Municipais de Estatística
- § 5 º Para a determinação final, tão rigorosamente controlada quanto possível, dos quantitativos de cada safra, serão utilizados, logo que se tenha implantado generalizadamente o respectivo serviço, os boletins mensais do comércio atacadista, previstos no art 2.º do decreto-lei n.º 4 736, quanto à discriminação das compras dos intermediários aos produtores ou a outros intermediários
- Art 10 A estatística nacional dos preços terá em vista, destacadamente, as cotações das principais mercadorias
 - a) quando adquiridas ao produtor;
- b) quando adquiridas no comércio atacadista;
- c) quando adquiridas no comércio varejista.
- § 1.º Essa estatística terá sempre por objetivo a satisfatória especificação dos tipos ou qualidades que ocorrerem mais frequentemente nos mercados em relação a cada produto.
- § 2º Afim de resguardar-se o segrêdo comercial, não se exigirá do mesmo informante que declare, confrontadamente e segundo os tipos de cada mercadoria, os seus preços de aquisição e de venda Além de obedecerem sempre a êsse preceito, os inquéritos sôbre preços serão realizados distintamente dos que tiverem por objeto a produção e os estoques
- § 3º Essa norma, todavia, não impedirá que aos detentores dos estoques se exija declaração dos valores globais dêstes, bem como das partidas adquiridas ou vendidas, segundo os preços de venda dos próprios informantes, em relação a cada mercadoria e independentemente da especificação dos tipos ou qualidades que esta oferecer

- § 4º A regra firmada no parágrafo precedente deve ser entendida, sem invalidar a garantia que estabelece, como admitindo que o inquérito exija a diversificação dos tipos dos produtos decorrentes de operações de beneficiamento ou transformação, como, por exemplo, quanto ao arroz com casca ou descascado, ao sal grosso ou fino, ou algodão em caroço ou em pluma, etc
- Art 11 Os inquéritos sôbre custo da vida a que se referem as Resoluções ns 147 e 206, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, continuam a ser executados, segundo o disposto nas aludidas deliberações, pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho
- § 1º O referido Serviço, mediante acôrdo direto com o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, assumirá a responsabilidade da estatística que êste último vem organizando com objetivo análogo

- § 2.º Esse entendimento visará a unificação, em condições de progressivo aperfeiçoamento, das pesquisas estatísticas atinentes ao custo da vida e à situação econômica das diferentes classes de trabalhadores em face dos respectivos salários.
- Art. 12 A Presidência do Instituto tomará tôdas as medidas de emergência que forem necessárias à implantação ou à coordenação eficiente, conforme o caso, e sob a responsabilidade imediata de sua Secretaria Geral, dos serviços previstos na presente Resolução e nos decretos-leis a que a mesma se reporta, atendendo com prioridade, na ordem de urgência, a tudo que se referir à normalização das estatísticas da produção e do comércio
- § 1º Tais providências visarão estabelecer um plano racional para os trabalhos em causa, deixando assegurada a continuação normal dos inquéritos que a lei manteve sob a responsabilidade dos órgãos estatísticos centrais dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho
- § 2º Caberá à Secretaria Geral do Instituto a coordenação e sistematização dos dados estatísticos resultantes dos levantamentos previstos nos arts 2º e 3º, do decreto-lei nº 4 736, bem como o posterior encaminhamento, aos Ministros de Estado, aos Esta-

dos-Maiores das Fôrças Armadas, ao Coordenador da Mobilização Econômica e a outros órgãos da administração pública encarregados dos trabalhos pertinentes à segurança e à economia nacionais, das séries estatísticas assim constituídas

- § 3.º Nos serviços previstos neste artigo ficam integrados os da coordenação e síntese geral dos levantamentos das correntes comerciais interiores, até que o Serviço de Estatística Econômica e Financeira possa incorporar êsse encargo aos que já executa relativamente ao comércio de cabotagem e internacional
- § 4.º Como complemento da medida estipulada no parágrafo precedente a Secretaria Geral do Instituto fica também autorizada a continuar, provisoriamente, com a possível cooperação financeira do Departamento de Geografia e Estatística da administração local, o levantamento da exportação do Distrito Federal pelas vias interiores
- Art 13 Uma vez implantados os servicos aludidos no artigo precedente. e estabelecida a respectiva rotina, a Presidência do Instituto solicitará ao govêrno as medidas necessárias para que os encargos ora atribuídos em caráter de emergência e a título supletivo à Secretaria Geral da instituição, se incorporem definitivamente, conforme a competência de cada um, aos encargos normais do Serviço de Estatística da Produção, do Servico de Estatística da Previdência e Trabalho, do Servico de Estatística Econômica e Financeira e do Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal.
- § 1.º A coleta e crítica dos questionários, boletins e guias referentes aos levantamentos que ficam a cargo da Secretaria Geral do Instituto, nos têrmos da presente Resolução, serão executadas
- a) diretamente, no que se referir à capital da República;
- b) por intermédio dos órgãos centrais regionais de estatística, no que disser respeito aos Estados e ao Território do Acre
- § 2.º Ficam, todavia, previstos e autorizados, se necessário ou conveniente, acordos com quaisquer ór-

gãos de estatística geral ou especializados que já estiverem realizando regularmente levantamentos de estoques, visando êsses acordos a conservação e o aperfeiçoamento de tais serviços, por delegação e sob a orientação do Instituto, segundo o plano geral assentado.

- Art. 14 Os Departamentos Regionais de Estatística, como delegados da Secretaria Geral do Instituto, ficam autorizados a entrar em entendimento com os competentes órgãos de estatística municipal, no sentido de obter dêstes, com as garantias de eficiência necessárias, a colaboração prevista no art 1.º do decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro, para a coleta das informações mensais determinadas na mesma lei.
- § 1.º Obtida essa colaboração em têrmos satisfatórios, os Departamentos Regionais supervisionarão os respectivos trabalhos, mandando auxiliá-los por funcionários seus, se necessário.
- § 2.º Na hipótese contrária, os Departamentos Regionais organizarão o serviço na própria sede
- § 3.º Num e noutro caso, caberá aos Departamentos Regionais relacionar, rever, acondicionar e expedir a destino os formulários coletados e cuja apuração não lhes ficar deferida pelas instruções reguladoras dos diferentes inquéritos
- Art. 15 O custeio dos serviços a que se refere o art. 12 correrá por conta do auxílio especial previsto no art 10 do decreto-lei n.º 4 736, cuja efetivação será solicitada desde já.
- Art. 16 Os levantamentos anuais por meio de boletins de inscrição e boletins de produção, a cujo preenchimento estão sujeitos os estabelecimentos industriais do país, nos têrmos do decreto-lei nº 4 081, de 3 de Fevereiro do corrente ano, passam desde já a ser totalmente executados, de comum acôrdo e em moldes uniformes, pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, e pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando assegurado o fornecimento da documentação devida ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio, dêsse último Ministério, nos têrmos do parágrafo único do art. 12 do decreto-lei n.º 4 736.

- Art 17 Tendo em vista a importância e a significação nacional dos inquéritos relativos à produção, aos estoques, ao consumo e aos precos, cujos dados, tanto na apuração, como na divulgação devem ser rigorosamente coerentes e sujeitos ao contrôle central do govêrno federal, fica atribuída com exclusividade aos órgãos estatísticos centrais dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, e à Secretaria Geral do Instituto, a responsabilidade da tabulação e da publicação das respectivas estatísticas, na forma que o Conselho Nacional de Estatística estipular, para atender às conveniências técnicas do servico e às solicitações ou representacões dos órgãos federais incumbidos da defesa militar e econômica do país
- § 1º É consequentemente vedada aos servicos regionais e municipais de estatística, cooperadores nos trabalhos de coleta e crítica dos dados sôbre producão, estoques, consumo e preco, a publicacão, mesmo a título de resultados provisórios, de quaisquer estatísticas referentes a êsses assuntos, além daquelas que a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística aprovar ou distribuir como de livre divulgação, de acôrdo com as instruções que a êsse respeito baixar o govêrno federal
- \$ 2° O preceito do parágrafo anterior não veda aos órgãos estatísticos regionais que colaborarem nos inquéritos previstos nesta Resolução, a comunicação, "sob reserva", aos respectivos governos, de quaisquer "resultados globais" que entenderem apurar, sem prejuízo dos prazos da remessa a que a respectiva coleta estiver submetida
- § 3º Os resultados dessas apuracões preliminares serão sempre declarados "provisórios" ou "sujeitos a retificação"
- § 4º Aos governos regionais e municipais que o solicitarem, a Secretaria Geral do Instituto fornecerá, diretamente ou por intermédio dos órgãos filiados, os dados definitivos das estatísticas em causa, os quais serão considerados "reservados" sempre que não deverem ser publicados
- Art 18 As informações sôbre quantidades, valores ou preços de mercadorias compradas, vendidas ou em estoque, não serão objeto, em virtude de seu caráter sigiloso, de qualquer pu-

- blicidade que permita individualizá-las, nem de comunicação, por traslado ou certidão, a particulares, a emprêsas, ou a outros órgãos da administração pública, além das repartições responsáveis pelo levantamento estatístico
- § 1º O preceituado neste artigo não impedirá, todavia, a utilização individualizada dos instrumentos de coleta firmados pelo informante, ou dos dados estatísticos por êle fornecidos sempre que isso for exigido pelos órgãos da defesa nacional e pelo Coordenador da Mobilização Econômica, ou quando necessário para apurar falsidade de informações
- § 2.º A norma restritiva dêste artigo também não vedará a divulgação de prontuários das firmas ou emprêsas informantes com a referência dos respectivos característicos e endereços
- Art 19 A recusa formal de prestação dos informes a que se referem os arts 2° e 3.º do decreto-lei n° 4 736, ou o retardamento, falsidade e sonegação dos dados que em decorrência de suas disposições devem ser fornecidos regularmente às repartições de estatística, darão lugar à imposição, nos têrmos dos arts 5.º e 8°, e seus parágrafos, respectivamente, dos decretos-leis ns 4 462 e 4 736, da multa de 200\$0 (duzentos mil réis) a 5:000\$0 (cinco contos de réis), dobrada na reincidência, aos responsáveis por êsses atos ou omissões
- § 1º As multas serão impostas mediante deliberação desta Junta, firmada à vista de representação fundamentada dos responsáveis pela execução dos inquéritos estatísticos, ou de autos e têrmos de infração devidamente lavrados
- § 2º Tanto às representações, como aos autos e têrmos de infração mencionados no parágrafo precedente, deverão ser anexados, em original ou por meio de cópia convenientemente autenticada, os documentos comprobatórios da transgressão a que se refiram
- § 3 º Ao enviarem os processos de transgressão a esta Junta, deverão as referidas autoridades, na mesma data, dar conhecimento da remessa aos interessados
- § 4° Dos atos da Junta que impuserem multas, caberá apenas pedido

de reconsideração, interposto no prazo de trinta dias contados da data de sua publicação no *Diário Oficial* da Unidade da Federação em que estiver situado o estabelecimento infrator

- § 5 º O pedido de reconsiderarão será apresentado à Junta por intermédio do responsável pelo inquérito estatístico, devendo ser anexado ao mesmo o comprovante do depósito da importância da multa em repartição federal arrecadadora
- § 6º O recebimento de pedido de reconsideração será comunicado, pela via mais rápida e independentemente da remessa da documentação respectiva à Secretaria Geral do Instituto, a qual, por sua vez, dará conhecimento do fato a esta Junta para os devidos fins
- § 7º A Presidência do Instituto, na hipótese de não ter sido dado provimento ao pedido de reconsideração, comunicará a decisão da Junta ao órgão depositário da importância concernente à multa, afim de ser a mesma convertida em renda da União

§ 8.º — Não sendo formulado pedido de reconsideração dentro do prazo previsto no § 3.º e não tendo o infrator recolhido a importância correspondente à multa, será o processo encaminhado à Procuradoria Geral da Fazenda Pública para fins de inscrição da dívida e cobrança judicial

Art 20 — Sempre que ficar provado que as trangressões referidas no artigo precedente visam evitar o conhecimento, por parte do Poder Público, de atos tendentes a forçar a alta dos artigos e gêneros de primeira necessidade, com objetivo de lucro ou proveito, a Presidência do Instituto denunciará o fato ao Tribunal de Segurança Nacional para fins de imposição das penas cominadas no art. 43 do decreto-lei n.º 4 766, de 1 de Outubro, que define crimes militares e contra a segurança do Estado

Rio de Janeiro, em 2 de Outubro de 1942, 7.º do Instituto. — Conferido e numerado — Alberto Martins, diretor da Secretaria do Instituto. Visto e rubricado — M A Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Publique-se — José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 141

Relação dos produtos sujeitos ao contrôle mensal dos estoques a que se refere o § 1.º do art 8 º

(Continua)

CATEGORIAS GERAIS DE PRODUTOS		PRODUTOS		Estabeleci-		CATEGORIAS GERAIS DE PRODUTOS			PRODUTOS	Estabeleci- mentos informantes
		Código	Designação	mentos informantes				go	Designação	
Con	nbustíveis	1 01	Álcool	Produtores e			2 3	1	Tecidos impermeá- veis e oleados	· ·
		1 11 1 12	Carvão mineral » vegetal	Atacadistas	3	Materiais de construção	3 0	1	Couçoeiras de 3"×9", de qual- quer madeira	Atacadistas
	érias téx- e tecidos	2 01 2 02	Algodão em caroço » » pluma	Atacadistas			3 0 3 0	3	Forros e soalhos Tábuas de pinho.	» »
		2 03	(descaroçado) Fibras vegetais (ex- ceto algodão)	>			3 0 3 1 3 2	1	Pernas de madeira Cimento. Tijolos de qualquer	» »
		2 04 2 11	Lã em bruto Fio de algodão	Produtores e atacadistas			3 2	2	espécie Telhas de qualquer espécie	>
		2 12 2 13 2 14	 » » sêda » » lã Fíos de outras espé- 	* *			3 2	3	Ladrilhos, mosaicos e azulejos de qual- quer natureza	:
		2 21	cies . Tecidos de algodão, de qualquer es-				3 3	1	Ferro de qualquer diâmetro	,
		2 22	pécie Tecidos de juta e outras fibras ve-	x x	4	Minerais me- tálicos	4 0	1	Aço (laminado, em barra, chapa, per- filado, etc.)	Atacadista
		0.00	getais, de qualquer espécie.	ג ג			4 0	- {	Alumínio (em pó, chapa, tubos, etc) Antimônio	» »
		2 23	Tecidos de lã, pura ou com mescla de qualquer espécie	> >			4 0 4 0	4 5	Chumbo Cobre	> >
		2 24	Tecidos de linho, puro ou com mes- cla, de qualquer				4 0 4 0		Estanho Ferro (gusa, lami- nado etc, exceto	• >
		2 25	espécie Tecidos de sêda, pura ou com mes-	> >			4 0 4 0		para construção) Latão Mercúrio	3
			cla, de qualquer espécie	,			4 1	0	Níquel Zinco	> >

ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 141

Relação dos produtos sujeitos ao contrôle mensal dos estoques a que se refere o § 1.º do art. 8.º

(Conclusão)

CATEGORIAS GERAIS DE		PRODUTOS		Estabeleci- mentos		CATEGORIAS GERAIS DE	PRODUTOS		Estabeleci- mentos
_	PRODUTOS	Código	Designação	informantes		PRODUTOS	Código	Designação	informantes
5	Produtos ali- mentícios	5 01	Açúcar	Produtores e atacadistas			6 02 6 03	Amoníaco Bicromato de po-	Produtores e atacadistas
		5 02 5 03	Arroz com casca » descascado	Atacadistas Produtores e atacadistas			6 04 6 05	tássio Clorato de potássio Enxôfre	» » » »
		5 04 5 05	Azeite de oliveira Bacalhau	Atacadistas »			6 06 6 07	Fósforo amorfo Soda cáustica	» »
		5 06 5 07	Banha : Batata .	» »	7	Sementes e	7 01	Amendoim	Atacadistas
		5 08	Biscoitos e bolachas	Produtores e atacadistas		frutos oleagi- nosos. Óleos e gorduras ve-	7 02 7 03 7 04	Caroço de algodão Castanha Côco babacú	» »
		5 09 5 10	Café em grão Carne sêca (charque) ou salgada	Atacadistas		getais (brutos)	7 05 7 06	» da Baía Mamona em bagas	» »
		5 11	Carne e peixes em conserva (presun-				7 07	Oiticica (sementes) Óleo de amendoim e de gergelim	» »
			tos, salames, mor- tadelas, salsichas, sardinhas, cama-				7 12 7 13	Óleo de babaçú » » caroço de al-	>>
		5 12	rão, etc) Cebola	» »			7 14	godão . Ólco de côco da Baía	» »
		5 13	Erva-mate .	»			7 15 7 16	» » linhaça » » mamona	>
		5 14	Farinha de mandioca	Produtores e atacadistas			7 17 7 18	» » mantona » » oiticica Outros óleos vegetais	ži Ži
		5 15 5 16 5 17	» » milho » » trigo Feijão .	Atacadistas				(cítricos, de tun- gue, de milho, de	
		5 18	Fubá de milho	Produtores e atacadistas	8	Produtos di-	8 01	café, de soja, etc) Aguardente	» Produtores e
		5 19 5 20	Leite condensado Macarrão e massas	Atacadistas Produtores e		versos	8 02	Amianto .	atacadistas Atacadistas
		5 21	alimentícias seme- lhantes Manteiga	atacadistas Atacadistas			8 03	Borracha (em pela, laminada e cre-	
		5 22	Margarina	»	1		8 04	pada) Breu	> >
		5 23 5 24	Milho Óleos e gorduras ve-	»			8 05 8 06	Cera de carnaúba Cigarros e charutos	» Produtores e
		5 25	getais. Queijos tipo "Minas" e "Sertão"	>			8 07	Couros e peles (sela, meias solas, ata-	atacadistas
		5 26	Sal fino	»			[]	nados, vaquetas,	Adam dinter
		5 27 5 28	» grosso Toucinho	»	1		8 08	etc.) Grafite	Atacadistas »
		5 29	Trigo em grão	»			8 09 8 10	Parafina Salitre	*
6	Produtos qui- micos	6 01	Ácidos (acético, elo- rídrico, nítrico, súlfurico, etc.)	Produtores e atacadistas			8 11 8 12	Sebo animel . Tintas e vernizes	» Produtores e atacadistas

CONVÊNIO NACIONAL DE ENSINO PRIMÁRIO

A assinatura, nesta Capital, do Convênio Nacional de Ensino Primário, em Novembro, foi um acontecimento que, pela sua alta significação político-administrativa e, sobretudo, pela identidade de sua idéia diretora com o pensamento dos que integram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve grata repercussão no seio desta entidade

Desde que se comprovou o êxito do sistema de cooperação inter-administrativa para a realização de serviços de interêsse comum das três órbitas governamentais, obtido na execução do Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, essa fórmula, tão compatível com o princípio federativo e as condições peculiares do país, passou a impôr-se como medida prática e eficiente de govêrno

A Convenção Nacional de Estatística consagrou-a em definitivo, como em diferentes oportunidades teem ressaltado os responsáveis pela direção superior do I.B G E.

Aliás, a idéia, em si mesma, tem a recomendá-la um côro de vozes as mais autorizadas nos domínios da política, da técnica e da sociologia, como está patenteado nas páginas de O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação, valioso elucidário em que se encontram lições de grandes mestres antigos e modernos

É assim que na Introdução ao Parecer da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, aprovado no Senado do Império na sessão de 12 de Setembro de 1882, lê-se de Rui Barbosa:

"O sábio químico inglês, 1 cuja autoridade há pouco chamámos em nosso apolo, depois de expor em traços concludentes a estatística dos esforços pecuniários empregados a bem da instrução no Reino Unido, subscreve sem restrições a esta apreciação edificante do escritor germânico: "Os resultados são manifestamente desproporcionados às enormes somas despendidas com a educação da juventude inglesa; não há soma de fôrça, com tão miserável (such a beggarly) soma de proveito Os relatórios e a condição atual das escolas fornecem abundantes matérias; mas onde o arquiteto, que com êles construa um edificio condigno da grandeza da Inglaterra? Comparando a unidade da administração nas escolas alemãs com a situação presente do sistema escolar inglês, não posso deixar de dizer (e até ingleses teem usado o mesmo qualificativo) que é um estado caótico, precisamente o inverso de uma organização, o estado atual de colsas Faltam absolutamente, em tóda a extensão dêste domínio, demarcações

claras, definição dos vários gêneros de escolas, discriminação do objetivo de cada um Em muitos casos, debalde procutamos por uma autoridade decisiva, que não consinta degenerar em atbítilo a liberdade Verdade é que há amplos recursos, distribuídos com suma liberalidade ao serviço das escolas; mas êsses recutsos malbaratam-se pela dispersão. Os interêsses da educação e cultura intelectual, as coleções de ciências e arte espalham-se por muitas e diferentes mãos; pertencem a administrações distintas, independentes entre si Portanto, nesta matéria, falta a unidade, a combinação das atribuições administrativas "Que grandes, resultados se poderiam obter, se se reunissem os meios, e se utilizasem de acôrdo com um plano de coagregação e harmonia"

De Pandiá Calógeras, outro de nossos mais clarividentes homens públicos, ficou esta advertência:

"O início da sabedoria está em conhecer o êrro Confessemos, lisamente, que não existe ainda a obra escolar destinada a formar, sem liames confissionais, mas também sem sectarismos anti-religiosos, as camadas de jovens, progressivamente mais poderosas pela instrução e pela educação, fortes por seu valor intelectual e por seu descortino moral, mocidade com que a democracia tem o direito de contar para construir aos poucos, na cidade futura, seu ideal de justiça e de bondade, por que anseiam os pobres e os sofredores

Esboçam-se, apenas, em alguns Estados, as linhas da emprêsa leiga, andaimes dum edificio ainda por erigir E essas mesmas tentativas, sem coordenação de região a legião, ameaçam queprar mais um dos laços que prendem as circunscrições federadas. Em algumas o descaso é quase absoluto Cumple, pois, a bem da permanência e do progresso do instituto republicano, enfeixal os esforços dispersos em um esfôrço coletivo, sinégico, fortemente inspirado pelo indispensável advento dum ambiente, intelectual e moial a um tempo, comum ao Brasil inteiro, sem embaigo das particularizações inevitáveis, para que, em cada zona, o ensino colesponda às exigências peculiares dela

Esta obra pedagógica nacional é mister encetar desde já, com intuitos nacionais e não locais, elo e não fermento dispersivo entre os brasileiros "

Com o seu profundo senso das peculiaridades brasileiras, o grande pensador político Alberto Tôrres, falando, na sua obra *A organização nacional*, a respeito da ação dispersiva dos Estados, acentuou:

"Ainda na hipótese de ser acertada a ação governamental dos Estados — que a ninguém parece admissível — só resultariam desta organização de antagonismos e de conflitos os maiores prejuízos para o país; e os Estados não fariam, efetivamente, senão prejudicarem-se uns aos outros, potque a questão não é de soma de direções acertadas, mas de síntese de direções progressivas, convergentes e harmônicas: de sinergia super-orgânica de fôrças políticas, em suma "

Manuel Bonfim, outro conhecedor admirável das nossas raízes históricas, clamou assim contra as condições de

 $^{^{1}}$ Refere-se a Galloway, também ilustre pedagogista $\,$

organização do ensino fundamental no Brasil:

"A natural leação contia a centialização imperial levou os constituintes da República a letinai à União tôda e qualquei ingerência na organização da instrução populai do país É verdade que nisto êles apenas conselvanam uma disposição do regime imperial — dêsse abstruso legime centializador, que, entietanto, alienava de si a organização da escola primária

Uma vez que essa foi considerada a melhor organização republicana e a mais apropriada as nossas condições, é mister preparar o país para que ela possa funcionar livremente, sem os riscos de um desmembramento. Livres, autônomos os Estados, cumpre uniformizar uns tantos serviços de ordem moral e política É a única maneira de conservar integro, para o futuro, êste grande país, onde os interêsses materials variam tanto de zona para zona

É forçoso criar fortes correntes internas de sentimentos e de idéias, que liguem os nossos destinos; e a base de tudo isto é a escola primária O império não o fez e por isso nos legou o Brasil que hoje temos, atrasado, sem compreensão dos seus destinos, sem vontades e sem entusiasmos Se não sentimos mais forte a necessidade de remediar tamanho mal, é porque a tudo nos habituamos

Que nos lesta fazel, se nos quelemos conselval como uma nacionalidade única? Clial, o mais cedo possível, um espílito público; leval a todos os ânimos o sentimento duma pátila única; afinal, de um a outlo extiemo do país, o amoi do Blasil comum E o que está natulalmente indicado pala isto, como o mais conforme à nossa situação especial, à nossa divisão política e à nossa citise social, é desenvolvel, unificando e nacionalizando, a escola primária — questão urgentissima pala a República e pala a Pátila

Todos os governos das nações, cujas condições políticas mais se aproximam das nossas, interveem na organização moral e política da escola primária e contribuem largamente para a instrução popular. O que não conheço é país onde o govêrno central se despreocupe, tão absolutamente, da instrução primária como entre nós; não sabendo se o povo aprende nem se há escolas, nem o que nelas se ensina; não concorrendo com um ceitil para a instrução do povo, ignorando, por inteiro, tudo o que a isto se refere

Cielo que não há um biasileito, com lesponsabilidade no atual legime e conciente dessas lesponsabilidades, que endosse e louve um tal estado de coisas Todos leconheceião que é pieciso tiazei um lemédio a isto e quanto antes "

E numa de suas obras mais conhecidas, *A América Latina*, o mesmo sociólogo ilustre bradava

"É espantoso, é monstiuoso, que num pais novo, onde tôda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantissima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os seus recursos naturais não estão estudados — é monstruoso que num tal país, para um orgamento de trezentos mil contos, reservem-se setenta e três mil contos para a força pública e apenas três mil e duzentos contos para tudo, tudo o que interessa à vida interectual — ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios, etc! Despender-se 25 % dos recursos do Estado para dotar a nação dos meios de defender-se dum problemático ataque estrangeiro, ou para garantí-la, no interior, contra desorderis, problemáticas também e que, na pior hipótese, traitam a morte de algumas centenas de indivíduos, algumas perdas materiais, o descrédito do país e um embaraço limitado à vida econômica; e não se gasta nem um vintém para fomentar a instrução da massa

populai, cuja ignorância é indiscutível e é, ao mesmo tempo, a causa primeira dessas desordens e de males ceitos, fatais, mais giaves ainda do que êsses males problemáticos Nada se tenta, nada se faz contra essa ignorância que toina inúteis milhaies de individuos válidos e foites e que mata milhaies e milhaies, poi desconheceiem os mais rudimentales preceitos higiênicos; ignorância que faz perderem-se 75 % do trabalho efetuado — devido a uma produção arcaica, rotineira, que desacredita permanentemente o país, apresentando-o como um dos mais atrasados Gastam-se setenta e tiês mi contos com uma defesa material do Estado; não se despende um tostão no intuito de melhorar a sorte destas populações, que nascem infelizes, vivem sofredoras e moriem miseráveis "

OZIEL BORDEAUX RÊGO, a quem o trato prolongado com os números possibilitou uma visão sempre muito objetiva do aparelhamento de ensino primário no país, examinou o assunto na Introdução da sua obra Estatística da Instrução, acentuando

"Vei-se-á ainda como é ínfimo, em quase tóda a parte, o concuiso das Municipalidades para a obra didática, aliás tão visceralmente conexa com os mais profundos interêsses delas. Mas também será fôrça reconhecer que não há contar possam os Estados, com os seus atuais recursos, ainda quando eficazmente auxiliados pelos Municípios, manter o aparelhamento preciso para a distribuição do ensino inicial a todos os seus filhos carecidos dêsse beneficio

A êste propósito, com muita razão dizia, em parecer datado de 20 de Abril de 1907, o Consultor Geral da República, Dr. Araripe Júnior: "Raro será o Estado, no Blasil, que possa fazer face ao custeio de escolas na proporção das necessidades do ensino, sem a ruína total dos seus orçamentos; porque êsse serviço, hostilizado pela dificuldade de frequência, pelos embaraços de circulação, não encontra, senão em parcela quase imperceptível, o apoio do que se chama iniciativa individual"

Da prova numérica se concluirá, pois, que a cabal solução do problema pedagógico, entre nós, depende, preliminarmente, de serem satisfeitas as seguintes condições: que os Estados convenham em elevar ao máximo possível os seus dispêndios com êsse serviço; que os Municípios lhe prestem a êle a atenção que até hoje, em regra, lhe não detam; que se oriente neste sentido a liberalidade particular; e, enfim, que a União se empenhe também, em grande escala, nessa obra de interêsse comum "

E na mesma ordem de conside-1 ações

"Aos Estados, pois, juntamente com as Municipalidades, ficou tôda a responsabilidade do cultivo espiritual da infância E não tardou que, em muitos deles, o exercicio da preriogativa, como sucedera nas Provincias, em seguida ao Ato Adicional, se extremasse em verdadeiro prurido reformista, pela multiplicação de leis, que inovavam para logo restabelecer, criavam para em breve eliminar, reclavam para depois recliminar, fazendo e desfazendo sofregamente, substituindo amiúde, por simples amor à novidade, o que ainda não sofrera, como convinha, a prova do tempo e da experiência"

É ainda Oziel Bordeaux Rêgo, com aquele percuciente espírito de análise que tanto recomenda sua obia, quem dá esta notícia curiosa

"Parece que, no Parlamento, a idéia dos acordos aludidos se origina do projeto apresentado à Câmara dos Deputados, na sessão de 6 dotubro de 1904, pelo Si Passos Miranda Filho, o qual autorizava o Govêrno Federal,

RESENHA

15/27

1 ŧ.

Salar Aller

-

nos têrmos do art 65 § 1º da Constituição, a entender-se com os Governos dos Estados, afim de obter deles a nomeação de delegados seus, com plenos poderes para acordarem, juntamente com o Govêrno da União, sôbre o melhor meio de organizarem e sistematizarem o ensino público brasileiro, notadamente o primário e o técnico e profissional elementar "

O acatado jurista Sr Daniel de Carvalho, ao apresentar, em 1928, à Câmara dos Deputados, um projeto sôbre a reforma da então Diretoria Geral de Estatística, deixou, na índole dêsse plano, bem expressa a sua opinião sôbre a matéria, oferecendo já um depoimento digno de registro

"Complementarmente, obtido o concurso dos governos estaduais e municipais, poderá a Estatistica Federal coligir e sistematizar elementos para o conhecimento, tão completo quanto as circunstâncias possam permitir, do território nacional e do seu parcelamento circunscricional Será mais um fim de grande alcance a atingi. nacional e do seu parcelamento circunscriciona; Será mais um fim de grande alcance a atingii, pois corresponde a uma sensível necessidade para o público e para o Govêrno e ainda não constitue incumbência efetiva de nenhuma repartição federal — o encargo de elaborar e divulgar em edições sucessivamente mais perfettas, cartas geográficas, físicas e políticas, gerais e especiais, do território nacional

O projeto consubstancia estas idéias e ajunta uma providência destinada a atenuar as dificuldades trazidas à estatística pela re-cente supressão da franquia postal, que muito facilitava o serviço

A idéia central do projeto consiste na cooperação dos Estados e dos Municípios nos serviços de estatística federal com economia de tempo e de dinheiro e com evidentes van-tagens para o País

A cooperação dos municípios com o Estado, nesta matéria, vai sendo feita em larga escala no Rio Grande do Sul e começa a ser ensaiada no Estado de Minas com pleno éxito"

O Professor BENEDITO SILVA, servido por uma cultura que lhe assegura uma situação de relêvo na atual geração de técnicos e publicistas patrícios, examinou proficientemente as vantagens da cooperação entre os Municípios, os Estados e a União, em estudo também publicado no nº 8 desta REVISTA, e assim se decidiu:

"Preferimos a cooperação livremente cele-"Preferimos a cooperação livremente celebrada porque, no caso, essa parece a linha de menor resistência Unicamente tal meio se nos afigura idôneo para evitar que esta ou aquela entidade regional, ou local, implicada no regime de cooperação, se sinta constrangida, crendo-se violentada na tradicional faculdade, a que já se habituara, de deliberar autonomamente, tanto em matéria de iniciativa quanto em matéria de execução, no que diz respeito aos seus problemas administrativos domésticos

A consideração da autonomia estadual e das autonomias especiais dos Municípios — realidade histórica que não se conseguiria anula: realidade histórica que não se conseguiria anulai simplesmente com a atitude de desprezá-la-é que nos convence de que o emprêgo da coerção, para congregar em tôno de determinado problema as fôiças administrativas federais, estaduais e municipais, seita puro firo de origem, ou seja o mais danoso de todos os erros que podem influir na vida de qualque instituição. O caráter coativo, nas relações administrativas da União com os Estados e dêstes com os Municípios, a nós nos parece visivelmente contra-indicado, mesmo na atualidade." lidade.'

Com segurança, firmou o ilustre estatístico e técnico de administração as seguintes proposições:

"Primeira — a menos que nos convençam experiencialmente do contrário, julgamos e afirmamos que a cooperação administrativa entre a União, os Estados e os Municípios do Brasil— é a maior fôrça de que atualmente dispõem os nossos poderes públicos para, em frente única, atacarem e resolverem praticamente, senão to-dos, pelo menos alguns dos nosso problemas nacionais mais instantes

Segunda — o regime de cooperação de que falamos não pressupõe, necessariamente, para se tornar viável e realmente produtivo, o 1ecurso à imposição por parte do poder mais forte Pode e segundo tentamos demonstrar, deve ser livremente estabelecido, mediante entendimentos amistosos entre o coordenador -Govêrno Fedetal — e os demais cooperadores — os Governos dos Estados e, por intermédio dêstes, os dos Municípios "

E reitera o Professor Benedito Silva. com a clareza e fôrca de convicção que recomendam os seus trabalhos:

"Os algumentos que nos impressionam e nos levam a aceitar decididamente o legime de cooperação inter-administrativa como forma fecunda de ação para os poderes públicos brasi-leiros, assim se enumeram:

Primeiro: — nem a União, nem qualquer dos Estados, conseguiu até hoje resolver em definitivo sequer um dos seus problemas. Segundo: — tanto a União como os Estados teem agido isoladamente, cada qual na respec-

tiva esfera

Transformem-se em premissas êsses dois argumentos e teremos um silogismo perfeito, metendo-nos pelos olhos a dentro a conclusão de que o esfôrço governamental isolado, entre carece positivamente de capacidade criadora

O1a, uma vez eliminado o método da ação isolada, não nos resta outra alternativa senão a da ação em conjunto

Ação em conjunto significa fusão de es-forços, soma de recursos, sintonía de movi-mentos, abolição de atividades paralelas visando o mesmo objetivo, regime de economia, numa palavra, cooperação "

A instituição do regime de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios para os fins de assistência educacional, especialmente, vem sendo defendida e encarecida por ilustres estudiosos do assunto e pela Associação Brasileira de Educação

Numerosos participantes do VII Congresso Nacional de Educação, promovido por aquela entidade, entre os quais vários nomes de relêvo nos meios educacionais e estatísticos do país, dirigiram, em data de 4 de Julho de 1935, ao Sr Presidente da República, longa mensagem em que historiavam o desenvolvimento da nova tendência educacional que vinha impondo "às conci-ências a necessidade de convergirem as vontades mais eficazmente, mediante vinculação contratual entre os governos autônomos cointeressados na obra da educação popular" E referiam, a êsse respeito:

"Um dos primeiros e mais notáveis passos nesse sentido foi a Conferência inter-estadual de Ensino Primário de 1921, em a qual se alvitraram acordos objetivando a cooperação da União com os Estados no desenvolvimento da instrução popular. Mas o mecanismo então proposto, a que só faltou a peça central cuja atuação adequada e permanente assegurasse eficiência e desenvolvimento progressivo ao esbóço de ação totalitária que o certame intentará provocar, não teve infelizmente a confirmação contratual. E daí a falta de resultados práticos em correspondência com os intuitos patrióticos dos promotores da Conferência de 1921.

Mas sobrevém, dez anos depois, uma segunda tentativa, esta cercada de maiores garantias de êxito Promoveu-a a Associação Brasileira de Educação com o apoio do Govérno Federal e de todos os governos regionais E teve ela em vista um objetivo limitado de administração, à saber, a padronização e o aperfeiçoamento das estatísticas educacionais e conexas, cuja deficiência todos os dirigentes da educação no Brasil vinham de longa data considerando a causa primária da debilidade do dinamismo governamental por motivo da educação e da cultura

Dessa tentativa surgiu o Convênio Estatístico de 1931, onde ficaiam formuladas obrigações estritas da União, Estados, Distrito Federal e Território do Acie no sentido de obterse a racional diferenciação das tarefas, a uniformidade de planos, a ação orientadora e coordenadora central, o mútuo auxílio, e com tudo isso, a integralidade, simultaneidade e unidade de resultados

E foi esta uma expeliência decisiva, cujo êxito admirável tem sido pôsto em foco pela Associação Brasileira de Educação em várias oportunidades, sendo que com maior repercussão na Sexta Conferência de Educação, na Semana de Educação de 1933 e na recente Exposição de Estatística Educacional, comemorativa do terceiro aniversário do Convênio

Ficou então por tal forma arraigada nos espíritos a certeza de que a cooperação entre a União e as Unidades Federadas era o meio hábil por excelência para desenvolver a obra governamental sob uma compreensão totalitária, que a Assembléia Constituinte para logo se dispõe a dai a essa diretiva a consagração de uma noima constitucional, que se veio a formular de fato no artigo 9 º do novo Estatuto Político da República

Mas antes disso, a mesma Associação Bracional, vinha sugerir ao Govêrno em 1934 a realização de uma Convenção Nacional de Educação com o objetivo de instituir um sistema confederativo, de organização flexível e desenvolvimento progressivo, para imprimir sentido orgânico e convergência às atividades públicas e privadas que se exercessem no país, quanto àquelas manifestações que a Constituição e as leis das várias esferas governamentais reconhecessem de livre direção e expansão "

Precisando, em certo ponto, os benefícios esperados da convocação então feita pelo Govêrno Federal, acentuavam os signatários da mensagem

"Em primeiro lugar, é preciso ter em vista que a Convenção Nacional de Educação, Instituindo desde já, em matéria de administração educacional, a prática da colaboração entre a União e os Estados, estes solidarizados entre si, forneceria os meios para que os problemas educacionais do Brasil fóssem vistos panoramicamente, com perfeita objetividade e nitidez, facilitando assim o delineamento do Plano Nacional de Educação; e que, por outro lado, afeiçoaria para o próprio Plano um aparêlho executivo de admirável eficiência e sinergia, supridas aquelas inevitáveis deficiências das disposições normativas de caráter básico, as

quais de fato, pela própria índole do regime, não podem ultrapassar o limite do campo de livre determinação dos governos regionais autônomos, deixando assim grande margem ao trabalho coordenativo convencional.

Cumpre também lembrar que algumas administrações regionais não poderiam por si sós, dada a insuficiência dos seus recursos, pôr em prática o programa educativo ou a reorganização do seu aparélho educacional que as circunstâncias lhes requerem, ainda que o Plano Nacional de Educação sugerisse ou mesmo determinasse tal programa ou tal reorganização; ao passo que a cooperação de todos os Estados entre si e com a União, instituída com a fôrça política de normas e obrigações livremente aceitas, supriria equitativamente tôdas as deficiências e dificuldades, dando um sentido de unidade, de equilíbrio, de justiça e de racionalização, a tôda obra educacional realizada pela Nação "

A realização de uma Convenção que a efetivasse era apontada como útil aos interêsses nacionais, reconhecida como recomendável em face da Constituição e considerada necessária para gerar a unidade nacional em educação.

A competência das três partes convencionais é simultânea, por fôrça dos dispositivos constitucionais adiante transcritos:

"Art 128 — A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, públicas e particulares

É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino

Art 129 — À infância e à juventude, a que faltarem os recusos necessátios à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais

O ensino prevocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado Cumpre-lhe dar execução a êsse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionals

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados A lei regulará o cumprimento désse dever e os poderes que caberão ao Estado sôbre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsidios a lhes serem concedidos pelo poder público "

Ao Govêrno Federal caberia promover a Convenção, dado o poder de coordenação que lhe é reservado pelo artigo 73 da nossa Carta Magna:

"O Piesidente da República, autoridade suprema do Estado, coordena a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interêsse nacional, e superintende a administração do país"

O direito de cada uma das três órbitas do poder público de estabelecer a cooperação sugerida está expresso:

- a) quanto à União "Art. 19 A lei pode estabelecer que serviços de competência federal sejam de execução estadual; neste caso ao Poder Executivo Federal caberá expedir regulamentos e instruções que os Estados devam observar na execução dos Serviços"
- b) quanto aos Estados: "Art 22 Mediante acôrdo com o Govêrno Federal, poderão os Estados delegar a funcionários da União a competência para a execução de leis, serviços, atos ou decisões do seu govêrno"

Mas os partidários da idéia podiam mesmo adiantar que o nosso sistema constitucional não apenas autoriza a fórmula convencional preconizada, mas a bem dizer apela para a mesma, uma vez que, admitindo a coordenação, como ficou visto, de certo modo indica a subordinação voluntária dos poderes para harmonizar atividades e formar o fundo da educação, proibindo, como proibe, a subordinação autoritária, quando dispõe:

"Art 32 — É vedado à União, aos Estados e aos Municípios: a) . b) . c) tributar bens, rendas e serviços uns dos outros "

A Convenção tornaria unitária, pois, a ação do Poder Público, sob a direção da União, até onde fôsse preciso, superadas assim tôdas as dificuldades, não só constitucionais e institucionais, mas também práticas

A idéia veio ganhando terreno e mais se robusteceu com o apêlo, formulado pelos Prefeitos Municipais do Espírito Santo, por intermédio do Govêrno do Estado, ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, no sentido de que fôse convocada a Convenção Nacional de Educação, pronunciamento que mereceu o apoio expresso de várias Juntas Regionais de Estatística

Convocadas as Primeiras Conferências Nacionais de Educação e de Saúde, em 1941, o Conselho Nacional de Estatística, na sua quarta sessão de Assembléia Geral, aprovou a Resolução nº 185, de 19 de Julho daquele ano, na qual formulou um voto para que das referidas Conferências resultasse "uma Convenção Nacional de Educação e Saúde, vinculando as ordens administrativas nelas representadas através de mútuos compromissos e de recíprocos deveres e obrigações, no encaminhamento solidário que aos problemas de educação e saúde, no que for do comum

interêsse da União, Estados e Municípios, venham a dar as próprias resoluções daqueles Colégios de especialistas e de delegados políticos dos governos compactuantes".

Tendo em vista as conclusões que as pesquisas estatísticas possibilitavam, o C N E permitiu-se fazer, para elaboração dos instrumentos convencionais referentes à assistência educacional, as seguintes sugestões

- "1 Instituição de um órgão cential, de caráter executivo, com a finalidade de coordenai e organizar as atividades educativas no Biasil, a êle filiando-se, com subordinação técnica, os departamentos de educação federais, estaduais e, quando os houver, municipais
- 2. Criação de uma junta executiva nacional, além de uma junta regional em cada Unidade Federada, como órgãos deliberativos dos quais proviniam as sugestões e estudos, dento de uma diretriz nacional, sôbre as necessidades e as possibilidades da educação na esfera respectiva de sua jurisdição
- 3 Instituição de Colônias-Escolas, naquelas zonas em que se tomasse indispensável a socialização dos grupos humanos que, pela carência de educação, necessitam de um ajustamento social capaz de lhes elevar o nível intelectual e moral
- 4 Revisão do Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado em 20 de Dezembro de 1931, incluindo-se-lhe novos elementos de vitalização que o aperfeiçoem, completem e ajustem às atuais condições brasileiras, destacando-se entre êles: instituição do Cadastro Escolar; obrigatoriedade da prestação, por parte dos professores, dos informes solicitados pela estatística educacional; instituição do Registro Escolar, obrigatório para todos os estabelecimentos de ensino; criação, nos órgãos incumbidos do levantamento de estatística educacional, de uma carteira especial para levantamento das demais estatísticas culturais, etc
- 5 Criação de uma caixa nacional de educação, para a qual reverteriam dotações especiais feitas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, por instituições, associações e entidades privadas
- 6. Atribuição aos órgãos centrais do sistema que for instituído pela Convenção, do encargo de preparar os elementos necessários a que o Conselho de Educação projete o plano nacional de Educação, e também de assegurar a sua plena execução em todo o país "

Na Primeira Conferência Nacional de Educação essas sugestões tiveram defensores ardorosos, como, por exemplo, o Sr Fernando Tude de Sousa, representando o Estado da Paraíba, e a idéia do sistema de cooperação interadministrativa para a prestação de assistência educacional em todo o país logrou o apoio da quase totalidade dos delegados

Incluída como um dos temas do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela A B E. e realizado em Goiânia em Junho último, a "cooperação dos esforços e recursos da União dos Estados, dos Municípios e das instituições particulares" foi objeto de seis teses, tôdas elas pugnando por essa coordenação.

Relatando o tema, o Sr Leví Car-NEIRO, jurisconsulto dos mais ilustres, adotou as seguintes conclusões:

- "I Urge coordenar os esfoiços e recuisos da União, dos Estados, dos Municípios e das instituições particulaies, para difundir e melhoiai o ensino primário em todo o país
- II Os esforços e recuisos dos Estados devem ser cooidenados pela lei federal e, ainda, mediante convênio que os próprios Estados celebiem com a União Federal
- III O convênio dos Estados com a União Federal, além de outras providências, deverá assegurar a cooperação inter-administrativa e a aplicação, nos serviços do ensino primário, de quotas, proporcionais e progressivas, da renda tributária arrecadada pelos Estados e pelos Municípios; instituir um fundo especial, custeado pela União, para subvenções aos Estados, em benefício do ensino primário; regular a reunião periódica de Conferências Nacionais de Ensino Primário; criar um órgão administrativo, destinado a assegurar-lhe a fiel execução
- IV Os Estados coordenaião os esfoiços e recuisos dos respectivos Municípios, regulando-lhes a intervenção em matéria de ensino primário, na conformidade do convênio celebrado com a União e atendendo às condições locais, em particular quanto às necessidades das zonas lurais
- V As subvenções, que a União conceder aos Estados, nos têimos do Convênio, deveião aplicar-se, piecipuamente, sempre que fôi necessánio, à constiução de prédios paia escolas primárias, mediante projetos apresentados pelo Estado a que se destinarem e aprovados pelo Ministro da Educação
- VI Os Estados devem regular, e fiscalizar, de forma conveniente, para assegurar-lhes a eficiência e excluir os males que possam causar, as escolas particulares primárias e, em geral, as instituições particulares que interessem ao ensino primário "

Não tendo o relatório do Sr. Leví Carneiro chegado tempestivamente a Goiânia, onde se realizou o Congresso, por circunstâncias alheias à vontade do autor e contrárias a todos os esforços dos organizadores do certame, o assunto não foi debatido na forma regimental

Entretanto, tão amadurecida está a idéia na convicção dos educadores e educacionistas brasileiros, que se aprovou entusiasticamente, na sessão de encerramento da conferência, a moção assinada por delegados de diversos Estados e vários dos congressistas mais altamente credenciados, considerando "necessária a coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos Municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário' a ser realizada "mediante um Pacto no qual os serviços educacionais das três órbitas administrativas e das entidades privadas se articulem num regime de mútua colaboração" Esse documento, transcrito no noticiário publicado nesta REVISTA, no número anterior, contém sugestões que se harmonizam com as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja estrutura, aliás, o Congresso reconheceu resultar da experiência, coroada de pleno êxito, da fórmula de cooperação inter-administrativa e a ser aproveitada, quanto possível, na organização do sistema nacional dos serviços educacionais

Aproveitando o ensejo da presença de todos os Chefes dos Governos Regionais, às comemorações do quinquênio da fundação do Estado Nacional, o Sr Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, dirigiu ao Sr Presidente da República a seguinte exposição de motivos, em data de 12 de Novembro:

"Sr Presidente:

A obra lealizada por V. Ex., na esfera federal, em todos os grandes domínios da educação, representa uma mudança fundamental de lumos e o início de uma nova era de grandes realizações: no ensino supelior, no ensino secundário, no ensino plofissional

Parece ter chegado o momento de uma ação mais direta do Govêrno Federal no terreno do ensino primário

- É um dado irrecusável de nossa experiência que os Estados, só com os seus recursos e iniciativas, não conseguirão resolver o problema do ensino primário: a interferência federal é imprescindível, e não apenas para fixar diretrizes, mas também para cooperar nas realizações
- Já tive oportunidade de propor a V Ex a instituição de um fundo nacional, destinado à cooperação da União com tôdas as unidades federativas para o fim da ampliação da rede escolar primária do país e melhoria de qualidade de nosso ensino primário V Ex, que tem olhado para êsse problema com tamanha preocupação patriótica, aquiesceu

Tenho a honra de submeter agoia à consideração de V Ex um projeto de lei instituindo êsse fundo

O projeto não menciona nenhuma fonte de renda para o fundo; limita-se à sua instituição Estudos posteriores, que se farão com a colaboração do Ministério da Fazenda, irão indicando as possibilidades tributárias para o objetivo agora colimado

Pouco importa que de início o fundo não possa contar com recursos avultados O essencial é iniciar Aos poucos, animado pelo patriotismo de nosso povo, o fundo crescerá, atingirá às centenas e centenas de milhões de cruzeiros de que precisamos para o aparelhamento escolar primário do país

Se a V Ex parecer oportuna a criação do fundo nacional de ensino primário, proponho-lhe mais que sejam os chefes de govêrno dos Estados, do Território do Acte e do Distrito Federal, convidados a uma reunião para, com o Ministro da Educação, discutirem e assinarem o convênio de ensino primário, cujo projeto ora trago também ao conhecimento de V Ex

A ciação do fundo nacional de ensino primário, a assinatura do convênio relativo a essa matéria, e finalmente a expedição da lei orgânica do ensino primário, cujo projeto dentro de poucas semanas submeterei à consideração de V. Ex , são os atos fundamentais com que se instaurariá, no nosso país, uma grande fase da história de nosso ensino primário

Tudo são resultados da nova política do Brasil, do regime de ilimitadas possibilidades criadoras, instituído e animado por V Ex, para bem do nosso povo e glória da nossa civilização

Apresento a V $\,$ Ex $\,$ os meus protestos do mais cordial respeito

(a) Gustavo Capanema"

 $(A_{n+1}) + A_{n+1}^{2}(A_{n+1}) + (A_{n+1} + A_{n+1})$

O decreto baixado pelo Chefe da Nação dispôs:

1 1 12 100

"Art 1º — Fica instituído o Fundo Nacional de Ensino Primário

Art. 2° — O Fundo Nacional de Ensino Primário será formado pela renda proveniente dos tributos federais que para êste fim vierem a ser criados

Parágrafo único Os recursos e a aplicação do Fundo Nacional de Ensino Primário deverão figurar no orçamento da receita e da despesa da União, regendo-se a matéria pela legislação federal de contabilidade

Art 3º— Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário se destinarão à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país Esses recursos serão aplicados em auxílios a cada Estado e Territórios e ao Distrito Federal, na conformidade de suas maiores necessidades

Alt 4º — Fica o Ministro da Educação autorizado a assinar, com os goveinos dos Estados, Territórios e Distrito Federal, o Convênio Nacional de Ensino Primário, destinado a fixar os têlmos gerais não só da ação administrativa de tódas as unidades federativas relativamente ao ensino primário mas ainda da coopelação federal para o mesmo objetivo

Alt 5º — A concessão do auxilio federal para o ensino primário dependerá, em orda caso, de acôrdo especial, observados os tôlmos gerais do Convênio Nacional de Emilno Primário e as disposições regulamentares que sôbre a matéria forem baixadas pelo Presidente da República

Art 6º — Este decreto-lei entialá em vigoi na data de sua publicação, ficando levogadas as disposições em contrário"

Demonstrando seu espírito liberal e largueza de vistas, o Ministro Gustavo Capanema distinguiu um dos mais pertinazes propagandistas do ideal de um "sistema nacional de ensino primário", o Sr M. A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do I B G E , manifestando o desejo de receber do mesmo as sugestões que lhe ocorressem sôbre o projeto do Convênio, cujo teor era o seguinte:

"A União, representada pelo Ministro da Educação e Saúde, por uma parte, e, por outra parte, os Estados de Alagoas, Amazonas, Baía, Ceará, Espirito Santo, Golaz, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Palaíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catalina, São Paulo e Sergipe, o Território do Acre e o Distrito Federal, representados pelos chefes de seus respectivos governos, piesentes no Distrito Federal, aos 16 de Novembro de 1942, resolvem filmar o seguinte Convênio Nacional de Ensino Primário:

"Cláusula Primeira — Os Estados, signatários do presente Convênio, comprometem-se a aplicar, a partir do ano de 1943, pelo menos vinte por cento da renda proveniente dos seus impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário (grupos escolares, escolas primárias e jardins da infância) Pelo Govêrno Federal será tomada idêntica providência com relação ao ensino primário no Distrito Federal e no Território do Acre

Cláusula Segunda — Os governos dos Estados e do Território do Acre realizarão, sem perda de tempo, um convênio estadual de ensino primário com as administrações municipais para o fim de assentar o compromisso de que cada

município entre a aplicar, a partir de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente de seus impostos no desenvolvimento do ensino primário O modo de aplicação dos recursos municipais destinados ao ensino primário poderá ser matéria do referido convênio ou de acordos especiais

Cláusula Terceira — A União cooperará financeiramente com os Estados e com o Distrito Federal, mediante a concessão do auxílio federal, para o fim do desenvolvimento do ensino primário em todo o país Esta cooperação estará limitada, em cada ano, aos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, e far-se-á na conformidade das maiores necessidades de cada unidade federativa

Cláusula Quarta — As repartições encarregadas da administração do ensino primário nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre, articular-se-ão com as repartições competentes do Ministério da Educação e Saúde para o fim da recíproca remessa de dados e informações, que possibilitem o maior estudo e conhecimento do problema do ensino primário no país

Cláusula Quinta — O presente Convênio seiá ratificado, de uma parte, poi decreto-lei federal, e, de outra parte, por decretos-leis estaduais "

Fazendo várias considerações a respeito, o Sr M A. TEIXEIRA DE FREITAS manifestou o pensamento de que o Pacto convencional deveria ser mais minucioso, capaz de alcançar com segurança os necessários efeitos políticos e constituir uma preparação psicológica, de modo a afastar do ânimo dos compactuantes qualquer idéia preconcebida de receio ou cepticismo Para êsse fim, propôs, especialmente, que a contribuição da União ficasse colocada em primeiro plano; o acôrdo contivesse uma expressão concreta capaz de provocar a confiança e o entusiasmo das administrações regionais e revelasse "a intenção generosa, objetiva e irrevogável de atacar aqueles pontos cruciais da tristíssima situação em que permanece o nosso ensino primário, mas apontando-lhes, de logo, seguras soluções"

Numa síntese de tôdas as suas reflexões sôbre o assunto, o Sr M. A TEIXEIRA DE FREITAS Oferecia, então, como projeto de substitutivo, o seguinte esbôço:

"Cláusula Primetra — É considerado objetivo primordial da política educacional brasileira seja dotado o país, quanto antes, de um sistema nacional de ensino primário, instituído em justa confolmidade aos princípios da Constituição da República, como fundamento da dobra governamental de cultura popular, justiça social e unidade pátria, e capaz de desenvolverse organicamente na medida das necessidades

Cláusula Segunda — Para lealizal o pensamento da cláusula primeira, é filmada, pelo presente Convênio, e na forma da lei nacional que o autorizou, a conjugação de esforços e de recursos entre a União, as Unidades Fedeladas e os Municípios

Cláusula Terceira — O ramo do ensino que é objeto dêste Convênio unificar-se-á numa organização de âmbito nacional e capacidade suficiente, adaptando-se progressivamente a padrões instituídos de modo racional e de acôrdo com as peculiaridades regionais Cláusula Quarta — A organização do ensino primário assentada na cláusula precedente se estabelecerá na forma:

- a) da respectiva Lei Orgânica, promulgada pelo Govêrno Federal;
- b) dêste Convênio e dos acordos especiais que Ihe forem decorrentes;
- c) das leis, regulamentos e instruções que as Unidades Federativas e os Municipios dedicalem à execução da Lei Olgânica do Ensino Primário e da matéria convencionada, esta e aquela interpretadas e suplementadas conformemente às deliberações e moções das Confeciências Nacionais de Educação, reunidas em Maio de cada ano, na Capital da República;
- d) dos pareceres técnicos ou administrativos que, atendendo a determinações do Govêrno Federal ou solicitação dos Governos Regionais, forem formulados pelos órgãos competentes do Ministério da Educação e aprovados pelo Ministro

Cláusula Quinta — Logo que promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, e à luz dos seus preceitos, os Governos Regionais reorganizarão imediatamente os respectivos aparelhos de ensino, submetendo-os, também, à estrutura geral e aos requisitos mínimos do padrão que for proposto pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e aprovado pelo Ministro da Educação

Cláusula Sexta — Entre os objetivos do primeiro reajustamento dos aparelhos regionais do ensino primário integrados no sistema nacional instituído por êste Convênio, serão incluídos os seguintes:

- a) a gaiantía de que não permaneça sem escola pública, no território de cada uma das Unidades Federadas, nenhum núcleo de população que na área de um círculo com o raio de três quilômetros possuir mais de trinta crianças em idade escolar;
- b) a melhoria da carreira de professor primário, cuja remuneração, uma vez satisfeitos os requisitos de capacidade, e independentemente das "gratificações de função", será estabelecida em forma progressiva, por períodos certos de efetivo exercício e mediante acréscimos variáveis que tomem em consideração não só a assiduidade e o merecimento, mas também o nível aproximado das vantagens atribuídas à carreira de oficial administrativo;
- c) a plefeiência de casais de plofessoles pala o plovimento das escolas lulais, ou mesmo das escolas ulbanas nas legiões despovoadas ou muito distantes dos centros mais adiantados;
- d) o fornecimento gratuito, aos alunos, dos livros didáticos e material escolar;
- e) a assistência médica e alimentai, bem como o fornecimento de uniformes escolares completos, aos alunos que sem êsse amparo não puderem frequentar a escola;
- f) a instituição de prêmios de assiduidade e de continuação escolar, os primeiros distribuídos por igual, e durante o ano letivo, a tôdas as séries do ensino primário, e os segundos, de valor crescente em função da série escolar do mesmo ensino e do grau de aproveitamento, aos alunos aprovados cada ano;
- g) a melhoria dos prédios e do equipamento escolares (incluídos os recursos de rádiodifusão escolar, fonografia e cinematografia);
- h) a prática elementar das fainas agricolas e dos principais oficios manuais, em tôdas as escolas primárias rurais;
- i) a manutenção, em cada escola, de uma biblioteca padionizada quanto ao seu núcleo principal, e que conste de uma secção destinada aos professores e aos pais dos alunos, e outra para uso dêstes últimos;

- j) a obrigatoriedade, nas escolas públicas, do livro de registro do movimento escolar, segundo padrão assentado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de acôrdo com o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, sob aprovação do Ministro;
- l) a obligatoriedade, para as escolas particulares, do lespectivo registro no Departamento Regional de Educação, bem como da adoção do livro de movimento escolar, também segundo um padrão fixado como prescreve o item precedente, e, ainda, da prestação regular de informes para o levantamento da estatística educacional brasileira;
- m) a criação de pelo menos uma Colônia--Escola em cada uma das Unidades Federadas

Cláusula Sétima — A União cooperará com os Estados e com o Distito Federal, prestando-lhes a assistência técnica de que carecerem e concedendo-lhes auxillos financeiros, tendo em vista assegurar ao sistema nacional do ensino primário as características e a eficiência que o tornem apto a cumprii integralmente a missão educativa prevista na Constituição da República

Cláusula Oitava — A cooperação financeira assentada na Cláusula anterior estará limitada, em cada ano, aos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, e far-se-á segundo o que delibera a Conferência Nacional de Educação, adotado um critério que atenda equitativamente às maiores necessidades nas várias regiões do país

Cláusula Nona — A União obriga-se a legislar ainda êste ano sôbie os lecuisos constitutivos do Fundo Nacional do Ensino Plimário, dando-lhe bases tais que o deixem plovido, desde o início, de meios suficientes para que a cooperação financeira federal a favor da educação popular não seja inferior, cada ano, à importância que as Unidades Federadas e os Municipios, em conjunto, houverem dedicado ao mesmo fim nos seus orgamentos relativos ao ano precedente

Cláusula Décima — Os Estados signatários do presente Convênio, comprometem-se a aplicar, a partir do ano de 1943, pelo menos vinte por cento da renda proveniente dos respectivos impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar de ensino primário geral comum (pré-primário, primário e complementar), excluídas, porêm, dêsse cômputo as despesas com os órgãos centrais e a inspeção escolar Pelo Govêrno Federal será tomada idêntica providência com relação ao ensino primário do Distrito Federal e do Território do Acre

Cláusula Décima Primeira — Os Governos dos Estados e do Território do Acre realização, sem perda de tempo, um convênio regional de ensino primário com as respectivas administrações municipais, para o fim principal de assental o compromisso de cada município no sentido de que destine, a partir de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente dos seus impostos ao desenvolvimento do ensino primário A aplicação dos recursos municipais destinados ao ensino primário poderá ser matéria, do referido convênio ou de acordos especiais

Cláusula Décima Segunda — Os convênios que as Unidades Federadas celebrarem com os Municípios incluirão entre os seus objetivos, os seguintes:

- a) A contribuição que os Municípios de cada Unidade Federada destinarem ao ensino primário geral será recolhida ao tesouro desta, como refórço da respectiva verba atribuída ao custeio dêsse ramo de ensino, nos têrmos da Cláusula X O quantitativo dessa contribuição figurará destacadamente tanto no orçamento da receita da Unidade Federada como no orçamento da despesa dos municípios contribuintes
- b) O ensino público primário, mediante a expressa delegação dos Municípios, será unifi

cado em cada Unidade da Federação, passando a ser ministrado exclusivamente pela administração regional, participando, porém, do seu contrôle, na forma que for estabelecida, não, só os Municípios como a União

c) A administração regional (estadual ou territorial) ficará obrigada a despender anualmente em cada Município, sob sua jurisdição, com o ensino primário geral, nunca menos de duas vezes o importe da contribuição do Município, no ano precedente, para o mesmo ensino

Cláusula Décima Terceira — O contrôle financeiro e administrativo da execução do presente Convênio e das medidas dele decorrentes é deferido ao Departamento Nacional de Educação, pelo órgão da Divisão de Ensino Primário, para o que os Governos signatários se obrigam a aceitar as competentes instruções e a criar as facilidades que dependerem de sua autoridade.

Cláusula Décima Quarta — As repartições encarregadas da administração do ensino primário nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre, articular-se-ão com as repartições competentes do Ministério da Educação e Saúde para o fim da reciproca remessa de dados e informações, que possibilitem o melhor estudo e conhecimento do problema do ensino primário no país Neste particular, ter-se-á em vista especialmente o constante aperfeiçoamento e a maior atualização possível da estatistica do ensino primário, que continuará regulada pelo Convênio Inter-administrativo de 20 de Dezembro de 1931

Cláusula Décima Quinta — O presente Convênio será ratificado, de uma parte, por decreto--lei federal, e, de outra parte, por decretos-leis estaduais "

A reunião dos Chefes dos Governos Regionais com o titular da pasta da Educação teve lugar no Palácio Monroe.

Depois de debatido o assunto, os convencionais aprovaram o Convênio cujo texto publicamos a seguir:

"CONVENIO NACIONAL DE ENSINO PRI-MÁRIO.

A União, representada pelo Ministro da Educação e Saúde, por uma parte, e, por outra parte, os Estados de Alagoas, Amazonas, Baía, Ceará, Espirito Santo, Golaz, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, o Distrito Federal e o Território do Acre, representados pelos chefes de seus respectivos governos ou seus delegados autorizados, presentes no palácio Monroe, no Rio de Janeiro, aos dezesseis de Novembro de mil novecentos e quarenta e dois, resolvem firmar o seguinte Convênio Nacional de Ensino Primário:

Cláusula Primeira — A União cooperará financeiramente com os Estados e com o Distrito Federal, mediante a concessão do auxílio federal, para o fim do desenvolvimento do ensino primário em todo o país Esta cooperação estará limitada, em cada ano, aos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, criado pelo decreto-lei nº 4 958, de 14 de Novembro de 1942, e far-se-á de conformidade com as maiores necessidades de cada uma das unidades federativas.

Cláusula Segunda — A União, sempre que o solicitar qualquer das unidades federativas, prestar-lhe-á tôda a assistência de ordem técnica para o fim da mais perfeita organização de seu ensino primário.

Cláusula Terceira — Os Estados, signatários do presente Convênio, comprometem-se a apli-car, no ano de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário Esta percentagem mínima elevar-se-á a dezesseis, a dezessete, a dezoito, a dezenove e a vinte por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946, de 1947, de 1948 e de 1949 Nos anos seguintes, será mantida a percentagem mínima relativa ao ano de 1949 Os Estados, que ora estejam aplicando, no ensino primário, mais de quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, não diminuitão essa percentagem de aplicação em consequência da assinatura do presente Convênio Todos os Estados se esforcarão no sentido de que as percentagens acima indicadas possam ser ultrapassadas

Cláusula Quarta — O orçamento do Distrito Federal adotará, relativamente à despesa com o ensino primário, os mesmos critérios fixados na cláusula anterior A União assegurará a observância desses critérios quanto à despesa com o ensino primário nos Territórios

Cláusula Quinta — Os governos dos Estados realizarão, sem perda de tempo, um convênio estadual de ensino primário com as administrações municipais para o fim de ser assentado o compromisso de que cada Município aplique, no ano de 1944, pelo menos dez poi cento da renda proveniente de seus impostos, no desenvolvimento do ensino primário, elevando-se esta percentagem mínima a onze, a doze, a treze, a quatorze e a quinze por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946, de 1947, de 1948 e de 1949 A percentagem mínima relativa ao ano de 1949 manter-se-á nos anos posteriores. O modo de aplicação dos recursos municipais destinados ao ensino primário será determinado no referido convênio ou em acordos especiais

Cláusula Sexta — As repartições encarregadas da administração do ensino primário nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre articular-se-ão com as repartições competentes do Ministério da Educação e Saúde para o fim da recíproca remessa de dados e informações, que possibilitem um maior estudo e conhecimento do problema do ensino primário no país

Cláusula Sétima — O presente Convênio será latificado, de uma parte, por decreto-lei federal, e, de outra parte, por decretos-leis estaduais "

Como se vê, o Convênio de Ensino Primário, conquanto não consubstancie expressamente as sugestões e as aspirações manifestadas tantas vezes por legítimas expressões da cultura e da administração pública, representa o passo inicial e decisivo para a completa articulação, por meio da fórmula cooperativa, dos esforços e recursos governamentais em matéria de ensino primário. Constitue, assim, pelo menos uma vitória ideológica de quantos se teem batido por aquela articulação e um testemunho a mais do espírito altamente compreensivo dos superiores dirigentes nacionais, animados sempre dos melhores propósitos em beneficio dos interêsses da coletividade brasileira. Formulando vários pronunciamentos, por motivo da assinatura do Convênio do Ensino Primário, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística aprovou, em sessão de 18 de Dezembro, a seguinte Resolução, sob o n.º 146:

"Formula votos sôbre o Convênio de Ensino Primário

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando o êxito da fórmula convencional, na organização e desenvolvimento dos serviços estatísticos e geográficos num sistema de cooldenação e convergência de atividades técnicas e administrativas das três órbitas governativas do país;

Considerando que o Conselho Nacional de Estatistica tem manifestado, em diferentes oportunidades, a convicção, baseada nesse êxito, da viabilidade da coopenação inter-administrativa para coordenar outras atividades que visem objetivos comuns à União, aos Estados e aos Municípios;

Considerando as indicações e sugestões neste sentido aprovadas pelo Congresso de Prefeitos do Espírito Santo, reunido em Abril de 1940, maximé quanto à imprecindível necessidade de estabelecer-se, como elemento básico para o desenvolvimento da educação popular no país, "uma convenção inter-administrativa que institua, sob regime racionalizado e espírito de cooperação, um órgão coordenador e órganizador das atividades educativas no Brasil";

Considerando que numerosos participantes do VII Congresso Nacional de Educação — promovido pela Associação Brasileira de Educação, em 1935 — referindo, em mensagem dirigida ao Presidente da República, anteriores tentativas dessa instituição, sugeriram a convocação de uma Convenção Nacional de Educação, e bem assim que a mesma idéia foi objeto de significativa moção aprovada pelo Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, também promovido pela A B E e realizado no corrente ano, em Goiâñia;

Considerando que, pela Resolução nº 185, de 19 de Julho de 1941, da sua Assembléia Geral, o Conselho formulou o voto de que se vinculassem as ordens administrativas representadas na Primeira Conferência Nacional de Educação, através de mútuos compromissos e

de recípiocos deveres e obrigações, no encaminhamento solidário dos problemas educacionais, conforme resultasse das próprias resoluções daquela assembléa;

Considerando as sugestões de princípios e medidas que, tendo em vista as conclusões que as pesquisas estatísticas possibilitavam, o CNE se permitiu juntar ao aludido voto;

Considerando que a assinatura do recente Convênio de Ensino Primário foi um grande passo para a realização daqueles altos objetivos,

RESOLVE:

Art 1º — O Conselho Nacional de Estatística manifesta aos Goveinos da União e das Unidades Federadas o seu regozijo cívico por motivo da assinatura do Convênio Nacional de Ensino Primário, no qual assumiram obrigações mútuas em proveito da solução de importantes problemas educacionais do país

Art 2º — Ao Senhoi Ministro de Estado dos Negócios da Educação e Saúde são apresentadas calorosas congratulações e expressões de patriótico reconhecimento pela iniciativa do Acôrdo de que trata o artigo anterior

Art 3º — Ficam expressas aos Governos do Estado do Espírito Santo e dos lesoactivos municípios as congratulações cívicas do Conselho, pela assinatura do Convênio Nacional de Ensino Primário, iniciativa essa pela qual ficariam, em parte, atendidas as patrióticas sugestões do Congresso de Prefeitos do mesmo Estado

Ant 4º — São dirigidas à Associação Brasileira de Educação, propugnadora da cooperação inter-administrativa em serviços de assistência educacional, vivas congratulações pelo êxito que vai alcançando sua benemérita campanha e pelo auspicioso fato de ter sido dado grande passo para a vitória da sugestão constante de vários pronunciamentos seus, da mensagem dos participantes do VII Congresso Nacional de Educação ao Presidente da República, em 1935, e de uma das moções do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, de Junho dêste ano

Art 5° — Às altas partes compactuantes do Convênio Nacional de Ensino Primário são formulados os votos do Conselho Nacional de Estatistica para que se concretize a mútua colaboração entre elas instituída por êsse Pacto, através da instituição de um órgão central, de caráter executivo, com a finalidade de coordenar e organizar as atividades de educação primária no Brasil, e da adoção das demais medidas sugeridas pelo Conselho na Resolução nº 185, de 19 de Julho de 1941, de sua Assembléia Geral "

O I.B.G.E. E O ESFÔRÇO DE GUERRA DO BRASIL

Prosseguiram com entusiasmo as iniciativas — de que já no seu número anterior a REVISTA se ocupou — empreendidas por todos quantos servem às três alas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, procurando contribuir para a vitória do Brasil, ao lado das Nações Unidas, no conflito mundial

Manteem os ibgeanos a atitude psicológica adequada à gravidade do momento, dedicando-se às suas tarefas com a mais completa dedicação e conservando-se atentos e vigilantes, com o espírito permanentemente voltado para a defesa da honra e da soberania nacional. RESENHA

Manifestação altamente expressiva, nesse particular, foi o movimento de concentração dos geógrafos brasileiros, promovido pelo Conselho Nacional de Geografia e que teve lugar no dia 4 de Novembro, na Sala Varnhagen do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Presentes numerosos professores e técnicos, entre os quais se encontravam figuras da maior projeção científica, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Conselho e do I.B G E., dirigiu-lhes as seguintes expressivas palavras:

"O Conselho Nacional de Geografia convocou a presente reunião coerente com a atttude que assumiu ao vos dirigir uma proclamação, concitando-vos: *União, Devotamento* e *Vigilância*

A primeira condição para que haja união entre os geógrafos brasileiros é, evidentemente, constância de contacto entre êles Não pode haver união entre profissionals que se desconhecem, e labutam em campos isolados, sem oportunidade de entre si realizarem trocas de idéias, que deverão gerar a resultante, aceita por cada um como a natural orientação de todos

Aquí estamos para inicialmente reciprocarmos apertos de mãos, que nos deverão ligar solidamente na consecução do ideal cômum: servir ao Brasil

Depois, devemos medir bem a extensão do devotamento ao nosso País, exigido sempre, e agora mais do que nunca, dos obreiros da Geografia Este devotamento tem origens sentimentais — o amor à Patria —, mas, em sendo largo o espírito de sacrificio, também se apoia na inteligência Sabemos todos que as três liberdades fundamentais: a nacional, a individual e a econômica, alinda não encontraram em país algum, mesmo nos da civilização a que atingimos, nem depois dos ensinamentos da Rerum Novarum, e da Quadragésimo Ano, não encontraram uma fórmula criadora do equilíbrio que evite entrechoques entre elas

A liberdade nacional é a possibilidade de um povo viver livre da dominação estrangeira

A liberdade individual dá-nos a possibilidade de vivermos segundo os imperativos da dignidade da personalidade humana Poderemos pensar como quisermos, e agir de acordo com o nosso pensamento, desde que não ultrapassemos os limites da liberdade dos outros membros da sociedade em que vivemos

A liberdade econômica dá-nos a possibilidade de produzirmos como quisermos, e de dispormos livremente da nossa produção; e mais ainda de vivermos — sob a égide do Estado num nível mínimo de confôrto que permita: primeiro a defesa do nosso próprio organismo, depois, a satisfação das necessidades materiais, intelectuais, morais e espirituais de nossa família

o ideal (que certamente será alcançado passada a hecatombe monstruosa que mais do que nenhum outro povo o brasileiro deplora), o ideal é o justo gôzo, simultaneamente, das três liberdades: a nacional, a individual e a econômica. Mas na vida de qualquer organismo; não raro a anormalidade de um órgão exige sacrificios dos demais Muitas vezes o homem precisa privar-se de parte de suas liberdades, para não as perder, tôdas. Nos dias que correm está em jôgo a liberdade máxima, que é a nacional, semma a qual as outras perderão sua existência. Na hora atual tôdas as restrições à liberdade individual e à liberdade econômica, estão justificadas ante a necessidade mais alta de se garantir a liberdade nacional

Sem que o Brasil possa existir desembaraçadamente, livre do guante de qualquer nação imperialista, não poderão florejar as liberdades pessoais e as liberdades econômicas

Portanto, aquí reunidos devemos conclamar que estamos dispostos ao devotamento integral à Pátria comum

Preparando-se para a guerra que lhe foi imposta, obrigado a organizar planos de defesa, o Brasil não vai exigir agora dos geógrafos biasileiros tiabalhos de alta precisão, quer dizer, levantamentos astronômicos e geodésicos Talvez não seja mesmo possível a realização da geografia de precisão, isto é, levantamentos topográficos de planimetria ou de altimetria, ou levantamentos aerofotogramétricos, sejam mosalcos, fotocartas ou mapas topográficos Mas o que o Brasil pode e deve exigir de seus geógrafos são trabalhos continuados de geografia expedita e de geografia informativa

Graças à labutação persistente do Conselho Nacional de Geografia já foi constituída rica rede de pontos de posição astronômica exatamente conhecida Refiro-me à notabilissima campanha das coordenadas geográficas em boa hora empreendida pelo Conselho Nacional de Geografia

Conjugados com outros trabalhos já realizados, como a campanha altimétrica, e a dos mapas municipais, com a descrição das divisas intermunicipais e interdistritais, já possuimos estrutura cartográfica na qual se podem apoiar, com critério científico, os fatores de geografia expedita e de geografia informativa

Mercê dos elementos de precisão já acumulados, em tão curto tempo, pela nossa casa de trabalho, os geógrafos brasileiros já podem fazer o preenchimento das cartas que se tornarem necessárias, e cujo arcabouço já está científicamente delineado.

O Brasil confia na colaboração dedicada dos geógrafos e dos professores de geografia, no sentido de se ativar corajosamente em todo o vasto território nacional, os trabalhos conducentes a um surto glorioso de geografia expedita e de geografia informativa

Mas todo o labor a ser realizado precisa obedecei a um lema: Vigilância É imperativo da defesa nacional a vigilância nos elementos recolhidos nos reconhecimentos, nas excursões e nas viagens; vigilância nas atitudes dos que se entregarem a trabalhos geográficos, afim de que seja impedida a atividade dos inimigos, notadamente a ação insidiosa e desleal do "quintacolunista" E, sobretudo, a mais alta vigilância nas informações que prestardes, e que só deverão ser feitas, para não serem desencaminhadas, a autoridades sabidamente responsáveis.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizando esta reunião, cumpriu um dever, e se permite afirmar que todos os que aquí se acham, geógrafos ou professores de geografia saberão também cumprir dedicadamente o seu dever para com a Pátria"

Cessadas as demoradas palmas com que o ilustre auditório saudou essa brilhante lição de civismo, ocupou a tribuna o Sr. Christovam Leite de Castro, para fazer ampla exposição das finalidades, iniciativas e realizações da ala geográfica do I B G E., da qual é Secretário Geral.

Em seguida, fizeram os presentes uma demorada visita aos serviços do Conselho Nacional de Geografia, instalados parte no edifício do Silogeu Brasileiro e parte na rua Senador Dantas, nº 15 Tiveram oportunidade de apreciar então o importante acêrvo de trabalho que já atesta os esforços desenvolvidos pelo órgão centralizador das atividades geográficas do país

Mereceram particular atenção des visitantes a documentação relativa aos Municípios e ao Dicionário Geográfico, o arquivo corográfico, a fototeca, a mapoteca e a biblioteca, bem como o copioso material, inclusive na parte de desenho, referente ao preparo da nova Carta do Brasil ao milionésimo

O Grêmio Censitário, órgão do pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento, promoveu a realização de um curso intensivo de Voluntárias Socorristas, no qual se inscreveram numerosas servidoras daquela repartição.

A atuação da Campanha Ibgeana pela Vitória produziu significativos resultados, não apenas nesta Capital, mas também nos Estados, principalmente naqueles onde o pessoal das repartições regionais da estatística e da geografia ainda não se achava participando de movimentos do funcionalismo estadual com objetivos idênticos, isto é, a aquisição de um avião para a Fôrça Aérea Brasileira

Até 31 de Dezembro, já se encontravam em poder da Comissão Coordenadora Central da Campanha as seguintes contribuições para essa finalidade:

Secretaria Geral do I B G E	Cr\$	3 244,00
Serviço de Estatística da Educa- ção e Saúde	Cr\$	803,30
Servico de Geografia e Estatís-		,
tica Fisiográfica	Cr\$	2 765.00
Servico de Estatística Econômica		,
e Financeira	Cr\$	411.30
Servico de Estatística da Pro-	_	,
dução	CrS	389,50
Serviço Gráfico do I B G E	CiS	1 468,40
Serviços Estatísticos Regionais:		- 100,10
Acre	CrS	973,40
Amazonas	CrS	386.70
Pará .	CrS	455.60
Malanhão	C1\$	394,40
Piauí	CiS	
Rio Grande do Norte	Cr\$	556,00
Pernambuco	Cr\$	911,10
Sergipe	CrS	728.10
Baía	CrS	1 358,00
Espírito Santo	CrS	289 00
São Paulo	Crs	3 105,50
Paraná	CrS	5 093,60
Mato Grosso	CrS	1 161,40
Gojaz .	CrS	252.00
Minas Gerais	CrS	2 750.50
Servico Nacional de Recensea-		-,
mento	Cr\$	8 505,50

Cr\$ 38 702,30

A FILIAÇÃO DA SECÇÃO DE ESTATÍSTICA DO D. N. C. AO I. B. G. E.

Ainda que não tivesse de ficar assinalado na vida do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como particularmente fecundo em providências decisivas para os destinos da entidade, o ano de 1942 seria realçado do mesmo modo pela integração, no sistema do I B.G.E., dos serviços especializados de dois importantes aparelhos administrativos o Departamento de Estatística do Lóide Brasileiro (Patrimônio Nacional) e a Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café.

Através mesmo do registro das excelentes publicações editadas por esta última, em vários números desta RE-VISTA, pode-se ter idéia do elevado grau de eficiência demonstrado pelos estatísticos da grande autarquia cafeeira Daí a satisfação com que foi recebida pela superior direção do Instituto o pedido de filiação da referida Secção, chefiada desde Julho dêste ano pelo Sr Segismundo Melo, elemento que se vem impondo pelo seu valor na nova geração de técnicos brasileiros.

Total

Ao conceder a filiação, pela Resolução nº 142, de 6 de Novembro, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística realçou a signi-

ficação do fato, congratulando-se com a Presidência do D.N C.

O ato de assinatura do têrmo de filiação, realizado no dia 23 do mesmo mês na sede do Instituto, teve caráter solene e festivo, estando presentes o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente, os Srs. M. A. Tel-Xeira de Freitas, Secretário Geral, Hei-TOR BRACET, tenente-coronel Lisias Ro-DRIGUES, Major IRACÍ FERREIRA DE CASTRO, comandante Manuel Ribeiro Espíndola, A. R. DE CERQUEIRA LIMA e O. G. DA COSTA MIRANDA, membros da Junta, Jaime Fer-NANDES GUEDES, Presidente do Departamento Nacional do Café, Noraldino LIMA è RAIMUNDO MENDES SOBRAL, respectivamente Diretor e Superintendente do mesmo Departamento, e os seguintes chefes de Secções e altos funcionários daquele órgão: Teófilo de Andrade, Se-GISMUNDO MELO, SALVADOR CONCEIÇÃO, ORLANDO ASSUNÇÃO, PLÍNIO MENDES, GEY-SA BOSCOLI, L. MAGALHÃES, CLODOMIR FERRO VALE, BENEDITO MERGULHÃO e ALверто Rocha. Compareceram também o pessoal da Secção filianda e os funcionários da Secretaria Geral do Instituto.

Iniciando a cerimônia, o Sr M A. TEIXEIRA DE FREITAS procedeu à leitura do têrmo, cujo teor é o seguinte:

"As quinze horas do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e quarenta e dois, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, presente o seu Presidente, Embaixador José Calos de Macedo Soares, compareceu o Senhor Segismundo de Araújo Melo para o fim de, em nome do Departamento Nacional do Café e como seu delegado, devidamente credenciado, assinar o presente têrmo, em virtude do qual se torna efetiva a filiação da Secção de Estatística daquela entidade ao Instituto, nos têrmos da lei e em conformidade à Resolução nº 142 da Junta Executiva Central do C.N. E., de acórdo com as seguintes cláusulas: Cidusula primeira — O Departamento Nacional do Café, por sua Secção de Estatística, obriga-se: a) a divulgar, na parte que não constitua assunto de caráter reservado ou de peculiar interêsse do Départamento, as estatísticas que levantar, fornecendo ao Instituto e aos seus órgãos integrantes, exemplares das publicações que editar e as séries ou dados estatísticos que pelos mesmos lhe forem solicitados; b) a permitir que as repartições centrais integradas no sistema e diretamente interessadas acompanhem os levantamentos das estatísticas que apresentarem visando o aperfeiçoamento dos mesmos; c) a adotar questionários e outros instrumentos de coleta em condições de obter, para os órgãos centrais federais do sistema, os elementos de que necessitarem, de modo a evitar a realização de inquéritos paralelos; d) a contribuir para as exposições de estatística de que o Instituto participe como organizador, patrocinador ou expositor; e) a cumprir a legislação do Instituto na parte que lhe for aținente e submeter-se à inspeção que a Junta Executiva Central determinar quanto às condições de serviços fillandos Cidusula segunda — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Departamento Nacional do Café e proporcionar-lhe, por intermédio de todos os seus órgãos, a assistência e facilidades ao seu alcance, na conformidade do disposto na legislação vigente: b) a promover a suspensão dos levantamentos diretos, po

mentos estatísticos que a Secção filianda esteja coligindo ou venha a coligir para os 'Seus' finis próprios, salvo os que se referirem a funções específicas e privativas fixadas em lei. Clâusula terceira — Ambas as partes contratantes se reservam o direito de denunciar o presente acôrdo, mediante notificação escrita com antecedência de trinta dias, para a cessação dos compromissos aquí assumidos E para constar lavrou-se o presente têrmo que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo Presidente do Instituto, pelo delegado do Departamento Nacional do Café, e por mim, (a) Mário Augusto Teixeira de Freitas, que o subscrevo

aa) José Carlos de Macedo Soares, Segismundo de Araújo Melo, Jatme Fernandes Guedes, Noraldino Lima, Heitor Bracet, O G da Costa Miranda, A R de Cerqueira Lima, Cel Av Lísias Rodrigues, Cap Covveta C N M Reeiro Espíndola, Major Irací Ferreira de Castro, Raimundo Mendes Sobral, Sálvador Conceição, Orlando Assunção, Plínio Mendes, Geysa Boscoli, Teófilo de Andrade, S Magalhães, Clodomir Ferro Melo"

Depois de haver o importante documento recebido as assinaturas que acima se vêem, o Sr. Segismundo Melo pronunciou a oração que adiante transcrevemos:

"O homem do interior, habituado a ouvir comentários sôbre os chefes de repartições que passavam os días nos bars da Metrópole, discutindo assuntos da alta política, ficaria surpreso depois de uma semana no Departamento Nacional do Café

Veria um homem entrar, muito cedo, para o seu gabinete, dele se retirando à noite, depois de longas horas de afazeres sem trégua. Verificaria que êsse homem, durante o dia, é raramente encontrado fora do Departamento — no aeroporto, fazendo a doação de um novo aparélho à Campanha Nacional de Aviação, ou de uma bandeira ao primeiro corpo de tropa que se forma para a guerra, na Vila Militar Constataria que, como êle, os demais dirigentes da Repartição se entregam ao trabalho com o mesmo ardor e igual entusiasmo

O desmentido do passado se afirmaria ainda no espírito do sertanejo se éle descesse alguns andares do edifício d'*A Noite* e, no 11.º, acompanhasse a dedicação com que são vistos os problemas entregues ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tal é, senhores, num desmentido à tradição que o homem do interior ainda tem viva na memória, o ambiente reinante nas duas repartições hoje ligadas pela Estatística do D N.C

Recebendo do Presidente JAIME GUEDES, como sempre, o exemplo de amor ao trabalho, o apóio moral e material, a palavra de ordem, a nossa Secção passa a auterir do Instituto, a cuja frente está a figura austera e patriótica do Embalxador Maceno Soares, os modernos ensinamentos da técnica estatística, os novos métodos resultantes de congressos e conferências a que, dentro e fora do Brasil, o Instituto tem comparecido, como o mais alto e mais autorizado representante da estatística nacional

É assim que a nossa Secção se pode orgulhar em ser, desde hoje, a dependência através da qual o Departamento estreita as suas relações com o Instituto, dentro dêsse espírito de cooperação que deve uní-los, escolas, que são, de trabalho, na finalidade comum da defesa dos interêsses do Brasil

Foi em 1931, com o Convênio das Estatísticas Educacionais, que se iniciaram mais largos passos para que as indagações numéricas necessárias ao país se fixassem definitivamente dentro de um critério nacional. Do ato, completado com o decreto de 1934, que triou o Instituto, como entidade coordenadora dos diversos órgãos da estatística brasileira, resultou a sistematização dos serviços estatísticos tederais e estaduais, dentro de um plano unico, que a Convenção de 1936 tornou mais amplo, assegurando-lhe verdadeira execução.

Data daí o esfôrço imenso para a montagem dessa máquina que se estende a todos os Ministérios, tôdas as Unidades Federadas e respectivos municípios, exigindo, ao mesmo tempo, formação de pessoal especializado, ainda tão precário entre nós, e um trabalho educativo, visando implantar uma perfeita compreensão das finalidades estatísticas no país

Resultou o atual sistema estatistico nacional, a que passamos a pertencer, portanto, de um acôrdo mediante o cual União. Estados a Municípios reconifeceram todos a necessidade de ampliar os respectivos serviços de estatística, entregando-os à coordenação de um órgão central capaz de assegurar a uniformidade de métodos e eliminar a duplicidade de esforços para um mesmo fim

É a alma de tudo isso, desde aqueles tempos, o auxiliar incansável que o Embaixador Macsoo Soares possue na Secretaria Geral do Instituto, o Dr Teixeira de Freitas

Dentro de uma modéstia que tanto o dignifica, com ésse espírito grandioso que o impulsiona para o trabalho, o Dr Teixeira de Freitas, — atual Presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística do releição realizada por delegados de 15 Repúblicas do Continente — o Dr. Teixeira de Freitas é na exdressão de Simões Lopes, o "funcionário Nº 1 da Nacão" Para a família estatística do Brasil, é o amigo e o guia de tôdas as horas

Temos motivos, portanto, para nos sentirmos orgulhosos de, possuindo um chefe com as raras qualidades do Senhor Jaime Guedes, nos fillarmos ao Instituto, integrando-nos no sistema estatístico nacional, — cuja representação, no Congresso de Santiago do Chile, em 1941, angariou tantos louvores à obra dos estatísticos brasileiros

A vós, colegas da Secção de Estatística, tenho um pedido a fazer. Voltemos aos nossos lugares, assumindo conosco o compromisso de sermos dignos da grande família estatística brasileira Imponhamo-nos à consideração dos nossos superiores pelo trabalho, meio nobre de angariarmos a simpatia e a amizade de todos êles. Sigamos o exemplo do nosso Presidente que, pela eficiência e pelo esfôrço, vem conquistando os postos de remarcada projeção que lhe têm sido confiados "

Discursou, em seguida, o Secretário Geral do I.B G E. Iniciou o Sr. M. A. Teixeira de Freitas a sua oração referindo-se ao esfôrço de renovação nacional que se vem verificando no país a partir da Revolução de 1930, visando integrar e unificar a obra governamental que a descentralização mai entendida da primeira República vinha mutilando e entorpecendo, por um lado, e por outro lado, privando do seu sentido de unidade. Afirmou que o êxito dessa nova orientação, em todos os setores da administração pública, era demonstrado no momento pela Exposição do "quinquênio do Estado Nacional, regime que veio dar conceituação definitiva e o necessário sentido orgânico àquele espírito renovador.

Depois de salientar que a obra realizada pelo Departamento Nacional de Café era outro testemunho irrecusável do que deve a Nação aos novos rumos do Govêrno Brasileiro, sob a chefia do Presidente Vargas, disse que no terreno estatístico a tarefa a realizar era de grande vulto e complexidade. Entrou então a historiar as diversas eta-pas dessa emprêsa verdadeiramente regeneradora que contou, na sua fase inicial, com os esforços dos então Ministros Francisco Campos, Juarez Távora e José Carlos de Macedo Soares, e a colaboração de ilustres homens públicos e técnicos, como os Srs. João CARLOS VITAL, LUIZ SIMÕES LOPES e Léo D'AFONSECA.

Na primeira etapa destacou, entre outros fatos, a criação dos órgãos centrais de estatística nos Ministérios da Agricultura e do Trabalho e por fim a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística Na etapa seguinte, iniciada com uma primeira tentativa de síntese dos esforços da estatística brasileira, foi promovida a instalação do Instituto, celebrada a Convenção Nacional de Estatística, realizada a 1.ª Exposição Nacional de Estatística. Na terceira etapa, vencida no biênio 1936--1937, criaram-se as repartições regionais e municipais de estatística, reiniciou-se a publicação do Anuário Estatístico do Brasil, começou-se a divulgação das separatas regionais do Anuário, resolveram-se os principais problemas da estatística brasileira e completou-se a estrutura do Instituto integrando-se nela a ala geográfica, presidida pelo Conselho Nacional de Geografia.

Do período iniciado com a criação do Estado Nacional, o Sr. M. A. Teixeira de Fretas destacou várias e brilhantes realizações do I.B.G.E., tais como a sistematização do quadro territorial do Brasil, o lançamento das revistas especializadas de geografia e de esta-tística, a execução do Recenseamento Geral de 1940, a colaboração prestada ao "batismo cultural" de Goiânia e a realização da 2.ª Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística. Mencionou os importantes decretos-leis que dispuseram sôbre a obrigatoriedade da prestação das informações estatísticas e providenciaram sôbre o levantamento da produção e da circulação, a criação das secções de estatística militar, a realização dos Convênios de Estatística Municipal, o levantamento dos estoques. Ainda na atual e quarta etapa da vida do Instituto acrescentou o orador — tiveram lugar as duas primeiras filiações à entidade de serviços estatísticos especializados de entidades autárquicas — o do Lóide Brasileiro e o do Departamento Nacional do Café.



O Secretário Geral do Instituto procede à leitura do têrmo de filiação Em destaque, no cliché, dois flagrantes da assinatura daquele documento, pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares e o Sr Segismundo Melo

Para concretizar êsse último acontecimento — continuou o Secretário Geral do I B G E. — é que se realizava aquela reunião, cuja simplicidade não encobria a relevância histórica do fato, pois, segundo afirmou, enriquecia a estrutura do Instituto, acentuando--lhe a finalidade unificadora e racionalizadora, sem detrimento para o princípio da autonomia administrativa das entidades que lhe são ligadas; filiava ao Instituto o órgão estatístico da mais poderosa entidade autárquica do país, ampliando, por conseguinte, o quadro do pessoal técnico da estatística brasileira e as possibilidades da sua atuação cultural; e, por fim, assegurava ao Instituto, sem duplicar esforços, dados estatísticos exatos e atuais, sôbre a produção, o comércio e o consumo do principal produto da economia nacional.

"Esta data, pois, é um marco notável na vida do Instituto" — declarou o Sr. Teixeira de Freitas, acrescentando: "E como devemos êsse feliz acontecimento à atual direção do D N.C, a cuja testa se acha a figura do Sr. Jaime Fernandes Guedes, administrador e economista de nome consagrado, formulemos a S. Excia. e aos seus dignos colegas de diretoria as nossas melhores congratulações. E agradeçamos-lhes também a valiosa colaboração que va-

mos dever à Secção de Estatística do Departamento."

Disse ainda o orador que a direção do I.B.G E. tinha tríplice motivo de confiança no valor dessa colaboração. Fôra antes chefe da Secção filianda um antigo companheiro, o Sr. Wilson Soares, que reorganizara a estatística do Maranhão e de Sergipe O atual chefe, "nosso querido Segismundo Melo" — recorda o Sr. Teixeira de Freitas prestara ao Instituto relevantes serviços em Goiaz, "revelando-se entre os novos valores dos nossos quadros profissionais, um técnico que alia a competência e a dedicação a um admirável espírito de iniciativa, a que não falta nunca, entretanto, o senso de medida" E conta, por fim, — acrescentou textualmente - "com um luzido corpo de funcionários, disciplinados e eficientes, que saberá responder pelo setor das nossas atividades que acaba de ser entregue, com exclusividade, ao seu zêlo e patriotismo."

Concluiu o Sr. M A. TEIXEIRA DE FREITAS a sua oração concitando os presentes a expressarem, numa vibrante salva de palmas, o júbilo do I.B.G.E. pelo grato acontecimento que acabavam de inscrever nos Anais da Estatística Brasileira.

Ao ter de encerrar a solenidade, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares disse que desejava, sem fazer discurso, realçar, num preito de justiça, a ação pessoal, a preocupação mesma, demonstrada pelo Presidente Getúlio Vargas, que empregou na fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tôda a sua pertinácia Narrou, então, com simplicidade e precisão nos detalhes, episódios ligados a êsse acontecimento e ocorridos quando o presidente do Instituto exercia o cargo de Ministro das Relações Exteriores

A idéia da unificação e racionalização das estatísticas brasileiras foi esposada pelo Chefe do Govêrno quando o então Chanceler expôs a S Excia a dificuldade em que se encontrara o Itamaratí, ante a circunstância, exposta pelo govêrno de um país estrangeiro, de haver recebido de três diferentes órgãos da administração brasileira resultados estatísticos sôbre um mesmo assunto e, entretanto, divergentes entre si

Criado o Instituto, restava dar-lhe vida E o Embaixador Macedo Soares narra curiosos incidentes dessa fase, inclusive os ocorridos na intimidade da vida palaciana, fazendo-o com senso de humor e deixando ver nos detalhes da narrativa os traços já bem conhecidos da personalidade do Sr Getúlio Vargas no encaminhamento dos negócios públicos

Refere a resistência que ofereceu à aceitação da investidura, que lhe foi imposta pelo Chefe da Nação, e, por fim, o gesto de S Excia., fazendo instalar no próprio Palácio do Catete a instituição criada, para dirigir, mais tarde, aos técnicos estatísticos, no ato soleníssimo de início dos trabalhos, a frase inesquecível: "Dou-lhes a minha casa e o meu ministro, para que os senhores trabalhem pelo Brasil"

Salienta, em seguida, o absoluto prestígio que o Sr. Presidente da República tem dispensado ao I B.G E , jamais deixando de atender às suas solicitações

O Embaixador José Carlos de Ma-CEDO SOARES passa depois a pôr em relêvo o ato de filiação da Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café, manifestando congratulações com as duas entidades pelos laços de cooperação que acabam de uní-las Realça a personalidade do Sr Jaime Fernandes Guedes como administrador e economista e termina chamando a atenção dos estatísticos do D N C para as virtudes que fazem um profissional perfeito lealdade, devotamento e paciência Ao encerrar a sessão, formula votos para que todos se congreguem no ideal comum de engrandecer o Brasil.

RESTRIÇÕES À DIVULGAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística submeteu à consideração do Sr Presidente da República a Resolução n.º 139, de 25 de Agôsto dêste ano, votada por aquele órgão superior da direção do I B G E e referente à divulgação de dados estatísticos no atual estado de guerra

Conforme aquela deliberação, publicada no precedente número da RE-VISTA, a distribuição das publicações editadas pelas repartições de estatística poderia ser mantida obedecendo-se às seguintes recomendações: a) não divulgar quaisquer séries estatísticas referentes a períodos de tempo posteriores a 1940; b) não incluir informes sôbre matérias primas de natureza estratégica, qualquer que seja o período de tempo a que se refiram; c) limitar

a edição dessas publicações ao mínimo, restringindo, outrossim, a sua distribuição a entidades e pessoas prévia e cuidadosamente selecionadas na lista comum de assinantes; d) apor nas publicações assim distribuídas as expressões "Reservado" e "Secreto", conforme for o caso; e) numerar cada volume de modo a permitir o contrôle da distribuição ou inscrever nos mesmos o nome ou designação do destinatário

Ainda de acôrdo com a Resolução nº 139, o fornecimento de informações estatísticas deverá ficar condicionado, de modo geral, à apresentação de pedido ou requisição de autoridade superior devidamente credenciada, formulado por escrito e em papel que contenha o timbre oficial da repartição.

Os pedidos verbais de informações e os que, mesmo escritos, não obedecerem a essas recomendações, não deverão ser atendidos, em qualquer hipótese.

A remessa de publicações ou informações para o estrangeiro será suspensa até segunda ordem, salvo quando se trate de pedidos encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores e com parecer favorável dessa Secretaria de Estado,

Essas recomendações do C.N.E. foram tornadas extensivas a todos os órgãos da administração pública, em virtude da aprovação que lhes deu, em data de 10 de Outubro, o Sr. Presidente da República.

O NATAL NA SECRETARIA GERAL DO I.B.G.E.

Como acontece todos os anos, o pessoal da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística reuniu-se, ao encerrar-se o expediente do dia 24 de Dezembro, véspera de Natal, para ouvir a palavra de seus chefes imediatos e congratular-se mutuamente por motivo do próximo advento de um novo ano.

Dessa vez, aos servidores da sede do Instituto juntaram-se os do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, fazendo assim uma festa de congraçamento de todos quantos servem sob a chefia imediata do Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS.

As saudações do pessoal da Secretaria foram formuladas pelo diretor da repartição, Sr. Alberto Martins, falando em seguida, em nome de seus colegas, o Sr. Arruda Câmara, do S.E.E.S.

O Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS pronunciou então comovido discurso, congratulando-se com os seus auxiliares pelas conquistas assinaladas durante o ano na vida da instituição O Secretário Geral do I.B G.E agradeceu as constantes provas de dedicação recebidas de todos e dirigiu-lhes palavras de incentivo, formulando ainda votos de felicidades para os funcionários e suas famílias.

Em mesa artisticamente ornamentada com motivos litúrgicos, cujos característicos foram explicados em rápidas palavras pela senhorita Maria Stella Fleury Ferro, do S.E.E.S., os presentes serviram-se de doces e refrescos, trocando-se afetuosas saudações de Natal.



Um aspecto das comemorações de Natal na Secretaria Geral do Instituto

NOVA INICIATIVA CULTURAL DO C. N. G.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia deliberou, por sua Resolução nº 117, promover reuniões de geógrafos, professores, técnicos e estudantes de geografia, com o fim de facilitar-lhes contacto com os grandes especialistas da matéria, conhecimento pessoal mútuo, troca de idéias, contribuições sôbre assuntos de interêsse científico, visitas a repartições técnicas, obtenção de publicações e orientação nos estudos da moderna ciência geográfica O plano do C N.G consiste em reuniões culturais, mensais, e tertúlias semanais, de caráter mais intimo

O início do cumprimento de tão interessante programa de atuação cultural teve lugar no dia 30 de Dezembro, em sessão solene realizada numa das salas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e daquele sodalício

Depois de convidar para tomarem parte na mesa o Professor Carneiro Felipe, Ministro Bernardino José de Sousa, Desembargador Carlos Xavier Pais Barreto e Senhora Branca Fialho, o Presidente do I B G E falou sôbre as finalidades da iniciativa do C N G e detalhou os aspectos que a mesma abrange, acentuando que é facilitado a todos o aproveitamento do valioso material que o Conselho possue e com o qual proporcionará orientação e estímulo aos estudiosos

Em seguida, deu a palavra ao Professor Francis Ruellan, cientista de renome internacional, que leu uma comunicação em tôrno da "Metodologia geográfica moderna", dissertando sôbre a orientação científica das pesquisas geográficas, tema que abordou com inteiro domínio.

Ao concluir o Professor Ruellan a sua palestra, o Embaixador Macedo Soares prestou uma homenagem aos grandes vultos da Geografia que se encontravam presentes, salientando os trabalhos que os mesmos veem realizando A seguir, o Coronel Lísias Rodrigues falou sôbre a região do rio Tocantins, estudando a origem do nome dêsse grande afluente do Amazonas, sua nascente e formador principal.

Por último, o Sr. Francisco de Sousa leu uma comunicação de geografia ativa, sôbre os serviços meteorológicos brasileiros, dos quais é Diretor Geral, fazendo um histórico das pesquisas meteorológicas no Brasil, iniciadas no século XVII por Marcgraf Até 1909 estas pesquisas caracterizaram-se por ser de iniciativa individual, esporádicas e limitadas no Este Seguiu-se em 1909 a organização oficial dos serviços meteorológicos, os quais, não obstante, ficaram abandonados à iniciativa dos governos estaduais, dada a grande autonomia dêstes Finalmente, aludiu ao período da centralização dos serviços, que se iniciou em Outubro de 1941 O orador concluiu salientando as providências que serão necessárias para que o Instituto Nacional de Meteorologia alcance o seu máximo de eficiência

Antes de ser encerrada a reunião, falaram o Ministro Bernardino José de Sousa e a Professora Chiquinha Rodrigues, que se congratularam com o Presidente do Instituto e com o Conselho Nacional de Geografia por mais esta iniciativa cultural

Encerrando a sessão, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares agradeceu o comparecimento de quantos geógrafos, professores, técnicos e alunos acorreram ao seu convite, comunicando que a primeira tertúlia geográfica será no dia 5 de Janeiro de 1943, na sede dos serviços cartográficos do C N G., situada no 5º andar do edifício Moda, à rua Senador Dantas, 15

Terminada a reunião, foi distribuído aos presentes o último número da REVISTA BRASILEIRA DE GEO-GRAFIA, correspondente ao trimestre Julho-Setembro, que, como o anterior, foi dedicado ao 4º centenário do descobrimento do rio Amazonas

A EXECUÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 4 181

Retomamos nesta secção o noticiário que vimos fazendo das principais providências governamentais, em todo o país, para cumprimento do decreto-lei 4 181, de 16 de Março de 1942, pelas quais se transfere ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o

contrôle técnico e administrativo dos órgãos municipais de estatística

Ao encerrar-se o expediente do número anterior da REVISTA, apenas em três Estados não haviam sido ainda publicados os atos dos governos re-

gionais ratificando os convênios em que foram partes, juntamente com as Municipalidades, de um lado, e o Govêrno Federal do outro lado.

Em um deles, porém, no Estado do Rio de Janeiro, já estava lavrado o competente decreto-lei, sob o n.º 604, efetivamente assinado no dia 1.º de Outubro.

No mesmo mês, no dia 22, o Governador de Minas Gerais. Sr Benedito Valadares, baixou o decreto-lei n.º 861, e, no dia seguinte, o Sr. José da Gama Malcher, Interventor Federal no Pará, assinando o decreto n.º 4 148. encerrou essa parte da campanha que está mais uma vez atestando as facilidades permitidas pelo sistema de cooperação interadministrativa que fundamenta a organização do Instituto

Também dentro do período a que na edição anterior nos referimos, já tôdas as Municipalidades do Território do Acre e de onze Estados haviam, por meio de decretos de seus prefeitos, confirmado os compromissos assumidos no Convênio Nacional de Estatística Municipal.

As demais, em todo o país, não tardaram em proceder do mesmo modo.

Os atos, em geral, observaram os padrões oferecidos em anexos a Resolução n.º 130, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatistica, publicada no nº 10 desta REVISTA.

Outro fato de considerável relevância, decorrente do decreto-lei 4 181 foi a regulamentação e definitiva instalação da Secção de Estatística Militar do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo Em solenidade presidida pelo Sr. FERNANDO COSTA, Interventor Federal no Estado, e à qual estiveram presentes o Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do I B G.E., e altas autoridades civis e militares, o Sr DJALMA FORJAZ, Diretor do D E E, discursou, encarecendo a importância dos novos serviços na atual fase da vida do país e o grande apôio que o govêrno paulista vem dispensando aos objetivos da estatística brasileira Depois de ter o Interventor Fernando Costa inaugurado a Secção, augurando o êxito das atribuições à mesma confiadas, fez uso da palavra, também, o Major PRADO, elemento de ligação do Estado Maior da 2.ª Região Militar com a nova Secção.

A EXECUÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 4 736

Na parte de "Legislação" do anterior e do atual números da REVISTA. foram publicados o decreto-lei nº 4 736, de 23 de Setembro passado, que dispôs sôbre o levantamento de inquéritos econômicos especiais, e a Resolução n.º 141, de 2 de Outubro seguinte, pela qual a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística baixou as instruções gerais referentes aos novos encargos atribuídos ao I B G E para os fins da mobilização nacional.

Informaremos aquí as providências prontamente tomadas pela entidade para o cumprimento dessa legislação, baixada em atenção aos mais altos objetivos de preparação econômica e militar do Brasil na atual emergência.

Uma das primeiras medidas postas em prática, de natureza interna, foi aparelhar convenientemente a Secção de Sistematização da Secretaria Geral do Instituto, incumbida dos levantamentos referentes ao Distrito Federal, para isso instalando-a em ponto de fácil acesso para as partes, no andar térreo do edifício à Avenida Graça Aranha nº 182-B.

No dia 29 de Outubro teve início a inscrição das firmas comerciais e industriais sujeitas à prestação das informações referentes aos estoques das mercadorias especificadas e aos demais índices econômicos previstos na lei.

Cumpriu-se essa primeira fase dos trabalhos na melhor ordem, evidenciando-se o acentuado espírito de colaboração das classes conservadoras da capital do país e, também, o cunho prático do processo adotado. Estava ainda em curso o prazo fixado para as inscrições, o qual se encerrou no dia 7 de Novembro, e já a Secção encarregada dos levantamentos começava a receber boletins devidamente preenchi-

dos com as declarações referentes ao mês de Outubro, de tal modo que na primeira semana de serviço já se tinham em andamento o registro preliminar dos informantes e a apuração mecânica dos dados coletados

Simultaneamente, procedeu-se à remessa do material necessário aos mesmos inquéritos nas capitais dos Estados e do Território do Acre, bem como nas circunscricões que fôssem uma continuidade territorial e econômica dos municípios daquelas capitais

Na capital de São Paulo e no município de Santo André compreendido na faixa metropolitana paulista, o Departamento Estadual de Estatística, autorizado pela direção superior do I B G E , delegou a incumbência dos trabalhos à Bolsa de Mercadorias, instituição oficial que já realizara com êxito tarefas semelhantes e estava, assim, em excelentes condições de prestar essa colaboração, como vem fazendo, com a devida eficiência O ato de início dos trabalhos, no dia 25 de Novembro, teve caráter solene, discursando os Srs. DJALMA FORJAZ, diretor do

DEE, MARTINS XAVIER DA SILVEIRA, secretário da Bolsa, e Alberto Martins, diretor da Secretaria Geral do Instituto O encaminhamento dos serviços contou com a assistência técnica do Sr João de Mesquita Lara, estatístico da mesma Secretaria

Nas demais capitais, à medida que, vencidas as dificuldades de transportes, ia chegando o material necessário, também se iam instalando os serviços, a cargo dos Departamentos Estaduais de Estatistica

O Sr João Carlos VITAL, presidente do Instituto dos Resseguros do Brasil e interinamente no exercício do cargo de Coordenador da Mobilização Econômica durante a ausência do Ministro João Alberto, visitou os serviços a cargo da Secção de Sistematização, acompanhado de seus altos auxiliares Recebidos pelos Srs M A Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto, Alberto Martins, diretor da Secretaria Geral, e Antônio Teixeira de Freitas, chefe da S S, manifestaram a boa impressão causada pelo andamento dos trabalhos

ECOS DO "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA

Conforme a REVISTA noticiou em seu último número, na homenlagem prestada ao Sr Interventor Pedro Lubovico, no recinto da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, realizada Goiânia em quando do "batismo cultural" da cidade, coube ao Professor Licínio de Al-MEIDA, representante do Ministério da Viação nos Conselhos do I B G E, proferir o discurso de saudação ao chefe do govêrno goiano Completando, agora, a referência à expressiva homenagem, damos, na integra, a inspirada oração do ilustre intérprete do Instituto

"Difícil conjuntura, dificílima conjuntura esta, Senhor Interventor, a de se martirizar, a de se supliciar a quem se admira e a quem se preza, a de se constranger a quem se deve o penhor de uma gratidão imarcescível e eterna, com os assedios continuos de palpitante e incontida exaltação, pela palavra, manifestação oral do pensamento, exteriorização viva do sentir que reflete e que traduz as lucilâncias acrisoladas do espírito e as emoções silentes, recalcadas

e fortes de corações reconhecidos E' porém bem difícil dominá-la

São contingências naturais da vida. quando se defrontam, e se estreitam e se mensuram a vitória dos grandes feitos e os seus grandes vultos realizadores. Tanto assim que os que nela se sublimam e os que com elas e por êle se engastam no coração e no reconhecimento da sua gente, não mais se pertencem a si mesmos, anulam-se, desagregam-se até das fadigas de que fazem suprema fôrça para superar, vencendo, as tibiezas e a inquietação, que em energias latentes se transmudam, porque os espíritos se radicam numa só e mesma causa, porque as afinidades arraigam--se, entrelaçam-se, comprimem-se nos mesmos sentimentos de uma demonstração comovida, estuante, fremente, imperecível pelo reconhecimento de indestrutível confiança E então, Senhor Interventor, tudo percute como hinos que elevam, que animam, que arrebatam e que deixam na alma de todos como sulcos rutilantes, candentes, inextinguíveis e eternos, a visão dos feitos que os

RESENHA

imortalizam. Aí está, Senhor Interventor, porque são cada vez maiores estas manifestações, estas justíssimas homenagens — Ludovico e Goiânia, têm neste momento histórico da vida do Brasil, uma só e grande significação: é Goiaz no esplendor de suas celsas e acrisoladas aspirações, é o crescer da gleba augusta na senda promissora do progresso.

Por isto e só por isto a minha presença aquí, obedecendo aos imperativos da missão que me cometeram as Assembléias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — que, com tamanha e tão expressiva fidalguia, V. Excia, os Poderes Públicos e o Povo acolhem e encorajam.

Há, entre os homens e os fatos, contrastes que chocam, confrontos que pasmam, pela precisão de que todos se revestem, como se os mistérios indecifráveis do acaso fôssem a fôrça diretora e única nos destinos das realizações humanas No Brasil que é o todo e em Goiaz que do todo é partícula ponderável, os mistérios do acaso parece que se repetem e, oxalá que se repitam.

Quando de Belém, numa manhã esplêndida de luz, partiam para a Índia as naus lusitanas de Cabral, emoldurou no horizonte, o firmamento, a faixa multicolor de um arco-íris Era o símbolo da bonança, e êle envolveu, como numa cúpola de luz matizada, qual prece augur da esperança, a esquadra que deveria afrontar o dorso ignoto dos oceanos bravios O acaso impeliu-o para a suprema vitória — revelou ao mundo o segrêdo multimilenário de um imenso continente.

Era o mistério que se desvendava numa realidade estonteante.

Então, no velame enfunado e pando das caravelas ousadas, como que a dirigí-las na derrota ou a fixá-las nas rumadas, abria-se, como um coração dilatado ao fremir das emoções mais puras, a cruz de Malta, como símbolo da fé, que as devia acompanhar

Mas o destino, benévolo e previdente, já havia disposto no firmamento o símbolo augusto da terra nova — a cruz, ridente promessa de uma esperança maior, nas realizações dos seus anelos, na confiança dos seus destinos, no ardor dos seus ideais. Para que tudo contrariasse os revezes, para que as esperanças se condensassem em mais opulentas realidades, para que presente estivesse sempre a

vigilância divina, fez Deus a cruz do céu, contrastando com a cruz das caravelas, de luz para ser farol, para ser guia, de mundos para ser eterna, acompanhando a terra e os filhos do Brasil às expressões maiores de sua fé, aos mais elevados expoentes dos seus valores.

Agora, aquí, não foi outra a predestinação — a missa sob o símbolo da Redenção, foi a prece dos que constroem e dos que confiam nos destinos do Brasil Nenhuma mais elevada, nenhuma mais profunda e sensível que a prece de V. Excia, Senhor Interventor

Quem quer que, nessa manhã evocativa e consagradora de 5 de Julho de 1942, passasse em frente ao palácio das Esmeraldas, havia de ver, como muitos viram, sôbre o lago que o enfrenta, um arco-íris que envolvia, que circundava, aureolando, o altar que alí se erguera Era o destino de Goiânia que também se definia, era a grandeza de Goiaz que dalí irradiava Sublime mistério êsse, que envolve os destinos do Brasil num hemiciclo de luz e que agora se revela em Goiaz, também como prece augur das suas esperanças.

Meus Senhores Por certo, a farândula dos ingratos há-de ter querido nodoar a brancura dos ideais que animaram e fizeram florescer as iniciativas do goiano valoroso e ilustre que preside com patriotismo e clara visão os destinos da terra augusta do seu berço A mudança da Capital, parece, se lhes afigurou o abandono, o fim, da velha e evocativa Goiaz; deram-lhe o ingrato sentido do desprêzo às tradições, simularam indiferença ao seu passado, descrença no seu futuro, para justificar o recalque das malquerenças. Não; não; não foi assim. Pedro Ludovico, tão nobremente inspirado, não poderia, legar ao desamparo e ao abandono, a terra do seu berço, e não poderia porque, quem alí nasceu, quem alí viveu a sua infância feliz e a sua juventude cheia das melhores esperanças, conserva para sempre a alma reverente e genuflexa ante o ambiente evocativo onde os seus ideais nasceram, tomaram vulto e desabrocharam para engrandecê-la

A terra goiana era muito maior e impunha muito mais que todos os sentimentos de gratidão regionais conjugados. O todo não se poderia sobrepor à parte Seria um egoismo contristador — empecendo o desenvolvimento e

a vida do Estado, anquilosando o seu progresso, inferiorizando as iniciativas melhores.

Agora Goiânia e Goiaz não rivalizam nas suas finalidades: ambas dignificam a terra Nesta, cada detalhe, cada relêvo, cada contôrno, cada árvore que floresce, cada arbusto que viceja, é saudade que desperta, é epopéia que fala, é evocação que emerge, é sentimento que estua. Os sinos das suas igrejas não entoam litanias, plangem, convidando à meditação e à prece. Goiaz não é mais a Capital; Pedro Ludovico fê-la o templo do civismo do Estado, onde se adoram as tradições, onde se cultuam os feitos da sua gente heróica; fê-la mais, fê-la o sacrário das suas nobres iniciativas, da sua confiança no futuro, do seu esfôrço no passado.

Goiânia, porém, é a fôrça renovadora, é o progresso, é o trabalho e a vida do Estado, concentrando no seu ambiente maior, o esfôrço de todos Goiânia é Goiaz Goiânia é um imperativo das exigências cada vez maiores da grandeza e da opulência do Estado, é o ambiente propício aos novos movimentos das aspirações de grandeza do seu povo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as delegações aquí presentes, deixaram para o término dos seus trabalhos esta homenagem; — modesta, como é, ela não tem a expressão das festas protocolares — é um dever do coração que se lhes impõe

Por meu intermédio, êles, comigo, erguemos reconhecidos e gratos as nossas taças pelas atenções fidalgas com que nos cercaram nestes dias felizes de nossa permanência aquí.

E com V Excia, Senhor Dr Pedro Ludovico, queremos expandir da melhor maneira e mais sensível a nossa saudação e os nossos sentimentos: Elevo a minha taça pela felicidade do seu lar, sacrário da sua ventura, fonte renovadora e perene das energias que elevam, que nobilitam sua personalidade inconfundível, que engrandecem Goiaz e que honram o Brasil"

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Realizou-se no dia 22 de Dezembro a última sessão de estudos, em 1942, da Sociedade Brasileira de Estatística

A sessão, presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, verificou-se no auditório do Edifício Hollerith, à Avenida Graça Aranha n.º 182, e teve o comparecimento dos Srs. Otávio Alexander de Morais, Giorgio Mortara, M. A. Teixeira de Freitas, Cerqueira Lima e Benedito Silva, que integraram a mesa, e de regular número de sócios e interessados em assuntos estatísticos.

Aberta a sessão, o Secretário Geral da Sociedade, Sr Benedito Silva, esclareceu que circunstâncias de fórça maior impediam a presença do Sr. Paulo Câmara, atuário do Ministério do Trabalho, a quem caberia realizar uma palestra sôbre "Inflação e custo de vida".

O Presidente deu então a palavra ao Sr. Cesar Cantanhede, Diretor Técnico dos Serviços Hollerith, que fez uma interessante dissertação a respeito de "Estatísticas Ferroviárias". O Sr. Benedito Silva falou, em seguida, demonstrando a satisfação (om que a diretoria da Sociedade e as demais pessoas presentes haviam ouvido a lição que lhes proporcionara o orador.

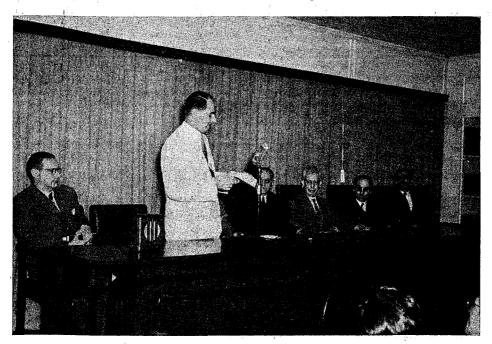
Pediu a palavra, depois, o Sr M A Teixeira de Freitas, que teceu várias considerações sôbre a comunicação do Sr. CESAR CANTANHEDE, historiando os esforços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no sentido do aperfeiçoamento das estatísticas de transportes ferroviários no país e anunciando a fase nova que nesse domínio será em breve iniciada com a criação do Serviço de Estatísticas de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, órgão do I B G.E no Ministério da Viação. Prosseguindo, o Sr. M. A. TEIXEIRA DE Freitas fez uma breve comunicação sôbre os dois importantes acontecimentos ocorridos em 1942, para a Estatística Brasileira, consubstanciados nos decretos-leis 4 181 e 4 736, do Govêrno Federal, em virtude dos quais o sistema estatístico nacional alcançará os meios de estabelecer sua definitiva organização e de servir proficientemente aos interêsses da Segurança Nacional.

Em nome do Centro de Estudos Econômicos, o Jornalista GIL Amora, solicitando a palavra, pediu ao Coronel Averon Lobo, Professor do referido Centro, que saudasse a S.B.E., expressando a satisfação com que todos participavam daquela sessão de estudos.

O Coronel Ayrton Lobo improvisou então um eloquente discurso, enaltecendo a obra da Sociedade e do I B G.E. e concentrando na pessoa do Embaixador José Carlos de Macedo Soares os aplausos e as saudações que dirigia, em nome de todos, aos estatisticos brasileiros.

Não tendo mais havido quem quisesse usar da palavra, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares apreciou as comunicações dos Srs. Cesar Cantanhede e M. A. Teixeira de Freitas e testemunhou a viva impressão causada pelas palavras do Coronel Ayrton Lobo, cujas qualidades de orador fluente e vibrante pôs em realce.

Em seguida, foi encerrada a sessão, a cujos últimos momentos esteve presente também o Sr. Valentim Bouças, vice-presidente da Sociedade e presidente do Instituto Brasileiro de Motomecanização.



Aspecto da mesa que presidiu a sessão, vendo-se com a palavra o Sr Cesar Cantanhede

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS FEDERAIS

Serviços de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas — O Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, General João Mendonça Lima, baixou, em data de 3 de Dezembro, uma portaria designando o Engenheiro Joaquim Licínio de Sousa Almeida, Chefe da Secção de Segurança Nacional do Ministério, o Engenheiro Moacir Fernandes Silva, Consultor Técnico, e o Sr. Júlio Xavier da Silva Moura, Oficial Administrativo, para, em comissão, sob a presidência do primeiro: a) estudarem a organização dos serviços de estatística de transportes, comunicações e obras públicas, previstos nos §§ 2.º e 3.º do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1 360,

de 20 de Junho de 1939, e o artigo 2.º da Resolução nº 127, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia; b) elaborarem o ante-projeto da criação do "Servico de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas", a ser subordinado ao Ministério da Viação, e que constituirá a sexta repartição central do quadro executivo da estatística brasileira, na forma instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; c) entrarem em entendimento com o referido Instituça demais Serviços Centrais de Estatística e Departamento Administrativo do Serviço Público, afim de que o aludido ante-projeto apresente homogeneidade

com os demais serviços estatísticos federais, de cuja padronização a portaria cogita.

Na Resolução nº 127 do C N.G., a que se refere o ato do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, e que dispõe sôbre a situação do atual Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, é sugerido que, criado o serviço de estatística dos transportes, comunicações e obras públicas, na forma prevista pelo Decreto-lei n.º 1 360, seja formado à parte, como repartição central do Conselho Nacional de Geografia, dele administrativa e tecnicamente dependente, um serviço nacional de Geografia, devidamente aparelhado com recursos para levantamentos territoriais, sobretudo com a utilização da técnica aerofotogramétrica, devidamente adaptada às peculiaridades brasileiras.

Os trabalhos da comissão presidida pelo Sr Licínio de Almeida, representante do M V.O.P. na Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, tiveram início sem demora, sendo de esperar para breve a realização de tão importante objetivo da organização estatística do país quanto ao aperfeiçoamento de sua estrutura na órbita federal

As disposições legais que prevêem a transformação do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, ora encaminhada, objetivam atribuir ao novo órgão executivo central do I.B.G.E. não só os levantamentos originários como os trabalhos de coordenação relacionados com o programa do Ministério em que será criado.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Ceará — O Departamento Estadual de Estatística promoveu um curso prático para os Agentes Municipais de Estatística, o qual alcançou os melhores resultados.

Encarregaram-se dos diversos setores de estudo os Srs. Olavo Rocha Barreto, Benito Tayares, Mário Barata, Ernesto Pedro dos Santos e Raul de Figueiredo Rocha, tendo sido dado cunho solene e festivo ao encerramento do estágio, no dia 20 de Novembro. Em sessão extraordinária da Junta Executiva Regional, o seu presidente, Sr. José Martins Rodrigues, Secretário da Fazenda do Estado, pronunciou um discurso cheio de vibrantes expressões sôbre a atual fase da estatística brasileira.

Apreciando os excelentes proveitos da iniciativa, o interêsse e dedicação do diretor do D.E.E., Sr. Tomaz Gomes da Silva, e o devotamento dos professores e assistentes do curso, falou, em nome dos estagiários, o Sr. Gerardo Carvalho, Agente Municipal de Estatística.

Paraíba — A Junta Executiva Central, considerando a necessidade da existência de uma obra prática para

uso dos servidores da estatística, decidiu promover a elaboração de um Manual de Estatística Aplicada ou Guia do Estatístico Brasileiro.

Por sua Resolução nº 78, de 16 de Outubro, aquele órgão do sistema regional do I.B G E. incumbiu o seu Secretário, Sr. Leomax Falcão, de realizar o referido trabalho, que deve ser em linguagem accessível, de cunho eminentemente prático mas podendo conter breves considerações teóricas.

Alagoas — Por Decreto-lei n.º 2 791, de 16 de Outubro, o govêrno de Alagoas introduziu proveitosas modificações na organização do Departamento Estadual de Estatística. As 1.ª e 2.ª Secções dêsse Departamento desdobraram-se em três, sob as denominações de Secção de Estatística Fisiográfica, Secção de Estatística Econômica e Secção de Estatística Social e Cultural, cujas atribuições atenderão aos itens do esquema fundamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A primeira destas Secções compete, ainda, a execução de trabalhos geográficos.

O mesmo Decreto-lei transforma o então Gabinete do Diretor Geral do D.E.E. em Serviço de Administração, cujo Chefe será o Secretário do Departamento, cabendo ao mesmo os encargos de expediente, protocolo, arquivo, portaria, material, biblioteca, etc.

Por Decreto n.º 97, de 25 de Novembro, o Interventor alagoano baixou o Regulamento do D.E.E. na conformidade da atual estrutura da repartição.

— Os dispositivos legais referentes à prestação de informes para fins de estatística no Estado foram consolidados no Decreto-lei n.º 2 792, de 17 de Outubro, o qual tomou por base preceitos estabelecidos no Decreto-lei federal n.º 4 462, de 10 de Julho de 1942. O novo ato em que se traduz o prestígio dispensado pelo govêrno alagoano aos trabalhos estatísticos, assentando a obrigatoriedade das entidades e dos particulares, especifica a de ocupantes de cargos públicos e contém dispositivos outros de grande alcance para a regularidade dos levantamentos a cargo do Departamento Estadual de Estatística.

 A carteira de Estatística Educacional existente na Diretoria de Educação foi incorporada, com o seu patrimônio, ao Departamento Estadual de

Estatística, para cuja competência passou, pelo Decreto-lei n.º 2 812, de 30 de Dezembro dêste ano, o cumprimento, por parte do Estado, das obrigações assumidas no Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas.

Rio de Janeiro — Por ato do Secretário da Justiça e Segurança Pública do Estado, foi atribuída ao Instituto de Criminologia a execução dos serviços de estatística policial e judiciária-criminal.

Os boletins de informações necessárias aos respectivos levantamentos serão enviados diretamente à nova secção do referido Instituto, a qual é chefiada pelo Sr. EUDES CORREIA.

Distrito Federal — Na conformidade de entendimentos com a Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Departamento de Geografia e Estatística transferiu àquela repartição o encargo do levantamento das estatísticas do comércio interestadual nesta Capital.

A partir de Novembro as guias preenchidas pelos exportadores do Distrito Federal passaram a ser recolhidas à Secção de Sistematização da Secretaria Geral.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS

Agência Municipal de Estatística de Santarém — Com o apoio do Prefeito Mário de Freitas Guimarães, o Agente Municipal de Estatística de Santarém, Estado do Pará, Sr. Francisco Cronje da Silveira, preparou e imprimiu uma interessante resenha da vida municipal através dos vários aspectos — geográfico, demográfico, histórico, econômico, cultural, social e administrativo.

Nessa resenha, sob o título de Dados e informações gerais do Municipio de Santarém, afirmam-se o espírito de iniciativa e as aptidões do encarregado dos serviços estatísticos daquela progressista circunscrição paraense.

Não tivessem as circunstâncias determinado as necessárias restrições à publicidade estatística, restrições que a Agência Municipal de Estatística de Santarém passou logo em seguida a observar, ter-se-ia na publicação regular dêsse boletim uma interessantíssima demonstração de esfôrço e bem orientados propósitos.

Departamento Municipal de Estatística de Pelotas — Correspondendo convenientemente às necessidades e ao grau de cultura da grande cidade sulriograndense, o Departamento Municipal de Estatística de Pelotas coloca-se no primeiro plano dos mais eficientes órgãos estatísticos do sistema municipal.

Deve-se salientar, principalmente, a regularidade com que aquele DEM, já de há muito dirigido pelo Sr. João Simões Lopes, vem editando um Boletim destinado à divulgação de dados numéricos referentes à vida pelotense. Essa publicação, da qual já saíram mais de vinte números, fornece índices atuais, cuidadosamente elaborados, e, embora mimeografada, tem uma recomendável sistematização. Recentemente o Boletim teve seu formato modificado para tamanho reduzido, com evidente proveito para sua apresentação gráfica.

O Departamento Municipal de Estatística de Pelotas já divulgou, na sua interessante publicação, os dados referentes à produção agrícula do município no ano de 1941.

AZEVEDO AMARAL

No dia 7 de Novembro ocorreu nesta Capital o falecimento de uma das mais eminentes e tradicionais figuras do jornalismo brasileiro, Antônio José de Azevedo Amaral, Consultor Técnico de Estatística Política do Conselho Nacional de Estatística.

Formado em Medicina, iniciou sua carreira com acentuado realce, realizando na Europa vários cursos de especialização. Mas uma nítida e vigorosa vocação logo o fez dedicar-se inteiramente à imprensa.

Dotado de qualidades especiais para o métier e, além disso, de sólido lastro de cultura nos domínios da política, da economia, da sociologia, aliados a uma aguda visão dos problemas mundiais e, em particular, da vida nacional, AZEVEDO AMARAL teve durante mais de trinta anos uma atuação notável no debate das idéias através das colunas do periodismo brasileiro. E não só através dessas colunas mas também de seus livros, obras de profundas reflexões, como Ensaios Brasileiros, A aventura política do Brasil, Renovação Nacional e, finalmente, O Estado Autoritário e a Realidade Nacional.

Privado da vista havia mais de dez anos, era, entretanto, da atividade intelectual que vivia, exercendo o jornalismo até seus últimos dias, inclusive como diretor da revista Novas Diretrizes.

A coordenação e sistematização das estatísticas do país, a obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram assuntos que mereceram vários artigos do ilustre publicista, inclusive um dos últimos, senão o último, sob o título de Serviços de Estatística, largamente difundido nesta Capital e no interior.

A Junta Executiva Central do C.N.E prestou significativa homenagem à memória de Azevedo Amarai, fazendo inserir na ata dos seus trabalhos um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do ilustre brasileiro.

GERSON DE FARIA ALVIM

Verificou-se no dia 10 de Novembro, nesta Capital, o falecimento do Engenheiro Gerson de Faria Alvim, alto funcionário da Divisão de Geografia e Mineralogia do Ministério da Agricultura e representante dêsse Ministério no Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

Nascido em Ubá, no Estado de Minas Gerais, em 1891, e diplomado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1917, o extinto fizera-se técnico dos mais competentes, a serviço da administração do país, tendo realizado vários importantes trabalhos de campo e de gabinete nos domínios de sua especialidade.

A colaboração do Engenheiro Gerson de Faria Alvim aos trabalhos da ala geográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não se fazia sentir apenas através de assídua e operosa atuação no órgão de que fazia parte, mas também como membro esclarecido e eficiente da Comissão de Atualização da Carta Geral do Brasil ao milionésimo.

Participando da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, na sessão dêste ano, o ilustre geólogo prestou, como de outras vezes, destacada cooperação desde a instalação dos trabalhos, quando lhe coube pronunciar o discurso de saudação dos representantes federais aos delegados regionais à mesma Assembléia.

A memória do Engenheiro Gerson de Faria Alvim foi prestada expressiva homenagem pela Junta Executiva Central do C.N.E., a qual fez inserir em ata um voto de grande pesar pelo falecimento de tão dedicado colaborador do Instituto.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA ANO III — 1942

ÍNDICE GERAL

BIBLIOGRAFIA

出一個の

- AINDA AS CARTAS CHILENAS (Réplica), Arlindo Chaves Redação Nº 10, pág 360.

 ANUARIO DEL COMERCIO EXTERIOR DEL PERU, 1941, Departamento de Estadística

 General de Aduanas Redação Nº 12, pág 652.
- ANUARIO ESTATÍSTICO DEL COMERCIO EXTERIOR DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXI-ÇANOS, Direccion General de Estadistica — Redação — Nº 10, pág. 359.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, 1939/1940, Departamento Nacional do Café Redação N ° 9, pág. 194
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura — Redação — N.º 9, pág 195
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO, Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul Redação N º 9, pág. 193.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO POLICIAL E CRIMINAL, 1940, Departamento de Estatística de Minas Gerais Redação Nº 11, pág 488
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1941, Instituto de Café do Estado de São Paulo Redação Nº 10, pág 360
- ANUARIO GENERAL DE ESTADISTICA, Colômbia Redação Nº 10, pág 360.
- ARQUIVOS DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO Redação Nº 11, pág 491.
- ASPECTOS BIODEMOGRAFICOS DE LA POBLACION DE COSTA RICA, Pablos Euros Redação N \circ 11, pág 389
- ATLAS DO ENSINO NO BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Redação N $^{\circ}$ 11, pág 485
- BABAÇÚ NO ESTADO DO MARANHÃO (O), Departamento de Estatística do Maranhão Redação N ° 9, pág 197
- BAJA LA NATALIDAD, José González Galé Fernando Mibielli de Carvalho Nº 9, pág 187
- BANCO DE LA NACION ARGENTINA EN SU CINCUENTENARIO (EL) Redação Nº 10, pág 359
- BIBLIOGRAFIA MEXICANA DE ESTADISTICA, Direccion General de Estadística de Mexico Redação Nº 10, pág 358.
- BOLETIM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA Redação N º 11, pág 490
- BOLETIM ESTATÍSTICO DO INSTITUTO NACIONAL DO SAL Nº. 42/1 Redação N.º 12, pág 653
- BRASIL, DADIVA DE DEUS E MILAGRE DOS HOMENS (O), Gastão Bittencourt Redação N º 9, pág 194.
- CAIXA ECONÔMICA DO RIO DE JANEIRO EM 1940 (A) (Relatório), Carlos Coimbra da Luz Redação N º 9, pág 195
- CANADA 1942, Dominion Bureau of Statistics Redação N.º 10, pág. 359.
- CENSITARIO (O), Grêmio Censitário Redação Nº 12, pág 658.
- COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN 1941 Y 1940 (EL), Dirección General de Estadística de la Nacion Redação Nº 11, pág 488
- COMMERCE DE L'EUROPE (LE), Société des Nations Redação N.º 9, pág 188.
- CONHEÇA GOIAZ, Serviço de Estatistica da Produção Redação N.º 11, pág 491
- COROGRAFIA DE GOIAZ, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro Redação N.º 11, pág 492
- CULTURA POLÍTICA, N.º 21 Redação Nº 12, pág 654.
- DIVERSOS Nº 9, págs 197 a 206; Nº 10, págs 363 e 364
- DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Departamento de Estatística Redação N.º 9, pág. 191
- EDUCAÇÃO E SAÚDE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Redação N.º 11, pág 486 .
- ENSINO NO BRASIL EM 1935 (O), Serviço de Estatística da Educação e Saúde Redação N ° 11, pág. 485.
- ENSINO NO BRASIL EM 1936 (O), Serviço de Estatística da Educação e Saúde Redação N ° 11, pág 485.
- ESTATÍSTICAS CULTURAIS DE 1940, Diretoria de Estatística Educacional do Rio Grande do Sul Redação Nº 12, pág. 658.

- ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL (Relatório de 1941) Redação Nº 11, pág 491
- GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Geografia Redação N $^{\rm o}$ 11, pág 487. GOIÂNIA, Conselho Nacional de Geografia Redação N $^{\rm o}$ 11, pág 488
- INDICADOR ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARA, Departamento de Estatística do Pará Redação Nº 11, pag 489
- INDÚSTRIA DA ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO DO NORDESTE, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica -- Redação N $^{\rm o}$ 10, pág $\,$ 361
- INDÚSTRIA EXTRATIVA DO SAL E A SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA DO BRASIL (A), Dioclécio D Duarte — Redação Nº 10, pág 361
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E A ORTOGRAFIA (O), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Redação — N º 9, pág 194
- INTRODUÇÃO A GEOGRAFIA DAS COMUNICAÇÕES BRASILEIRAS, Mário Travassos Redação N $^{\circ}$ 9, pág. 190
- JUBILEU ÁUREO DA "RERUM NOVARUM", Confederação Nacional de Operários Católicos Redação N ° 9, pág. 191.
- LISTA DAS EMBARCAÇÕES E NAVIOS INSCRITOS NAS CAPITANIAS DOS PORTOS, SUAS DELEGACIAS E AGENCIAS, Diretoria de Marinha Mercante do Ministério da Marinha — Redação Nº 9, pág 196
- LOCALIDADES PAULISTAS, Departamento de Estatística de São Paulo Redação Nº 12, pág 657
- MADEIRAS DE CONSTRUÇÃO DE SANTA CATARINA, Henrique Boiteux Redação N ° 11, pág 490
- MENSÁRIO ESTATÍSTICO, Piefeitura do Distrito Federal Redação Nº 12, pág 657 MÉTHODES MODERNES D'ENSEIGNEMENT DE LA GEOGRAPHIE (LES), Francis Ruellan — Redação — Nº 12, pág 652
- METODOLOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA, L. Nogueira de Paula Jorge Kingston N $^{\circ}$ 10, pág 357
- MUNICÍPIOS DE SERGIPE, Departamento de Estatística de Sergipe Redação Nº 11, pág 489
- NEW ZEALAND OFFICIAL YEAR-BOOK (THE), 1942 Redação Nº 12, pág. 651.
- OESTE, Nelson Werneck Sodré Redação Nº 9, pág 190
- POLÍTICA DO ALCOOL-MOTOR NO BRASIL (A), Instituto do Açúcar e do Alcool Redação N \circ 12, pág 655
- POVOADOS, Departamento de Estatística da Baía Redação Nº 11, pág 486
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ (Relatório de 1941) Redação Nº 11, pág 490. PRIMEIRA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ESTATÍSTICA (A), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Redação Nº 9, pág 194
- PRONTUÁRIO DE LEGISLAÇÃO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Redação N $^{\circ}$ 10, pág. 360
- RELATÓRIO 1941, Departamento Administrativo do Serviço Público Redação Nº 12, pág 653.

8. (1)

Server Co

2

- RELATÓRIO 1941, Interventoria Federal em Santa Catarina Redação Nº 12, pág 656. RELATÓRIO 1941, Interventoria Federal no Rio Grande do Norte Redação N.º 12, pág 656.
- REVISTA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, Ordem dos Economistas de São Paulo Redação N.º 9, pág. 197
- REVISTA DE ESTATÍSTICA E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, Divisão de Estatística e Divulgação da Prefeitura do Salvador Redação Nº 9, pág 192
- RONDON, Clovis de Gusmão Redação Nº 12, pág 655
- RURAL URBAN FRINGE (THE), University of Oregon ----- Redação --- Nº 12, pág 651.
- SEGUNDO CENSO EJIDAL DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS Redação N $^{\rm o}$ 12, pág $\,$ 652
- SELEÇÃO DE FICHAS ESTATÍSTICAS, Osvaldo de Vecchi Redação Nº 11, pág 491 STATISTICAL ABSTRACT OF THE UNITED STATES, 1941, Buleau of the Census Redação Nº 12, pág: 651
- TÁBUAS ITINERÁRIAS, Departamento de Estatística do Ceará Redação Nº 9, pág 196. TÁBUAS ITINERÁRIAS, Departamento de Estatística do Paraná Redação Nº 12, pág 658.
- TÁBUAS ITINERARIAS GOIANAS, Departamento de Estatística de Goiaz Redação N $^{\circ}$ 10, pág. 361.
- VALE TOCANTINS-ARAGUAIA (O), Américo Leônidas Barbosa de Oliveira Redação Nº 12, pág 654.
- VOCAÇÕES DA UNIDADE, Alexandre Marcondes Filho Redação Nº 9, pág. 190.

DEMOGRAFIA

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS INFLUÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO SÔBRE A TAXA DA NATALIDADE, Giorgio Mortara — N º 12, pág 575.

ESTUDOS SÔBRE A UTILIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, Giorgio Mortara — Parte VIII: A fecundidade da mulher brasileira e a capacidade de reprodução da população do Brasil — Nº 9, pág 77.

INFLUÊNCIA INDIRETA DAS CORRENTES MIGRATÓRIAS SÓBRE O DESENVOLVIMENTO DEMOGRÁFICO (A), João Lira Madeira — N º 12, pág 585

INFORMAÇÕES GERAIS

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO AMERICANA - Nº 10, pág 352 CASAS DE MADEIRA - Nº 10, pág 347 CENSO DA POPULAÇÃO DA VENEZUELA - Nº 9, pág 183. CENSO GERAL DE MOÇAMBIQUE EM 1940 (O) - Nº 11, pág 483 COLONIZAÇÃO NO URUGUAI — N.º 10, pág. 354. FECUNDIDADE DA MULHER BRASILEIRA (A) — Nº 12, pág 641 HABITAÇÃO RURAL NA ARGENTINA (A) - Nº 11, pág 481 ÍNDICES DA POPULAÇÃO PANAMENHA — Nº 10, pág 355 MIGRAÇÃO DE JAPONESES NOS ESTADOS UNIDOS - Nº 11, pág 481 MORBILIDADE INFANTIL NA COLÔMBIA — Nº 9, pág 183. MORTALIDADE INFANTIL NA EUROPA --- Nº 12, pág 647 MORTES CAUSADAS POR VEÍCULOS A MOTOR - Nº 12, pág 647 MOVIMENTO DA POPULAÇÃO CHILENA - Nº 10, pág 355. MOVIMENTOS DEMOGRÁFICOS E INDUSTRIAIS NOS EE UU - Nº 12, pág 646. PANAMA E O SEU CANAL (O) - Nº 12, pág 649 POPULAÇÃO DA ÍNDIA (A) - Nº 11, pág 482 POPULAÇÃO DE SALVADOR - Nº 9, pág 184 RECENSEAMENTO DE PORTUGAL - Nº 9, pág 185 RESULTADOS CENSITÁRIOS DO PERÚ - Nº 9, pág 182.

MORTALIDADE NO PRIMEIRO ANO DE IDADE NO DISTRITO FEDERAL (A), Giorgio Mortara — N $^\circ$ 10, pág 263.

POPULAÇÃO E IMIGRAÇÃO, Fernando Mibielli de Carvalho — Nº 9, pág 111. SEXO, DO PONTO DE VISTA ESTATÍSTICO (O), José González Galé — Nº 12, pág 549. SUBSÍDIOS DA DEMOGRAFIA PURA PARA ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA DEMOGRAFICA, João Liia Madeira — Nº 9, pág 3.

Ver BIBLIOGRAFIA — Nº 9, pág. 187; Nº 11, pág. 489.

ECONOMIA

ALGUNS ASPECTOS DA REALIDADE BRASILEIRA, O. G da Costa Miranda — N.º 12, pág. 567.

DEMANDA DO AÇÚCAR NO BRASIL (A), Alexander Kafka — N.º 10, pág. 341.

INFORMAÇÕES GERAIS

ALGODÃO DE FIBRA LONGA - Nº 12, pág 644. ATUALIDADE CEARENSE - Nº 12, pág. 645 BOLÍVIA NO COMÉRCIO SULAMERICANO (A) - Nº 9, pág 184. CASAS DE MADEIRA - Nº 10, pág. 347 CIRCULAÇÃO DE PAPEL MOEDA - Nº 9, pág 185 COMÉRCIO ARGENTINO (O) - Nº 9, pág 181. COMÉRCIO DO MATE - Nº 11, pág 476 COMÉRCIO EXTERIOR DA COLÔMBIA - Nº 10, pág 354 COMÉRCIO EXTERIOR DE PORTUGAL -- Nº 11, pág 479 COMÉRCIO MUNDIAL DE TRIGO E MILHO - Nº 11, pág 479 CONSUMO DE AÇÚCAR NOS ESTADOS UNIDOS - Nº 10, pág 351. CONVÊNIOS IANQUES-BRASILEIROS - Nº 10, pág 347 CULTURA E COMÉRCIO DE BANANAS NA COLÔMBIA - Nº 12, pág 649. CUSTO DA VIDA NA COLÔMBIA (O) - N.º 9, pág. 183 CUSTO DA VIDA NA ESPANHA (O) - Nº 11, pág 480. CUSTO DA VIDA NA FRANÇA — N.º 12, pág 648.

ECONOMIA E FINANÇAS EM 1941 — Nº 9, pág 175. ECONOMIA E SISTEMA BANCARIO NA ARGENTINA -- Nº 10, pág 353 ECONOMIA MARANHENSE - Nº 10, pág 349 ECONOMIA NEO-ZELANDESA — Nº 11, pág 482 ECONOMIA POPULAR - N.º 11, pág. 473 ENERGIA ELÉTRICA - Nº 11, pág. 474 HABITAÇÃO RURAL NA ARGENTINA (A) - Nº 11, pág 481. ÍNDICES ECONÔMICOS DA GRÃ-BRETANHA — Nº 10, pág. 351 INDÚSTRIA ALCOOLEIRA - Nº 11, pág 474 INDÚSTRIA TURÍSTICA DO CANADÁ — Nº 11, pág 481 INTERCÂMBIO COMERCIAL DA SUÍÇA - Nº 9, pág 185 MEIOS DE HOSPEDAGEM NA BAÍA — Nº 11, pág 477 MERCADO DO LEITE EM PELOTAS (O) - Nº 11, pág 478 MOVIMENTOS DEMOGRÁFICOS E INDUSTRIAIS NOS EE UU — Nº 12, pág 646 NÚCLEO AGRO-INDUSTRIAL DO SÃO FRANCISCO - Nº 12, pág 644. OPERAÇÕES NA BOLSA DO D F E DE SÃO PAULO (AS) - Nº 11, pág 477. PARAGUAI NO COMÉRCIO SULAMERICANO (O) - Nº 9, pág 184 PRODUÇÃO AGRÍCOLA - Nº 10, pág 348 PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO - Nº 10, pág 351. SITUAÇÃO DO CACAU (A) - Nº 11, pág 475 TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO RIO — Nº 10, pág 350 VENCIMENTOS DO PROFESSOR PRIMARIO - Nº 11, pág 476

RESENHA RETROSPECTIVA SÓBRE A ECONOMIA BRASILEIRA, João Jochmann — N° 10, pág 279

Ver BIBLIOGRAFIA — N° 9, págs 188, 190, 194, 195 e 197; N° 10, págs 357, 359, 360 e 361;

Nº 11, págs 488, 490 e 491

ÍNDICE DE PERMANÊNCIA MÉDIA DE ALUNOS NO SISTEMA ESCOLAR, Milton da Silva Rodrigues — N $^{\circ}$ 11, pág $\,423$

INFORMAÇÕES GERAIS

ENSINO MÉDIO NA BOLÍVIA — Nº 10, pág 354 ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE (O) — Nº 10, pág 350 ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL — Nº 10, pág 348 VENCIMENTOS DO PROFESSOR PRIMÁRIO — Nº 11, pág 476.

Ver BIBLIOGRAFIA — N° 9, pág 194; N° 11, págs 485, 486 e 487. Ver RESENHA — N° 9, pág 217; N° 12, pág. 667

ESTATÍSTICA

EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA NO "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA (O), M A Teixeira de Freitas -- Nº 11, pág 451

ESTATÍSTICA E A SEGURANÇA NACIONAL (A), General Sousa Docca — N $^{\rm o}$ 11, pág 401. ESTATÍSTICA E BIOLOGIA, A Almeida Júnior — N $^{\rm o}$ 9, pág $\,$ 65

£ .

ESTATÍSTICA E MORAL, Padre Leonel Franca, S J — Nº 11, pág 409

ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA, RECENSEAMENTO, José Carlos de Macedo Soares — Nº 11, pág 393

ESTATÍSTICAS FERROVIÁRIAS, Césai Cantanhede - Nº 12, pág 603

ESTUDOS SÓBRE 4 UTILIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, Giorgio Moltara — Parte VIII: A fecundidade da mulher brasileira e a capacidade de reprodução da população do Brasil — Nº 9, pág 77

GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Delgado de Carvalho - Nº 10, pág 291

HISTÓRIA

ATIVIDADES DA DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA NO ANO DE SUA CRIAÇÃO (1871) (AS), Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque — pág 131

ESTATÍSTICA NO CEARÁ (A) (ESBÔÇO HISTÓRICO), Raul de Figueitedo Rocha — Nº 10, pág 323

ORGANIZAÇÃO EM MARCHA (UMA), Germano Jardim — Nº 11, pág 468

PLANO DE REFORMA DA DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA EM 1928 (UM), Daniel de Carvalho — Nº 12, pág 615

PRIMEIRO GOVÊRNO PROVISÓRIO É AS ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL (O) — Redação — Nº 11, pág. 467.

Ver RESENHA - Nº 9, pág. 220.

ÍNDICE DE PERMANÊNCIA MÉDIA DE ALUNOS NO SISTEMA ESCOLAR, Mílton da Silva Rodrigues — N º 11. pág 423.

INFORMAÇÕES GERAIS

ESTATÍSTICA E OS HOMENS DE LETRAS (A) — N $^{\circ}$ 12, pág 648.

METODOLOGIA

DEMANDA DO AÇÚCAR NO BRASIL (A), Alexander Kafka — N.º 10, pág 341.

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA, O Alexander de Morais — Idéias Preliminares — Nº 9, pág 129; Nº 10, 331. — Representação Tabular e Gráfica — Nº 11, pág 465; Nº 12, pág 613.

INTRODUÇÃO À TEORIA DOS CONJUNTOS, Lélio Gama — IX Conexidade Dominios, regiões; X. Primeiras noções sôbre os conjuntos lineares — Nº 9, pág 91; XI Teoria geral das sucessões — Nº 10, pág 303; XII Espaços de estrutura esferioidal Conjuntos completos Propriedade de Cantor — Nº 11, pág 437

OBSERVAÇÕES SÕBRE O CÁLCULO DAS SEPARATRIZES, Jorge Kingston — N ° 10, pág 255

SENTIDO DO TÉRMO "ESTATÍSTICA" (O), O. Alexander de Morais — Nº 9, pág 130. SUBSÍDIOS DA DEMOGRAFIA PURA PARA ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA DEMOGRÁFICA, João Lina Madeira — Nº 9, pág. 3

Ver BIBLIOGRAFIA - Nº 11, pág 491.

ORGANIZAÇÃO

CLÍNICO E A BIO-ESTATÍSTICA (O), Lincoln de Freitas Filho — Nº 9, pág. 153. DOUTRINA DA ORGANIZAÇÃO ESTATÍSTICA, O. Alexander de Morais — Nº 12, pág. 597.

ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA, João de Mesquita Lara - Nº 12, pág. 623

OBJETIVOS DESTA SECÇÃO (OS) (in "A Estatística na América"), Germano Jardim — N º 9, pág 145

RESUMO DAS ATIVIDADES ESTATÍSTICAS DOS ESTADOS UNIDOS, Germano Jardim (Tradução) --- Nº 9, pág 147

RESUMO DAS ATIVIDADES ESTATÍSTICAS NA ARGENTINA, Germano Jardim — (Tradução) — Nº 12, pág 619.

RESUMO DAS ATIVIDADES ESTATÍSTICAS NA BOLÍVIA, Germano Jardim (Tradução) — N $^{\circ}$ 10, pág. 335

Ver LEGISLAÇÃO — N.º 9, pág 207; Nº 10, pág. 365; N.º 11, págs 493, 494 e 497; Nº 12, pág 659

Ver RESENHA — N° 9, págs 227, 228, 231, 234, 236 e 241; N° 10, págs 383, 387, 390 e 391; N° 11, págs 542, 544, 545 e 546; N° 12, págs 678, 684, 685, 689 a 692

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA DIVISÃO DO TRABALHO, José Barral Souto — Nº 9, pág 29

RESENHA RETROSPECTIVA SÓBRE A ECONOMIA BRASILEIRA, João Jochmann — N.º 10, pág 279

SEXO, DO PONTO DE VISTA ESTATÍSTICO (O), José González Galé — Nº 12, pág 549 SOCIOLOGIA E ESTATÍSTICA, Gilberto Freyle — Nº 11, pág. 417

Ver BIBLIOGRAFIA — Nº 9, págs 192 a 196; Nº 10, págs 358 a 360; Nº 11, págs 485, 488, 489 e 491.

Ver LEGISLAÇÃO - Nº 11, pág 499

Vei RESENHA — N ° 9, pág 233; N ° 12, pág 682

FINANÇAS

は 100 mm 100 m

IDÉIAS NOVAS (Introdução ao livro Princípios de Economia Monetária), Eugênio Gudin — Parte I — N ° 10, pág. 245; Parte II. — N ° 11, pág. 429

INFORMAÇÕES GERAIS

ARRECADAÇÃO PARANAENSE — N.º 11, pág 478
CIRCULAÇÃO DE PAPEL MOEDA — Nº 9, pág 185.
ECONOMIA E FINANÇAS EM 1941 — Nº 9, pág 175
ECONOMIA E SISTEMA BANCÁRIO NA ARGENTINA — Nº 10, pág 353
ECONOMIA POPULAR — Nº 11, pág. 473.
FINANÇAS AMAZONENSES — N.º 10, pág 349.
ORÇÂMENTO GERAL DA UNIÃO PARA 1943 (O) — Nº 12, pág 643
RENDA GERAL DA UNIÃO — Nº 10, pág 347

Ver BIBLIOGRAFIA - Nº 9, pág 195; Nº 10, pág 359.

GEOGRAFIA

ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA, RECENSEAMENTO, José Carlos de Macedo Soares — N.º 11, pág 393.

GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Delgado de Carvalho — N.º 10, pág 291

INFORMAÇÕES GERAIS

ASPECTOS FÍSICOS DE SALVADOR - N.º 11, pág 480

Ver BIBLIOGRAFIA — N° 9, pág 190; N° 11, págs 486, 487 e 492 Ver RESENHA — N° 9, pág 229; N° 12, pág 684

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL — N° 9, págs 175/181; N° 10, págs 347/350; N° 11, págs 473/478; N° 12, págs 641/646

ESTRANGEIRO — N° 9, págs 181/186; N° 10, págs 351/356; N° 11, págs 479/484; N° 12, págs 646/650

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA NO "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA (O), M A Teixeira de Freitas — N $^\circ$ 11, pág. 451.

ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA, RECENSEAMENTO, José Carlos de Macedo Soares — Nº 11, pág 393

Ver BIBLIOGRAFIA — Nº 9, pág 194; Nº 10, pág. 360

Ver RESENHA — N° 9, págs 215, 219, 222, 229 e 231; N° 10, págs 373 e 379; N° 11, págs 501, 537 e 540; N° 12, págs 676 a 683.

INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA

ORGANIZAÇÃO EM MARCHA (UMA), Germano Jardim — Nº 11, pág 468 INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA — Redação — Nº 10, pág. 338. Ver RESENHA — Nº 9, pág 218

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Ementário das Resoluções de ns 233/267, da Assembléia Geral em 1942 — Nº 11, pág. 497

- Resolução n º 130, de 24 de Abril de 1942, da Junta Executiva Central (Convênios Nacionais de Estatística Municipal) N º 10, pág 365.
- Resolução nº 139, de 25 de Agôsto de 1942, da Junta Executiva Central (Dispõe sôbre a divulgação de elementos estatísticos)
 Nº 11, pág 499
- Resolução nº 141, de 2 de Outubro de 1942, da Junta Executiva Central (Regulamento do Decreto-lei nº 4 736)
 Nº 12, pág 659
- GOVERNO FEDERAL Decreto-lei nº 4 181, de 16 de Março de 1942 (Estatísticas Militares) — Nº 9, pág. 207
- Decreto-lei nº 4 462, de 10 de Julho de 1942 (Obrigatoriedade da prestação de informações para fins de estatística)
 Nº 11, pág 493
- Decreto-lei nº 4 736, de 23 de Setembro de 1942 (Estatísticas Econômicas)
 Nº 11, pág 494

Ver BIBLIOGRAFIA - Nº 10, pág, 360.

Ver RESENHA - Nº 10, pág 383; Nº 11, pág 542; Nº 12, págs 682, 684 e 685

LITERATURA

INFORMAÇÕES GERAIS

ESTATÍSTICA E OS HOMENS DE LETRAS (A) — N.º 12, pág. 648.

Ver BIBLIOGRAFIA - Nº 10, pág. 360.

MUNICÍPIO

Ver BIBLIOGRAFIA - Nº 11, pág 489

RECENSEAMENTO

ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA, RECENSEAMENTO, José Carlos de Macedo Soares — Nº 11, pág. 393.

INFORMAÇÕES GERAIS

ELABORAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS CENSITÁRIAS (A) - Nº 11, pág 473

Ver RESENHA - Nº 10, pág 387.

RESENHA

ANIVERSARIO DA INSTALAÇÃO DO I B.G E (VI) - Nº 10, pág 373

ANIVERSARIO DO CONVÊNIO INTER-ADMINISTRATIVO DE ESTATÍSTICAS EDUCA-CIONAIS (X) — Nº 9, pág 220.

AZEVEDO AMARAL - Nº 12, pág 693

"BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA (O) — N° 9, pág 222; N° 10, pág 379; N° 11, pág 501.

BRASIL NA GUERRA (O) - Nº 11, pág 537

BRUNO RUDOLFER - Nº 10, pág. 391.

CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS DE SÃO PAULO -- N.º 9, pág 231.

CHILDERICO HOSTERNO - Nº 9, pág 242

CONVÊNIO NACIONAL DE ENSINO PRIMARIO — N $^{\circ}$ 12, pág. 667

CURSO DE FÉRIAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO - Nº 9, pág 217.

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL - Nº 9, pág. 229.

ECOS DO "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA — Nº 12, pág 686

ESTATÍSTICA BRASILEIRA NO CONTINENTE (A) - Nº 9, pág 231.

ESTATÍSTICA E O URBANISMO" (A") - Nº 9, pág 233

ESTATÍSTICAS ADMINISTRATIVAS - Nº 9, pág 227

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS - Nº 9, pág 228

ESTATÍSTICAS DA NAVEGAÇÃO - Nº 11, pág 544.

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS - Nº 9, pág 228.

EXECUÇÃO DO DECRETO-LEI FEDERAL Nº 4 181 (A) — Nº 10, pág 383; Nº 11, pág 542; Nº 12, pág. 684.

EXECUÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 4 736 (A) — N.º 12, pág. 685.

FILIAÇÃO DA SECÇÃO DE ESTATÍSTICA DO DNC AO IBGE (A) — Nº 12, pág 678. FUNCIONALISMO CIVIL DA UNIÃO E O MOMENTO NACIONAL (O) — Nº 11, pág. 540.

GERSON DE FARIA ALVIM - Nº 12, pág. 693

HOMENAGENS AO PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — N \circ 9, pág. 215.

IBG.E. E O ESFÔRÇO DE GUERRA DO BRASIL (O) - Nº 12, pág 676

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E A ENTRADA DO NOVO ANO (O) — N \circ 9, pág 219

INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA E A III REUNIÃO DE CONSULTA DOS PAÍSES DA AMÉRICA (O) — N º 9, pág 218.

JAMES W GLOVER - Nº 9, pág 242

NATAL NA SECRETARIA GERAL DO I B G E. (O) — Nº 12, pág 683.

NOVA INICIATIVA CULTUURAL DO C N G - N ° 12, pág 684

OFICIAIS DO EXÉRCITO VISITAM VÁRIOS SERVIÇOS DO I.B G E $\,-\,$ N $^{\circ}$ 9, pág. 229. OSCAR LOUP $\,-\,$ N $^{\circ}$ 9, pág. 242

RENATO DA SILVA COELHO - Nº 9, pág. 242.

RESTRIÇÕES À DIVULGAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS -- Nº 12, pág. 682

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO - Nº 10, pág. 387.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS FEDERAIS — N.º 9, pág. 234; Nº 10, pág. 387; N.º 11, pág. 545; Nº 12, pág. 689.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS -- N.º 9, pág 241; Nº 10, pág. 391; Nº 11, pág. 546; Nº 12, pág 690.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS — N ° 9, pág 236; N ° 10, pág 390; N ° 11, pág 545: N ° 12, pág 691

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — N.º 12, pág. 688.

URBANO C BERQUÓ - Nº 10, pág 392

VISITA DE ILUSTRE ESTATÍSTICO AMERICANO (A) - N.º 11, pág. 543

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ver RESENHA - Nº 12, pág 688.

SOCIOLOGIA

INFORMAÇÕES GERAIS

CASAS DE MADEIRA — Nº 10, pág 347
ESTATÍSTICA RELIGIOSA NO RIO GRANDE DO NORTE — Nº 12, pág. 645.
HABITAÇÃO RURAL NA ARGENTINA (A) — Nº 11, pág. 481.
INVESTIGAÇÕES SÕBRE O MEIO RURAL — Nº 11, pág 475
MEIOS DE HOSPEDAGEM NA BAÍA — Nº 11, pág 477.

SOCIOLOGIA E ESTATÍSTICA, Gilberto Freyre — Nº 11, pág 417.

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

CRAVEIRO COSTA - Redação - Nº 11, pág. 461

FRANCISCO BERNARDINO RODRIGUES SILVA — Redação - Nº 12, pág 611.

JOAQUIM JOSÉ DE CAMPOS DA COSTA DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE — Redação -- Nº 9, pág. 125.

LUCANO LEAL DE CARVALHO REIS — Redação — Nº 10, pág. 317.

INDICE DE AUTORES

ALMEIDA JUNIOR, A

Estatística e Biologia — Nº 9, pág 65

BARRAL SOUTO, José

Princípios fundamentais da divisão do trabalho — Nº 9, pág 29.

CANTANHEDE, César

Estatística ferroviária — N.º 12, pág 603

CARVALHO, Daniel de

Plano de reforma da Diretoria Geral de Estatística em 1928 (Um) — Nº 12, pág. 615

CARVALHO, Delgado de

Geografia e Estatística - Nº 10, pág 291

CARVALHO, Fernando Mibielli de

Baja la natalidad, José González Galé — N.º 9, pág 187 População e Imigração — N º 9, pág 111.

COSTA MIRANDA, O G da

Alguns aspectos da realidade brasileira - Nº 12, pág. 567

FRANCA, Padre Leonel -, S. J

Estatística e Moral - Nº 11, pág 409,

FREITAS FILHO, Lincoln de

Clínico e a Bio-Estatística (O) - N.º 9, pág. 153.

FREYRE, Gilberto

Sociologia e Estatística - Nº 11, pág 417.

GALE', José González

Sexo, do ponto de vista estatístico (O) - Nº 12, pág. 549

GAMA, Lélio I

Introdução à teoria dos conjuntos — IX Conexidade Domínios, regiões — X Primeiras noções sôbre os conjuntos lineares — Nº 9, pág 91; XI Teoria geral das sucessões — Nº 10, pág. 303; XII Espaços de estrutura esferoidal. Conjuntos completos Propriedade de Cantor — Nº 11, pág 437

GOMES DA SILVA, Tomás

Estatistica no Ceará (A) (Esbôço Histórico) (nota de apresentação) - Nº 10, pág. 323.

GUDIN, Eugênio

Idéias Novas (Introdução ao livro Princípios de Economia Monetária) — Parte I — Nº 10, pág 245; Parte II — N.º 11, pág 429.

JARDIM, Germano

Objetivos desta Secção (Os) (in "A Estatística na América") — $N\circ 9$, pág 145. Organização em marcha (Uma) — $N\circ 11$, pág. 468

Resumo das atividades estatísticas dos Estados Unidos (Tradução) — Nº 9, pág. 147. Resumo das atividades estatísticas na Argentina (Tradução) — Nº 12, pág. 619.

Resumo das atividades estatísticas na Bolivia (Tradução) - N.º 10, pág. 335

JOCHMANN, João

Resenha retrospectiva sôbre a economia brasileira - Nº 10, pág. 279

KAFKA, Alexander

Demanda do açúcar no Brasil (A) - Nº 10, pág 341.

KINGSTON, Jorge

Metodologia da Economia Política, L. Nogueira de Paula — Nº 10, pág 357 Observações sóbre o cálculo das separatrizes — Nº 10, pág. 255

LARA, João de Mesquita

Estatística Fisiográfica - Nº 12, pág 623

LIRA MADEIRA, João

Influência indireta das correntes migratórias sôbre o desenvolvimento demográfico (A) — N ° 12, pág 585

Subsidios da demografia pura para orientação da política demográfica - Nº 9, pág 3.

MACEDO SOARES, José Carlos de

Estatística, Geografia, Recenseamento - Nº 11, pág 393.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, Joaquim José de Campos da Costa de

Atividades da Diretoria Geral de Estatística, no ano de sua criação (1871) (As) — N.º 9, pág 131

MORAIS, O Alexander de

Doutrina da organização estatística - N.º 12, pág 597.

Iniciação estatística — Idéias preliminares — N ° 9, pág 129; N ° 10, pág 321; Representação tabular e gráfica — N ° 11, pág 465; N ° 12, pág. 613

Sentido do têrmo "Estatística" — Nº 9, pág 130

MORTARA, Giorgio

Contribuição \mathbf{z} o estudo das influências da imigração sôbre a taxa da natalidade — N $^{\circ}$ 12, pág 575

Estudos sôbre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil — Parte VIII A fecundidade da mulher brasileira e a capacidade de reprodução da população do Brasil — Nº 9, pág 77

Mortalidade no primeiro ano de idade no Distrito Federal (A) - Nº 10, pág 263

NOGUEIRA DE PAULA, L.

Princípios fundamentais da divisão do trabalho (tradução) - Nº 9, pág 29.

NOVAIS DA SILVA, Otacílio

Princípios fundamentais da divisão do trabalho (nota de apresentação) - Nº 9, pág 29.

ROCHA. Raul de Figueiredo

Estatística no Ceará (A) (Esbôço Histórico) — Nº 10, pág 323.

RODRIGUES. Milton da Silva

fndice de permanência média de alunos no sistema escolar - Nº 11, pág 423

SOUSA DOCCA, General

Estatística e a Segurança Nacional (A) — Nº 11, pág. 401

TEIXEIRA DE FREITAS. M. A.

Conselho Nacional de Estatística no "batismo cultural" de Goiânia (O) — Nº 11, pág. 451.